



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Bianca Kaizer de Oliveira

A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA NA
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO DA CULTURA EM FLORIANÓPOLIS
(2003 – 2023)

Florianópolis

2024

Bianca Kaizer de Oliveira

A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA NA
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO DA CULTURA EM FLORIANÓPOLIS
(2003 – 2023)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra.

Área de Concentração: Organizações e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Eloise Helena Livramento Dellagnelo, Dra.

Florianópolis

2024

Oliveira, Bianca Kaizer de

A participação da Universidade Federal de Santa Catarina na institucionalização do campo da cultura em Florianópolis (2003 - 2023) / Bianca Kaizer de Oliveira ; orientadora, Eloise Helena Livramento Dellagnelo, 2024.

265 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Cultura. 3. Universidades. 4. Teoria Institucional. 5. Campo da cultura. I. Dellagnelo, Eloise Helena Livramento. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

Bianca Kaizer de Oliveira

A participação da Universidade Federal de Santa Catarina na institucionalização do campo da cultura em Florianópolis (2003 – 2023)

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 20 de dezembro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

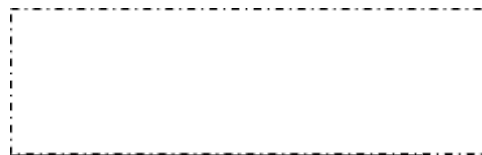
Prof. Ranulfo Alfredo Manevy de Pereira Mendes, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Sueli Maria Goulart Silva, Dra.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Administração.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof^a. Eloise Helena Livramento Dellagnelo, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família, por todo apoio e incentivo nessa trajetória do mestrado. Minha mãe e meu pai, Cleo e Tadeu, e meu irmão, Gustavo, são pessoas fundamentais que, mesmo com a distância entre Florianópolis e Curitiba, estiveram perto, presentes, oferecendo o suporte emocional necessário para trilhar essa jornada. No período mais intenso da escrita, me acolheram em casa, com todo o carinho e amparo que só casa de mãe e pai oferece. Agradeço, de maneira imensa, ao meu companheiro que esteve ao meu lado diariamente durante esses últimos trinta meses, com amor e paciência. Diego foi com quem pude contar completamente, em vários sentidos. Nos dias bons, foi com ele que compartilhei alegrias e, naqueles dias ruins, foi em quem, sem querer, descontei certas angústias. Agradeço pelo companheirismo e por dividir comigo as aventuras da vida. Ele, que está no doutorado, é uma inspiração para mim de dedicação e compromisso com a pesquisa acadêmica, e de saber fazer a produção de conhecimento não ficar apenas na academia. Agradeço ao meu amigo e irmão do coração, Junior, com quem compartilhei momentos de leveza, risadas, e também desabafos. Desde que ingressei no mestrado, criei vínculos profundos e - já irreversíveis - de amizade. Agradeço, de coração, às minhas amigas Alice e Baica (minha xará) pela parceria irrestrita e infalível. Sem elas a jornada teria sido muito mais difícil. Entre todos os momentos vividos juntas, fica o registro aqui - e para sempre na memória - da nossa maravilhosa viagem a Salvador, para o Enecult, em 2022. Agradeço aos meus sogros, Leonice e José Lino, por sempre demonstrarem preocupação comigo e expressarem sua torcida para que eu finalizasse com sucesso o mestrado. Agradeço, de forma especial, à minha orientadora, professora Eloise, pelo rico processo de aprendizagem e pelos seus conhecimentos (que não são poucos) compartilhados de maneira sempre generosa. Sem sua orientação e incentivo, esse trabalho não teria sido finalizado. Ao professor Alfredo Manevy e à professora Sueli Goulart, agradeço grandemente por aceitarem contribuir com essa pesquisa, apontando contribuições valiosas. Aos colegas do DAC e da SeCARTe, agradeço pelo incentivo e colaboração com a pesquisa e, aos colegas do Observatório da Realidade Organizacional - SC, agradeço pelas trocas e pela partilha de aprendizados. Por fim, agradeço a todas as pessoas que participaram da pesquisa, que dedicaram seu tempo para compartilhar comigo seus depoimentos e relatos.

“Precisa acabar com essa história de achar que a cultura é uma coisa extraordinária. Cultura é ordinária. Cultura é igual a feijão com arroz. É necessidade básica. Tem que estar na mesa, tem que estar na cesta básica de todo mundo”.

Gilberto Gil.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar como se deu a participação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis, no período entre 2003 e 2023. Considera-se que o tema da cultura surge como um desafio crucial para as universidades, tendo em vista a criação, transmissão e desenvolvimento de inúmeras atividades culturais no seu cotidiano (RUBIM, 2019). Realizou-se o levantamento das diversas ações desenvolvidas pela UFSC na área da cultura, no que se refere aos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, e à administração da cultura dentro da universidade. Para analisar a institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis, buscou-se aporte teórico na teoria institucional, na qual encontrou-se respaldo para argumentar que a institucionalização de um campo organizacional é precedida por níveis de estruturação. A partir disso, realizou-se a análise de sete indicadores de institucionalização do campo: (1) aumento no grau de interação entre as organizações no campo; (2) emergência de claras estruturas interorganizacionais de dominação e padrões de coalizão; (3) incremento no fluxo de informação com o qual as organizações dentro do campo devem contar; (4) desenvolvimento da sensação, entre as organizações do campo, de que estão juntas numa mesma empreitada; (5) aumento do grau de concordância com lógica institucional que guia as atividades dentro do campo; (6) aumento da clareza das fronteiras do campo; (7) aumento do isomorfismo no campo organizacional (DIMAGGIO e POWELL, 1983; SCOTT, 1995). A coleta de dados secundários se deu com o levantamento de documentos, tais como relatórios de gestão da UFSC e legislação pertinente ao tema da cultura em Florianópolis. Os dados primários foram coletados por meio de observação e de entrevistas, as quais foram realizadas a partir da técnica de bola de neve (VINUTO, 2014). Para análise dos dados, recorreu-se ao método da análise de conteúdo (BARDIN 1977). Averiguou-se que a UFSC desenvolveu diversas ações na área da cultura, no período analisado, com destaque para as ações no âmbito da extensão, realizadas - principalmente - pelo Departamento Artístico Cultural (DAC), pelo Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) e pelo Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU). Ressaltam-se, também, as ações da UFSC no âmbito do ensino, com a oferta de cursos de graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literatura, Cinema, Artes Cênicas, Museologia, Antropologia e Animação. De maneira geral, observou-se que, considerando os últimos vinte anos, o campo organizacional da cultura em Florianópolis não está institucionalizado. No entanto, mostra-se um campo em estruturação, sendo possível notar uma maior evidência dos indicadores no período compreendido entre 2009 e 2015, quando houve um aumento significativo nas interações entre as organizações do campo, assim como um incremento notável no fluxo de informações. Esse momento foi caracterizado por uma maior concordância com a lógica institucional estabelecida pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC) e pelas políticas do Ministério da Cultura, as quais foram desenvolvidas durante os governos do PT. Foi possível identificar que, em certa medida, a Universidade Federal de Santa Catarina desempenhou um papel na estruturação do campo em análise por meio de atividades voltadas para a formação e profissionalização de agentes do campo da cultura, com as ações de formação no âmbito da extensão e com a oferta de cursos de graduação. Ademais, verificou-se que a UFSC teve relação com a estruturação do campo ao desenvolver ações vinculadas à implementação do SNC, sobretudo por ocupar uma cadeira no Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis

(CMPCF), desde 2010, e atuar na coordenação do Projeto de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura (PAEPEC), entre 2012 e 2016.

Palavras-chave: Cultura. Universidades. Teoria Institucional. Campo da Cultura.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyse how the Federal University of Santa Catarina (UFSC) participated in the institutionalization of the organizational field of culture in Florianópolis, between 2003 and 2023. The subject of culture is considered to be a crucial challenge for universities, given the creation, transmission and development of countless cultural activities in their daily lives (RUBIM, 2019). A survey was carried out of the various actions developed by UFSC in the area of culture, with regard to teaching, research and extension, and the administration of culture within the university. In order to analyse the institutionalization of the organizational field of culture in Florianópolis, we sought theoretical support from institutional theory, which argues that the institutionalization of an organizational field is preceded by levels of structuring. Based on this, seven indicators of the field's institutionalization were analyzed: (1) an increase in the degree of interaction between organizations in the field; (2) the emergence of clear inter-organizational structures of domination and coalition patterns; (3) an increase in the flow of information that organizations within the field must rely on; (4) development of the feeling among organizations in the field that they are together in the same endeavour; (5) increase in the degree of agreement with the institutional logic that guides activities within the field; (6) increase in the clarity of the boundaries of the field; (7) increase in isomorphism in the organizational field (DIMAGGIO and POWELL, 1983; SCOTT, 1995). Secondary data was collected from documents such as UFSC management reports and legislation on culture in Florianópolis. Primary data was collected through observation and interviews, which were conducted using the snowball technique (VINUTO, 2014). The data was analyzed using the content analysis method (BARDIN 1977). It was found that the UFSC carried out a number of actions in the area of culture during the period analyzed, with emphasis on extension activities, carried out mainly by the Cultural Art Department (DAC), the Azorean Studies Center (NEA) and the Museum Studies Center (NEMU). Also noteworthy are UFSC's teaching activities, with undergraduate courses in Letters - Portuguese Language and Literature, Cinema, Performing Arts, Museology, Anthropology and Animation. In general, it was observed that, considering the last twenty years, the organizational field of culture in Florianópolis is not institutionalized. However, it appears to be a field in the process of structuring itself, and it was possible to see greater evidence of the indicators in the period between 2009 and 2015, when there was a significant increase in interactions between organizations in the field, as well as a notable increase in the flow of information. This period was characterized by greater agreement with the institutional logic established by the National Culture System (SNC) and the policies of the Ministry of Culture, which were developed during the PT governments. It was possible to identify that, to a certain extent, the Federal University of Santa Catarina has played a role in structuring the field under analysis through activities aimed at training and professionalizing agents in the field of culture, through extension training activities and through offering undergraduate courses. In addition, it was found that the UFSC was involved in structuring the field by developing actions linked to the implementation of the SNC, especially by occupying a seat on the Florianópolis Municipal Council for Cultural Policy (CMPCF) since 2010 and coordinating the Project to Support the Preparation of State Culture Plans (PAEPEC) between 2012 and 2016.

Keywords: Culture. Universities. Institutional Theory. Field of Culture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Etapas de formação de um campo organizacional.....	38
Figura 2: Sobrevivência Organizacional.....	40
Figura 3: A história do campo organizacional da cultura no Brasil.....	43
Figura 4: Componentes do SNC.....	56
Figura 5: Pessoas entrevistadas na pesquisa.....	75
Figura 6: Missão, visão e valores da UFSC.....	81
Figura 7: Organograma da UFSC.....	82
Figura 8: Organograma da Secretaria de Cultura e Arte entre 2008 e 2012.....	92
Figura 9: Cartaz de divulgação do I Seminário de Cultura da UFSC.....	97
Figura 10: Notícia sobre reunião para elaboração do plano de cultura da UFSC.....	100
Figura 11: Principais ações desenvolvidas pela SeCArte.....	103
Figura 12: Atual estrutura da Secretaria de Cultura, Arte e Esporte da UFSC.....	105
Figura 13: Notícia da UFSC sobre seminário dos planos estaduais de cultura.....	143
Figura 14: Notícia da UFSC sobre seminário de avaliação dos planos estaduais de cultura.....	144
Figura 15: Distribuição dos cursos de graduação relacionados ao campo da cultura na UFSC.....	146
Figura 16: Foto da 3ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis.....	177
Figura 17: Arte de divulgação do Fórum de Cultura da Grande Florianópolis sobre Lei Aldir Blanc (2020).....	180
Figura 18: Foto da abertura do Fórum de Cultura da Grande Florianópolis sobre Lei Aldir Blanc (2020).....	181
Figura 19: Notícia sobre Caravanas Culturais em Florianópolis - 2011.....	193
Figura 20: Capas dos Guias de Elaboração dos Planos Municipais de Cultura.....	195
Figura 21: Capa e contracapa do livro “Política Cultural de Florianópolis/SC: Legislação, Plano Municipal de Cultura, Gestão, e Equipamentos Culturais” (2017)..	197
Figura 22: Notícia sobre lançamento do novo IdCult Floripa (2020).....	200
Figura 23: Movimento OcupaMinC - SC (2016).....	205
Figura 24: Princípios do Sistema Nacional de Cultura.....	210
Figura 25: Postagem sobre Lei Paulo Gustavo no perfil do Instagram do CMPCF.....	224
Figura 26: Organograma da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes.....	227

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perspectivas Teóricas sobre Campos Organizacionais -----	21
Quadro 2: Comparação entre Elementos da Estruturação do Campo dos Museus e dos Teatros em Porto Alegre e em Recife -----	50
Quadro 3: Fontes de dados secundários da UFSC -----	72
Quadro 4: Fontes de dados secundários do campo da cultura em Florianópolis -----	73
Quadro 5: Operacionalização dos indicadores de estruturação do campo organizacional -----	78
Quadro 6: Comunidade universitária da UFSC em números -----	83
Quadro 7: Principais acontecimentos históricos no campo da cultura entre os anos de 2003 e 2023 -----	170
Quadro 8: Composição atual do Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis -----	217

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Série histórica dos dados quantitativos das ações de pesquisa e extensão na UFSC (2013 - 2022) -----	84
Tabela 2: Principais setores de cultura da UFSC no âmbito da extensão -----	111
Tabela 3: Histórico do número de concluintes por curso de graduação presencial - 2003 a 2022 -----	146
Tabela 4: Núcleos de pesquisa do PPGLit -----	154
Tabela 5: Núcleos de pesquisa do PPGE -----	156
Tabela 6: Núcleos de pesquisa do PPGAS -----	157
Tabela 7: Núcleos de pesquisa do PPGHST -----	158
Tabela 8: Grupo de Pesquisa do PPGAdm -----	160
Tabela 9: Associações profissionais vinculadas ao setor cultural em Santa Catarina -----	191

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Projetos de extensão cadastrados no SIGPEX -----	140
Gráfico 2: Quantitativo de teses e dissertações e os programas de pós-graduação -----	151
Gráfico 3: Áreas do conhecimento com grupos de pesquisa relacionados à área da cultura -----	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACLA - Academia Catarinense de Letras e Artes
ALESC - Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
ARQ - Departamento de Arquitetura e Urbanismo
ART - Departamento de Arte
BEAC - Bolsas de Extensão vinculadas às Ações de Arte e Cultura
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCE - Centro de Comunicação e Expressão
CCEven - Centro de Cultura e Eventos
CEART - Centro de Artes
CEC - Conselho Estadual de Cultura
CED - Centro de Ciências da Educação
CFH - Centro de Filosofia e Humanidades
CFISC - Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina
CIC - Centro Integrado de Cultura
CMPCF - Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis
CNC - Conferência Nacional de Cultura
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONGESC - Conselho dos Gestores Municipais de Cultura de Santa Catarina
CTC - Centro Tecnológico
DAC - Departamento Artístico Cultural
DCEven - Departamento de Cultura e Eventos
DE - Departamento de Esportes
DECL - Departamento de Esportes, Cultura e Lazer
DLLV - Departamento de Língua e Literatura Vernáculas
EAD - Educação a Distância
EDUFSC - Editora da UFSC
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FAM - Florianópolis Audiovisual Mercosul
FCC - Fundação Catarinense de Cultura
FCFFC - Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes
FITA - Festival Internacional de Teatro de Animação

FMCF - Fundo Municipal de Cultura de Florianópolis
Funarte - Fundação Nacional de Arte
FUNCINE - Fundo Municipal de Cinema
GR - Gabinete da Reitoria
GPTN - Grupo Pesquisa Teatro Novo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituições de Ensino Superior
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAB - Lei Aldir Blanc
LIC - Lei de Incentivo à Cultura
LLE - Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras
LPG - Lei Paulo Gustavo
MARquE - Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC
MEC - Ministério da Educação
MinC - Ministério da Cultura
NAAC - Núcleo de Atividades Artísticas e Culturais
NEA - Núcleo de Estudos Açorianos
NEMU - Núcleo de Estudos Museológicos
OBEC - Observatório de Economia Criativa
OPT - Oficina Permanente de Teatro
OTA - Oficina de Teatro para Adolescentes
PAEPEC - Projeto de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura
PMCF - Plano Municipal de Cultura de Florianópolis
PNC - Plano Nacional de Cultura
PPGAdm - Programa de Pós-graduação em Administração
PPGAS - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social
PPGE - Programa de Pós-graduação em Educação
PPGHST - Programa de Pós-graduação em História
PPGLit - Programa de Pós-graduação em Literatura
PRCE - Pró-reitoria de Cultura e Extensão
PROEXT - Programa de Apoio à Extensão Universitária
PT - Partido dos Trabalhadores

PU - Projeto Universitário

SATED SC - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões de Santa Catarina

SAv - Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura

SC - Santa Catarina

SEC - Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura

SeCArte - Secretaria de Cultura, Arte e Esporte

Secult - Secretaria de Cultura

SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Orçamento

SESP - Secretaria de Esporte

SIGPEX - Sistema de Gerenciamento das Ações de Extensão

SNIIC - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SINTUFSC - Sindicato de Trabalhadores em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina

SNC - Sistema Nacional de Cultura

SMIICF - Sistema Municipal de Indicadores e Informações Culturais de Florianópolis

SPHAN - Serviço Nacional do Teatro e o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TAE - Técnico Administrativo em Educação

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

Unisul - Universidade do Sul de Santa Catarina

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	19
1.1 OBJETIVOS.....	28
1.1.1 Objetivo geral.....	28
1.1.2 Objetivos específicos.....	29
1.2 JUSTIFICATIVAS.....	29
2. TEORIA INSTITUCIONAL E O CAMPO ORGANIZACIONAL DA CULTURA NO BRASIL.....	32
2.1 ABORDAGEM INSTITUCIONAL SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CAMPOS ORGANIZACIONAIS.....	32
2.1.2 A trajetória do campo organizacional da cultura no Brasil.....	41
2.1.3 O Sistema Nacional de Cultura e o esforço de institucionalização do campo cultural brasileiro.....	52
2.2 CULTURA E UNIVERSIDADE.....	57
2.2.1 Reflexões acerca da instituição universitária e suas relações com o trabalho científico.....	57
2.2.2 Relações entre universidades e o campo da cultura no Brasil.....	62
3. METODOLOGIA.....	69
3.1 DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	70
3.2 COLETA DE DADOS.....	71
3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS.....	76
3.4 CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	77
4. A ATUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA NA ÁREA DA CULTURA.....	79
4.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.....	80
4.2 A ÁREA DA CULTURA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.....	85
4.2.1 A administração da cultura na UFSC.....	86
4.2.2 Mapeamento da área da cultura na UFSC: ações de extensão.....	110
4.2.3 Mapeamento da área da cultura na UFSC: ações de ensino.....	145
4.2.4 Mapeamento da área da cultura na UFSC: ações de pesquisa.....	150
5. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL DA CULTURA EM FLORIANÓPOLIS (2003 - 2023).....	163
5.1 ANÁLISE DOS INDICADORES DE ESTRUTURAÇÃO NO CAMPO ORGANIZACIONAL DA CULTURA EM FLORIANÓPOLIS.....	174
5.1.1 Aumento no grau de interação entre as organizações no campo.....	174
5.1.2 Emergência de claras estruturas interorganizacionais de dominação e padrões de coalizão.....	184
5.1.3 Incremento no fluxo de informação com o qual as organizações dentro do campo devem contar.....	192
5.1.4 Desenvolvimento da sensação, entre as organizações do campo, de que	

estão juntas numa mesma empreitada.....	202
5.1.5 Aumento do grau de concordância com lógica institucional que guia as atividades dentro do campo.....	208
5.1.6 Aumento da claridade das fronteiras do campo.....	213
5.1.7 Aumento do isomorfismo no campo organizacional.....	221
5.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL DA CULTURA EM FLORIANÓPOLIS.....	232
6. A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL DA CULTURA EM FLORIANÓPOLIS (2003 - 2023).....	237
6.1 AÇÕES DE FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO.....	239
6.2 AÇÕES RELACIONADAS AO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA.....	242
6.2.1 A participação da UFSC no Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis.....	243
6.2.2 A participação da UFSC no Projeto de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura.....	245
7. CONCLUSÕES.....	247
REFERÊNCIAS	258

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A presente seção tem por objetivo apresentar uma contextualização da temática a partir da qual se desenvolve a pesquisa, sendo a relação entre universidade e cultura no Brasil o grande tema que inspira as reflexões e análises desenvolvidas neste estudo.

Parte-se da noção de que a instituição universitária, ao ocupar um relevante lugar na sociedade e ter atuação em diferentes áreas - seja de produção de conhecimento científico através da pesquisa, de transmissão de saberes, por meio do ensino e de divulgação da ciência e integração com a comunidade pela extensão universitária - é, sobretudo, uma instituição social (CHAUI, 2000). “Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (CHAUI, 2000, p. 35). A universidade, portanto, reflete a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo e, dessa forma, não deve ser vista como se nela existisse uma realidade exterior, descolada do contexto social e político em que está inserida. Com isso em mente, as reflexões sobre a instituição universitária motivam e instigam a produção deste trabalho, principalmente para o desenvolvimento de um olhar acerca da realidade social, que possa ser construído a partir da análise das atuações da universidade.

Além disso, haja vista que a autora deste trabalho é servidora pública na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e por estar inserida no Departamento Artístico Cultural (DAC), que é vinculado à Secretaria de Cultura, Arte e Esporte (SeCArte) da UFSC, a cultura surge como um tema profícuo para a pesquisa. Tema que se apresenta em sintonia com os estudos que vêm sendo desenvolvidos pelo Observatório da Realidade Organizacional da UFSC. Este grupo de pesquisa, ao qual estão vinculadas a autora e sua professora orientadora, tem se destacado na produção de trabalhos acerca das organizações do campo da cultura.

Dessa forma, as interfaces entre universidade e cultura configuram o pano de fundo para o desenvolvimento do presente estudo. Partindo dessa temática, para que fosse possível refletir sobre as relações estabelecidas entre instituições universitárias e o campo da cultura, fez-se necessária a escolha de um suporte teórico. Encontrou-se, então, na Teoria Institucional, sobretudo nos autores do neoinstitucionalismo

sociológico, o arcabouço conceitual que permitiu traçar análises na área dos estudos organizacionais; principalmente com a noção de institucionalização de campo organizacional apresentada por DiMaggio e Powell (1983) e Scott (1994).

Primeiramente, sobre o neoinstitucionalismo sociológico, pode-se dizer que esta abordagem tem contribuído para as análises organizacionais principalmente no que tange ao entendimento de mudanças nos arranjos estruturais das organizações, ainda que não seja um conjunto de proposições que vise unicamente a análise organizacional (MACHADO-DA-SILVA; GONÇALVES, 2007). Conforme ressalta Guarido Filho (2008), a teoria institucional foi definindo gradativamente seu escopo nos estudos organizacionais no Brasil. A princípio, apresentou-se muito mais como uma perspectiva complementar para a compreensão de fenômenos organizacionais, relacionada a outros quadros teóricos para o entendimento de questões ligadas ao processo de estruturação organizacional. No entanto, com o tempo, a abordagem institucional se constituiu numa possibilidade analítica mais ampla o que provocou desdobramentos interessantes. Segundo o autor,

[...] de modo geral, parece ter havido consolidação e refinamento teórico, na medida em que se constituiu um quadro de referência fundamental sobre o qual se sustentam os estudos; mais especificamente, porém, constatou-se que, sobre essa base fundamental, diferentes perspectivas se desenvolveram, demonstrando ênfases teóricas e preferências epistemológicas variadas (GUARIDO FILHO, 2008, p. 219).

Cabe salientar, que o arcabouço da teoria institucional é resultado das influências e convergências de premissas teóricas originárias da ciência política, da sociologia e da economia; e, dessa forma, preocupa-se com as ideias de instituições e de padrões de comportamento, assim como com normas e valores, crenças e pressuposições em que estão inseridos indivíduos, grupos e organizações (MACHADO-DA-SILVA; GONÇALVES, 2007).

A ênfase no ambiente é a primordial contribuição da escola dos institucionalistas, conforme ressaltam Carvalho e Vieira (2003), ao referenciarem Perrow (1990). Além disso, os autores da teoria institucional, Meyer e Rowan (1977), foram os que lograram realizar “a grande ruptura com a forma convencional de se pensar sobre a estrutura organizacional, ao destacarem seu sentido simbólico” (MACHADO-DA-SILVA; GONÇALVES, 2007, p. 219). Ou seja, para a perspectiva institucional torna-se fundamental compreender o contexto no qual se situam as

organizações para que haja entendimento das suas estruturas e processos; com isso, há o abandono da concepção de um ambiente exclusivamente formado por recursos humanos, materiais e econômicos e a presença de valores culturais - como valores, símbolos e mitos - passam a ser destacados (CARVALHO; VIEIRA, 2003).

Havendo uma preocupação com a análise do contexto, as relações entre organizações e outros atores sociais passam a ser foco de observação e reflexão por parte dos teóricos institucionalistas, o que os leva à elaboração do conceito de campo organizacional. De acordo com Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006), o debate em torno desse conceito não é exclusivo da teoria institucional, havendo uma multiplicidade de abordagens sobre o tema. Os autores apontam seis diferentes leituras sobre a noção de campos organizacionais e elaboram uma revisão do conceito em distintas perspectivas de análise, refletindo sobre as implicações dos pressupostos teóricos de cada abordagem (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006).

Quadro 1: Perspectivas Teóricas sobre Campos Organizacionais

Perspectiva Teórica	Autores	Elementos-Chaves	Descrição
Campo como a totalidade dos atores relevantes	DiMaggio; Powell.	Significação e Relacionamento	Conjunto de organizações que compartilham sistemas de significados comuns e que interagem mais frequentemente entre si do que com atores de fora do campo, constituindo assim uma área reconhecida da vida institucional.
Campo como arena funcionalmente específica	Scott; Meyer.	Função Social	Conjunto de organizações similares e diferentes, porém interdependentes, operando numa arena funcionalmente específica, compreendida técnica e institucionalmente, em associação com seus parceiros de troca, fontes de financiamento e reguladores.
Campo como centro de diálogo e de discussão	Hoffman; Zietsma; Winn.	Debate por Interesse Temático	Conjunto de organizações, muitas vezes com propósitos díspares, que se reconhecem como participantes de um mesmo debate acerca de temáticas específicas, além daquelas preocupadas com a reprodução de práticas ou de arranjos institucionais relacionados à questão.
Campo como arena de poder e de conflito	Vieira; Carvalho; Misoczky.	Dominação e Poder de Posição	Campo como resultado da disputa por sua dominação, numa dinâmica pautada pela (re)alocação de recursos de poder dos atores e pela sua posição relativa a outros atores.
Campo como esfera institucional de interesses em disputa	Fligstein; Swedberg; Jepperson.	Poder e Estruturas Cognitivas	Construções produzidas por organizações detentoras de poder, que influenciam as regras de interação e de dependência do campo em função de seus interesses, que, por sua vez, são reflexos da posição delas na estrutura social.
Campo como rede estruturada de relacionamentos	Powell; White; Owen-Smith	Articulação Estrutural	Conjunto formado por redes de relacionamentos usualmente integradas e entrelaçadas, que emergem como ambientes estruturados e estruturantes para organizações e indivíduos, revelados a partir de estudos topológicos e de coesão estrutural.

Fonte: Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006, p.162)

Na presente pesquisa, parte-se das concepções de “campo como a totalidade de atores relevantes” e de “campo como arena funcionalmente específica”, principalmente pelo entendimento de que tais perspectivas apresentam-se como complementares para a

análise do fenômeno estudado e possuem coerência lógica conceitual entre si, conformando parte do arcabouço teórico da abordagem institucional (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006).

Enquanto área reconhecida da vida institucional, campos organizacionais representam a totalidade dos atores relevantes, ou seja, constituem uma comunidade de organizações nas quais as organizações interagem mais frequentemente entre si do que com atores fora do campo, compartilhando um sistema de significados comuns (SCOTT, 1994).

Como destacam DiMaggio e Powell (1983), um campo estruturado corresponde a um complexo de organizações respondendo a um ambiente de respostas organizacionais, no sentido delas representarem estruturalmente suas relações ao mesmo tempo em que delimitam as ações formuladas em seus relacionamentos. Compreendido dessa maneira, está inerente ao conceito tanto um componente relacional entre os atores sociais como a presença de estruturas institucionais comuns, que são construídas segundo um processo de estruturação (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006, p. 162).

Segundo essa concepção, portanto, para análise de um campo organizacional faz-se fundamental refletir sobre o processo de estruturação e posterior institucionalização deste campo. Conforme explicam DiMaggio e Powell (1983), num campo esse processo é caracterizado pelo aumento da interação entre organizações e do volume de informações com as quais elas devem lidar; do desenvolvimento de estruturas de dominação e de padrões de coalizão interorganizacionais; e do reconhecimento mútuo entre organizações de que estão envolvidas em um empreendimento comum. Estes são alguns dos indicadores a serem analisados durante o processo de estruturação de um determinado campo organizacional que, se observados na análise, sinalizam na direção do processo de institucionalização deste campo.

Dessa forma, interessa à pesquisa refletir acerca do setor cultural como um campo organizacional e - conseqüentemente - investigar o processo de estruturação deste campo, em particular do campo da cultura em Florianópolis, e sua possível institucionalização. Para isso, primeiramente, recorreu-se ao trabalho de Simões e Vieira (2010b) no qual é apresentada a trajetória do campo organizacional da cultura no Brasil, partindo do pressuposto de que o setor cultural pode receber um enfoque organizacional. Os autores consideram uma ideia de cultura trabalhada nos estudos

organizacionais, que diz respeito “à operacionalização restrita de um conceito, dependendo em maior ou menor grau da mediação de organizações” (SIMÕES; VIEIRA, 2010b, p. 15).

Primeiramente, mencionar o termo cultura é ter em mente que existe uma quantidade significativa de definições desse conceito¹, e que essa multiplicidade de entendimentos configura um debate antigo no campo científico. Essa amplitude de sentidos exige, então, que se determine sob qual perspectiva acerca de cultura pretende-se realizar este trabalho. Cabe ressaltar que estudos relacionados à cultura são desenvolvidos em várias disciplinas científicas das ciências humanas e sociais, visto que é um tema de relevância quando há interesse em investigar as dinâmicas e os arranjos da vida em sociedade.

Segundo Williams (2007) a história da palavra “cultura” é complexa e ainda ativa, o que acarreta na transitividade do uso do termo ao longo do tempo. No entanto, o autor destaca o surgimento de uma certa convergência contemporânea em torno do conceito de cultura, que abarca seus sentidos antropológico e sociológico, referentes ao “sistema de significações” envolvido em todas as formas de atividade social, juntamente com seu sentido mais especializado, que diz respeito à noção mais comum de cultura, qual seja: “atividades artísticas e intelectuais”; embora, tais atividades sejam definidas de forma mais ampla, não incluindo apenas as artes, mas também as “práticas significativas” - desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia, até o jornalismo, moda e publicidade - que agora constituem esse campo complexo e necessariamente extenso” (WILLIAMS, 2008, p. 13).

Em síntese, de acordo com Brant (2009), para Williams pode-se reconhecer três categorias amplas e ativas do uso do termo cultura:

[...] o processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético; a referência a um povo, período, um grupo da humanidade em geral; as obras e as práticas da atividade intelectual, particularmente artística, sendo este último o seu sentido mais difundido: ‘cultura é música, literatura, pintura, escultura, teatro e cinema’” (BRANT, 2009, p. 18).

No Brasil, pode-se dizer que o termo cultura tem seu sentido revisto e ampliado, sobretudo a partir do início dos anos 2000. Segundo Coelho et.al (2019, p.366), após

¹ Ver: THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **De falácias e de cultura**. Revista de Administração Pública, RAP, Rio de Janeiro 35(4):7-17, Jul./Ago.2001

2002, aquilo que se entendia e se reconhecia enquanto cultura no país passa por um esforço de transição, “do conceito estrito de Cultura (com C maiúsculo) para um conceito mais abrangente, de um público espectador para o povo fazedor de cultura”. Com isso, segundo as autoras, emerge um diferente modo de olhar para a cultura, “sob o pretexto de favorecimento da expressão da diversidade cultural e do reconhecimento da heterogeneidade do público, que não apenas a recebe, mas a produz” (COELHO et.al, 2019, p.367).

Sendo assim, o conceito de cultura abordado nessa pesquisa se refere ao que vem sendo desenvolvido, sobretudo, a partir de 2003, por meio do Ministério da Cultura (MinC), numa perspectiva proposta por Gilberto Gil de reconhecer e valorizar as diversas formas de manifestação cultural no Brasil (BRANT, 2009), em que se relacionam os sentidos antropológico do termo com sua definição relacionada, também, às diferentes linguagens artísticas.

Deste modo, destaca-se a concepção tridimensional da cultura apresentada no documento básico elaborado pelo MinC para a implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC)² e para fundamentar as políticas culturais nacionais no país. Tal concepção de cultura incorpora suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, na proposta de construir um arcabouço para a Política Nacional de Cultura no Brasil.

A dimensão simbólica da cultura refere-se à produção, circulação e apropriação de símbolos, significados e valores que constroem a identidade de uma sociedade. Ao adotar essa abordagem abrangente do conceito, o MinC propõe a implementação de políticas culturais que destacam não apenas as artes consolidadas, mas toda a variedade de expressões que delineiam a diversidade cultural do país, buscando promover a preservação e a difusão da diversidade de manifestações culturais. Nesse sentido, ressalta-se que o programa Cultura Viva³ é um exemplo da implementação dessa perspectiva ampliada de cultura (DOCUMENTO BÁSICO DO SNC, 2011).

A dimensão cidadã da cultura destaca a participação ativa dos cidadãos na vida cultural da sociedade, na busca por estimular a democratização do acesso aos bens

² Material elaborado pelo Ministério da Cultura, intitulado Sistema Nacional de Cultura: Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC (2011).

³ O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva foi criado em 2004, pelo Ministério da Cultura. Surgiu para estimular e fortalecer no país rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura, que são grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades.

culturais, garantindo que todas as camadas da população possam se beneficiar das expressões artísticas e culturais.

A dimensão econômica da cultura, por sua vez, reconhece a contribuição do setor cultural para o desenvolvimento econômico e social do país, considerando, também, a cultura como fator de humanização desse desenvolvimento econômico, associado à proteção da identidade e da diversidade cultural dos povos (DOCUMENTO BÁSICO DO SNC, 2011).

Procura-se, então, compor uma definição de cultura que permita transpor o plano teórico e entendê-la como um sistema de significados que se concretiza nas manifestações culturais e é, de certa forma, mediado pelas organizações que compõem o campo cultural. Considera-se, nessa perspectiva, que as expressões culturais são criadas e recriadas num jogo de relações repleto de antagonismos e diversidades sociais, políticas e econômicas, o qual constitui a sociedade e se manifesta na cultura através de símbolos, significados e outros elementos (SIMÕES; VIEIRA, 2010b).

É essa compreensão de cultura, como possibilidade de manifestações de antagonismos, conflitos e relações de poder, que pode sustentar a compreensão do campo da cultura. Esses elementos, uma vez presentes no ambiente ao qual o campo da cultura faz parte, acabam, em maior ou menor grau, influenciando a estruturação e a dinâmica das manifestações e das organizações culturais (SIMÕES; VIEIRA, 2010b, p. 17).

Partindo dessa noção preliminar de cultura, busca-se refletir nesta pesquisa sobre os atores relevantes que compõem o campo organizacional da cultura no Brasil, em particular, o campo da cultura em Florianópolis. É com essa reflexão que surge a possibilidade de investigar a atuação das universidades como agentes que participam do processo de institucionalização do referido campo; pois, além dos agentes e coletivos culturais, órgãos de classe, organizações da sociedade civil e entidades do poder público, as universidades são, também, atores importantes nesse processo. Sobre isso, Rubim (2019) aponta para algumas interfaces entre o setor da cultura e as instituições universitárias.

A universidade brasileira nasce tardiamente, no século XX. Apesar disso, logrou se desenvolver e se consolidar como responsável por grande parte da pesquisa científica no país e, também, como uma instituição com interessante atuação cultural, tendo potencial de desenvolver múltiplas atividades nesta área (RUBIM, 2019). De acordo com o autor, a discussão dos enlaces entre cultura e universidades depende,

primeiramente, da predisposição da própria instituição de se encarar efetivamente como instituição cultural. Entretanto, ainda que dependa da vontade política da universidade e de seu corpo dirigente, Rubim (2019) ressalta que o contexto sociopolítico também desempenha um papel importante nas maneiras que as instituições universitárias desenvolvem relações com o campo da cultura.

Dessa forma, visto que a temática de cultura e universidades se mostra uma área de fértil problematização e reflexão, instiga a presente pesquisa observar e analisar, de maneira sistematizada, a atuação de universidades no campo da cultura. Assim como apresenta Souza *et al.* (2019), há uma potencialidade para formação de redes de criação, produção, circulação e fruição cultural, a partir da articulação entre ações, projetos, políticas e estruturas acadêmicas e de gestão voltadas ao campo cultural, que são desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES). Segundo os autores, é potente a pluralidade de equipamentos, estruturas, grupos, projetos e ações de natureza cultural que existem nas IES. Ou seja, são amplas as possibilidades de intersecção entre o campo da cultura e as universidades.

Diante disso, haja vista a necessidade de um recorte para análise, foi selecionada uma universidade pública federal como objeto do estudo, a fim de observar a atuação desta instituição universitária no processo de institucionalização do campo da cultura da cidade onde está inserida; além disso, estabeleceu-se um recorte temporal, que leva em consideração um marco político para o campo cultural brasileiro. Formulou-se, então, a seguinte questão de pesquisa: **qual a relação entre as ações desenvolvidas pela UFSC na área da cultura e a institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis, no período entre 2003 e 2023?**

A partir disso, apresentam-se três eixos para a construção teórica do trabalho: as noções de estruturação e consequente institucionalização de um campo organizacional, segundo a teoria institucional na vertente do neoinstitucionalismo sociológico; o processo de estruturação e institucionalização do campo organizacional da cultura no Brasil; e as relações entre universidades com o campo cultural brasileiro. Feita a apresentação desses eixos teóricos, serão apresentados os dados coletados a fim de particularizar o cenário do estudo para a análise. Ou seja, será exposto o levantamento de ações da UFSC na área da cultura e informações sobre a estruturação e possível institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis, para, então,

discorrer sobre como se deu a participação da UFSC na institucionalização do campo da cultura na capital catarinense.

Por fim, cabe ressaltar que falar e escrever sobre universidade e sobre cultura no atual contexto político nacional é ir na contramão de ataques e afrontamentos que tanto as universidades públicas, quanto o setor cultural brasileiro, sofreram a partir de 2019, quando se instaura no país um regime político conservador⁴ e negacionista⁵ com a posse do Presidente Jair Bolsonaro.

Segundo Amaral (2019), o grupo político que assumiu o poder em janeiro de 2019 se constitui de pessoas com pensamento ultraconservador nos costumes e ultraliberal nos aspectos econômicos, o qual passou a desenvolver, sobretudo pelo Ministério da Educação, uma campanha pública que procura fragilizar as Universidades Federais. A população brasileira, desde então, tem recebido informações que colaboram para que as pessoas passem a ver as Universidades Federais como locais em que há um grande desperdício do dinheiro público que nelas são aplicados (AMARAL, 2019).

O setor cultural, por sua vez, também foi eleito alvo de ataques por parte do executivo federal. “Com o governo Bolsonaro, o processo de desmonte e descaracterização das políticas públicas e das principais instituições culturais do país toma outra dimensão e avança rapidamente, começando pela imediata extinção do Ministério da Cultura” (PEIXE, 2022, p. 26). Além disso, os fazedores/as de cultura do país passaram a ser considerados inimigos, sendo atacados numa guerra permanente contra o setor, em que os dirigentes se sucederam no comando da Secretaria Especial de Cultura e dos demais órgãos da cultura no governo federal, assumindo a gestão pública da cultura com posicionamentos retrógrados (PEIXE, 2022).

Somado a esse contexto político nacional, o mundo é acometido pela pandemia de Covid-19 que afetou fortemente o setor cultural, pois devido à necessidade de distanciamento social, eventos e demais atividades que pudessem provocar

⁴ Para a ciência política, “o termo Conservadorismo designa ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras”. Fonte: Dicionário de política. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ªed., 1998.

⁵ Definição de negacionismo: *s.m.* Atitude tendenciosa que consiste na recusa a aceitar a existência, a validade ou a verdade de algo, como eventos históricos ou fatos científicos, apesar das evidências ou argumentos que o comprovam. Palavras relacionadas: negacionista (opinião negacionista, negacionistas da ciência). Fonte: Academia Brasileira de Letras. Acesso em 18 de out. 2022. <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/negacionismo#:~:text=s.m.&text=Defini%C3%A7%C3%A3o%3A,ou%20argumentos%20que%20o%20comprovam.>

aglomerações foram suspensas em todo país. Com isso, “o fechamento de espaços culturais e o cancelamento de apresentações e demais eventos, resultou, em uma súbita e substancial perda de receitas para muitos artistas e demais pessoas ligadas ao setor” (NASCIMENTO, 2021, p. 114).

Já a universidade se viu obrigada a repensar suas atividades frente à impossibilidade de ações presenciais com a pandemia. Numa primeira fase, suspendeu ações revendo a relação com as suas múltiplas atividades e com a educação presencial e, num segundo momento, viu aumentar a demanda pelo uso e pelo suporte da educação não presencial de uma forma para a qual não estava preparada (CASTIONI, et al. 2021).

Dito isso, ressalta-se que não é objetivo do presente estudo realizar a análise detalhada do recente contexto político-social do Brasil; entretanto, considera-se relevante salientar que a produção deste trabalho não se dá de maneira alheia aos acontecimentos que circunscrevem a pesquisa e, tampouco, à realidade da pesquisadora, os quais estão diretamente ligados ao tema do trabalho. Como apresentado no início deste capítulo, a universidade é uma instituição social que exprime, de maneira determinada, o modo de funcionamento e a estrutura da sociedade como um todo (CHAUI, 2003). Logo, é possível verificar no “interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade” (CHAUI, 2003, p. 5). O contexto social, portanto, está imbricado tanto ao tema deste trabalho quanto à sua própria produção.

1.1 OBJETIVOS

Com o intuito de responder a pergunta de pesquisa, foram delimitados o objetivo geral e os objetivos específicos para o desenvolvimento do trabalho.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a relação entre as ações desenvolvidas pela UFSC na área da cultura e a institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis, no período entre 2003 e 2023.

1.1.2 Objetivos específicos

- a. Mapear a atuação da UFSC na área da cultura, entre 2003 e 2023, no que tange às ações desenvolvidas nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão e à administração da cultura dentro da universidade;
- b. Levantar quais os fatores, do ponto de vista histórico, foram relevantes para estruturação do campo organizacional da cultura em Florianópolis, no período em análise;
- c. Averiguar o aumento no grau de interação entre as organizações do campo e no fluxo de informação no campo em análise, a partir de 2003;
- d. Analisar o surgimento de estruturas interorganizacionais de dominação e padrões de coalizão no campo organizacional da cultura em Florianópolis, no período entre 2003 e 2023;
- e. Examinar o aumento do grau de concordância com a lógica institucional que guia as atividades no campo organizacional da cultura na capital catarinense, nos últimos vinte anos;
- f. Verificar o aumento da clareza das fronteiras do campo e do isomorfismo no campo organizacional da cultura em Florianópolis, no período em análise;
- g. Prospectar as possíveis relações entre as atuações da UFSC (nos âmbitos do ensino, pesquisa, extensão e administração) com a institucionalização do campo organizacional da cultura na capital de Santa Catarina.

1.2 JUSTIFICATIVAS

As justificativas para o desenvolvimento da presente pesquisa são de ordem pessoal, teórica e prática. Primeiramente, justifica-se o interesse pessoal da pesquisadora no tema da pesquisa, pela sua inserção direta no campo a ser estudado. A autora deste trabalho fez sua graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná e, em 2018, assumiu o cargo de servidora técnica-administrativa em educação na UFSC, lotada no Departamento Artístico Cultural (DAC), setor que é vinculado à Secretaria de Cultura, Arte e Esporte (SeCArTE) da universidade. Com participação direta e cotidiana nas ações de cultura da UFSC, sua vivência despertou interesse em desenvolver este estudo, a partir do qual poderá ampliar e aprofundar, sob perspectiva

científica, o conhecimento acerca da atuação das universidades no campo da cultura. Tal conhecimento, seguramente, contribuirá para a qualificação da própria atuação profissional da autora na universidade em que trabalha.

No que se refere aos aspectos de ordem teórica, justifica-se a pesquisa pela aplicação da abordagem do neoinstitucionalismo sociológico em uma análise organizacional, haja vista que a teoria institucional colocou no centro da interpretação sobre a realidade organizacional as ideias de legitimidade e isomorfismo, conceitos que passaram a ser considerados como fatores vitais à sobrevivência das organizações (CARVALHO; VIEIRA, 2003). Ademais, tal abordagem oferece ferramentas teóricas que são capazes de deslocar o nível de análise das organizações para a noção de campo organizacional, o que amplia a compreensão dos processos de mudança e da dinâmica das relações de um conjunto de organizações dentro de um mesmo ambiente institucional (CARVALHO; VIEIRA, 2003). De acordo com Carvalho e Vieira (2003, p. 40) “isto permite um delineamento mais preciso da configuração de uma área específica de atividade e, assim, a elaboração e a implementação de políticas públicas mais apropriadas para o desenvolvimento de setores específicos”.

A presente pesquisa, então, apoia-se nos pressupostos da teoria institucional para analisar o setor da cultura no Brasil o qual, segundo Goulart, Menezes e Gonçalves (2003), é um campo cada vez mais importante para o desenvolvimento das sociedades. Isso porque a cultura é um dos principais elementos que constituem a sociedade sendo, também, “um importante componente para o alargamento da consciência (crítica) humana” (KNOPP et al., 2010, p. 57).

Além disso, destaca-se a relevância do tema da pesquisa, acerca da estruturação e institucionalização do campo da cultura, pois, de acordo com Delagnello, Salles e Silva (2019) a estruturação de um campo organizacional e, por conseguinte, sua institucionalização, podem ser consideradas importantes indicadores de amadurecimento de qualquer campo social. No caso do campo da cultura no Brasil, esta é uma discussão cara sobretudo pela configuração do campo cultural brasileiro a partir da crise desencadeada com a extinção e posterior recriação do Ministério da Cultura em 2016 (BARBALHO, 2017) e, com sua extinção pelo governo do Presidente Jair Bolsonaro, em 2019. Segundo Rubim (2021),

Bolsonaro, desde o início de seu mandato, em janeiro de 2019, aprofundou o ímpeto de dismantelamento da institucionalidade do setor cultural com a extinção do Ministério da Cultura e sua redução a uma mera secretaria

especial, vinculada, aleatoriamente, ao Ministério da Cidadania e depois, em novembro de 2019, ao Ministério do Turismo (RUBIM, 2021, p. 39).

Dessa forma, o presente estudo buscará analisar o processo de estruturação do campo organizacional da cultura em Florianópolis, e sua possível institucionalização, a partir de indicadores propostos pelos autores da teoria institucional. Com isso, a pesquisa contribui para o alargamento da compreensão acerca do processo de institucionalização do campo cultural, com base no arcabouço teórico institucionalista, o que aprofunda o pouco conhecimento que existe sobre o tema no Brasil. Ademais, após levantamento exploratório da bibliografia, verificou-se que há poucos trabalhos na área dos estudos organizacionais que relacionam a atuação de universidades com o campo da cultura; portanto, ainda existe uma lacuna na literatura em relação a este tema o que, também, justifica a contribuição da presente pesquisa para a área.

Quanto à delimitação do trabalho, optou-se por analisar mais detidamente a influência da UFSC na institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis. Tal escolha se deu a partir do entendimento de que as universidades são instituições características e indispensáveis na sociedade moderna (TEIXEIRA, 1998) e que conseguiram se desenvolver e consolidar em um patamar científico e cultural bastante expressivo, “sendo [a universidade pública] responsável hoje pela quase totalidade da pesquisa no país e por uma interessante presença cultural” (RUBIM, 2022, p. 9).

A escolha por uma pesquisa na UFSC se justifica pelo grande potencial de aprendizado que pode ser revelado ao analisar o local onde a pesquisadora é aluna e servidora. Apesar da universidade ser multicampi, optou-se por considerar no estudo a cidade onde se encontra sua sede e que é, também, a capital do estado de Santa Catarina.

Acerca do recorte temporal proposto na pesquisa, recorre-se a Rubim (2021) para justificar o período de análise a partir de 2003. Segundo o autor, o Brasil viveu entre 2003 e 2016 um momento singular, em que se colocou na agenda do país o tema da cultura e das políticas culturais. Isso se deu, principalmente, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2010-2016), ambos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A partir de 2003 o Ministério da Cultura é reestruturado e a inovação de políticas culturais, com a criação de diversos programas e projetos, colocou o MinC em um patamar político que nunca havia sido alcançado na

história do Brasil, sendo a gestão ministerial de Gilberto Gil um marco na trajetória do campo da cultura no país (RUBIM, 2021).

Por fim, no que se refere aos aspectos práticos, a pesquisa poderá auxiliar outros pesquisadores no desenvolvimento de estudos sobre a institucionalização do campo organizacional da cultura. Além disso, poderá auxiliar gestores culturais - tanto da universidade em questão, quanto dos órgãos municipais de cultura de Florianópolis - na compreensão acerca dos papéis desempenhados pelos diferentes agentes e organizações no processo de estruturação e possível institucionalização do campo cultural na cidade e, sobretudo, na formulação e execução de ações que visem o fortalecimento do campo da cultura.

2. TEORIA INSTITUCIONAL E O CAMPO ORGANIZACIONAL DA CULTURA NO BRASIL

Na presente seção, são apresentados os principais pressupostos da teoria institucional, os quais dão base para o desenvolvimento da pesquisa. A partir disso, apresenta-se o histórico do campo organizacional da cultura no Brasil para, em seguida, apontar para alguns esforços de institucionalização deste campo no país.

2.1 ABORDAGEM INSTITUCIONAL SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CAMPOS ORGANIZACIONAIS

A ideia e a imagem de “campo”, dentro das Ciências Sociais, surge a partir do olhar para agrupamentos sociais não como objetos “duros” de análise, mas como grupos ou organizações que, na realidade, constituem um campo sociocultural de relações (FONSECA; AUGUSTO, 2008). Ao se adotar a noção de campo, podem ser analisados feixes de relacionamentos no interior de um determinado conjunto de organizações; e tais relações permitem análises em vários níveis: macro, meso e micro (FONSECA; AUGUSTO, 2008). Dessa forma, a definição de campo exige uma robusta elaboração conceitual, juntamente de uma validação de ordem prática. Diante disso, nos estudos organizacionais o conceito de campo e, especialmente de campo organizacional, desde sua definição inicial, tem sido foco de um amplo debate.

Diferentes concepções foram apresentadas em torno do termo nos estudos organizacionais, com o intuito de aperfeiçoar o próprio conceito e sua operacionalização (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006). Contudo, de acordo com Fonseca e Augusto (2008, p. 3), “as pesquisas sobre o tema baseadas na teoria institucional têm crescido nos últimos anos e encontram no trabalho de DiMaggio e Powell (1983) e Scott (1994) a referência fundamental”.

Acerca deste conceito, DiMaggio (1991) acredita que para compreender a institucionalização das formas organizacionais, faz-se necessário, primeiramente, apreender os processos de estruturação do campo organizacional; o qual é formado pelo conjunto de organizações que estão em relação e exercem influências mútuas de alguma forma. “Fazem parte do campo organizacional as organizações que controlam, regulam, organizam e representam as outras organizações dentro do campo” (SIMÕES, 2006, p.21).

Segundo Scott (1994, p.71), “campos identificam comunidades de organizações que participam dos mesmos sistemas de significado, estão definidos pelos mesmos processos simbólicos e estão sujeitos aos mesmos processos regulatórios”. Ou seja, o campo organizacional é uma complexa rede composta por diversas organizações que mantêm relações de dependência mútua.

Para melhor compreensão do conceito de campo organizacional, considera-se relevante realizar algumas reflexões em torno das ideias centrais de autores que constituem a teoria institucional, na vertente do neoinstitucionalismo sociológico, no âmbito dos estudos organizacionais. A partir dos trabalhos de Meyer e Rowan (1977), DiMaggio e Powell (2005) e de Scott (2008), pretende-se elencar os argumentos substanciais que dão corpo às discussões acerca dos processos de institucionalização das organizações na sociedade moderna, de fatores que levam à estruturação institucional dos campos organizacionais e dos mecanismos que ocasionam a similaridade entre as organizações. Estas são algumas premissas do neoinstitucionalismo sociológico, que surge como uma perspectiva teórica no final da década de 1970 (SCOTT, 2008) e que lança novas problemáticas na análise de organizações - a princípio, o faz com certa “imaturidade” conceitual e metodológica, mas com o passar dos anos vai ganhando solidez (SCOTT, 2008). Nenhum dos conceitos a serem apresentados se esgotarão no desenvolvimento do presente texto, haja vista a existência de uma ampla literatura que

embasa a Teoria Institucional; considerou-se, então, destacar aquilo que é fundamental para a compreensão de algumas concepções formuladas pelos teóricos mencionados.

A institucionalização pode ser entendida como o processo que engloba certas obrigações sociais, as quais passam a assumir status de regra no pensamento e na ação de gestores (MEYER; ROWAN, 1977). Na busca pela legitimidade, as organizações formais adotam normas institucionais que atuam no papel de “mito racionalizado”, o qual é incorporado por essas organizações a fim de perpetuar sua sobrevivência - ou seja, certas práticas e procedimentos são adotados cerimonialmente para que a organização esteja de acordo com o ambiente institucional em que está inserida (MEYER; ROWAN, 1977). Este ambiente institucional é constituído por normas, valores e símbolos que configuram a realidade social com a qual as organizações interagem e que são importantes para que as mesmas sigam sobrevivendo. Além disso, segundo Meyer e Rowan (1977), as estruturas formais das organizações apresentam elementos racionalizados que estão profundamente enraizados na sociedade; os autores apontam que “muitas das posições, políticas, programas e procedimentos das organizações modernas são reforçadas pela opinião pública, [...] pelo conhecimento legitimado por meio da educação, pelo prestígio social, pelas leis [...]” (MEYER; ROWAN, p.343, 1977). Sendo assim, visando cumprir com cerimônias reconhecidas socialmente, as organizações adotam esses elementos do ambiente institucional, ainda que tais elementos não estejam acoplados às atividades reais desenvolvidas no trabalho cotidiano da organização ou a fatores que a levarão à eficiência; isso porque a atitude de incorporá-los em suas estruturas formais maximizam sua legitimidade, aumentam seus recursos e sua capacidade de sobrevivência (MEYER; ROWAN, 1977).

Um conceito que complementa e amplia a compreensão acerca dos mitos racionalizados adotados pelas organizações é o isomorfismo institucional (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Quando as organizações formais são observadas em seus campos organizacionais, tendo em vista que estas seguem certas regras e normas em prol de legitimar seu lugar no ambiente institucional a que pertencem, nota-se um processo de homogeneização entre elas (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Resgatando as ideias desenvolvidas por Weber (1952) - de que a burocracia pode ser concebida enquanto manifestação do espírito racionalista da sociedade capitalista e que essa ordem racional se configurou na “gaiola de ferro” da humanidade, visto que a burocratização seria irreversível - os autores DiMaggio e Powell (2005) buscam explicar o que torna as

organizações similares, ou seja, o que leva à homogeneidade dos campos organizacionais na medida em que estes vão se estruturando.

Por campo organizacional entende-se “aquelas organizações que, em conjunto, constituem uma área reconhecida da vida institucional” (DIMAGGIO; POWELL, p. 76, 2005), ou seja, são os fornecedores, os consumidores, as agências regulatórias e outras organizações que produzem serviços e produtos similares; sendo que este campo organizacional, de acordo com os autores, só pode ser definido empiricamente através da observação de como se dá a “estruturação institucional”⁶.

O isomorfismo institucional define-se, dessa forma, como as modificações pelas quais passam as organizações no sentido de se tornar compatíveis com as características de seu ambiente institucional e de poder corresponder aos aspectos estruturais do campo organizacional em que estão inseridas - o que gera o processo de homogeneização (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Os autores identificam “três mecanismos por meio dos quais ocorrem mudanças isofórmicas institucionais [...]: 1) isomorfismo coercitivo [...]; 2) isomorfismo mimético [...]; 3) isomorfismo normativo” (DIMAGGIO; POWELL, p. 77, 2005). O primeiro mecanismo diz respeito às pressões formais e informais provenientes de outras organizações das quais a organização é dependente; o segundo caracteriza-se como o processo pelo qual a organização imita outras organizações reconhecidas como legítimas e bem-sucedidas, ou seja, as tomam como modelo; o terceiro, por fim, vai ao encontro da profissionalização dos indivíduos em um campo organizacional (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

Diante das ideias apresentadas até aqui, que foram algumas das bases da teoria institucional, pode-se perceber uma preocupação dos teóricos institucionalistas com os elementos do contexto em que as organizações estão inseridas, o que nos leva a refletir sobre o processo de estruturação e consequente institucionalização (MEYER; ROWAN, 1977). E, diante das características que o campo organizacional vai apresentando à medida que se torna cada vez mais estruturado, nota-se o isomorfismo institucional, ou seja, uma homogeneização entre as organizações (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Essas premissas sofreram revisões pelos autores, já que foram apontadas críticas acerca de um “determinismo” da teoria ao considerar que as regras impostas pela institucionalização não dão às organizações outras opções a não ser adotar tais

⁶ Pela necessidade de verificação empírica para definição de um campo organizacional, a discussão acerca de institucionalização será aprofundada mais adiante, com a apresentação de investigações baseadas em estudos de caso, as quais contribuem para o entendimento deste conceito.

elementos em suas práticas por “conformidade cerimonial” e dissociar as dimensões da estrutura e da agência⁷. Scott (2008) propõe uma reflexão acerca do amadurecimento da teoria institucional ao longo das últimas décadas, analisando elaborações e esclarecimentos teóricos, as melhorias de indicadores empíricos e o reforço das ferramentas metodológicas (SCOTT, 2008) que permitem constatar “evidências de progresso” e considerar as discussões abordadas por esta corrente teórica com maior densidade conceitual. O autor destaca que “embora no início os argumentos institucionais tivessem que chamar a atenção em grande parte devido à novidade de suas premissas teóricas, hoje eles são cada vez mais alimentados por tipos inovadores de dados e ferramentas analíticas sólidas” (SCOTT, 2008, p. 434).

Dito isso, de acordo com Fonseca e Augusto (2008), pode-se dizer que desde que DiMaggio e Powell (1983) apresentaram a ideia de que por meio das conexões de redes, entre um conjunto de atores relevantes, são transmitidas pressões isomórficas de natureza tanto coercitiva, quanto mimética e normativa,

proliferaram pesquisas concentradas na explicação do modo como padrões de influência, coordenação, competição e fluxos de mudança e inovação entre organizações se difundem e definem as operações dentro de um campo organizacional. Construído por meio de interações sociais, este campo, mais do que um mero um construto agregativo, se constitui como uma arena relacional de compartilhamento de significados comuns, em que estruturas e ações de organizações interdependentes são recursivamente institucionalizadas e legitimadas. Como tal, é no âmbito do campo organizacional que as forças institucionais revelam seus efeitos mais intensos (FONSECA; AUGUSTO, 2008, p. 01).

Este conceito de campo organizacional, portanto, pressupõe que as organizações operam num determinado “espaço”, em que haveria uma tendência isomórfica - ou seja, apresentam similitudes nas suas estruturas e processos, dentro de um mesmo ambiente institucional (SIMÕES, 2006). Dessa forma, não existem apenas relações de troca material entre as organizações, mas verificam-se, também, relações de troca simbólica que estão envolvidas na própria sobrevivência organizacional; a noção de campo

⁷ As noções de “estrutura” e “agência” são também elaboradas conceitualmente pelo sociólogo britânico Anthony Giddens. Em seu livro “A constituição da Sociedade” (1984), o autor apresenta os elementos da Teoria da Estruturação, a partir da qual discute e aprofunda os processos vividos pela sociedade em sua constituição. A perspectiva de Giddens tem sido usada em trabalhos desenvolvidos no âmbito dos estudos organizacionais, em que se relacionam o conceito de campo organizacional da Teoria Institucional, com a ideia de estruturação elaborada por Giddens. Contudo, segundo Fonseca e Augusto (2008), cabe esclarecer que o uso da concepção de estruturação como definida por Giddens para a abordagem do campo organizacional tem sido questionado por alguns autores. Dessa forma, no presente trabalho, será usada a noção de estruturação apenas segundo a abordagem da Teoria Institucional.

organizacional, então, não diz respeito somente às organizações que fabricam bens e serviços similares, pois fazem parte desse espaço outros atores relevantes para as trocas que ocorrem no campo, tais como: “órgãos governamentais nas esferas municipal, estadual e federal, as instituições de financiamento, grupos de fornecedores, representantes da sociedade civil organizada, os consumidores de bens e serviços e outras fontes de influência normativa e cognoscitiva” (OCAÑA; CARVALHO, 2006, p. 04).

Segundo Holanda (2003, p. 37), “o campo organizacional tem sido considerado um conceito-chave nas áreas de pesquisa onde o objetivo é contemplar as dimensões técnica, cultural e social”, e o uso de tal conceito se associa à idéia de que a sobrevivência das organizações depende da atenção que estas dão às conexões diretas, indiretas, objetivas e subjetivas que ocorrem entre os atores sociais - os quais não necessariamente controlam recursos materiais de uma organização (HOLANDA, 2003). Portanto, o conceito de campo organizacional tem colaborado para a ampliação do entendimento das relações entre organizações de diferentes naturezas, que apresentam interesses complementares.

Conforme anteriormente mencionado, um campo organizacional só pode ser definido empiricamente através da observação de como se dá sua estruturação. Isto é, “a estrutura de um campo organizacional não pode ser determinada a priori, mas deve ser definida com base numa investigação empírica, pois campos só existem na medida em que são definidos institucionalmente” (DIMAGGIO; POWELL, 1991, p. 65). De acordo com Holanda (2003), é no processo de estruturação que se dão repetidas interações entre os atores, o que permite a observação das fronteiras do campo organizacional.

DiMaggio e Powell (1991) estabeleceram, então, quatro elementos indicadores para a análise da institucionalização de um campo organizacional: aumento da interação entre as organizações; surgimento de estruturas interorganizacionais de dominação e padrões de coalizão; aumento da carga de informações a serem admitidas pelas organizações; e desenvolvimento de uma consciência mútua entre os participantes do campo de que fazem parte de um negócio comum.

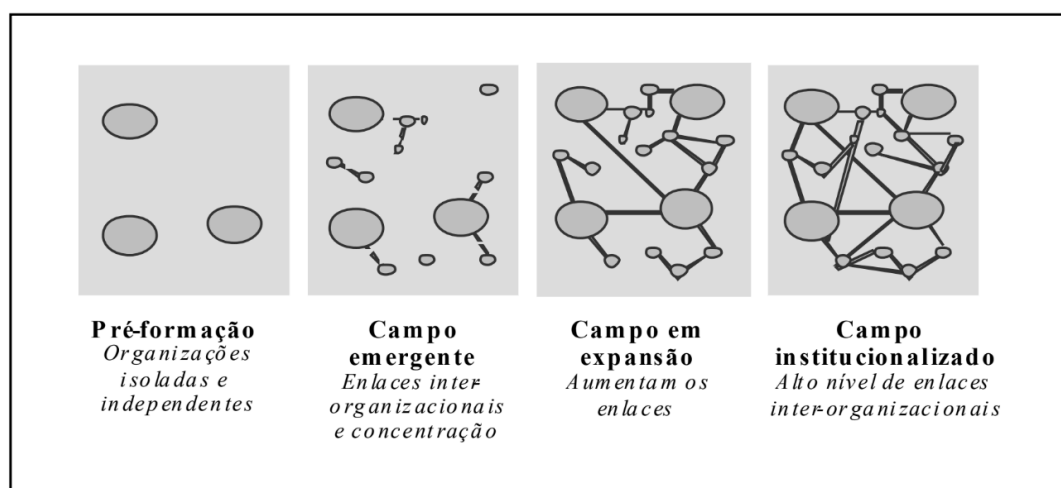
A estes elementos, Holanda (2003, p. 43), ao referenciar Scott (1995), elenca outros importantes indicadores:

- aumento do grau de concordância com lógica institucional que guia as atividades dentro do campo;
- aumento do isomorfismo das formas estruturais dentro do campo;

- aumento da equivalência estrutural das relações organizacionais dentro do campo;
- aumento da clareza das fronteiras do campo; e
- desenvolvimento de uma ordem dentro do campo significando a criação de uma consciência uniforme no que diz respeito ao status de várias formas organizacionais.

A autora ressalta que, em seu estágio inicial, um campo organizacional é composto de organizações isoladas e especializadas. Entretanto, com o decorrer do tempo, “o campo vai se estruturando e as organizações reconhecem a importância uma das outras, estreitando relacionamentos e aumentando a interação” (HOLANDA, 2003, p. 43). Para ilustrar esse processo de estruturação e posterior institucionalização, apresenta-se o quadro abaixo:

Figura 1: Etapas de formação de um campo organizacional



Fonte: Holanda (2003, p. 44)

Ainda de acordo com Holanda (2003, p. 45), faz-se necessário ressaltar que “o campo permanece em constante construção ao longo do tempo e o processo de institucionalização é uma questão de grau”, configurando um processo histórico em que aspectos político-institucionais estão predominantemente relacionados à estruturação do campo. Tanto o surgimento quanto a evolução dos campos organizacionais demonstram variações consoante circunstâncias temporais e históricas. Isso significa dizer que a história cumpre com um papel relevante no processo de construção, estruturação e institucionalização de um campo, “porque o passado disponibiliza um repertório de

scripts e tipificações os quais os atores usam para guiar seus comportamentos e escolhas no presente” (HOLANDA, 2003, p. 45).

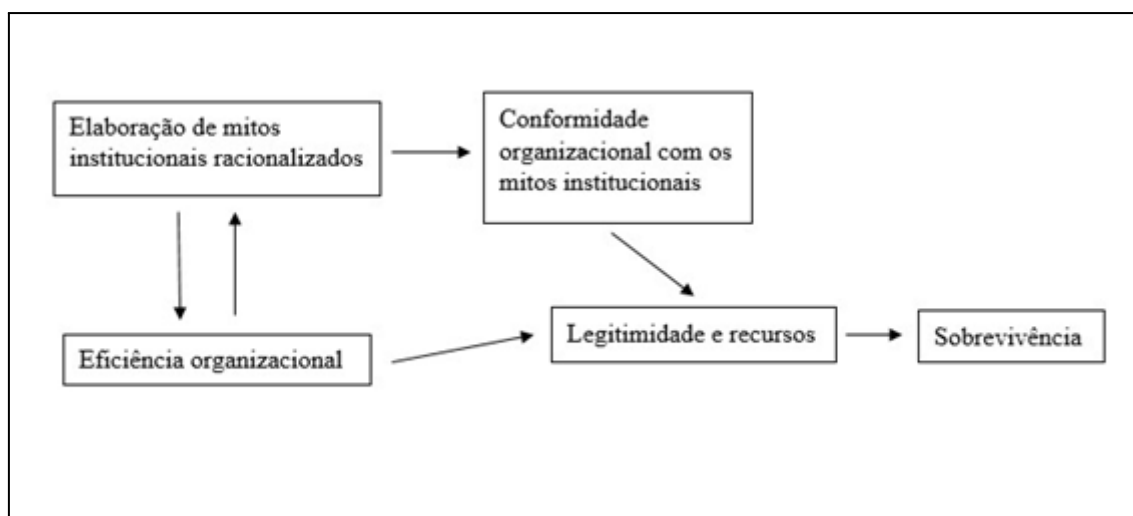
À vista disso, a estrutura do campo pode ser modificada pelas mudanças de alocação de recursos ou pela entrada de um novo ator. Portanto, para se estudar a formação, a estruturação e a institucionalização de um campo organizacional, é imprescindível buscar o entendimento da natureza e das dinâmicas da atividade que se desenvolvem neste espaço (HOLANDA, 2003).

Isto posto, cabe ressaltar quais os possíveis impactos da institucionalização para as organizações que compõem um campo organizacional. Segundo Meyer e Rowan (1977), o isomorfismo tem algumas consequências cruciais para as organizações, pois elas passam a incorporar elementos que são legitimados externamente, a empregar critérios de avaliação cerimoniais e a depender de instituições fixadas no campo. Tais ações tendem a reduzir a turbulência e a manter a estabilidade, o que, como resultado, promove o sucesso e a sobrevivência destas organizações no campo (MEYER; ROWAN, 1977). Os autores argumentam que ao incorporarem estruturas externamente legitimadas, as organizações podem permanecer bem-sucedidas e protegidas do fracasso; ou seja, a incorporação de elementos institucionalizados tornam uma organização legítima e, então, ela pode usar sua legitimidade “para fortalecer seu apoio e garantir sua sobrevivência” (MEYER; ROWAN, 1997, p. 349, tradução nossa).

Da mesma forma que a institucionalização tem impacto para as organizações, pode-se dizer que este processo também tem consequências para um campo organizacional. Conforme apresentam Meyer e Rowan (1977), o surgimento de um ambiente institucional estabiliza as relações organizacionais e esta estabilização resulta num campo capaz de proteger as organizações de “turbulências”. Isto é, um campo organizacional institucionalizado sofre menos com “dramáticas instabilidades” (MEYER; ROWAN, 1977).

O processo de sobrevivência organizacional apresentada por Meyer e Rowan pode ser observado no esquema abaixo:

Figura 2: Sobrevivência Organizacional



Fonte: Adaptado de Meyer e Rowan (1977, p. 353)

Tendo isso em mente, pode-se dizer que a estruturação e posterior institucionalização de um campo organizacional favorece a sobrevivência das organizações que a ele pertence. Com isso, tomando por base a perspectiva da teoria institucional, justifica-se que quanto mais elevado o nível de institucionalização de um campo, maior sua legitimidade frente à multiplicidade de campos organizacionais que podem existir na sociedade.

Sendo assim, neste trabalho, buscar-se-á resgatar o histórico do campo da cultura no Brasil e apreender suas características singulares, para refletir acerca das especificidades deste campo na cidade de Florianópolis. Com isso, objetiva-se analisar a estruturação e possível institucionalização do campo da cultura na capital catarinense, a fim de verificar o surgimento de uma tendência isomórfica que possa vir a garantir certa legitimidade das organizações pertencentes a este campo. Considera-se relevante tal perspectiva de institucionalização para o campo da cultura, pois, reflete, de certa forma, em seu fortalecimento. Conforme destacam Dellagnelo, Salles e Silva (2019),

A estruturação de um campo organizacional e sua consequente institucionalização podem ser consideradas indicadores importantes de amadurecimento de qualquer campo social. Acreditamos que a estabilidade das relações caracterizada por esse processo, sem significar rigidez dos comportamentos e estruturas existentes, indicam a constituição de um campo cuja dinâmica pode, de alguma maneira, ser reconhecida por seus agentes e, com isso, facilitar o estabelecimento de estratégias quer seja de manutenção ou mudança (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019, p. 45).

Dito isso, compreende-se que refletir sobre a estruturação e possível institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis é, em certa medida, analisar seu grau de amadurecimento e o quanto as organizações que a ele pertencem sofrem com instabilidades e falta de legitimidade. Tendo em vista que foi necessário particularizar o cenário do campo da cultura para a análise na pesquisa, cabe inicialmente apresentar uma visão geral da trajetória do campo organizacional da cultura no Brasil. Tal apresentação será feita no tópico a seguir.

2.1.2 A trajetória do campo organizacional da cultura no Brasil

Acerca do campo organizacional da cultura no Brasil, Simões e Vieira (2010a) apresentam uma importante contribuição ao refletirem sobre a trajetória desse campo no decorrer da história do país. Com o recorte temporal de 1920 a 2002, os autores traçam uma linha do tempo dos diferentes momentos do campo das organizações no Brasil, relacionando-os às noções de cultura que predominaram em cada período histórico. Tal estudo se mostra de grande relevância no que tange à análise das transformações do campo organizacional da cultura no país, tendo em vista que a compreensão do processo de estruturação e institucionalização de um campo organizacional passa pelo entendimento de que tal processo é, também, histórico.

Com o objetivo de analisar as influências do Estado e do mercado na administração da cultura no Brasil, os autores se preocuparam em verificar o grau de institucionalização do campo organizacional da cultura ao longo de oitenta anos. Partem da premissa de que muitas organizações culturais têm adotado práticas que estejam em consonância com as exigências do ambiente técnico e mercadológico ao qual se inserem. Assim, utilizando-se da abordagem da Teoria Institucional, Simões e Vieira (2010a) ressaltam a necessidade de uma ampla compreensão do complexo campo das organizações culturais no Brasil, haja vista que muitas destas organizações “adotam estruturas, regras, normas e valores que não respondem apenas a uma lógica de eficiência, mas também a uma lógica institucional, na qual são adotados símbolos, valores, ritos e ações cerimoniais - socialmente construídos - , visando à legitimação e ao reconhecimento social” (SIMÕES; VIEIRA, 2010a, p. 216).

O recorte temporal analisado por Simões e Vieira (2010a) corresponde ao período entre 1920 e 2002. Isso porque o campo só passa a ser “descrito como tal a

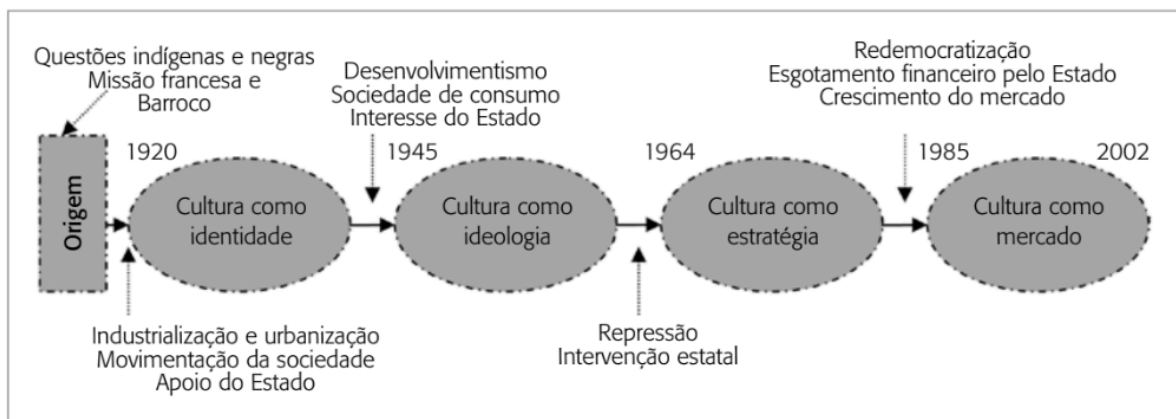
partir da década de 1920, com a sistematização de eventos e com criações continuadas de organizações” (SIMÕES; VIEIRA, 2010a, p. 2018). O ano de término da análise proposta pelos autores é 2002, por ser o último período de um governo completo no país, até o momento em que se finalizou o estudo.

Para traçar a trajetória do campo organizacional da cultura no Brasil, então, Simões e Vieira (2010a) buscam descrever a dinâmica que as organizações culturais foram construindo ao longo do tempo, atentando para os contextos social, político e econômico ao qual tais organizações pertencem. A partir de análises dos diferentes momentos ao longo do período histórico analisado, os autores propõem quatro configurações⁸ para o campo organizacional da cultura. São elas: 1) cultura como identidade, de 1920 até a década de 1940, em que se verificava uma intensa industrialização e urbanização no país, juntamente com uma movimentação da sociedade no sentido de se repensar a cultura no Brasil; 2) cultura como ideologia, de 1945 a 1964, período no qual aumenta-se o interesse do Estado pelo campo da cultura, pautado no pensamento desenvolvimentista para o crescimento de uma sociedade de consumo; 3) cultura como estratégia, durante os anos do regime de ditadura no país - 1964 a 1985 - momento de grande repressão aos movimentos sociais, diante do discurso militar de ameaça à segurança nacional, e de uma forte intervenção do Estado na área da cultura, com a criação de diversas organizações; 4) cultura como mercado, de 1985 a 2002, período de redemocratização e de profundas transformações na sociedade, mas também de consolidação do mercado numa lógica neoliberal.

Com base nos autores, a trajetória do campo organizacional da cultura, e a modificação das configurações é apresentada na figura a seguir:

⁸ A partir de 2003, Simões e Vieira (2010b) apontam para uma quinta configuração do campo organizacional da cultura: cultura como desenvolvimento. Essa perspectiva se relaciona com mudanças no governo federal, e com uma revalorização do papel do Estado para com o setor cultural.

Figura 3: A história do campo organizacional da cultura no Brasil



Fonte: Simões e Vieira (2010a, p. 225).

O período que caracteriza o campo organizacional da cultura como identidade, entre 1920 e 1945, é marcado “pela industrialização, pela urbanização, pelo crescimento do proletariado e do empresariado” (SIMÕES; VIEIRA, 2010b, p. 20). Diante dessas mudanças, o início do século XX mostra-se um tempo em que se repensa a cultura no sentido de resgatar tradições, costumes e etnias para a construção de uma identidade nacional. Dessa forma, pela primeira vez na história do país, é apresentada uma sistematização de ações direcionadas à cultura, buscando-se a valorização de características nacionais (SIMÕES; VIEIRA, 2010b). Há uma movimentação cultural por parte da sociedade, segundo Simões e Vieira (2010b), e a criação de um aparato administrativo legal por parte do Estado. A partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas, são criados o Serviço Nacional do Teatro e o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Verifica-se neste período o desenvolvimento de uma consciência mútua em torno da busca pela identidade nacional. Com o fim do Estado Novo, entretanto, há uma mudança na lógica do campo organizacional da cultura, o que leva à ideia de cultura como ideologia (SIMÕES; VIEIRA, 2010b).

O segundo momento da trajetória do campo organizacional da cultura, então, é o período de 1945 a 1964, em que o país vivia um intenso processo de mudanças, baseados na crença do desenvolvimentismo e do progresso. Com o governo de Juscelino Kubitschek, o Estado cumpre com o papel de manipular a construção de uma ideologia desenvolvimentista, financiando sob esta ótica a manutenção de organizações culturais já existentes (SIMÕES; VIEIRA, 2010b). De acordo com Simões e Vieira (2010b), o

período seguinte é marcado pelo aprofundamento crescente do processo de politização da cultura, o qual se iniciou nos anos de 1950 e foi intensificado com as movimentações político-culturais que tomaram o país na década de 1960.

Entre 1964 e 1985, a partir do golpe militar, a cultura passa a ser tratada como estratégia, sendo possível verificar que “a questão estratégica do Estado consistia em transformar a cultura em uma ferramenta para consolidação de um regime político autoritário” (SIMÕES; VIEIRA, 2010b, p. 25).

Verifica-se neste momento, por meio de ações coercitivas do Estado, a criação de uma série de órgãos, principalmente aqueles ligados à criação artística. Além disso, em decorrência da preocupação com a segurança nacional, é possível verificar que há uma movimentação por parte da sociedade civil em resistir de alguma forma à forte pressão do Estado e à própria interferência deste na definição do que seria a cultura. [...]Essa configuração é marcada pela centralidade da Funarte, das secretarias estaduais e do Ministério [da Educação e Cultura] (SIMÕES; VIEIRA, 2010b, p. 26).

Conforme destacam Simões e Vieira (2010b), após estes anos da ditadura, em que o Estado consolida um forte papel de interventor, observa-se na trajetória do campo da cultura do país uma nova configuração, estimulada pelas diversas transformações quanto à criação e recriação de organizações no período de redemocratização. Os autores apontam para a centralidade de organizações ligadas ao mercado como agentes importantes do campo organizacional da cultura; sendo, portanto, a influência do mercado a principal característica do campo nesse momento. Muitas manifestações culturais sem valor mercadológico acabam sofrendo uma descaracterização ou, até mesmo, desaparecendo e, em busca de legitimidade, os atores do campo passam a incorporar modelos gerenciais típicos da esfera privada (SIMÕES; VIEIRA, 2010b). Para os autores, “esse parece ter sido o rumo tomado pelo Estado ao adotar as leis de incentivo como ponto central de sua política cultural. É importante destacar que nessa configuração, a capacidade de decisão sobre o campo da cultura parece ter sido outorgada pelo Estado ao Mercado” (SIMÕES; VIEIRA, 2010b, p. 30).

Simões e Vieira (2010a) concluem em seu estudo que as quatro configurações do campo organizacional da cultura representam momentos de maior ou menor institucionalização. Os autores verificaram que a intensidade da atuação do Estado no campo está diretamente relacionada ao seu maior grau de complexidade e institucionalização. Em contrapartida, nos momentos históricos em que o mercado se

fez mais presente, os atores do campo da cultura apresentaram dificuldades de se legitimar no ambiente, em função da racionalidade do mercado não condizer com o contexto brasileiro.

Assim, a lógica que orienta cada uma das configurações do campo da cultura define diretamente a forma como o campo está estruturado e seu grau de institucionalização. Isso porque quanto mais as ações dos atores vão ao encontro da lógica predominante no contexto histórico-social, maior a legitimidade desses atores e mais institucionalizado é o campo. Logo, quanto mais os atores respondem a uma lógica que não corresponde ao contexto brasileiro, mais o campo parece sofrer um processo de desinstitucionalização. A ocorrência de um processo de desinstitucionalização justifica-se pelo fato de que a lógica que orienta o campo não facilita um comportamento isomórfico por parte dos atores nem sua legitimação perante o ambiente ao qual fazia parte, tornando assim o campo mais vulnerável à instabilidade (SIMÕES; VIEIRA, 2010a, p. 234).

Nesta análise das diferentes configurações do campo organizacional da cultura no Brasil, os autores concluem que categorias profissionais - de intelectuais e produtores culturais -, juntamente do Estado, mostram-se os principais atores estruturadores do campo. Ou seja, apesar dos fatores que estruturam um campo poderem sofrer influências do macrossistema em que estão inseridos, estes são resultados inquestionáveis da atuação do Estado (SCOTT, 1995). Portanto, o Estado se constitui como a principal força na definição da estrutura de um campo organizacional, incidindo, diretamente, nos indicadores⁹ elencados DiMaggio e Powell (1991) e por Scott (1995) para verificação do nível de institucionalização de um campo organizacional, os quais foram apresentados no tópico anterior do presente trabalho. O Estado, dessa forma, se configura como o principal agente capaz de impor processos coercitivos ao campo organizacional.

Isto posto, para compreensão da estruturação e institucionalização do campo organizacional da cultura, faz-se necessário, então, a definição dos principais agentes que integram este campo. Primeiramente, tem de haver o reconhecimento de que os integrantes do campo são aqueles que interagem em prol de uma iniciativa comum, visto que a partir disso é possível observar o estabelecimento de ligações que são responsáveis por manter a coesão no campo (FONSECA; AUGUSTO, 2008). DiMaggio e Powell (1983) destacam a importância de que todos os atores e suas influências dentro

⁹ Os elementos indicadores para a análise da estruturação/institucionalização de um campo organizacional foram apresentados anteriormente, na página 24.

do campo sejam investigados para a análise das origens e do processo de institucionalização de um campo organizacional e salientam que o Estado e as categorias profissionais são as organizações que mais atuam nos campos estudados por eles, a partir da segunda metade do século XX.

O Estado se coloca como um agente que, por meio de processos normativos, “regula as atividades, estabelecendo leis, alocando recursos-chave, impondo taxas e impostos, garantindo as patentes, enfim, exercendo controle regulatório” (HOLANDA, 2003, p. 39). As profissões também podem ser vistas desempenhando um importante papel institucional no campo, ao se assumirem como parte interessada enquanto grupos ocupacionais que têm autoridade em suas atividades e controlam a estrutura institucional de sua ocupação - podendo desenhar a regulação político-administrativa nos variados níveis do campo em que estão inseridas (HOLANDA, 2003).

As categorias profissionais que, ao longo do tempo, mostram-se presentes e atuantes no campo organizacional da cultura no Brasil são produtores culturais, artistas e arquitetos, os quais apresentam-se centrais para a evolução do campo (SIMÕES; VIEIRA, 2010b). Suas atuações se deram da seguinte forma:

Os profissionais vindos da classe artística parecem ter desempenhado suas ações via controles cognitivos e sistemas de crenças. Já os arquitetos e os produtores culturais foram, no campo da cultura, exemplos de atores que exerciam um papel normativo, criando tipificações e elaborando princípios de conduta e ação que definiriam, muitas vezes, a dinâmica de algumas relações no campo (SIMÕES; VIEIRA, 2010b, p. 33).

Simões e Vieira (2010a) ressaltam, também, a importância da busca pela compreensão do papel do Estado no campo organizacional da cultura, pois quando este deveria agir como regulador, desempenhou uma ação inconsistente; e, ademais, agindo de forma coercitiva, aparentou ter transformado a cultura em ferramenta de manipulação, apropriando-se dela para sustentação política. Referenciando o trabalho de Carvalho, Pacheco e Guimarães (2004), Simões (2006) argumenta que, em diferentes contextos, o Estado assume papéis a fim de dinamizar, preservar, fomentar, transformar, legislar e controlar o campo organizacional da cultura no Brasil, assumindo por vezes até mesmo um papel de interventor. Além desse argumento, Simões (2006) discorre que os autores referenciados apresentam uma reavaliação de artigos que têm como tema o campo da cultura e a Teoria Institucional e apontam para o fato de que todos estes estudos revelam como elo em comum tanto o papel do Estado quanto o das políticas

públicas, como fatores determinantes na institucionalização do campo e nas mudanças observadas nas atuações das organizações culturais.

No caso do campo da cultura no Brasil, tal argumento teórico se verifica empiricamente, tanto no estudo já apresentado de Simões e Vieira (2010a), quanto nos trabalhos de Vieira et.al (2001); Goulart, Menezes e Gonçalves (2003) e Vieira e Carvalho (2003). Tais estudos apoiam-se, também, na Teoria Institucional para o desenvolvimento de investigações empíricas e serão aqui apresentados para aludir a análises que contribuem para compreensão do processo de institucionalização do campo organizacional da cultura no Brasil.

O trabalho de Vieira et.al (2001) consiste em uma caracterização das organizações que compõem o setor cultural de Porto Alegre, incluindo elementos que constituem este campo organizacional na capital gaúcha. Os autores apresentam e interpretam gráficos que caracterizam as entidades do setor, demonstrando o crescimento e a importância do campo da cultura na cidade, além de evidenciarem a existência de pressões institucionais para obtenção de recursos e para alcançar a legitimidade necessária à sobrevivência das organizações dentro do campo organizacional. Corroboram, assim, para o entendimento acerca da relevância que a dimensão política tem na gestão das organizações culturais.

Neste estudo, Vieira et.al (2001) reforçam o argumento teórico de DiMaggio (1991), ressaltando que os processos de estruturação são anteriores aos processos de isomorfismo institucional e que, portanto, para entender a institucionalização de determinadas formas organizacionais é necessário, primeiramente, voltar o olhar à estruturação do campo organizacional. Dessa forma, os autores justificam seus esforços em caracterizar as organizações culturais de Porto Alegre, buscando a compreensão das suas formas de obtenção de recursos, seus vínculos e descrevendo a dinâmica interna das relações entre elas no campo.

Com isso, Vieira et.al (2001) partiram do levantamento de entidades sem fins lucrativos relacionadas com a cultura na cidade, chegando ao número de 52 organizações dentro dessa categoria e, deste levantamento inicial aprofundaram a pesquisa no intuito de sistematizar a data de fundação das entidades; o âmbito de atuação (local, municipal, estadual, nacional ou internacional); as principais atividades desenvolvidas; o número de participantes e o vínculo destes com cada uma delas (funcionários, estagiários ou voluntários); a faixa orçamentária; parcerias realizadas;

fontes de recursos; principais beneficiários; projetos desenvolvidos; associação ou vinculação das entidades com órgãos públicos ou privados e, por fim, a classificação das organizações quanto às categorias de atuação (literatura, teatro, música, patrimônio, etc).

Após análise exploratória, os autores concluem que o campo organizacional da cultura em Porto Alegre ainda era um campo em estruturação no momento da pesquisa e que o Estado dominava todo o processo de formação e estruturação das organizações apresentadas no estudo. Chama atenção, no entanto, o crescimento das profissões ligadas à área cultural o que indicava a tendência para a construção de um debate unificado em torno da definição da identidade organizacional do setor (VIEIRA, et.al, 2001). Tal tendência - ao retomar a Teoria Institucional - sinaliza para um processo mais consistente de institucionalização do campo organizacional da cultura na cidade o que possibilitaria, então, a emergência de práticas isomórficas “desde as mais evidentes como as de natureza coercitiva, até aquelas menos evidentes como as de natureza normativa e mimética” (VIEIRA, et.al, 2001, p. 20).

O trabalho de Goulart, Menezes e Gonçalves (2003), sobre a composição e características do campo organizacional dos museus e teatros da região metropolitana do Recife, é um estudo empírico que apresenta uma análise do setor cultural de Pernambuco, no qual os autores destacam a promoção de iniciativas por parte do governo estadual da época, a fim de fortalecer o setor cultural da região metropolitana da capital pernambucana. Nesse contexto dos anos 2000, as organizações culturais mais atuantes - apontadas pelos autores - são museus e teatros, sendo, portanto, as organizações selecionadas para o desenvolvimento da pesquisa.

Goulart, Menezes e Gonçalves (2003) identificaram 15 teatros e 18 museus e sistematizaram as informações quanto ao período de fundação; faixa orçamentária; fonte de recursos e realização de parcerias, e relacionaram tais dados à natureza administrativa destas organizações (museus e teatros públicos e privados). Após a fase exploratória, os autores apresentam uma análise dos dados levantados, embasados na Teoria Institucional. Ressaltam que o mapeamento dos museus e teatros da região metropolitana do Recife permitiu identificar tendências no que se refere à busca de recursos e realização de parcerias e, ao citarem DiMaggio (1991), salientam que a “sobrevivência de uma organização cultural irá depender da manutenção de um permanente ajuste entre as pressões de legitimidade, impostas pelo seu ambiente

institucional por meio de normas e costumes socialmente aceitos, e as exigências do ambiente técnico pela eficiência e eficácia” (GOULART; MENEZES; GONÇALVES, 2003, p. 134 e 135).

Tendo isso em conta, após interpretação dos dados, Goulart, Menezes e Gonçalves (2003) consideram que os museus e teatros são organizações que operam em um ambiente altamente institucionalizado e, portanto, sofrem pressões de setores da sociedade civil e de órgãos governamentais, sendo estes últimos aqueles que geralmente as controlam. Além disso, por se tratarem, em sua maioria, de organizações sem fins lucrativos, estas entidades “necessitam de legitimação social tanto em sua origem como em seu processo de sobrevivência e desenvolvimento” (GOULART; MENEZES; GONÇALVES, 2003, p. 133).

Já o trabalho de Vieira e Carvalho (2003) é um estudo comparativo da estruturação do campo organizacional da cultura em duas diferentes regiões do Brasil, representadas por suas capitais: Porto Alegre e Recife. Utilizando o arcabouço conceitual da Teoria Institucional, os autores indicam certos avanços ao tratarem dos processos de surgimento dos valores que são compartilhados pelas organizações dentro do campo, chamando atenção para dimensões do processo de estruturação que por vezes se aproximam ou se distanciam entre os campos analisados. O enfoque no referido estudo se dá, também, no campo dos museus e dos teatros.

A análise e os resultados apresentados por Vieira e Carvalho (2003) são fruto de investigações realizadas entre 1999 e 2002 e partem de duas preocupações fundamentais dos autores. A primeira delas diz respeito à Teoria Institucional como uma abordagem útil para a análise de organizações, a partir da qual procura-se

1) Analisar os valores que os principais atores sociais compartilham no campo e o modo como moldam as preferências que darão forma a um novo padrão de institucionalização; 2) identificar que recursos de poder dispõem, por meio da detecção de coalizões e estruturas de dominação e; 3) como utilizam esses valores para a consecução de seus objetivos com vistas a dominar o novo campo. O resultado final dessa disputa constitui-se na configuração do campo (VIEIRA; CARVALHO, 2003, p. 2).

A segunda preocupação dos autores é de ordem aplicada, tendo em vista que as organizações do campo da cultura, à época, não se configuravam objeto de investigação no âmbito dos estudos organizacionais (VIEIRA; CARVALHO, 2003). Dessa forma, busca-se lançar o olhar a este campo organizacional que vinha sofrendo profundas

transformações no final da década de 1990 e início dos anos 2000, com as organizações culturais vivenciando um “crescendo de profissionalização, uma busca incessante de eficiência nos procedimentos e dirigentes de perfil empresarial” (VIEIRA; CARVALHO, 2003, p. 2).

Após discorrerem sobre o campo dos museus e teatros em Porto Alegre e Recife, separadamente, Vieira e Carvalho (2003) constroem indicadores de análise a fim de comparar a estruturação organizacional destes campos em cada uma das cidades selecionadas para o estudo. A partir disso, demonstram as aproximações e distanciamentos dos processos de estruturação vividos nos dois diferentes contextos, através do seguinte quadro:

Quadro 2: Comparação entre Elementos da Estruturação do Campo dos Museus e dos Teatros em Porto Alegre e em Recife

DIMENSÕES	INDICADORES	PORTO ALEGRE	RECIFE
Arcabouço Estrutural e Processos de Gestão	Formalização	Troca de informações técnicas e experiências profissionais	Isolamento organizacional
	Comunicação	Dirigida para objetivos organizacionais	Com caráter de convívio social
Contexto de Referência e Grupos de Interesse	Contextos Local X Global	Ampliado, mirando para uma dimensão global	Priorização do local
	Profissionalização e Qualificação	Busca de formação específica em nível universitário Continuidade na qualificação	Primeiros passos para a atualização especializada Descontinuidade nas ações
Estratégias Institucionais	Perspectiva Estratégica	Ação em rede	Intercâmbio ocasional e desestruturado
	Cultura Gerencial	Prioriza os valores condizentes com a inovação	Prioriza os valores atrelados à tradição
	Redes Externas	Em estruturação	Dispersão institucional
Estratégias Organizacionais	Redes Internas	Integração vertical e horizontal	Presença da herança histórica e alta distância de poder
	Objetivos	Sobrevivência num espaço competitivo	Sobrevivência numa concepção de ambiente estático
	Dependência de recursos	Diversidade de fontes	Privilegia as verbas públicas

Fonte: Vieira e Carvalho (2003, p. 12).

De acordo com Vieira e Carvalho (2003), a maioria das organizações analisadas que possibilitaram a elaboração do Quadro 2, apresentado acima, pertencem à esfera pública municipal e estadual. Deste modo, segundo os autores,

pode-se dizer que o governo, nos seus diferentes níveis, possui forte influência na configuração do campo e na gestão das organizações. Essa influência é, entretanto, diferente nos dois contextos devido a elementos de natureza histórica, que privilegiam determinados atores sociais e recompensam os recursos de poder de que dispõem. Isso faz com que os indicadores de cada dimensão estudada se apresentem de forma bastante distinta (VIEIRA; CARVALHO, 2003, p. 11).

Com estas constatações, Vieira e Carvalho (2003) demonstram que o campo organizacional dos museus e dos teatros em Porto Alegre encontra-se mais estruturado do que em Recife; no entanto, ressaltam que nenhum dos dois campos estudados está vigorosamente institucionalizado. O esforço teórico e explicativo desenvolvido pelos autores alimenta uma ideia de que a dimensão e as especificidades locais, referentes às questões identitárias, históricas, políticas, sociais e culturais, “marcam fortemente a dinâmica do campo da cultura em cada uma das regiões estudadas” (VIEIRA; CARVALHO, 2003, p. 15).

Por fim, Vieira e Carvalho (2003) apresentam três afirmações as quais possibilitam uma visão ampliada da realidade organizacional dos campos investigados na pesquisa. A primeira é a fragilidade dos dois campos organizacionais; mas com o reconhecimento de que estavam sendo feitos esforços no sentido de uma maior estruturação do campo, principalmente em Porto Alegre. A segunda, trata-se da verificação de que na capital gaúcha, independentemente da política partidária, as autoridades municipal e estadual impõem um determinado sistema de valores às organizações estudadas, construindo a realidade social em que estão inseridas e, pelo processo histórico vivido em Porto Alegre, houve uma alteração da base de valores patrimonialista para profissional; diferentemente de Recife, em que a base de valores do campo ainda estava pautada numa tradição oligárquica. A terceira e última afirmação dos autores é a de que “em função do poder exercido pela administração pública, o mecanismo de isomorfismo mimético, que poderia ocorrer entre teatros e museus, dá espaço ao mecanismo de isomorfismo coercitivo com origem nas instâncias públicas, sendo estas responsáveis pela equivalência ou similaridade estrutural entre as organizações em ambos os campos” (VIEIRA; CARVALHO, 2003, p. 15).

Conforme os estudos apresentados até aqui, a estruturação do campo organizacional da cultura no Brasil é um processo com início na década de 1920 e que, desde então, passa por períodos de maior ou menor institucionalização. Ainda que seja prematuro inferir sobre o grau atual de institucionalização do campo, algo já pode ser dito com base nos autores citados ao longo do tópico: o Estado mostra-se um importante ator do campo, que atua imprimindo pressões institucionais às diferentes organizações que compõem o ambiente organizacional da cultura no Brasil. Sendo assim, haja vista o papel do Estado, considera-se relevante destacar o esforço de criação e implementação do Sistema Nacional de Cultura, ocorrido nas duas primeiras décadas dos anos 2000, como uma importante iniciativa sustentada pelo governo federal, através do Ministério da Cultura, a fim de estruturar e institucionalizar o campo cultural brasileiro.

2.1.3 O Sistema Nacional de Cultura e o esforço de institucionalização do campo cultural brasileiro

Um passo importante que foi dado no sentido de estruturar e institucionalizar o campo da cultura no Brasil foi a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), instituído pela Emenda Constitucional N°71, de 29 de novembro de 2012, a qual acrescentou o artigo 216A na Constituição Federal¹⁰.

Recorre-se a Barbalho (2014) para embasar reflexões sobre o processo de institucionalização do campo cultural, a partir da adesão dos entes federados ao SNC; pois, muitos programas e políticas culturais exigiram a estrutura de um sistema federativo para suas execuções. Além disso, o trabalho de Dellagnello, Sales e Silva (2019) também é abordado para que se reflita a respeito das mobilizações e esforços dos atores no campo da cultura, durante a idealização e posterior implementação do SNC, como fatores indicadores de um processo de institucionalização deste campo.

Barbalho (2014) elenca alguns acontecimentos marcantes que foram fundamentais no esforço de estruturação e conseguinte institucionalização do campo da cultura: “realização de Conferências Nacionais de Cultura; elaboração do Plano Nacional de Cultura; reativação e redefinição do Conselho Nacional de Política Cultural

¹⁰ De acordo com Dellagnello, Salles e Silva (2019), embora o Sistema Nacional de Cultura tenha sido instituído na Constituição Federal em 2012, foram realizadas ações anteriores do Ministério da Cultura que visavam a construção do SNC. Já no início do governo Lula em 2003, são verificados indicativos de formulação do Plano Nacional de Cultura que visava a instauração do sistema.

e criação do Sistema Federal de Cultura” (BARBALHO, 2014, p. 72). O autor busca analisar as participações dos diversos agentes governamentais e sociais, por meio de seus discursos, com o objetivo de observar como se deram as múltiplas manifestações e engajamentos que antecederam a realização da III Conferência Nacional de Cultura¹¹.

Após análises de discursos proferidos por diferentes atores do campo - dos mais diversos lugares do país, como secretários de cultura e presidentes de fundações culturais - Barbalho (2014) verificou que se deu um processo de hegemonização no campo da cultura; isto é, a construção de uma ampla identidade social com a política cultural do SNC, que teve o Ministério da Cultura (MinC) como agente principal na articulação das relações no campo. Portanto, a agenda nacional que se construiu em torno do SNC, e que foi encabeçada pelo MinC, foi um processo de fundamental importância para a existência de um consenso acerca do sistema - o qual se configurou num marco nas tentativas de institucionalização do campo da cultura no Brasil nos últimos anos.

Dellagnelo, Salles e Silva (2019) também refletem sobre o processo de construção do Sistema Nacional de Cultura e sobre a institucionalização das políticas culturais no Brasil, discorrendo sobre o conceito de campos organizacionais e o relacionando com o universo da cultura. De acordo com as autoras, visto que permite ampliar a análise das relações entre as organizações, incluindo mais de uma dimensão, o conceito de campo organizacional tem se mostrado um importante recurso para o entendimento de organizações que podem ser de diferentes naturezas, mas que se relacionam por apresentarem interesses em comum. Diante da possibilidade, portanto, de abarcar múltiplas organizações, as dinâmicas do campo da cultura se apresentam como um objeto passível de ser analisado por esse viés conceitual.

É importante frisar que o conceito de campo organizacional não se encerra apenas naquelas organizações produtoras de bens ou serviços semelhantes que estão inseridas em um mesmo ambiente. Também fazem parte desse espaço instituições como os fornecedores, os órgãos governamentais nas esferas municipal, estadual e federal, os representantes da sociedade civil organizada e, ainda, os consumidores de bens e serviços etc. O conceito parece, portanto, adequado para a análise de um campo organizacional complexo como o campo da cultura, permeado de atores sociais que influenciam a organização do campo como participantes de diferentes organizações, sejam elas formalizadas ou não (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019, p. 50).

¹¹ A III Conferência Nacional de Cultura ocorreu entre 27 de novembro e 01 de dezembro de 2013, com o seguinte tema: “Uma política de estado para a cultura - desafios do Sistema Nacional de Cultura”.

A estabilidade das relações no campo organizacional e a constituição de uma dinâmica que permita o estabelecimento de estratégias entre os agentes, a fim de manter ou provocar mudanças no campo, são reflexos do seu nível de estruturação e consequente institucionalização (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019). No caso do campo da cultura, apesar de evidenciadas relações estruturadas entre os atores, principalmente a partir da trajetória organizacional do campo (SIMÕES; VIEIRA, 2010a) e das políticas culturais no Brasil, na primeira década do século XXI se vivenciou um significativo esforço do Estado na estruturação do SNC, através do MinC, que viabilizasse a estabilidade nas relações entre os entes federados, com foco no fortalecimento das políticas públicas para a cultura e do próprio campo (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019).

Tomando por base os indicadores sugeridos por DiMaggio e Powell (1991), Dellagnelo, Salles e Silva (2019) propõem uma reflexão sobre a institucionalização do campo das políticas culturais no Brasil. Utilizando dados provenientes de estatísticas disponíveis na Secretaria de Cultura e no IBGE, as autoras partem de uma retrospectiva do campo cultural brasileiro, desde o período da redemocratização até o ano em que o estudo foi elaborado, para abordarem os elementos do Sistema Nacional de Cultura que incidem sobre o processo de institucionalização do campo das políticas culturais.

A construção do sistema prevê a adesão espontânea dos entes federados, a partir da assinatura do Acordo de Cooperação Federativa para o desenvolvimento do SNC, por meio do qual os estados e municípios devem manifestar o compromisso em criar o seu sistema de cultura por meio de lei própria em até dois anos. Segundo os dados levantados por Dellagnelo, Salles e Silva (2019), houve 100% de adesão ao sistema por parte dos estados e, até 2018, 76,1% do total de municípios do país já tinham aderiram ao SNC. Os números mostram que pela primeira vez na história do Brasil, desde a redemocratização, o governo federal foi capaz de apresentar uma política nacional formal para o campo da cultura, fruto de um longo processo de discussão em diferentes fóruns e instâncias, iniciado em 2003 (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019).

Tal índice elevado de adesão, segundo as autoras, indica “um significativo aumento de circulação de informações acerca da forma de organizar a administração pública da cultura no país” (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019, p. 58), o que revela um fato importante sobre o tema da institucionalização do campo, haja vista ser este um dos indicadores apontados por DiMaggio e Powell (1991).

Acerca de uma estrutura de gestão, o SNC aponta a necessidade da criação de um órgão exclusivo para a administração da cultura, cuja ação deveria ser orientada por um plano de cultura, um conselho de cultura e uma lei de financiamento, enquanto instrumentos legais a nível nacional; assim como determina a criação destes mesmos instrumentos (conselho, plano e fundo de cultura¹²) pelos estados e municípios, estimulando que organizem seus sistemas de cultura em leis próprias. Tal política propôs aos entes federados uma nova perspectiva para a construção de políticas culturais e uma forma diferente de gerir os recursos para a cultura e garantir o direito dos cidadãos ao acesso às manifestações culturais (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019, p. 59).

A disseminação pelo país de instrumentos de administração da cultura como os planos estratégicos pode ser relacionada a alguns indicadores do processo de estruturação do campo, como o aumento na carga de informações que circulam no campo (apud DIMAGGIO; POWELL, 1991), o aumento no volume de interações entre os agentes do campo, notadamente, no caso de campos organizacionais, de representantes de diferentes organizações, que, no campo da cultura, poderiam estar bastante afastadas sem a intervenção do processo de planejamento. O isomorfismo coercitivo, neste caso capitaneado pelo governo federal, é evidente, na medida em que a adesão ao sistema implicou, necessariamente, a adoção pelos entes federados dos mesmos instrumentos para a administração pública da cultura (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019, p. 64).

As ações em torno do SNC, portanto, se mostraram fundamentais no campo da cultura, no sentido de criar pressões aos entes federados rumo à institucionalização deste campo no Brasil. Dessa forma, a partir de 2003, com a recriação do Ministério da Cultura se inicia no país o desafio de inaugurar políticas culturais em circunstâncias democráticas, algo que foi inegavelmente colocado na agenda do MinC (RUBIM, 2013). Nesse contexto, conforme ressalta Mattia (2014), o campo da cultura passa a vivenciar significativas mudanças nas políticas públicas de cultura, sobretudo quando é aprovado no Conselho Nacional de Política Cultural, em 2009, o documento básico do SNC, o qual “visa unir esforços do Brasil inteiro – união, estados e municípios – para, juntos com participação da sociedade, fortalecer institucionalmente as políticas de cultura” (MATTIA, 2014, p. 77).

Conforme anteriormente mencionado, com as ações em torno do SNC, o MinC passa a adotar uma concepção que incorpora as dimensões simbólica, cidadã e

¹² Tais instrumentos passam a ser chamados de “CPF da cultura”.

econômica da cultura. Diante disso, observa-se que há um aumento no compartilhamento e na disseminação de valores que vão se tornando importantes para as organizações e agentes do campo da cultura no Brasil; tais como a democratização do acesso à cultura; a participação ativa da sociedade civil na construção de políticas culturais e a valorização da diversidade de manifestações e expressões culturais.

A partir dessa concepção, ampliam-se as discussões acerca da construção coletiva dos componentes do Sistema Nacional de Cultura nos diferentes estados e municípios brasileiros. A figura abaixo apresenta quais são os elementos constitutivos do SNC:

Figura 4: Componentes do SNC



Fonte: Portal do SNC - Ministério da Cultura¹³ (2023)

No crescimento da mobilização de estados e municípios para adesão ao SNC, são estabelecidos alguns componentes fundamentais a serem implementados nas esferas estaduais e municipais - o chamado “CPF” da Cultura: Conselho, Plano e Fundo. Em torno disso, portanto, os agentes do campo, por meio do MinC, constataram a necessidade de “implementar ações e serviços de capacitação e assistência técnica

¹³ Acesso em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/componentes-do-snc/>

visando dotar os estados/municípios da Federação com Planos estaduais/Municipais de Cultura, através da transferência de conhecimento e metodologias produzidas pelas universidades” (MATTIA, 2014, p.78).

Cabe ressaltar que no processo de construção do SNC, o Ministério da Cultura assumiu o apoio aos estados e municípios, por meio do Programa de Fortalecimento Institucional pela Implementação do Sistema Nacional de Cultura, oferecendo suporte na elaboração dos planos estaduais e municipais de cultura. Para tanto, firmou acordos de cooperação com a

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para desenvolvimento do Projeto de Apoio e Assistência Técnica à Elaboração de Planos Estaduais de Cultura, contemplando 17 estados e depois ampliando para 23 estados da federação; e com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) para desenvolvimento do Projeto de Apoio e Assistência Técnica à Elaboração de Planos Municipais de Cultura de Capitais e Cidades de Regiões Metropolitanas, contemplando 20 municípios, sendo também ampliado em etapas posteriores por meio de Plataforma em Ensino a Distância, contemplando um número expressivo de municípios, 2014/2015 – 333 municípios e 2016/2017 – 557 municípios (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019, p. 63).

Aqui, portanto, ressalta-se uma das possíveis atuações das universidades para institucionalização do campo organizacional da cultura no Brasil, discussão que é tema do presente estudo e que será abordada com mais profundidade no desenvolvimento do trabalho, com recorte na cidade de Florianópolis. Para dar o enfoque, então, nas relações entre cultura e universidade, primeiramente, serão abordadas algumas reflexões acerca da instituição universitária para, em seguida, apontar maiores interações das universidades no campo cultural brasileiro.

2.2 CULTURA E UNIVERSIDADE

2.2.1 Reflexões acerca da instituição universitária e suas relações com o trabalho científico

A universidade, no mundo ocidental, construiu ao longo da história uma trajetória em torno do conhecimento e do saber. Como instituição, surge na Europa, entre os séculos XI e XII, fruto de longa fermentação religiosa e intelectual que, no auge

da Idade Média, consolidou a cultura medieval. Nesse período, a universidade atua na fusão da cultura antiga com a nova cultura católica daquele momento e se mostra capaz de realizar uma admirável obra de unificação do pensamento ocidental (TEIXEIRA, 1989). Todavia, após o Renascimento (entre os séculos XIV e XVII), com as profundas transformações sociais decorrentes da revolução científica do conhecimento humano, o modelo de universidade da Idade Média entra em colapso e, ao se aproximar o fim do século XVIII, já pode ser observado o início da universidade moderna (TEIXEIRA, 1989).

É com a Universidade de Berlim, na Alemanha, criada em 1810 sob a gestão de Wilhelm von Humboldt, que nasce uma universidade voltada para a “busca da verdade”, preocupada com a investigação, com a pesquisa e com a criação de novos conhecimentos que pudessem inspirar as culturas nacionais (TEIXEIRA, 1989). Desde o início do século XIX, portanto, “a universidade pretende ser o lugar por excelência da produção de conhecimento científico, [...] sendo que a busca desinteressada da verdade; a escolha autônoma de métodos e temas de investigação; e a paixão pelo avanço da ciência” (SANTOS, 1989, p.24) se tornam a marca ideológica da universidade moderna e é o que justifica sua autonomia e sua especificidade institucional (SANTOS, 1989).

Dessa forma, a conexão entre ciência e universidade é um acontecimento dos últimos dois séculos e a aproximação entre ambas é um dos legados do Iluminismo do século XVIII (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005). Ainda que, na Europa, as universidades existissem há vários séculos, a pesquisa científica era relegada pelas elites e se desenvolvia pelo trabalho individual de grandes pensadores, por meio das Sociedades ou Academias de Ciências, principalmente na Inglaterra e na França (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005). Somente no início do século XIX, então, o modelo de universidade moderna criado na Alemanha passa a ser adotado, paulatinamente, por outros países europeus e atravessa o Atlântico, influenciando a consolidação da instituição acadêmica, comprometida com o trabalho científico, também nos Estados Unidos.

A história do Brasil, porém, com efeitos do passado colonial e da falta de independência econômica, apresentou-se singularmente diferente: “a escassez de recursos - materiais, humanos ou financeiros -, criaram dificuldades ao avanço político, econômico, sociocultural e, portanto, ao desenvolvimento de um projeto universitário” (MATOS, 2016). Segundo Teixeira (1989), não houve universidade no período colonial

e, até o início do século XIX, “a universidade do Brasil foi a Universidade de Coimbra, onde iam estudar os brasileiros, depois dos cursos no Brasil nos reais colégios dos jesuítas” (TEIXEIRA, 1989, p. 65). Como ressaltam Goulart, Vieira e Carvalho (2005), a experiência brasileira inspirou-se no modelo francês de escolas isoladas e instalou seu primeiro curso superior apenas em 1808, com a Faculdade de Medicina da Bahia - feito realizado com significativo atraso diante do que é observado em outros países da América do Sul, de colonização espanhola, como Peru (1551); Argentina (1613); Colômbia (1622) e Chile (1783). Ou seja, até o início do século XX o ensino superior brasileiro esteve voltado, exclusivamente, à formação profissional e “somente em 1931 é formulada a primeira legislação federal delineando as características específicas de uma organização universitária” (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005, p. 60).

A Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, constitui-se na primeira universidade efetivamente multifuncional do país e sua fundação pode ser considerada “o marco da inserção da pesquisa como uma das principais atribuições das universidades no Brasil e desta como elemento central do progresso científico” (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005, p. 61). A partir de então, este modelo de universidade foi se disseminando pelo país, chegando aos demais Estados da Federação, como fruto do desenvolvimento de políticas nacionais voltadas para a consolidação do sistema de ensino superior no Brasil, com foco na formação de sua base de produção de conhecimentos tanto científicos, como tecnológicos (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005, p. 61).

Além disso, conforme destaca Matos (2016), esse processo de início da expansão das universidades pelo Brasil contou com a atuação de diversos intelectuais que:

[...] consideravam que a universidade deveria desempenhar dois papéis essenciais: o de democratizar-se, permitindo acesso dos diversos segmentos ao ensino superior, e o de desenvolver a produção da ciência e da tecnologia, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento econômico e a modernização da sociedade. Multiplicaram-se neste cenário os centros de estudos e de pesquisas. No final da década de 1940 é criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e organizado o Centro Brasileiro de Pesquisas, os quais objetivavam o fortalecimento e maior liberdade da organização científica no Brasil. Na década de 1950, por sua vez, é criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) (MATOS, 2016, p. 33).

Outro marco de relevância para o estabelecimento da universidade brasileira foi a criação da Universidade de Brasília, no início da década de 1960. Segundo Schwartzman (2001, p. 268) “esta universidade fazia parte de um projeto integral para a nova capital do país, e sua organização foi confiada a Darcy Ribeiro”, como um projeto extremamente ambicioso de intelectuais brasileiros. Em seu trabalho sobre a formação da comunidade científica no Brasil, o autor apresenta trechos de entrevistas realizadas com Darcy Ribeiro, o qual declarou que o projeto da Universidade de Brasília se destinava a “rever a cultura do mundo, o conhecimento, a ciência, o grau de conhecimento, com o propósito de descobrir o que a erudição, o conhecimento e a ciência poderiam nos dar” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 269).

Sendo assim, somente na segunda metade da década de 1960 se verifica, de forma mais contundente, uma identidade formal da universidade brasileira. De acordo com Goulart, Vieira e Carvalho (2005), a partir de então há uma significativa expansão do ensino superior no Brasil, influenciada pela teoria do capital humano, com o entendimento de que a educação representa um investimento racional e, também, produtivo tanto para o indivíduo quanto para toda a sociedade. Deste modo, se viam justificadas as políticas governamentais que investiram na expansão do ensino público e liberaram a criação de cursos superiores em instituições privadas (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005).

Isto posto, formalizaram-se as condições institucionais para consolidação das universidades, principalmente enquanto espaço privilegiado de produção de ciência e tecnologia, mesmo que contornadas por uma série de restrições econômicas e políticas do período, no Brasil. Conforme Goulart, Vieira e Carvalho (2005, p. 64) “as universidades tornam-se, então, alvos diretos de políticas governamentais explicitamente voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico e núcleo de sustentação deste sistema”.

Ainda que verificada a consolidação das instituições universitárias no Brasil, sobretudo devido à relação construída com o trabalho científico, Matos (2016) salienta que as tentativas de organização do ensino universitário no país se deram em um contexto de profundas mudanças sociais, em meio a avanços e recuos históricos. O mesmo, também, acometeu a própria constituição das universidades, a qual passou por momentos de progresso e foi perpassada, também, por retrocessos.

À vista disso, a fim de repensar o breve histórico das universidades brasileiras, retoma-se Teixeira (1989):

Vacilando entre a idéia de ensino superior como formação profissional das primeiras escolas do Império e a da universidade como consolidadora da cultura nacional, manifesta na década de 30 e depois na Universidade de Brasília em 1960, o país viveu todo esse longo período de mais de 100 anos a multiplicar vegetativamente aquelas primeiras escolas profissionais, dentro das precárias condições em que se criara o primeiro curso médico em 1808, entremeando esse *laissez-faire* com os assomos ocasionais de criação da verdadeira universidade (TEIXEIRA, 1989, p. 92).

A história brasileira, portanto, mostra que as universidades tardaram em se transformar em espaços de produção do saber científico e, se comparada esta realidade nacional com outras experiências - principalmente com países do velho mundo - a juvenildade da instituição universitária no Brasil nos leva a crer que há uma longa trajetória a ser percorrida, no sentido de, cada vez mais, a universidade firmar seu lugar de importância para a sociedade.

Com isso, refletir acerca dos caminhos a serem construídos pela instituição universitária pode nos provocar a retomar uma discussão já apresentada por Darcy Ribeiro, em 1969, sobre a “Universidade Necessária”. Neste alentado trabalho, o antropólogo brasileiro disserta sobre modelos estruturais de universidades, passando das análises das universidades europeias (francesa, inglesa e alemã), norte-americana e soviética, às reflexões sobre a universidade latino-americana para, então, apontar para um modelo de universidade utópico. Esse estudo é fundamental para a compreensão dos papéis da instituição universitária e do espaço ocupado por ela na história e na atualidade. Segundo Ribeiro (1969), há uma enorme distância entre a universidade real e a universidade necessária e, provavelmente, o trânsito de um modelo ao outro só será possível com uma transformação radical na estrutura de poder da sociedade. Por isso, o autor ressalta que é imprescindível, primeiro, compreender de maneira profunda a universidade real, ou seja, alcançar o entendimento da “forma pela qual se insere na sociedade global, das maneiras pelas quais se inscreve na realidade circundante, nutrindo os ideais que cultiva e, finalmente, dos mecanismos universitários de perpetuação dos sistemas sociais que a instituíram” (RIBEIRO, 1969, p. 75).

Para o conhecimento desta universidade real, tal como sugere Darcy Ribeiro, é necessário executar um esforço de não apenas olhar para os processos de constituição da universidade no mundo e no Brasil, mas, também, considerar os fatores que têm

permitido sua permanência, enquanto instituição, ao longo do tempo. Entre estes fatores, estão as relações que a universidade construiu com o campo científico - conforme já mencionado - mas, também, com outros campos, como por exemplo o da educação, da tecnologia, da política e da cultura.

Tendo em vista o problema de pesquisa proposto no presente trabalho, buscar-se-á, então, a concentração de esforços na compreensão das relações da universidade com o campo da cultura.

2.2.2 Relações entre universidades e o campo da cultura no Brasil

O tema da cultura para as universidades floresce em meio a diversos desafios a serem enfrentados pelas instituições universitárias. A cultura, singularmente, surge como um desafio vital já que as universidades “criam, transmitem e desenvolvem inúmeras atividades culturais no seu cotidiano” (RUBIM, 2019, p.8). Entretanto, não há um reconhecimento a nível institucional do papel cultural que desempenham, diferente da relação estabelecida com o campo da ciência e da pesquisa, em que as universidades são capazes de elaborar políticas, estruturas e alocar devidamente recursos. Com o campo cultural não se reproduz a mesma relação. De acordo com Rubim (2019), as universidades não possuem um conhecimento sistemático das atividades culturais que realizam e, tampouco, das suas atuações no campo da cultura. Sendo assim, o autor ressalta que o tema da cultura se afirma como um desafio crucial para as instituições universitárias.

Ainda que a relação das universidades com a cultura possa ser considerada um desafio institucional, sua atuação no campo cultural pode ser verificada em múltiplas dimensões:

A universidade, no âmbito da cultura, pode intervir na: criação, transmissão, difusão, distribuição, veiculação, preservação, consumo, pesquisa, crítica, curadoria, organização e legitimação. Ou seja, todo ciclo da cultura pode ser mobilizado por ela, dada a sua complexidade e envergadura potenciais nesse registro. O público de suas atividades culturais pode estar circunscrito ao ambiente interno, com seus estudantes, funcionários e professores, ou atingir a sociedade nas quais ela está inserida (RUBIM, 2019, p. 10).

Segundo Souza *et al.* (2021), essa multiplicidade de intervenções das universidades na cultura e, mais especialmente, o contexto de organização do campo

cultural nestas instituições, é um tema que tem ganhado densidade nos últimos anos. Aspectos como as políticas universitárias para este setor, modelos de gestão que são adotados, a própria produção artístico-cultural das universidades, entre outras discussões dentro dessa temática, são fatores que podem ser levantados quando se pretende analisar as relações entre cultura e universidade. Além disso, deve-se considerar os investimentos em políticas públicas - de diferentes momentos ao longo da história das políticas de culturais nacionais - que foram realizados a partir das interfaces entre o campo da cultura e instituições universitárias.

Ainda de acordo com Souza *et al.* (2021), dois momentos da história recente do Brasil merecem ser destacados, pois transformaram-se em marcos da atuação das universidades no que tange às políticas culturais. São eles, a instauração da Fundação Nacional de Arte (Funarte) junto às Instituições de Ensino Superior, no final dos anos de 1970, o que possibilitou o surgimento de uma série de setores culturais e, principalmente, o desenvolvimento de ações sistemáticas que atingiram todo o país; e o segundo momento, entre 2003 e 2016, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), em que o Ministério da Cultura (MinC) teceu relações institucionais com o Ministério da Educação (MEC), realizando ações conjuntas, mas, também, encabeçando seus próprios processos de construção políticas públicas voltadas ao tema da cultura nas universidades (SOUZA *et al.*, 2021).

Haja vista o papel histórico das universidades com ensino, pesquisa e extensão, e sua vinculação com o Ministério da Educação, para que se possa aprofundar as reflexões acerca das formas que se criam e se sustentam os vínculos entre universidade e o campo cultural, parece oportuno, primeiramente, traçar algumas considerações sobre a relação entre cultura e educação. A respeito disso, Botelho (2011) recupera um pouco do diálogo entre estes dois setores a partir de experiências do governo federal, lembrando-nos da década de 1970 quando a cultura estava sob o abrigo da pasta ministerial da educação, então Ministério da Educação e Cultura (MEC). A autora ressalta, de antemão, que a área cultural sempre esteve apartada dentro do MEC, o que levou instituições de ensino superior - tanto universidades, como escolas técnicas federais - a buscarem outras instituições para financiar atividades culturais. Dessa forma, a posterior separação dos ministérios, tendo sido criado um ministério específico para a cultura (o MinC) em 1985, foi algo positivo, pois a área cultural recebeu

visibilidade e importância, sobretudo na gestão de Gilberto Gil entre 2003 e 2008 (BOTELHO, 2011).

Paula e Ayala (2020), ao referenciar Barbalho (2007), ressaltam que apesar das contrariedades institucionais do MinC, e de diferentes diretrizes político-ideológicas ao qual o ministério esteve sujeito ao longo de sua trajetória, este órgão foi capaz de pautar a nível federal a especificidade da cultura enquanto setor econômico e evidenciou as particularidades da área cultural; sendo, também, a entidade que demandou intervenções de fomento e de institucionalização da cultura, ao próprio poder público.

Tendo isso em mente, retomando-se Botelho (2011) no breve resgate histórico da relação entre educação e cultura no âmbito do governo federal, a autora - assim como Souza et.al citados anteriormente - destaca que a Funarte foi o órgão que trabalhou de forma mais sistemática com as instituições de ensino superior. Desde que foi criada, em 1975, existia uma demanda de apoio às atividades culturais, proveniente de um grande número de universidades, haja vista que o MEC não designava recursos suficientes para este fim (BOTELHO, 2011). Esse volume de demanda foi compilada e convertida no “Projeto Universidade” dentro da Funarte, o qual

trabalhava basicamente com a área de extensão cultural das universidades, com o objetivo de auxiliá-las a se tornar polos irradiadores de cultura para a comunidade, por meio da promoção de atividades artísticas não eventuais, estimulando a participação efetiva do corpo discente, de forma a constituir um calendário anual e permanente (BOTELHO, 2011, p. 98).

Posteriormente, em 1981, o projeto ganha outro nome e passa a se chamar “Projeto Universitário” (PU), assumindo um caráter mais evidente de formação, pois tal programa ofertava bolsas individuais - com duração de seis meses - a estudantes universitários, com o intuito de realizarem atividades artísticas; e a universidade, em contrapartida, oferecia material para os estudantes desenvolverem seus trabalhos e, também, designava um professor para que fosse coordenador interno do PU naquela instituição de ensino (BOTELHO, 2011).

A experiência do Projeto Universitário suscitou um debate em que se concluiu que, por não haver uma coordenação entre os diferentes setores das universidades, eram gerados prejuízos às atividades realizadas, principalmente, por ocasionar uma dispersão de recursos e a replicação de ações promovidas pela área de extensão cultural, as quais já eram promovidas pela própria universidade. Dessa forma, em 1982, a Funarte adota

uma postura mais pedagógica e, “abandonando o velho estilo ‘balcão’ de demandas, passa a exigir das instituições um Plano Diretor de Cultura para que se candidatem a financiamento, com o objetivo de fazê-las refletir sobre suas respectivas estratégias para a área, tornar mais coerentes suas propostas, em diálogo com as áreas e os institutos afins” (BOTELHO, 2011, p. 98).

Segundo Botelho (2011), esse constante diálogo entre as universidades e a Funarte propiciou um maior desenvolvimento de pró-reitorias de extensão nas instituições universitárias, devido ao apoio recebido por um órgão como a Funarte, que logrou construir prestígio e presença nacional; e, por mais limitados que fossem os recursos do PU, o projeto alcançou todo o território nacional e mostrou-se decisivo para o desenvolvimento de atividades culturais das universidades.

Nesse sentido, o Programa de Apoio à Cultura - Extensão Universitária, chamado “Proext Cultura”, também foi relevante para as relações entre cultura e educação no Brasil. Publicado em 2007, o edital do programa beneficiou 50 projetos de extensão realizados por universidades federais brasileiras, contabilizando cerca de R\$1,2 milhão no apoio às ações.

Outra importante iniciativa, com perspectiva de interação entre cultura e educação, foi a implementação do “Programa Mais Cultura nas Universidades”, instituído em 2013, por meio de uma parceria entre o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Educação (MEC). Nesse contexto histórico mais recente, tendo em vista o fortalecimento do MinC a partir de 2003, o setor cultural demonstrava uma envergadura que sinalizava para a institucionalização da cultura no país. Com isso, as políticas culturais vinham sendo cada vez mais ampliadas. O Programa Mais Cultura nas Universidades pode ser tomado como exemplo desse processo de avanços institucionais da área da cultura. Tal programa, trata-se de uma política regulamentada pela Portaria Interministerial MinC/MEC nº 18, de 18 de dezembro de 2013, sendo sua principal finalidade a de desenvolver e consolidar o campo das artes e da cultura no país, através de parceria com as universidades federais e as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2013).

A interação proposta entre cultura e educação, operacionalizada no referido programa, evidenciou esforços para desenvolver e consolidar a formação de cidadãos no campo da cultura” (ALVES, 2018, p. 27). Uma das ações, fruto da parceria interministerial, juntamente com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), foi

a construção de um edital de fomento e financiamento para fortalecer o campo da cultura no país, visando o custeio da promoção cultural nas IFES, por até dois anos (ALVES, 2018). A continuidade do Programa Mais Cultura nas Universidades, contudo, foi severamente prejudicada a partir das pressões e dos ataques institucionais à cultura, que ganharam força no contexto do golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016 (SOUZA *et al.*, 2021).

Por fim, cabe resgatar o estudo de Dellagnelo, Salles e Silva (2019) - para destacar outra relação estabelecida entre universidades e o campo da cultura no Brasil, a partir do acordo de cooperação firmado entre o Ministério da Cultura e as Universidades Federais de Santa Catarina e da Bahia (UFSC e UFBA) na elaboração dos planos estaduais e municipais de cultura, visando a implementação do Sistema Nacional de Cultura por todos os entes federados. Segundo as autoras,

o apoio oferecido aos estados pela UFSC compreendeu a assistência técnica na elaboração de minutas de seus Planos de Cultura, além da realização de oficinas e seminários de capacitação em metodologia própria para seus desenvolvimentos, visando a construção de processos qualificados tanto do ponto de vista técnico quanto político. Como produtos desse projeto, podemos destacar não somente as minutas de planos que foram construídas pelos estados, mas também a capacitação de muitos agentes públicos e privados atuantes no campo da cultura, além da disseminação de informações a muitos outros sujeitos que estiveram envolvidos nesse processo de elaboração dos planos estaduais (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019, p. 63).

Da mesma forma, o projeto coordenado pela UFBA, com participação da UFSC, UFRGS, UEMG e UFRB, mostrou-se um importante instrumento de gestão a nível municipal, pois diversos municípios do país receberam apoio e capacitação para elaboração de seus planos municipais de cultura. Com aproximadamente 900 municípios e quase duas mil pessoas alcançadas, o projeto contou com seminários e materiais didáticos que foram produzidos, o que contribuiu significativamente para a qualificação dos agentes do campo da cultura (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019).

É sabido que em 2019, ao assumir o cargo de Presidente da República, Jair Bolsonaro extingue o MinC, rebaixando o órgão à Secretaria Especial de Cultura, vinculada ao Ministério do Turismo. Tal ação, considerada um retrocesso, foi alvo de duras críticas por parte do setor cultural brasileiro, tendo em vista os diversos prejuízos

que a área cultural sofreu e o desmantelamento de programas e projetos que vinham sendo estruturados.

Realizado esse exercício de resgate histórico de momentos importantes da interação entre cultura e educação no Brasil, retoma-se Rubim (2019) para reflexões mais detidas na atuação cultural das universidades. Segundo o autor, tal atuação acontece em múltiplas dimensões, sendo que - em sentido amplo - pode-se considerar que toda atividade educativa é, também, cultural, haja vista que a formação de estudantes exige o “acionamento de culturas humanísticas e técnicas, quaisquer que sejam suas áreas de conhecimento” (RUBIM, 2019, p. 9). Agora, em sentido mais restrito, a cultura se faz presente na universidade em espaços acadêmicos específicos, tais como “artes, patrimônios, museus, estudos culturais, política e gestão culturais, culturas populares, culturas digitais [...]” (RUBIM, 2019, p. 9).

Ou seja, levando-se em consideração uma noção um pouco mais delimitada de cultura, as instituições universitárias atuam com pesquisa, ensino e extensão na interface com a área cultural: no ensino com cursos de formação a nível de graduação e pós-graduação voltados para as artes e produção cultural; na pesquisa, realizando investigações sobre cultura - seja em centros de pesquisa especializados sobre o tema, ou em unidades multi-inter-transdisciplinares; e na extensão, ao oferecer

um conjunto de atividades dedicadas à cultura em suas diferentes unidades e, variadas vezes, dispõe de equipamentos (auditórios, centros culturais, cinemas, editoras, galerias, publicações, museus, salas de exposição, teatros etc.) e de corpos estáveis (orquestras, corais e grupos artísticos e culturais voltados para capoeira, culturas populares, dança, música, teatro, artes visuais, audiovisual, dentre outros possíveis). Esse universo – cuja envergadura varia conforme as instituições – possibilita um desempenho bastante amplo e complexo no campo cultural (RUBIM, 2019, p. 10).

Contudo, não se pode esquecer, como foi apontado anteriormente, que Rubim (2019) alerta para o desafio em que se coloca o tema da cultura nas universidades; isto porque apesar do grande potencial de realizar múltiplas atividades culturais, as instituições universitárias brasileiras não têm se mostrado capazes de proporcionar uma atuação coordenada, focada em políticas culturais específicas. Essa situação minimiza o potencial da intervenção cultural da universidade (RUBIM, 2019). Ainda assim, o autor ressalta que certas iniciativas institucionais, principalmente aquelas que provocam interações entre cultura e educação - tais como o Programa Mais Cultura nas

Universidades e, a aprovação do Plano Nacional de Cultura (PNC)¹⁴- estimularam as universidades a enxergar a necessidade de elaboração de seus próprios planos de cultura. A necessidade, portanto, de construção de políticas para a cultura no âmbito das IFES fez com que a comunidade universitária mobilizada passasse a pautar a importância das universidades reconhecerem e assumirem seu papel de instituições culturais (RUBIM, 2019).

Diante do que foi apresentado, é possível afirmar que refletir acerca das relações entre universidades e o campo organizacional da cultura no Brasil mostra-se um profícuo tema para o desenvolvimento do trabalho de dissertação. Além disso, os aportes teóricos da Teoria Institucional se apresentam adequados para dar base à investigação, tendo em vista os diversos estudos referenciados ao longo deste capítulo, os quais lançaram mão dos conceitos previstos por este arcabouço teórico para desenvolver pesquisas acerca da estruturação e consequente institucionalização de campos organizacionais.

Portanto, levando em consideração que um campo organizacional é formado por organizações que participam de um mesmo sistema de significado e estão definidas pelos mesmos processos regulatórios (SCOTT, 1994), no caso da cultura no Brasil é possível afirmar que há um campo organizacional estabelecido. Pode-se dizer, também, que são verificadas as etapas de formação, desde a sua emergência, passando por um aumento de enlances inter-organizacionais até chegar a configurar um campo em expansão (HOLANDA, 2003). Nesse processo, observa-se a emergência de elementos indicadores para a análise da estruturação e possível institucionalização de um campo organizacional, os quais foram propostos por DiMaggio e Powell (1991).

Além disso, conforme os argumentos apresentados por Simões e Vieira (2010a), cada uma das configurações do campo da cultura ao longo da histórica é definida por uma lógica específica, a qual interfere diretamente na maneira que o campo se estrutura e em seu nível de institucionalização. Dessa forma, a depender da lógica predominante no contexto histórico-social (cultura como identidade; ideologia; estratégia ou mercado), os atores dentro do campo vão orientar suas ações para ir ao encontro desta lógica, buscando então uma maior legitimidade e, assim, estabelecer um maior grau de institucionalização do campo. Porém, os atores podem não corresponder a essa lógica

¹⁴ O PNC foi instituído pela Lei Nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

predominante, dificultando o comportamento isomórfico o que diminui sua legitimação e acaba por tornar o campo mais vulnerável à instabilidade (SIMÕES; VIEIRA, 2010a).

Isto posto, como já dito, é precoce afirmar qual o grau de institucionalização do campo da cultura no Brasil no atual momento da história, principalmente após o golpe de 2016 e o governo de Jair Bolsonaro, períodos nos quais houve um evidente esforço do Estado em gerar instabilidade no campo, destituindo o Ministério da Cultura e impondo uma nova lógica no contexto social, onde a cultura passa a ser vista como inimiga dos valores da nação.

Buscar-se-á, na presente pesquisa, identificar a atuação das principais organizações que compõem o campo organizacional da cultura desde 2003 em Florianópolis e, dessa forma, averiguar o grau de estruturação e possível institucionalização deste campo. Dentre os diversos atores, objetiva-se destacar o papel das universidades na estruturação do campo organizacional, a partir do entendimento de que tais organizações são importantes agentes neste processo, principalmente pelas múltiplas dimensões em que as instituições universitárias podem atuar dentro do campo da cultura (RUBIM, 2019).

3. METODOLOGIA

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), todas as ciências se caracterizam pelo uso do método científico e, portanto, não existe ciência se tais métodos científicos não forem empregados. Dessa forma, as autoras definem o método como o “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 83).

Os procedimentos metodológicos pressupõem, então, uma atitude concreta em relação ao fenômeno a ser estudado, ou seja, estabelecem as etapas da investigação com a finalidade de explicação do fenômeno pesquisado. Nesse sentido, os métodos científicos se diferenciam em vários níveis, seja pela finalidade mais ou menos explicativas a que se propõem ou pelas etapas que estabelecem para a execução da investigação (LAKATOS; MARCONI, 2003). Com isso em mente, objetiva-se

apresentar no decorrer deste capítulo os procedimentos metodológicos que guiaram o caminho seguido na pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Primeiramente, ressalta-se que esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa. Segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 17) “a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo”, consistindo num conjunto de práticas de ordem materiais e interpretativas.

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos - estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais - que descrevem momentos rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

Assim, visando analisar a participação da Universidade Federal de Santa Catarina na institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis, a partir de 2003, propõe-se um estudo com abordagem longitudinal, descritivo e explicativo da atuação desta universidade em seu território para, a partir disso, traçar reflexões no intuito de apreender como se deu a participação da UFSC neste contexto.

O recorte temporal da pesquisa considera os últimos vinte anos do campo da cultura em Florianópolis, tendo em vista que para a análise da estruturação e possível institucionalização de um campo organizacional é necessário observar as relações e as dinâmicas estabelecidas num intervalo de tempo razoavelmente extenso. Considera-se que as duas últimas décadas configuram um período que permite observar como se dá o processo de institucionalização do campo da cultura no Brasil; uma vez que o ano de 2003 marca o início dos governos do PT, o que caracteriza uma fase importante para o campo cultural, principalmente pela reestruturação do Ministério da Cultura e pela implementação de políticas culturais de grande impacto no país. Dessa forma, a abordagem longitudinal possibilita “investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 107).

O caráter descritivo da pesquisa refere-se ao objetivo específico de descrever características do fenômeno estudado (GIL, 2008), ou seja, discorrer acerca de acontecimentos e fatos que marcaram o campo da cultura em Florianópolis desde 2003. Contudo, a pesquisa vai além da simples descrição, pretendendo determinar as relações estabelecidas entre os atores durante a institucionalização do campo. Neste caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. As pesquisas explicativas, segundo Gil (2008),

são aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. [...] Pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos. Uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado (GIL, 2008, p. 28 e 29).

3.2 COLETA DE DADOS

O processo de coleta de dados para a pesquisa se deu a partir de dados secundários e de dados primários. De acordo com Godoy (2006), é importante ressaltar que a pesquisa qualitativa é multimétodo, ou seja, utiliza variadas fontes de informação. Dentre as possíveis fontes para coleta de dados é possível reuni-las em três grupos principais, a saber: observação, entrevistas e documentos (GODOY, 2006). Sendo a observação e a entrevista consideradas dados primários e a análise de documentos, dados secundários.

Os dados secundários foram coletados a partir de um levantamento da documentação pertinente ao tema da pesquisa no âmbito da UFSC; sobretudo dos setores que têm relação com a administração da cultura e, também, com os cursos de formação na área cultural, como departamentos de ensino e coordenações de programas de pós-graduação. Foram coletados mais de 60 documentos da UFSC, entre regimentos, informativos internos e externos, normas de funcionamento, relatórios anuais e informações de sites.

Quadro 3: Fontes de dados secundários da UFSC

Acesso	Material	Quantidade
Disponível online	Relatórios de Gestão da UFSC (2003 - 2023)	20
	Planos de Desenvolvimento Institucional da UFSC - PDI (2004 - 2024 / quadrienal)	4
	Boletins de dados da UFSC (2019 - 2022)	4
	Relatórios anuais da SECARTE (2008 - 2022)	14
Material físico	Revista SECARTE	1
	Relatórios anuais do DAC	20
	Caderno SECARTE	1
Total		64

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Além da documentação acerca da universidade, para levantamento de informações que pudessem embasar a análise da institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis, foi feita coleta de dados secundários nos órgãos municipais responsáveis pela gestão da cultura na cidade. Realizou-se levantamento de documentos públicos oficiais da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, da Fundação Catarinense de Cultura e demais entidades, como o Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis. Além disso, foi feita a pesquisa por textos de leis e decretos relacionados à área da cultura no município, assim como notícias em jornais, revistas e sites. No quadro abaixo, listam-se as principais fontes documentais da pesquisa, acerca do campo da cultura na capital catarinense.

Quadro 4: Fontes de dados secundários do campo da cultura em Florianópolis

Acesso	Material	Quantidade
Disponível online	Relatório anual da FCFFC (2022)	1
	Relatórios anuais do CMPCF (2011 - 2022)	12
	Regimento Interno do CMPCF	1
	Plano Municipal de Cultura de Florianópolis	1
	Leis e decretos municipais relacionados à cultura	63
Total		78

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Já os dados primários são aqueles “produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento estudado” (GODOY, 2006, p. 135). Nesse sentido, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, tendo em vista que esta é uma técnica que consiste numa “forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL, 2008, p.109). Segundo Godoy (2006), as entrevistas semiestruturadas são orientadas por um roteiro que fornece uma linha mestra para as perguntas formuladas. No entanto, pode haver algum desvio do roteiro para que se favoreça um relato do entrevistado que seja relevante à investigação. As entrevistas foram realizadas com pessoas reconhecidas como atuantes do campo da cultura em Florianópolis e, também, com servidores/as atuantes na área da cultura da UFSC.

Para seleção dos entrevistados foi utilizada a técnica bola de neve com o intuito de identificar os principais agentes envolvidos na institucionalização do campo organizacional da cultura na capital de SC. De acordo com Vinuto (2014), esse tipo de amostra não probabilística utiliza de cadeiras de referência, não sendo possível determinar a probabilidade de seleção dos participantes da pesquisa.

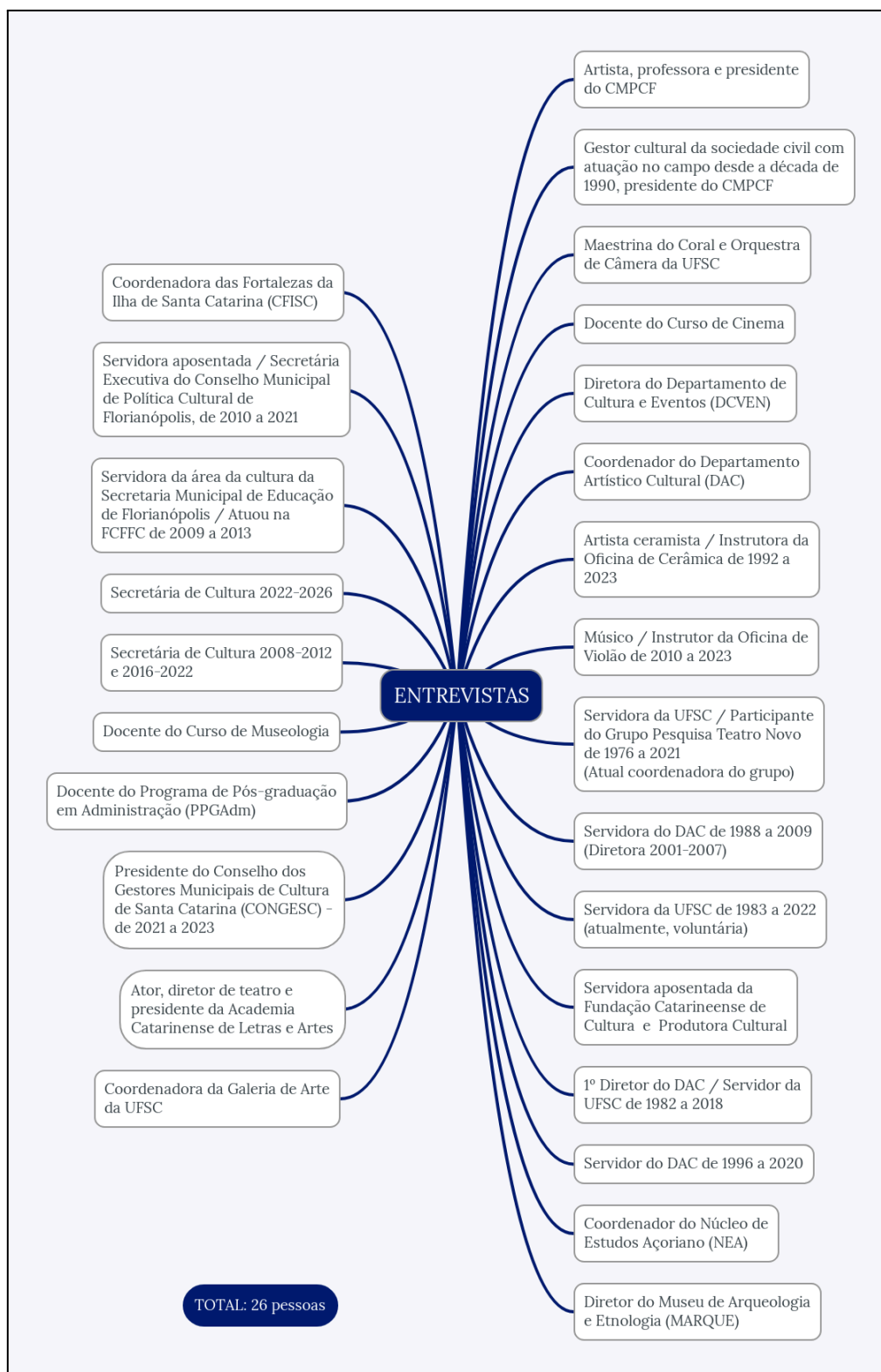
A execução da bola de neve funciona da seguinte maneira: “para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral” (VINUTO, 2014, p. 203). Assim, os participantes iniciais do estudo indicam novos contatos com as características solicitadas pelo pesquisador, a

partir de sua própria rede pessoal, e assim por diante de tal forma que número de entrevistados pode crescer a cada entrevista. Ou seja, “a amostragem em bola de neve mostra-se como um processo de permanente coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador um conjunto cada vez maior de contatos potenciais” (VINUTO, 2014, p.204). Portanto, após encontrada a amostra inicial foram realizadas entrevistas com o intuito de identificar quais os outros atores relevantes que atuam no campo da cultura em Florianópolis.

Dessa forma, foram entrevistadas 26 pessoas¹⁵, no total de 30 entrevistas realizadas no período de 05 de abril a 26 de junho de 2023, sendo coletadas cerca de 32 horas de material em áudio. A seguir, apresentam-se as figuras com a identificação da atuação das pessoas entrevistadas:

¹⁵ Para preservar a identidade dos entrevistados, todos os nomes citados na pesquisa são fictícios, escolhidos aleatoriamente pela pesquisadora.

Figura 5: Pessoas entrevistadas na pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Além das entrevistas, para coleta de dados primários também foi realizada observação participante. Tendo em vista que a pesquisadora tem inserção direta no campo de estudo, por ser servidora da UFSC, sua vivência na universidade e as relações estabelecidas por ela com atores relacionados ao campo da cultura também serviram de dados para a pesquisa. Como servidora, a pesquisadora é também representante da UFSC no Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis (CMPCF). Desde 2019, participa de reuniões, assembleias e grupos de whatsapp e e-mails, tendo acesso aos documentos elaborados pela entidade. No ano de 2020, foi secretária executiva do CMPCF, período em que foi responsável pela elaboração das atas das assembleias e contribuiu com a escrita de ofícios emitidos pelo Conselho.

Ressalta-se, de acordo com Cruz Neto (2002), que a técnica da observação participante se torna possível através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado. Ou seja,

O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (CRUZ NETO, 2002, p. 59 e 60).

A observação participante se mostrou fundamental para a melhor compreensão dos dados secundários e primários coletados, uma vez que ofereceu elementos os quais, muitas vezes, não são manifestos em documentos e entrevistas.

3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta de dados, deu-se início à fase de análise e interpretação dos dados coletados. Segundo Gil (2008), embora conceitualmente distintos, estes dois processos (coleta e análise) estão estreitamente relacionados. A análise tem como objetivo organizar os dados de maneira que possibilitem fornecer respostas ao problema da pesquisa; e a interpretação busca alcançar o sentido mais amplo destas respostas, sendo que só é possível realizá-la mediante outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 2008), os quais advêm do arcabouço teórico escolhido para o desenvolvimento da investigação.

Isto posto, considerando o caráter qualitativo da pesquisa, a análise e interpretação dos dados coletados foi realizada a partir da análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas de análises, estabelecido por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens e de indicadores, o qual permite a inferência de conhecimentos acerca da produção e recepção destas mensagens. De acordo com Dellagnelo e Silva (2005, p. 102), “a análise de conteúdo visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica etc., por meio de um processo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens específicas”.

Vergara (2005), ao referenciar Bardin (1977), destaca que a análise de conteúdo compreende três etapas básicas: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos dados e interpretação. Além disso, o autor ressalta que o procedimento básico da análise de conteúdo é a definição de categorias, sendo que categorizar significa isolar elementos para, em seguida, agrupá-los (VERGARA, 2005).

3.4 CATEGORIAS DE ANÁLISE

O desenvolvimento da pesquisa consiste no esforço de identificar os indicadores propostos por DiMaggio e Powell (1991) e Scott (1995) durante o processo de estruturação e conseqüente institucionalização de um campo organizacional. Ou seja, parte-se do pressuposto teórico de que a institucionalização do campo é precedida de seu processo de estruturação. Tomando por referência o trabalho de Holanda (2003), autora que recorreu aos pressupostos dos autores da teoria institucional dos autores acima citados, para discorrer acerca da institucionalização do campo do turismo em Recife, pode-se observar que um campo atinge alto nível de estruturação e tendência à institucionalização quando são verificados determinados elementos. São eles: (1) aumento no grau de interação entre as organizações no campo; (2) emergência de claras estruturas interorganizacionais de dominação e padrões de coalizão; (3) incremento no fluxo de informação com o qual as organizações dentro do campo devem contar; (4) desenvolvimento da sensação, entre as organizações do campo, de que estão juntas numa mesma empreitada; (5) aumento do grau de concordância com lógica institucional que guia as atividades dentro do campo; (6) aumento da clareza das fronteiras do campo; (7) aumento do isomorfismo no campo organizacional. Dessa forma, a

operacionalização do conceito de estruturação de campo organizacional será feita através da análise dos sete indicadores descritos que, se identificados na pesquisa, poderão indicar uma tendência à institucionalização do campo em estudo. Tendo isso em mente, apresenta-se a seguir o quadro da operacionalização da pesquisa:

Quadro 5: Operacionalização dos indicadores de estruturação do campo organizacional

INDICADORES	PESQUISA	COLETA DE DADOS
(1) aumento no grau de interação entre as organizações no campo;	Levantamento da realização de reuniões, encontros, eventos; e criação e uso de grupos de e-mail e whatsapp, além de outras possíveis formas de interação entre os agentes no campo da cultura em Florianópolis.	Pesquisa bibliográfica, análise documental de dados secundários, realização de entrevistas e observação.
(2) emergência de claras estruturas interorganizacionais de dominação e padrões de coalizão;	Identificação do surgimento de estruturas como Secretaria Municipal, Fundação de Cultura, Conselho, ou certos grupos que possam a vir exercer predomínio nas atividades do campo e estabelecer padrões de funcionamento entre os agentes.	
(3) incremento no fluxo de informação com o qual as organizações dentro do campo devem contar;	Sondagem de materiais elaborados pelos agentes do campo, como cartilhas, manuais, guias e outros documentos de informação/orientação que circularam de forma impressa ou virtual - assim como a realização de cursos ou oficinas.	
(4) desenvolvimento da sensação, entre as organizações do campo, de que estão juntas numa mesma empreitada;	Verificação do aparecimento de ideias em comum entre os agentes do campo, que possam dar indícios de coletividade e união de esforços para alcançar objetivos em conjunto.	
(5) aumento do grau de concordância com lógica institucional que guia as atividades dentro do campo;	Reconhecimento de que os agentes estão de acordo com as ideias dominantes que guiam as práticas dentro do campo.	
(6) aumento da clareza das fronteiras do campo;	Averiguação da percepção que os agentes têm acerca do próprio campo, quando questionados quem são as pessoas e organizações que fazem parte do campo da cultura em Florianópolis, assim como quais delas não fazem parte.	

(7) aumento do isomorfismo no campo organizacional.	Análise do surgimento e/ou aumento de práticas e ações parecidas entre os agentes do campo; observar se passa a existir uma forma de pensar e agir semelhante entre a maioria dos agentes que compõem o campo da cultura.	
---	---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

4. A ATUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA NA ÁREA DA CULTURA

Conforme apresentado anteriormente, parte-se do pressuposto de que as universidades podem ser consideradas instituições culturais (RUBIM, 2019). Tendo isso em mente, busca-se discorrer sobre as ações culturais da Universidade Federal de Santa Catarina, mapeando a atuação da UFSC na área da cultura, entre 2003 e 2023, no que tange às ações desenvolvidas nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão e à administração da cultura dentro da universidade. A partir disso, posteriormente, serão traçadas as reflexões sobre a participação da UFSC na institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis.

Para o mapeamento das ações da UFSC na área da cultura faz-se necessário um esforço de operacionalização do conceito de cultura. Haja vista que a delimitação desse conceito é difícil de ser estabelecida e que existem muitas definições em torno do termo, recorre-se a Rubim (2019, p.1), para justificar a tentativa de uma delimitação “que dê contornos a uma noção que seja operativa para a investigação e a análise”. O autor, ao apresentarem contribuições teóricas para a realização do mapeamento cultural da UFBA¹⁶, ressalta que não se mostra viável trabalhar com uma noção muito ampla de cultura, pois nesse sentido, o mapeamento seria inviável; ou seja, partindo dessa perspectiva, “tudo na universidade seria considerado cultura” (RUBIM, 2019, p.1). Em contrapartida, Rubim salienta que não se pretende operar com uma noção restrita de cultura, entendida apenas como as artes. Dessa forma, o autor sugere operacionalizar um entendimento de cultura “entre estas duas balizas: nem tão ampla, nem tão restrita” (RUBIM, 2019, p.1). Com isso em mente, buscou-se refletir sobre ações culturais da

¹⁶ Texto intitulado “Delimitação inicial da noção cultura a ser usada no mapeamento cultural da UFBA”, que consta no site do Mapeamento Cultural da UFBA (2019). Acesso em: https://mapeamentocultural.ufba.br/sites/mapeamentocultural.ufba.br/files/delimitacao_da_nocao_cultura_mapcult.pdf

UFSC, realizando o esforço de “incorporar outras áreas imediatamente derivadas das artes, do patrimônio e da cultura, possibilitando acionar e observar a singularidade da atuação cultural das instituições públicas de ensino superior” (RUBIM; ROCHA, 2021, p.13).

Sendo assim, após a apresentação inicial da Universidade Federal de Santa Catarina, será apresentada a atuação da UFSC na área da cultura, dividida em quatro tópicos: 1) a administração da cultura na UFSC; 2) mapeamento das ações de extensão; 3) mapeamento das ações de ensino e 4) mapeamento das ações de pesquisa. Essa divisão se dá com a finalidade de discorrer da forma mais ampla possível acerca das variadas atividades que a universidade executou nos últimos 20 anos, na área cultural.

4.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi fundada em 1960, por meio do ato de criação efetivado pelo presidente Juscelino Kubitschek “JK”, quando sancionou a Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960. A formação inicial da UFSC contava com a agrupação de sete faculdades existentes em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina (SC). Eram elas: Direito (1932), Ciências Econômicas (1943), Odontologia (1946), Farmácia e Bioquímica (1946), Filosofia (1952), Medicina (1957) e Serviço Social (1958). Foi, também, criada a Escola de Engenharia Industrial, o que possibilitou à UFSC ter os cursos necessários e o amparo legal para sua constituição. Após a reforma universitária de 1968¹⁷, as faculdades se tornaram unidades universitárias, que atualmente são chamados de centros de ensino.

O processo de criação da universidade, assim como a construção da infraestrutura física da UFSC, contou com a saliente participação dos professores Henrique da Silva Fontes (1885 - 1966) e João David Ferreira Lima (1910 - 2001). O primeiro, fundador da Faculdade Catarinense de Filosofia, foi responsável pela idealização do projeto da “Cidade Universitária” e esteve à frente das negociações com o governo do Estado de SC para a cessão das terras onde, hoje, está construída a sede da UFSC - no bairro Trindade, em Florianópolis.

¹⁷ Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968: Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

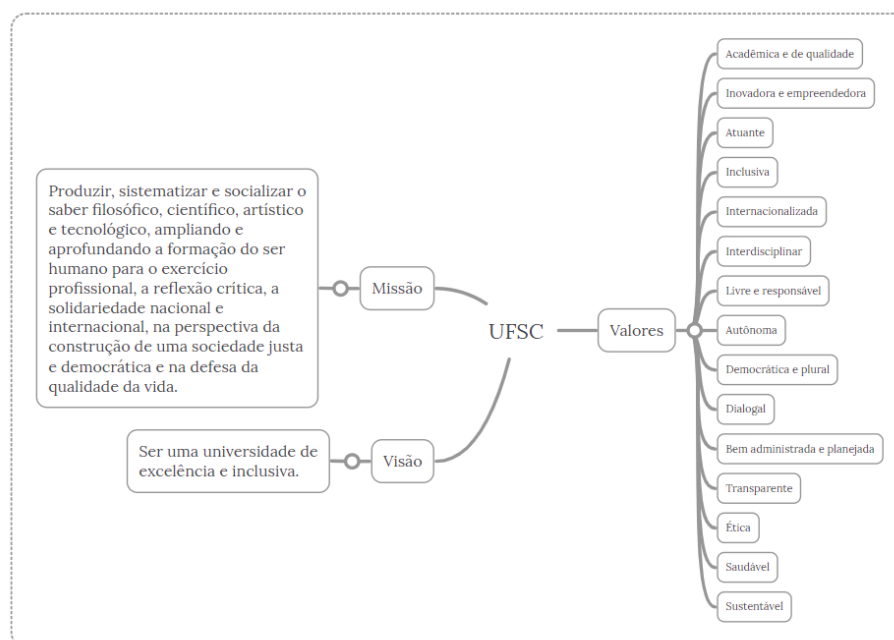
O olhar de Fontes para aquele amplo espaço doado para a construção do campus universitário vislumbrava o desenvolvimento futuro da instituição, da região e da economia local. O projeto, com as peculiaridades da época, oferecia escolas e institutos, ensino e pesquisa, cultura, recreação e convivência a alunos e funcionários (SITE DA UFSC, 2022)¹⁸.

Ferreira Lima foi o primeiro reitor da universidade, permanecendo neste cargo no período de 1961 a 1972. Esteve presente na nomeação dos primeiros servidores junto do presidente JK e, hoje, o campus da UFSC em Florianópolis leva seu nome.

Até o ano de 2008, a UFSC contava com apenas um campus universitário, localizado no bairro Trindade, em Florianópolis. Em 2009, foram instituídos no interior do estado de SC mais três campi da universidade, nas cidades de Araranguá, Curitibanos e Joinville. A criação dos campi ocorreu por meio dos recursos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do Ministério da Educação (MEC), o que possibilitou a expansão da UFSC para outras regiões em Santa Catarina. Em 2013, criou-se mais um campus na cidade de Blumenau e, por conseguinte, hoje a UFSC possui cinco campi.

A UFSC completou 60 anos de fundação em 2020. Sua atuação ao longo destes anos está embasada na missão, visão e valores abaixo descritos:

Figura 6: Missão, visão e valores da UFSC

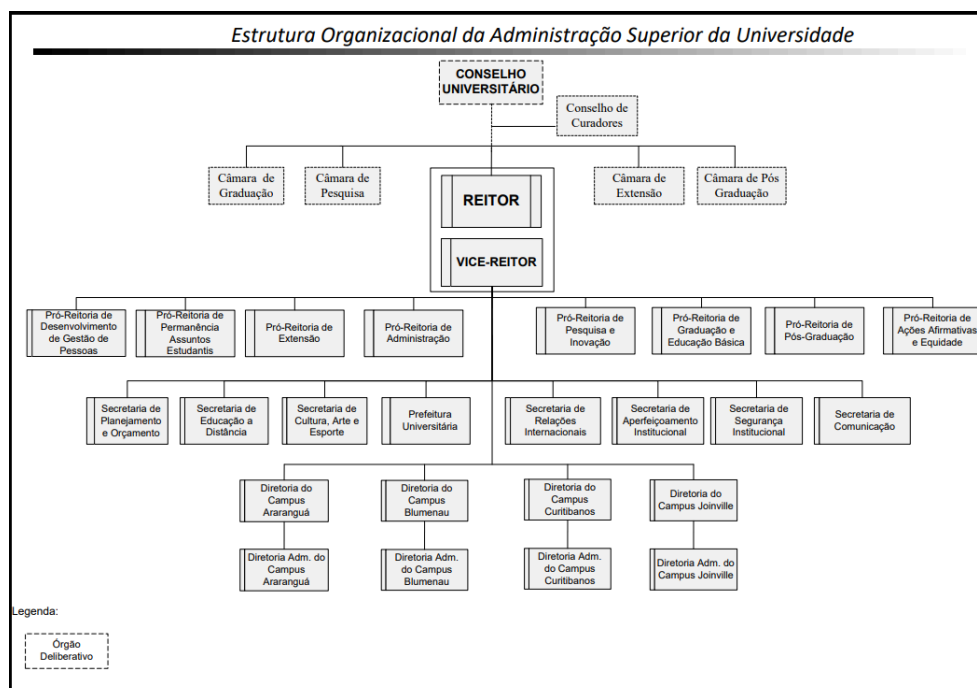


Fonte: Elaborado pela autora (2023)

¹⁸ Acesso em: <https://ufsc.br/a-ufsc/>

Com relação à estrutura organizacional, a UFSC atualmente conta com oito pró-reitorias e sete secretarias, além das quatro diretorias dos campi, conforme apresentado no organograma a seguir:

Figura 7: Organograma da UFSC



Fonte: Departamento de Gestão da Informação (DGPI) / SEPLAN (2023)

De acordo com os dados da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), a UFSC conta com uma comunidade universitária de cerca de 50 mil pessoas. São estudantes de todos os níveis de ensino, docentes, técnicos-administrativos em educação (TAEs) e comunidade externa circulando diariamente pelos espaços da universidade. Os dados mais recentes da SEPLAN, referentes à comunidade universitária em 2021, são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 6: Comunidade universitária da UFSC em números

COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFSC (2021)		
Servidores	Docentes	2.654
	Técnicos-administrativos em Educação	3.006
	Total de servidores	5.660
<hr/>		
Estudantes	Educação básica	1.087
	Graduação	31.898
	Pós-graduação / <i>Stricto Sensu</i> e Especializações	11.184
	Total de estudantes	44.169
<hr/>		
Total geral		49.829

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base nos dados SEPLAN/UFSC de 2021.

Acerca do quantitativo de cursos oferecidos pela UFSC, a SEPLAN divulgou os seguintes dados referentes a 2022: 121 cursos de graduação (109 presenciais e 12 a distância); 146 cursos *stricto sensu* (19 mestrados profissionais, 69 mestrados acadêmicos, 57 doutorados e 01 doutorado profissional) e 08 cursos de especialização.

Conforme o Índice Geral de Cursos (IGC), divulgado pelo MEC em 2021, a UFSC é “a quarta melhor universidade federal do país e a quinta no ranking geral. O IGC de 4,14 pontos, de cinco possíveis, coloca a instituição catarinense entre as universidades consideradas de excelência pelo MEC” (NOTÍCIAS DA UFSC, 2023). Em rankings internacionais, a UFSC ficou como sexta colocada no ranking de melhores universidades da América Latina, publicado pela Times Higher Education (THE)¹⁹ em 2022. Entre as instituições brasileiras, a UFSC está na quarta posição.

No Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)²⁰ - que avalia os cursos de graduação das universidades brasileiras - no ciclo avaliativo de 2019 a 2022,²¹ a

¹⁹ A THE é uma revista inglesa que publica notícias e artigos referentes à educação superior. Afiliada ao jornal *The Times*, anualmente elabora um conjunto de rankings. Para avaliar as universidades, são considerados 13 indicadores, como ensino, pesquisa, citações, transferência de conhecimento e perspectiva internacional. Em 2022, foram avaliadas 197 universidades de 13 países. As cinco primeiras colocações ficaram, respectivamente, com a Pontifícia Universidad Católica de Chile, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Campinas (Unicamp), a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e o Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores de Monterrey, no México.

²⁰ Prova escrita, aplicada anualmente, usada para avaliação dos cursos de ensino superior no Brasil. A aplicação da prova é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entidade federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). O conceito do curso de graduação é apresentado em cinco categorias (1 a 5), sendo que 1 é o resultado mais baixo e 5 é o melhor resultado possível, na área.

²¹ Em função da pandemia em 2020, não houve aplicação do ENADE.

UFSC alcançou conceito 4 em 31 cursos, e conceito 5 em 21 cursos, de um total de 57 examinados. Com relação aos conceitos da Pós-graduação, na avaliação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)²², em 2022 a UFSC apresentou os seguintes resultados: a maioria dos programas acadêmicos avaliados - 23, exatamente - obtiveram conceito 5; 19 programas alcançaram conceito 6; e 8 programas lograram o conceito 7, que representa a nota máxima neste sistema de avaliação. Foram examinados um total de 70 programas de pós-graduação.

Por fim, apresentam-se as informações referentes às ações de pesquisa e extensão realizadas na UFSC. De acordo com os dados mais recentes da SEPLAN, em 2022 foram registrados 597 grupos de pesquisa e 3.702 projetos de pesquisa; e no que diz respeito à área da extensão, a UFSC registrou 20.750 ações de extensão em 2022, caracterizadas por programas, projetos, cursos ou eventos. No quadro a seguir pode ser verificada a série histórica das atividades de pesquisa e extensão, com dados disponíveis a partir de 2013.

Tabela 1: Série histórica dos dados quantitativos das ações de pesquisa e extensão na UFSC (2013 - 2022)

PESQUISA											
Produções Científicas											
INDICADOR	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Orientação	3.187	3.922	8.004	6.124	5.229	3.662	3.070	2.077	1.853	2.384	
Produção Artística	16	15	35	34	92	57	27	57	26	35	
Produção Bibliográfica	8.387	9.953	9.302	11.295	11.208	9.802	8.688	7.911	6.974	7.813	
Produção Técnica	4.570	5.824	4.133	4.703	6.542	1.612	1.392	1.673	1.033	958	
INDICADOR	2017	2018	2019	2020	2021	2022					
Grupos de Pesquisa	545	624	415	669	611	597					
Projetos de Pesquisa	2.938	2.778	3.218	3.357	3.555	3.702					
Registro de Propr. Intelect	21	28	45	57	80	50					
*Dados inseridos a partir de 2017.											
EXTENSÃO											
Produções de Extensão											
INDICADOR	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Ação de Extensão	10.380	7.388	11.831	7.374	12.148	21.850	22.123	21.876	23.901	20.570	
Certificado de Extensão	70.449	72.200	79.978	92.215	84.339	72.958	65.361	106.524	81.573	78.412	

Fonte: SEPLAN/UFSC (2023)

É possível perceber nos dados da tabela acima que a produção científica, no que tange ao número de orientações no âmbito da pesquisa, apresenta um salto entre 2014 e 2015, quando passa de 3.922 para 8.004 - algo que pode indicar um aumento de

²² A avaliação dos cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado é realizada uma vez a cada três anos. Ela gera notas que vão de 1 a 7. As notas (ou conceitos) 1 e 2 implicam o descredenciamento do curso de pós-graduação.

incentivos para a realização de pesquisa no período. No entanto, o número decaiu significativamente nos anos posteriores, chegando a 1.853 orientações realizadas em 2021, dado este que pode estar relacionado aos cortes de recursos destinados à pesquisa por parte do governo federal no período e, também, à pandemia de covid-19 que teve um impacto na produção científica a partir de 2020.

Quanto aos dados relacionados à extensão, observa-se um salto no número de ações de extensão entre 2017 e 2018, quando passou de 12.148 para 21.850 ações cadastradas. Tal dado pode ter relação com a publicação da nova Resolução de Extensão da UFSC, de 2016, que altera as definições de ações de extensão, estipulando-as por meio de programa, projeto, curso, evento ou prestação de serviço; e, também, com a curricularização da extensão no ensino superior no Brasil, que tem diretrizes estabelecidas por meio de Resolução do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação superior, publicada em 2018.

Feita a apresentação de dados gerais acerca da UFSC, faz-se necessário direcionar agora o olhar à área da cultura na universidade, visando analisar posteriormente a atuação da UFSC mais detidamente no campo da cultura em Florianópolis. Para tanto, serão apresentadas informações coletadas por meio de fontes primárias e secundárias, que configuraram um grande volume de dados a serem trabalhados na pesquisa. Tais dados foram organizados e separados, de modo que pudessem ser melhor apresentados no texto.

Sendo assim, conforme já mencionado, a próxima seção será dividida em quatro tópicos sobre a área da cultura: 1) a administração da cultura na UFSC; 2) mapeamento das ações de extensão; 3) mapeamento das ações de ensino e 4) mapeamento das ações de pesquisa.

4.2 A ÁREA DA CULTURA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Nesta seção, objetiva-se apresentar informações quanto aos setores administrativos vinculados à gestão da cultura na UFSC, sendo apresentado, também, o levantamento de ações desenvolvidas nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão - considerados o “tripé” que dá base às ações desenvolvidas nas universidades. Segundo o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão configura três pilares que são inseparáveis e essenciais para a

construção de uma instituição de ensino superior de qualidade e que atenda às necessidades da comunidade universitária e da sociedade em geral. Dessa forma, juntamente com a análise da administração da cultura na UFSC, buscou-se analisar a atuação da universidade a partir destes três eixos.

4.2.1 A administração da cultura na UFSC

De acordo com as informações levantadas, no fim dos anos 1970, é criada na UFSC a Seção de Atividades Artísticas e em 1979 a nomenclatura é alterada para Núcleo de Atividades Artísticas e Culturais (NAAC). No ano seguinte, criou-se o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e de Extensão. O NAAC ficou subordinado ao departamento recém criado.

Em 1984, há uma mudança na estrutura da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, quando são extintos o Departamento de Assuntos Culturais e o Núcleo de Atividades Artísticas e Culturais, sendo criado o Departamento de Apoio à Extensão e, subordinado a este, é implantada a Divisão de Atividades Artísticas e Culturais. Neste período, entre 1984 e 1988, segundo o entrevistado Geraldo, havia somente o Coral da UFSC (criado em 1963) e algumas atividades como dança e teatro:

Aí fui para a divisão de atividades artísticas, mas era uma coisa assim, incipiente, praticamente não se fazia nada. Era para cumprir horários. Não tinha nada... a gente tinha dança lá e teatro, mais nada. E o coral da UFSC. Eu sempre demonstrei interesse por essa área cultural, pelas artes plásticas, para trabalhar aqui e ali. Até que surgiu a ideia, na gestão do professor Bruno Rodolfo Schlemper Júnior [de 1988 a 1992] de implantar um departamento de cultura que era uma reivindicação antiga da comunidade universitária, vamos dizer assim. Todo mundo estava pedindo isso. Já tinha existido um departamento de assuntos culturais, mas era mais ligado à parte escrita, à publicação, à história... não era exatamente isso. E daí o Bruno ganhou a eleição e, ao assumir, convidou a Maria de Lourdes para ser a pró-reitora [da recém criada Pró-reitoria de Extensão e Cultura]. [Em 1987] a gente começou a conversar, ela já conhecia alguma coisa do meu trabalho. Primeiro ela conversa comigo, depois com o Bruno, para implantar esse departamento de cultura em 1988.

Em 1988, conforme relato do entrevistado, ocorreram mudanças significativas na estrutura organizacional da UFSC. É criada a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCE), e a Divisão de Atividades Artísticas e Culturais é transformada em

Departamento Artístico Cultural (DAC)²³, atual nomenclatura do setor. Ainda segundo o entrevistado Geraldo:

Não era só a comunidade acadêmica que reivindicava isso [a criação do DAC]. Eram pessoas de fora... Porque elas acreditavam, de uma forma ou de outra, que a universidade podia dar outra cara para esse “fazer cultura” no estado. E a proposta sempre foi não ter um departamento de cultura fechado dentro de quatro paredes da universidade... era pra abrir pra comunidade. Como foi feito. Dentro da universidade, tenho a lembrança de uma pessoa que não tá mais com a gente aqui, a Carmen Fossari, que reivindicava isso. O Peninha, José Coelho Peninha. O próprio Hassis²⁴, que era um baita de um artista, que era ligado à universidade, também estava reivindicando. Os próprios alunos da comunidade universitária queriam alguma atividade dentro da UFSC. O DCE, a associação dos professores, a própria associação dos técnicos. E vários artistas que já tinham UFSC com alguma relação... Uma parte da literatura, de música, de dança. A universidade sempre foi um polo que tinha muita gente que atuava na cultura. Então, essas pessoas estavam reivindicando uma guinada da universidade pra dar uma atenção pra essa área cultural. Porque a universidade estava mais preocupada nesse momento com o ensino. E ainda estava pouco montada pra extensão, pra cultura.

Com este relato, percebe-se que a criação do DAC se dá num contexto em que havia o interesse da comunidade interna à UFSC na fundação de um setor voltado à área cultural e, também, vontade política de criar um departamento dedicado aos assuntos culturais, por parte do grupo que assumiu a gestão da UFSC em 1988. Chama atenção na fala de Geraldo, a ideia de que existia, na época, um “jeito de se fazer cultura” e que a universidade teria potencial de mudá-lo. Ressalta-se, também, neste depoimento, que a UFSC se mostrava naquele período um polo que agregava diferentes pessoas atuantes do campo da cultura. Nomes como o de Carmen Fossari e de Peninha foram mencionados em várias entrevistas durante a coleta de dados para a pesquisa.

Carmen Fossari (1954 - 2021) foi servidora da UFSC de 1979 a 2021, com atuação na pesquisa e extensão. Em sua carreira na Universidade, foi diretora de espetáculos do Departamento Artístico Cultural (DAC) da Secretaria de Cultura e Arte (SeCArte). Coordenou e foi professora da Oficina Permanente de Teatro da UFSC, além de fundar e dirigir o Grupo de Pesquisa Teatro Novo.

²³ Informações coletadas no site: <https://dac.ufsc.br/historico-do-dac/>

²⁴ Hiedy Assis Corrêa, o Hassis (1926 - 2001) foi desenhista e pintor. Produziu diversas aquarelas e murais que mostravam a sua visão de elementos da paisagem natural e humana de Santa Catarina. Em 1978, então funcionário da UFSC, foi visitar a Capela da Santíssima Trindade (atual Igreja da UFSC) que estava sendo restaurada e prontificou-se a pintar o mural que foi intitulado “Mural Humanidade”, com 160 metros.

Gelci José Coelho, o Peninha (1949 - 2023) foi museólogo, historiador, artista, dramaturgo e contador de histórias. Também foi um dos criadores do Núcleo de Estudos Museológicos, o NEMU, principal esforço de interiorização e divulgação da museologia no estado. Na UFSC, foi diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral, tendo cultivado uma história de amizade e de parceria com o artista Franklin Cascaes.

O DAC, então, passa a ser um dos principais setores da cultura e das artes na UFSC, atuando sobretudo com ações de extensão²⁵. Localizado no conjunto arquitetônico que abriga o Teatro Carmen Fossari, a Igrejinha da UFSC (auditório de música) e a Casa do Divino, com salas para oficinas de arte - além de abrigar, também, espaços administrativos - o conjunto arquitetônico do DAC é formado por edifícios históricos que fazem parte da paisagem cultural do bairro da Trindade, em Florianópolis (SC).

Durante 20 anos, de 1988 a 2008, a gestão da cultura na universidade fica a cargo da PRCE e está intimamente vinculada à extensão. Com o tempo e com o desenvolvimento de diversas atividades, começou a surgir no DAC um movimento para a desvinculação da área da extensão, com o objetivo de conquistar “algo maior”, segundo a entrevistada Tânia; ou seja, dar maior visibilidade à área da cultura na UFSC com um órgão que pudesse ter verba específica, equipe e autonomia na gestão cultural da universidade. Nas palavras de Tânia:

A gente [do DAC] era de um grupo muito “lá na frente” do departamento, era um grupo muito afim, muito lutador e sempre fizemos parte Pró-reitoria de Cultura e Extensão. E a gente sempre quis algo maior, né? Por que não uma Pró-Reitoria de Cultura? Porque na nossa cabeça tinha que ser a Pró-Reitoria de Cultura, a gente queria se desvincular da Pró-Reitoria de Extensão. Não que não fôssemos também Extensão, né? E Ensino e Pesquisa... Porque a gente, todo mundo aqui dava aulas, oficinas, a gente saía por aí para fazer muita coisa, tanto a produção, quanto o ensino e quanto a pesquisa... Porque é isso, não tem como se desvincular desse fazer. Seminários, colóquios, e tantas coisas que a gente fazia. Então, em função disso, achávamos que tínhamos que dar um passo. E aí, claro, que queríamos uma Pró-Reitoria de Cultura, né? E aí foi a grande batalha.

Nos anos de 1990, a partir do DAC, surge a ideia de se construir na UFSC um centro de cultura, que pudesse contar com sala de cinema, sala de dança e um teatro. Ou

²⁵ As ações do DAC serão apresentadas neste trabalho, no tópico intitulado “Mapeamento da Cultura na UFSC: ações de extensão”.

seja, um espaço com a devida estrutura e que viesse a se transformar num importante equipamento cultural para Florianópolis e para o estado de Santa Catarina.

A mobilização em torno da construção do prédio - que viria a ser o atual Centro de Cultura e Eventos -²⁶ foi um importante momento no histórico da gestão da cultura na UFSC, pois, como se pôde observar nos relatos de entrevistados, foi elaborado um projeto arquitetônico que iria ser usado, principalmente, para atividades que já vinham sendo realizadas pelo DAC - visando a ampliação delas e o desenvolvimento de diversas outras ações culturais.

Em 2004, após muitos anos de lenta construção e interrupções na obra, o Centro de Cultura e Eventos é inaugurado. No entanto, segundo Tânia, houve um “golpe” na proposta do projeto inicial, sendo desviada a finalidade de uso do prédio, o que gerou um forte impacto na mobilização que vinha sendo realizada na UFSC em torno da cultura. Nas palavras da entrevistada:

Se ele [o Centro de Cultura e Eventos] está aí, foi daqui, desta casa [o DAC], que saiu esse projeto. Partindo das nossas ideias, daquilo que a gente acreditava, dos nossos sonhos, enfim. Nós, primeiro, queríamos pensar nessa coisa maior para a universidade. Um grande centro de arte. E fizemos o projeto, e conseguimos dinheiro... E depois aí tu sabe da história do que aconteceu ali, né? Foi um golpe! Nos deram um baita de um golpe. Porque nem nos chamaram para nada, foi muita briga na época. E foi, assim, uma desconsideração completa. Nos deixaram de lado completamente e fizeram o que fizeram. A reitoria fez, porque, claro que isso não poderia sair de outro lugar, isso faz parte de uma gestão. Com a questão do trabalho, enfim, já sempre teve meio que um conflito [com a gestão]. Mas sempre conseguimos trabalhar. E nesse meio aí [do gabinete da reitoria], a gente não teve esse acesso. Quando a gente viu, simplesmente é como se tivessem deixado tudo na rua. Pegaram, de madrugada, entraram lá, e tudo que já tínhamos comprado pra sala de dança, pra administração, pras oficinas, foi colocado na rua. Foi tipo “peguem, porque senão não sei pra onde é que vai isso”. Uh! Uma coisa, assim, que eu nunca pensei. Nunca pensei que eu fosse ver isso dentro da Universidade Federal de Santa Catarina. Uma desconsideração completa. Esse baque foi muito grande.

Nos anos seguintes, começou a articulação para a eleição de uma nova gestão da reitoria. Em 2007, ano das eleições, o então candidato a reitor, professor Álvaro Toubes Prata, elabora um plano de gestão com promessa de campanha de criação da Secretaria de Cultura e Arte da UFSC. Ainda de acordo com Tânia:

Tiro o meu chapéu para o professor Prata, ele foi fantástico. Veio até o DAC com a assessoria dele - porque ele estava passando por todos os setores da UFSC - e queria saber o que é que a gente sonhava. O que é que a gente queria. E aí, a gente [servidores do DAC], contando toda essa história pra

²⁶ Informações detalhadas sobre o Centro de Cultura e Eventos serão apresentadas mais adiante, ainda neste tópico sobre a Administração da Cultura na UFSC.

ele, ele escutou tudo que a gente tinha pra dizer, tudo que tinha acontecido com a gente naqueles anos, e o que a gente almejava. Aí pedimos uma pró-reitoria de cultura, a gente realmente queria se separar da extensão, porque queríamos ter verba própria, ter um pró-reitor que tivesse relação com a arte e com a cultura e que fosse uma coisa ligada diretamente ao gabinete. O professor Prata, realmente, ele escutou e ele se comprometeu, disse que se entrasse, que ia fazer a diferença. E realmente fez, né? Porque aí foi que veio a SECARTE, que é a Secretaria de Cultura.

Em 2008, então, já no primeiro ano de gestão do prof. Álvaro Prata, é criada a Secretaria de e Arte da UFSC (SeCArte), que passa a congregar o DAC e outros órgãos e setores culturais da Universidade. Instituída a partir do desmembramento da antiga Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, a SeCArte passa a desenvolver suas atividades sob a missão de formular, implantar e gerir, por meio do diálogo com a comunidade acadêmica, ações de cultura e arte que potencialize a vivência e a produção cultural nos *campi* da UFSC²⁷. A primeira Secretária de Cultura e Arte da UFSC, na gestão de 2008 a 2012, foi a professora Maria de Lourdes Alves Borges, docente do Departamento de Filosofia.

Na análise dos relatórios da SeCArte e nos depoimentos de pessoas entrevistadas, pode-se notar que a criação da secretaria gerou na UFSC um aumento de atividades relacionadas à cultura e às artes. De maneira geral, percebe-se que no período de 2008 a 2012, primeiros quatro anos de existência da SeCArte, houve uma ampliação de recursos para a área cultural da universidade. De certa forma, é possível verificar que a gestão da reitoria, com o professor Álvaro Prata, foi mais sensível às demandas do setor dentro da UFSC - sobretudo no que tange à administração da cultura na universidade. Isso se refletiu na alocação de servidores para formar a equipe da secretaria; em verba exclusivamente destinada à SeCArte; em incentivo e apoio institucional às ações que vinham sendo desenvolvidas na recém criada secretaria.

Segundo a entrevistada Vera, a criação da SeCArte foi uma importante iniciativa da UFSC no que tange à realização de atividades relacionadas à arte e cultura:

A SeCArte foi criada na gestão do professor Prata, em 2008 [Álvaro Prata, reitor da UFSC de 2008 a 2012]. Antes, existia a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, que trabalhava as questões da extensão e da cultura. A ideia do Prata, na época, era que a gente tivesse uma instância com nível de Pró-Reitoria, não a nível, mas com nível de Pró-Reitoria, com o mesmo status, quer dizer, de primeiro escalão e tal, e que se ocupasse só da cultura e arte. A SECARTE, o nome não se chamou Pró-Reitoria, porque tem também o limite de números de Pró-Reitorias, mas o nível era o mesmo, o status era o mesmo, o status dentro da estrutura, e era ligado diretamente ao

²⁷ Informações coletadas no site: <https://secarte.ufsc.br/>

reitor, assim como as outras Pró-Reitorias. Então, a ideia do Prata é que ele queria desenvolver a cultura e a arte na universidade... eu acho que ele tinha razão, acho que foi ótimo, acho que foi uma grande ideia a criação da SeCArte. E, então, ela passa a se ocupar das questões de cultura e arte dentro da universidade.

O histórico da criação da SeCArte se relaciona com a ideia de uma “UFSC do século XXI”, de acordo com o depoimento da entrevistada. No programa de gestão do professor Álvaro Prata, em 2007, foi estabelecida a criação da Secretaria de Cultura e Arte, com o objetivo de cumprir com a missão institucional da UFSC. Segundo Vera:

Eu me lembro que [a proposta] em 2007 era a UFSC de excelência, internacionalizada e culta. Eu me lembro que a gente colocava o “cultura”. Tinha essa ideia de que a universidade era um lugar de cultura e que deveria ser desenvolvida a cultura e a arte, não só dentro, vamos dizer assim, de um departamento, né? Ou de um curso, mas para toda a universidade. Então a SeCArte foi criada dessa forma... Que nós deveríamos fazer coisas, digamos assim, eventos e projetos para que outras pessoas, para que a universidade como um todo participasse.

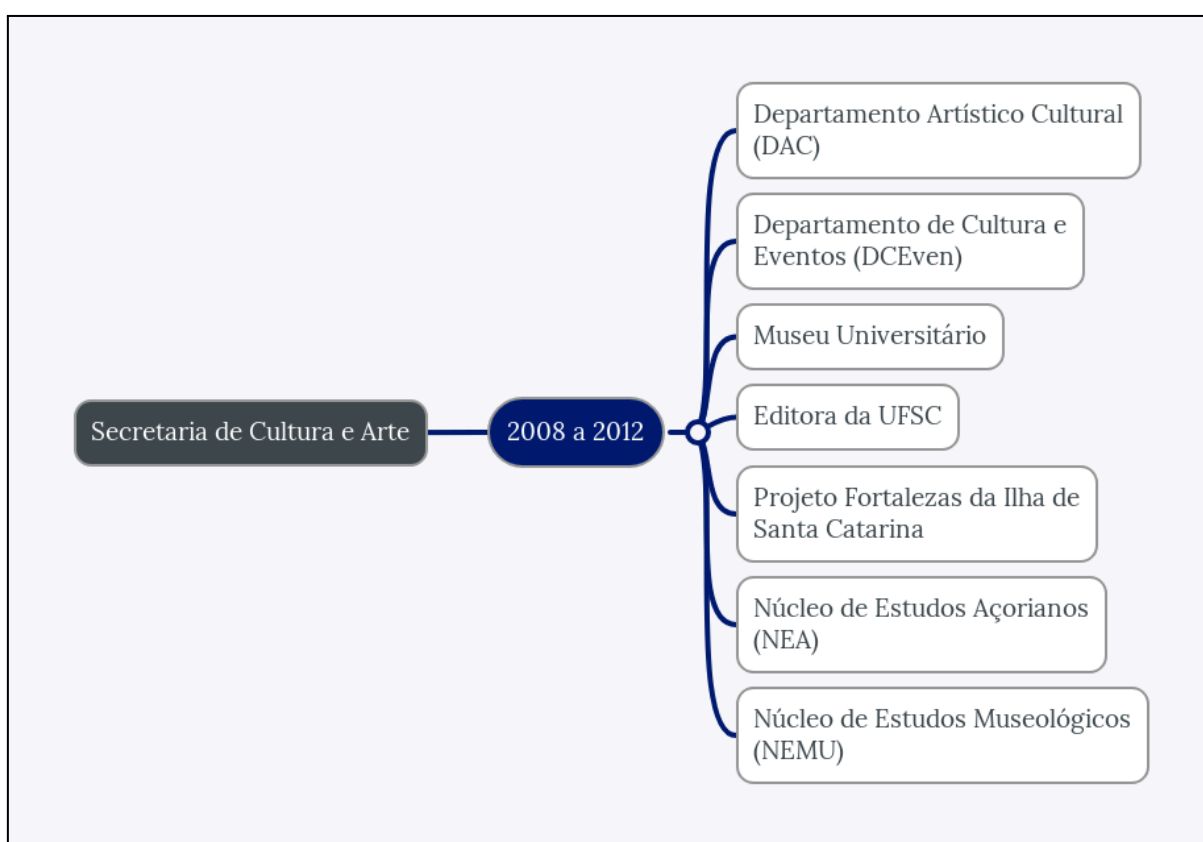
A partir de então, a própria SeCArte - além de abrigar setores que desenvolvem atividades relacionadas à cultura - passa a ser ela própria um setor que também propõe e desenvolve projetos e eventos culturais, não ficando restrita apenas à gestão dos seus departamentos e núcleos, sendo responsável pelo fomento e desenvolvimento da cultura e arte na UFSC. Fomentar a cultura de forma ampla, por meio da produção e difusão de projetos e programas, se torna o princípio norteador das ações da SeCArte, que por meio de sua atuação busca alcançar os seguintes objetivos:

- Transformar a UFSC em um centro relevante de produção e experimentação artística;
- Estimular o ensino, a produção e a pesquisa em arte em todos os *campi* da UFSC;
- Transformar a UFSC num centro irradiador de arte e cultura, promovendo a integração entre a Universidade e a Sociedade;
- Promover e preservar o patrimônio cultural material e imaterial da Universidade;
- Revitalizar os espaços culturais da UFSC;
- Garantir a diversidade cultural.

Acerca da estrutura da SeCArte, os setores até então, vinculados à PRCE passam a

estar subordinados à nova secretaria. Neste período, entre 2008 e 2012, a SeCArte fica responsável pela gestão de sete setores da UFSC. São eles: Departamento Artístico Cultural (DAC); Departamento de Cultura e Eventos (DCEven); Museu Universitário; Editora da UFSC; Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina; Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) e Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU). As atividades desenvolvidas por cada um destes setores serão devidamente apresentadas no tópico sobre as ações de extensão da UFSC.

Figura 8: Organograma da Secretaria de Cultura e Arte entre 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

De acordo com informações do relatório de gestão de 2008, a SeCArte surge como uma nova estrutura administrativa da UFSC com o compromisso de incentivar as manifestações artístico-culturais na comunidade universitária. Neste primeiro ano de atuação, foi feita a apresentação da SeCArte aos diretores de centro, pró-reitores, coordenadores do curso de Artes Cênicas e Cinema, além de outros dirigentes com vinculação às áreas da arte e da cultura na UFSC. Segundo o texto do relatório de 2008,

“[...] essa apresentação inicial foi bem recebida e teve repercussão na mídia, em matéria do DC [Diário Catarinense, 2008]. Passamos a existir no panorama cultural de Florianópolis e do Estado [...] Começamos a participar mais efetivamente da cena cultural catarinense” (RELATÓRIO DE GESTÃO DA SECARTE, 2008, p. 4 e 5)²⁸.

A SeCArte, então, incorpora e passa a dar maior suporte para atividades e projetos que já vinham sendo desenvolvidos na UFSC, criando também novos projetos com a proposta de “construir um ambiente artístico ousado e vibrante na UFSC, ampliar as ações da UFSC como um centro irradiador das artes e da cultura em Santa Catarina, revigorar o panorama artístico- cultural de Florianópolis” (RELATÓRIO DE GESTÃO DA SECARTE, 2008, p.5).

Entre essas ações, destacam-se alguns eventos no relatório de 2008, tais como a Semana Ousada de Artes UFSC/UDESC; a Semana de Teatro e o Café Filosófico-Literário. Esses eventos mobilizaram um grande número de pessoas, com destaque para a Semana Ousada de Artes que foi realizada em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Segundo dados do relatório de 2008, nos cinco dias do evento, foram realizadas atividades relacionadas às artes cênicas, artes plásticas, cinema, cultura popular, dança, design, moda e música, além da realização de debates e oficinas. No total, a Semana Ousada de Artes contou com um público de mais de 9 mil pessoas. Segundo a entrevistada Vera,

[...] uma das coisas que nós inventamos, inclusive com a UDESC, foi a Semana Ousada de Arte [...] Acho que a Semana Ousada, se a gente fosse falar de impacto na cidade, foi importante porque as pessoas realmente se lembravam muito. Tinha muito recurso, tinha recursos de duas universidades.

Sobre as atividades desenvolvidas no período entre 2008 a 2012, Vera destaca também a continuidade de ações do DAC como o Projeto 12:30²⁹, realizado semanalmente; as oficinas de arte; as atividades de teatro, principalmente relacionadas à Carmen Fossari; e a divulgação às produções de cinema do Zeca Pires³⁰. Além disso, a

²⁸ Acesso em: <https://secarte.paginas.ufsc.br/files/2012/02/relatorio-secarte-2008.pdf>

²⁹ Em atividade permanente desde 1993, é um projeto cultural realizado pelo DAC. O Projeto 12:30 realiza apresentações musicais gratuitas junto à Praça da Cidadania, no campus Trindade da UFSC, em Florianópolis.

³⁰ José Henrique Nunes Pires (Zeca Pires) é cineasta, natural de Florianópolis, e servidor da UFSC desde 1983. Foi diretor do DAC de 1996 a 2000, e é o atual coordenador, desde 2018 - quando retornou ao departamento.

entrevistada ressaltou o trabalho com o Coral da UFSC³¹; a criação da Orquestra de Câmara e do Madrigal, em 2009 - com bolsas de cultura -; o Festival de Música, “com fomento também à produção cultural ligada à música na cidade”; e a Semana da Dança, com grupos de dança de Florianópolis.

[...] Nós, também, fizemos uma reforma no Auditório Garapuvu, pra colocar luz, pra colocar cenário. Nós conseguimos porque não tinha recurso. Queríamos muito que o Centro de Eventos fosse um espaço para teatro, para shows e não só para congressos e formaturas. [...]

O Festival de Música da UFSC teve sua primeira edição em 2010, quando foram selecionadas 20 composições inéditas de artistas catarinenses para apresentação no campus da UFSC na Trindade³². As 20 composições foram, também, gravadas em CD e DVD - o que estimulou a inscrição de diversas bandas da cena cultural da Grande Florianópolis. A primeira edição do festival contou com 47 inscrições de compositores locais; já a segunda edição do evento, em 2011, bateu o recorde de participação, com um total de 135 músicos inscritos, segundo notícia publicada no site da UFSC³³. A terceira e a quarta edições do Festival de Música da UFSC aconteceram em 2012 e 2017, respectivamente. Após isso, o evento retornou para sua quinta (até então última) edição em 2021, em formato totalmente online devido ao período de isolamento na pandemia.

Cabe ressaltar, também, que a UFSC contou com seis edições anuais do Festival de Música chamado UFSCTOCK, durante os anos de 2009 e 2014. Segundo notícia publicada no site da UFSC³⁴, o festival foi criado em 2009 pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), em comemoração aos 40 anos do Woodstock³⁵. Em 2011, o evento contou com o apoio da SeCArte e, em 2013, da Secretaria de Cultura (Secult) e do Gabinete da Reitoria, de acordo com informações que constam em relatórios de gestão. Nos documentos consultados, não foram encontradas informações sobre programação

³¹ O Coral da UFSC foi criado em 9 de janeiro de 1963 e foi oficializado pelo primeiro reitor da universidade, João David Ferreira Lima. Desde sua criação esteve vinculado aos setores que, posteriormente, se transformaram no DAC, sendo o projeto cultural mais antigo sob administração deste departamento.

³² Informação coletada no site:

<https://noticias.ufsc.br/2010/06/ufsc-promove-festival-de-musica-da-grande-florianopolis/>

³³ Fonte: <https://noticias.ufsc.br/tags/festival-de-musica-secarte/>

³⁴ Fonte:

<https://noticias.ufsc.br/2013/11/ufstock-2013-traz-arte-e-cultura-a-universidade-de-terca-a-domingo/>

³⁵ Festival de Música realizado em 1969, nos Estados Unidos, que ficou conhecido como um movimento pacifista de arte, ligado à juventude hippie do final dos anos 60 e início dos 70.

das bandas que se apresentaram e, tampouco, dados acerca do número de público. Conforme informações publicadas na “Revista SeCArte - A Era da Arte na Universidade” (2012)³⁶, o UFSCTOCK surgiu da ideia de se criar um evento que “proporcionasse à comunidade a discussão e experiência do que é arte e cultura dentro do complexo universitário”. De acordo com o documento, o evento proporcionou a divulgação de projetos independentes, propondo debates relacionados à “produção cultural em forma de palestras, conferências, mostras, rodadas de bate-papos, reuniões livres da classe artística e feiras solidárias culturais”.

Outra atividade de destaque foi a Semana da Dança da UFSC que contou com seis edições entre os anos de 2012 e 2020. A proposta do evento era realizar atividades artísticas, educativas e culturais em dança, proporcionando um diálogo entre universitários, profissionais da dança e o público interessado. Na última edição, em 2020, a Semana da Dança da UFSC contou com recursos do Prêmio Elisabete Anderle de Apoio à Cultura / Artes – Edição 2019, da Fundação Catarinense de Cultura. Todas as atividades foram gratuitas e realizadas virtualmente - devido à pandemia de covid-19. De acordo com informações no relatório de 2020 da SeCArte, as ações promovidas pelo evento contaram com, aproximadamente, 3998 visualizações online.

Sendo assim, nos primeiros quatro anos de existência, observa-se que a SeCArte promoveu ações importantes para a área cultural da UFSC. Além dos eventos e projetos mencionados, destaca-se a criação da “Bolsa Cultura”, em 2011. O objetivo do Programa de Bolsas de Extensão vinculadas às Ações de Arte e Cultura (BEAC) é oferecer auxílio financeiro a estudantes de graduação; incentivar sua participação no processo de criação artístico-cultural; proporcionar o envolvimento de estudantes, servidores técnico-administrativos e professores efetivos em atividades artístico culturais e estimular a participação dos estudantes em projetos de Cultura e Arte desenvolvidos pela UFSC³⁷. Segundo a entrevistada Vera, o recurso para a Bolsa Cultura “era um percentual específico de bolsas de extensão que nós [equipe da SeCArte] conseguimos colocar para a cultura”.

Em 2011, o Edital Bolsa Cultura disponibilizou 70 bolsas a estudantes da UFSC, que foram concedidas por 12 meses, no período de novembro de 2011 a outubro de 2012. A criação da Bolsa Cultura se mostrou uma iniciativa importante de fomento às

³⁶ Acesso em: https://secarte.ufsc.br/files/2012/03/Revista_Secarte_web_08032012-1.pdf

³⁷ Informações coletadas no site: <https://secarte.ufsc.br/>

ações e atividades culturais na UFSC e, também, uma forma de descentralizar os recursos destinados à cultura, ao disponibilizar bolsas a estudantes por meio de projetos cadastrados por docentes - os quais podem pertencer a diferentes centros de ensino da universidade.

Também no ano de 2011, foi instalada a Comissão de Cultura da UFSC que, segundo informações coletadas no site da SeCArte³⁸, tinha como objetivo “democratizar a discussão sobre a política pública cultural e fomentar os processos de produção de arte e cultura em todos os centros e campi da Universidade Federal de Santa Catarina.” A comissão era formada por representantes de todos os Centros de Ensino, dos quatro Campi da UFSC, de departamentos ligados à cultura e das entidades de classe dos estudantes, professores e servidores. De acordo com a notícia no site da SeCArte, a comissão teria como primeira ação a realização de um Seminário de Cultura, cujo objetivo era “discutir e propor linhas político-culturais para a universidade, incluindo o próprio debate sobre um conceito contemporâneo de cultura a partir das diferentes visões sobre o tema.” Ainda de acordo com essa notícia, haveria na programação do seminário um painel sobre o papel da universidade na produção da cultura e outro painel sobre as políticas culturais em nível municipal, estadual e nacional, que seriam seguidos de “trabalhos em grupo para discussões propositivas”.

O referido seminário se realizou na UFSC entre os dias 26 e 27 de setembro de 2011, promovido pela Comissão Permanente de Cultura da universidade. No evento houve um painel sobre políticas públicas para a cultura, que contou com a participação de Rafael Pereira Oliveira, coordenador-geral de Acompanhamentos de Política Cultural do Ministério da Cultura. O Governo do Estado de SC também esteve representado pelo presidente da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), Joceli de Souza; e a Prefeitura de Florianópolis pelo presidente da Fundação Franklin Cascaes e secretário da Educação de Florianópolis, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz.

O encerramento do seminário se deu com um debate acerca do tema “Cultura e Universidade”. Segundo notícia publicada no site da UFSC³⁹:

O evento encerra na noite do dia 27, com um debate sobre Cultura e Universidade, em que se abordará o conceito da universidade como fomentadora de cultura. Participam especialistas com pesquisa teórica sobre o

³⁸ Acesso em: <https://secarte.ufsc.br/instalada-comissao-de-cultura/>

³⁹ Acesso em: <https://noticias.ufsc.br/2011/09/seminario-discute-acoes-para-impulsionar-politica-cultural-2/>

tema e atuação prática institucional: Alfredo Manevi (CCE UFSC), que foi secretário geral do Ministério de Cultura do governo Lula e hoje é professor do Curso de Cinema da UFSC; Cláudio Prado (do Laboratório Brasileiro de Tecnologia Digital) e Atilio Alencar de Moura Corrêa (do Circuito Fora do Eixo). A ideia é que na conclusão do seminário a Comissão de Cultura esteja plenamente subsidiada para pensar em um plano de Ação mais permanente para a UFSC. “Para que cultura não seja refém de ações muito temporárias e que seja encarada como processo acadêmico de ensino, pesquisa e extensão integrante da prática diária da universidade”, complementa a secretária de cultura da UFSC, Maria de Lourdes Alves Borges (NOTÍCIA DO SITE DA UFSC, 2023).

Figura 9: Cartaz de divulgação do I Seminário de Cultura da UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE CULTURA E ARTE
COMISSÃO PERMANENTE DE CULTURA

I SEMINÁRIO de cultura da ufsc

Setembro 2011 - Centro de Cultura e Eventos
Salas Goiabeira, Laranjeira, Pitangueira e Aroeira.

Dia 26

Vespertino 14h - 17h30	A Cultura na UFSC: SeCArte - DCE - Centros de Ensino - Campi
17h30	Coffee Break
Noturno 18h	Debate sobre políticas públicas com representantes do Ministério da Cultura, Fundação Catarinense de Cultura e Fundação Franklin Cascaes.

Dia 27

Vespertino 14h - 16h30	Grupos de Trabalho 1. Financiamento de Projetos Culturais; 2. Discussão dos Espaços Culturais da UFSC; 3. Comunidade, Arte e Cultura; 4. Educação, Arte e Cultura; 5. Tecnologia, Arte e Cultura.
16h30	Coffee Break
Vespertino 17h - 18h30	Plenária
Noturno 19h - 22h	Debate: Cultura e Universidade. Participantes: ALFREDO MANEVI - CCE/UFSC CLÁUDIO PRADO - Laboratório Brasileiro de Cultura Digital ATILIO ALENCAR DE MOURA CORRÊA - Circuito Fora do Eixo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE CULTURA E ARTE
CCE/UFSC

Fonte: Site da SeCArte (2023)⁴⁰

Não foram encontradas informações sobre o número de pessoas que participaram do seminário. Ainda assim, a criação de uma comissão e a realização do seminário de cultura são iniciativas que merecem destaque, pois é possível observar que houve na UFSC ações para reflexões acerca da atuação cultural da universidade e sobre o papel da instituição na área da cultura. Segundo a entrevistada Vera, tais ações não tiveram continuidade devido à troca de gestão da Reitoria, em 2012.

⁴⁰ Acesso em: <https://secarte.paginas.ufsc.br/files/2011/09/cartaz-seminario-cultura.pdf>

Nós fizemos em 2011 o seminário. A ideia era continuar. Só que daí trocou a gestão e não continuou. Então, acho que tem um pouco disso também... Essa questão da dificuldade, quando uma gestão entra e uma gestão sai, vamos dizer assim, tem uma descontinuidade. Por exemplo, a Comissão de Cultura depois não continuou. E também esse seminário de Cultura e Arte, que nós fizemos em 2011. E daí tinha vários temas que foram discutidos [no seminário]. Quer dizer, teve uma atividade bastante grande nesse sentido. Mas depois não, porque troca a gestão em 2012, né? Enfim, então tem essa questão da descontinuidade.

Em 2012, assume uma nova equipe na gestão da UFSC, com a eleição da professora Roselane Neckel, docente do Departamento de História, vinculado ao Centro de Filosofia e Humanidades (CFH) como reitora. Acerca deste período, como servidora da UFSC, a pesquisadora tem conhecimento de que foi uma gestão com avaliação bastante negativa, principalmente para a área da cultura. Em conversas com colegas servidores do DAC e da SeCArte, mas também em assembleias do Sindicato de Trabalhadores em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (SINTUFSC) - quando se relembra o período desta gestão - ouvem-se relatos com duras críticas à equipe que esteve à frente da UFSC no período.

Com relação à área da cultura na universidade nesta época, Tânia relata:

Quando saiu o Prata e entrou a Roselane, foi um caos pra cultura, pro departamento [DAC], foi uma coisa bem desgastante. E aí ela [Roselane] botou um secretário [na SeCArte], alguém que teve a capacidade de não fazer nada e que veio só, parece que assim, botaram ele pra pegar no nosso pé... foi uma briga de força.[...] Foi uma confusão! Nesse momento, foi o início também da abertura [do curso] das artes cênicas. O secretário também queria nos “matar”, foi nesse momento aí, com essa gestão da reitoria, que eles queriam pegar o espaço do DAC também. Só te digo uma coisa, eles nos apagaram, não tínhamos acesso a nada, mas se a gente não tivesse a palavra resistência... nós tivemos a sabedoria de resistir. E resistir para não acabar o DAC. Foi a palavra resistência, porque foi difícil. Porque assim, não tínhamos dinheiro - nunca tivemos, quer dizer, com o Prata que a gente teve alguma coisa - com eles, nada. Foi uma desgraça.

De 2012 a 2016, a SeCArte passa a se chamar Secretaria de Cultura (Secult). O Museu Universitário e a Editora da UFSC deixam de estar vinculados à secretaria e o NEMU é extinto⁴¹. A pesquisadora fez tentativas para realizar entrevista com pessoas que assumiram cargo de gestão na secretaria neste período, mas não obteve retorno. Dessa forma, não foi possível coletar dados de fontes primárias acerca da atuação dos

⁴¹ As ações dos setores citados serão apresentadas neste trabalho, no tópico intitulado “Mapeamento da Cultura na UFSC: ações de extensão”.

gestores na administração da cultura na UFSC nestes anos da Secult. Foram realizadas entrevistas com servidores do quadro permanente da secretaria, além do levantamento de relatórios e documentos oficiais do período.

Chama atenção que, apesar do relato da entrevistada Tânia, de que “não tínhamos dinheiro [a cultura]”, de que “foi um caos pra cultura”, os relatórios de gestão anuais da Secult apresentam um grande volume de informações, com menção à realização de diversas atividades culturais. Destacam-se, no levantamento dos dados a partir destes relatórios, o lançamento de editais específicos para a área cultural. O Edital Bolsa Cultura, criado na gestão anterior, foi mantido pela nova gestão. Em 2015 - último ano na reitoria da professora Roselana Neckel - o edital previu a disponibilização de até 64 bolsas, no valor de 420 reais cada. As bolsas foram concedidas por 12 meses, no período de 01 de abril de 2016 a 31 de março de 2017.

Além deste, outros editais foram lançados, tais como:

- Edital Espaço Vivo - lançado em 2013, é publicado anualmente até o presente ano de 2023. Este edital visa a ocupação dos espaços na UFSC, a saber: no Centro de Cultura e Eventos, o auditório garapuvu, hall do segundo andar, sala goiabeira, sala laranjeira, sala pitangueira. No prédio da reitoria, auditório da reitoria e templo ecumênico. No Departamento Artístico Cultural, o Teatro da UFSC (atual Teatro Carmen Fossari) e a Igrejinha da UFSC; e as Fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, de São José da Ponta Grossa e de Ratonés.
- Edital Procultura - lançado anualmente no período entre 2012 a 2019, tinha como objetivo apoiar financeiramente, no todo ou em parte, ações de cultura, propostas por servidores docentes ou técnico-administrativos da UFSC que tinham relação com o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

O primeiro Edital Procultura, de 2012, contemplou 20 projetos, com um recurso total de 248 mil reais. Já no último Edital Procultura lançado em 2019, houve significativa diminuição de recursos disponibilizados e projetos contemplados. Foram previstos, no total, 70 mil reais para 11 projetos a serem aprovados.

Além destas ações da Secult, destaca-se a informação identificada no relatório da Secult do ano de 2014, acerca da elaboração de um Plano de Cultura da Universidade Federal de Santa Catarina, para a participação no Edital MEC/MinC “Mais Cultura nas Universidades”. Segundo notícia publicada no site da UFSC, a Secult realizou uma

reunião no dia 07 de novembro de 2014, para discutir sobre o plano de cultura a ser desenvolvido e submetido ao edital.

Figura 10: Notícia sobre reunião para elaboração do plano de cultura da UFSC

Secult convida comunidade universitária para debater processo de produção do Plano de Cultura

📅 05/11/2014 19:49 📧 📘 📱

A Secretaria de Cultura da Universidade Federal de Santa Catarina (SeCult/UFSC) convida professores, servidores técnico-administrativos e estudantes da Universidade a participar da reunião que acontecerá na próxima sexta-feira, **7 de novembro, das 18h às 19h na Sala dos Conselhos do prédio da Reitoria I**. O objetivo do encontro é debater o processo de produção do Plano de Cultura da UFSC para o Edital Mais Cultura nas Universidades e é aberto a todos os interessados.

Após a reunião será lançada a chamada de projetos para o Plano de Cultura da UFSC previsto no **Edital Mais Cultura nas Universidades**, a ser implementado nos anos de 2015-2016. A Chamada visa à prospecção e a pré-seleção de ações do campo da cultura e das artes, em atividade ou ainda inéditas, propostas pela comunidade acadêmica da UFSC para integrar o Plano de Cultura da Universidade, que se enquadrem dentro dos critérios estipulados no edital.

Fonte: Site da UFSC (2023)⁴²

Não foram encontrados dados sobre o número de pessoas que participaram da reunião. No dia 17 de novembro do mesmo ano, foi divulgada a “Chamada Pública de Propostas para o Plano de Cultura da UFSC”. Segundo notícia publicada no site da UFSC⁴³, a chamada pública buscou reunir propostas de servidores e estudantes da UFSC para a construção do plano de cultura da universidade, com a finalidade de “participar e se beneficiar dos recursos previstos no Edital Mais Cultura nas Universidades”. Em 17 de dezembro de 2014, foi divulgado o resultado final com as propostas aceitas para comporem o plano a ser enviado ao edital, que previa, no mínimo, R\$50 mil por projeto.

⁴² Acesso em:

<https://secarte.ufsc.br/reuniao-secult-convite-a-comunidade-academica-da-ufsc-para-debater-o-processo-de-producao-do-plano-de-cultura-da-ufsc/>

⁴³ Acesso em:

<https://noticias.ufsc.br/2014/11/chamada-publica-ajuda-na-construcao-do-plano-de-cultura-para-universidade/#more-120951>

A UFSC não chegou a ser contemplada pelos recursos do referido edital. No relatório de gestão da Secult do ano de 2015, não constam informações acerca da continuidade da construção de um plano de cultura. Segundo a entrevistada Vera, esse plano que chegou a ser elaborado tinha como único objetivo a inscrição da UFSC para concorrer ao Edital Mais Cultura nas Universidades. Ou seja, não chegou a ser um documento com a finalidade mais ampla de conter diretrizes para a atuação da UFSC na área cultural. De acordo com o depoimento de Vera,

O que nós [equipe da SeCArte] tentamos fazer depois foi uma discussão sobre plano de cultura, tá? Foi na pandemia, eu acho que foi em 2021. Nós fizemos reuniões online para determinar um plano de cultura, só que nós fizemos primeiro as diretrizes e depois nós conversamos. E daí as pessoas acharam que a gente teria que abrir, fazer um debate maior sobre o plano de cultura da universidade [com a comunidade]. A gente estava numa época de pandemia, não deu para fazer um plano de cultura, mas a gente chegou a pensar em diretrizes e tudo isso, mas a gente não levou adiante. Agora, esse outro plano, que eu lembro [se referindo ao plano elaborado em 2014 para o Edital Mais Cultura nas Universidades], não era bem um plano de cultura, teve esse edital e as pessoas fizeram, juntaram algumas atividades que estavam sendo feitas, foi isso. Então, plano de cultura mesmo a UFSC nunca teve.

Como servidora envolvida na área da cultura da UFSC, a pesquisadora tem conhecimento de que a elaboração do plano de cultura da universidade é uma discussão que permeia conversas entre alguns servidores, principalmente da SeCArte. No entanto, como ressaltado pela entrevistada Vera, até o momento, a UFSC não tem uma política de cultura, com um plano ou um documento norteador das ações culturais da instituição.

Outras informações que merecem destaque, encontradas em relatórios da secretaria no período de 2012 a 2015, é a menção ao Convênio da UFSC com a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (SAv/MinC) para a criação de um Núcleo de Produção Digital na UFSC; e, também, o Convênio da UFSC com a Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura (SEC/MinC), para a criação do Observatório de Economia Criativa de Santa Catarina (OBEC-SC). No entanto, em relatórios de anos subsequentes não aparecem informações sobre estes convênios, para que se possa afirmar a realização e efetivação destas ações. Parece ser possível afirmar que algumas iniciativas da Secult, no período, acabaram ficando “no papel”, não chegando a ser concretizadas.

Em 2016, reassume a gestão da secretaria a professora Maria de Lourdes Alves Borges, com a eleição do professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo⁴⁴ como reitor da UFSC. A Secult, então, volta a assumir a nomenclatura de SeCArte. De maneira geral, a partir da análise dos relatórios anuais de gestão da SeCArte, no período de 2016 a 2022⁴⁵, observa-se um número significativo de projetos realizados; no entanto, segundo a entrevistada Vera, a partir de 2016, “a gente [SeCArte] não tem muito recurso pra alavancar naquele nível [das ações da primeira gestão, entre 2008 e 2012]. Não dava pra ter um aporte maior da Reitoria na época, porque começou ali em 2016, 2017, a diminuir as verbas federais”.

De acordo com Vera,

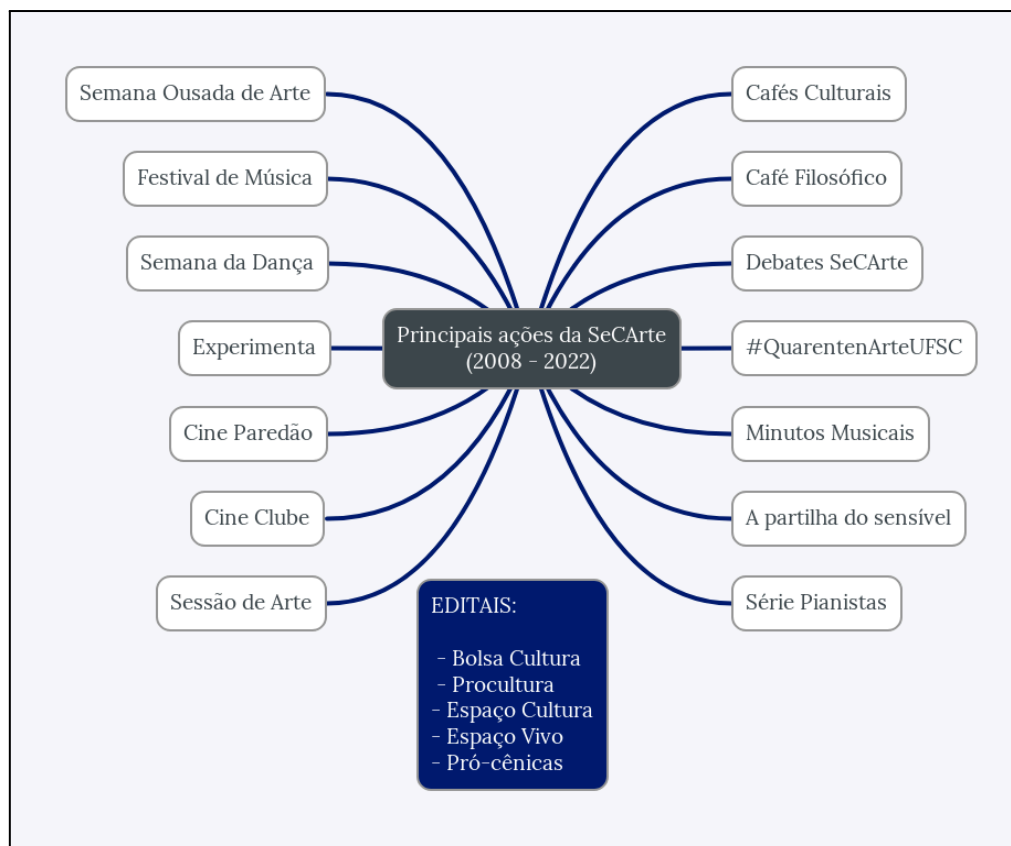
Os anos dourados, pra mim, foram de 2008 a 2012. E eu acho que é porque nós fazíamos todos aqueles eventos, nós tínhamos uma atividade maior, né? Também trouxemos um pouco de ousadia para a UFSC. Eu chamava de efervescência cultural. Tinha mais efervescência cultural. Imagina, fazer dois festivais de música, fazer Semana Ousada de Arte. Tinha mais [atividade], sabe, aparecia mais... era mais efervescente do ponto de vista cultural.

Tendo isso em conta, a partir da análise dos relatórios anuais de gestão da SeCArte, buscou-se identificar no histórico da secretaria os principais projetos e ações realizados ao longo dos anos, os quais estão elencados na figura a seguir:

⁴⁴ Professor do curso de Direito da UFSC, foi reitor da universidade entre 2016 e 2017. Vítima da Operação “Ouvidos Moucos”, o reitor e outros professores da universidade foram conduzidos coercitivamente pela Polícia Federal (PF) em setembro de 2017. Aproximadamente um mês após ter declarada sua prisão preventiva, Cancellier cometeu suicídio, no dia 02 de outubro de 2017. Em 04 de julho de 2023, o Tribunal de Contas da União (TCU) arquivou o processo sobre supostas irregularidades executadas na UFSC durante a gestão de Cancellier.

⁴⁵ O período da gestão da reitoria da UFSC, que seria de 2016 a 2020, foi interrompido com o falecimento do reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo. Até abril de 2018, a então vice-reitora, professora Alacoque Lorenzini Erdmann, esteve à frente da reitoria, quando o professor Ubaldo César Balthazar assumiu como reitor temporário. Em 2018, foram realizadas novas eleições e Balthazar é eleito como reitor, até 2022, mantendo quase que inteiramente a equipe de gestão criada por Cancellier. Como consequência, Maria de Lourdes Alves Borges esteve na gestão da SeCArte por mais seis anos, de 2016 a 2022 (além do período de 2008 a 2012).

Figura 11: Principais ações desenvolvidas pela SeCArte



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Dos projetos apresentados na imagem acima, destacam-se o Festival de Música e a Semana da Dança, que contaram com grande participação de público e com grupos e artistas da cena cultural de Florianópolis; e, também, ressalta-se o Experimenta, que mobilizou pessoas de diversos setores da UFSC.

O Experimenta acontece anualmente desde 2016 e realizou neste ano, de 2023, sua oitava edição. O evento é considerado “a semana de arte da UFSC” e objetiva, principalmente, mostrar o que é produzido em arte na universidade, ligado à pesquisa, ensino e extensão, proporcionando visibilidade das ações artísticas concebidas no meio acadêmico⁴⁶. Segundo o último relatório anual da SeCArte, em 2022, o Experimenta apresentou 32 atrações, abrangendo um público estimado de 1.200 pessoas, durante sete dias de evento.

Entre as ações da SeCArte já destacadas, ressalta-se, também, a publicação do Edital Pró-Cênicas em 2019, que teve como objetivo apoiar financeiramente duas produções cênicas propostas por servidores docentes da UFSC. Este edital visou

⁴⁶ Informação coletada no site: <https://secarte.ufsc.br/experimenta/experimenta-projeto/>

contemplar dois projetos, com destinação de 15 mil reais para cada, totalizando 30 mil reais de recursos investidos no apoio à produções cênicas na UFSC⁴⁷.

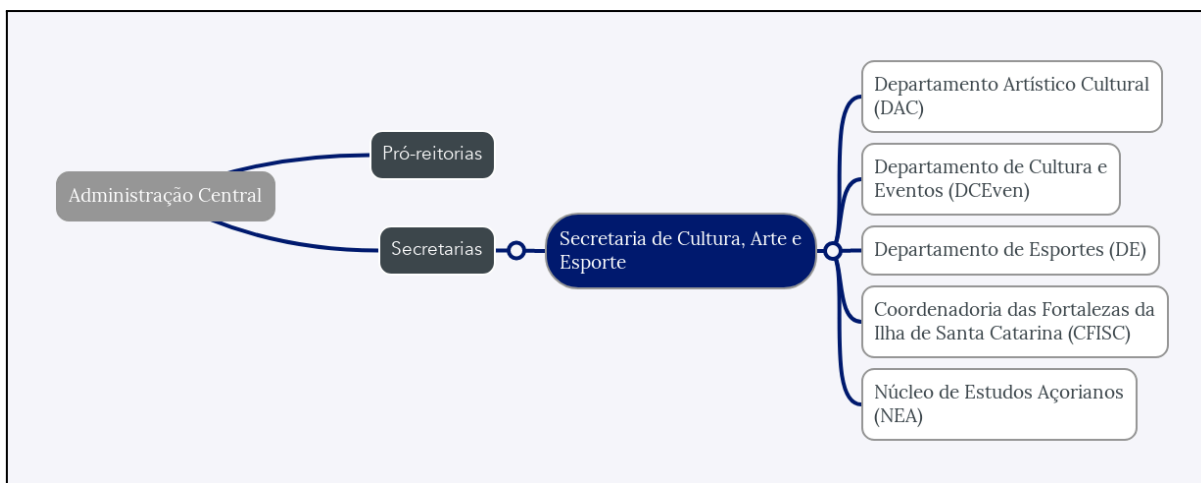
Sobre o período de 2016 a 2022, a entrevistada Vera relata que há uma tentativa de “retomar um pouco daquela efervescência cultural [se referindo à gestão de 2008 a 2012]”, mas que em 2018, com o contingenciamento imposto às universidades federais “a gente [SeCArte] não conseguia fazer muito”. Observa-se, assim, que alguns projetos - como o Festival de Música, por exemplo - deixam de ser realizados; e que o Edital Procultura, importante iniciativa de fomento das ações de cultura na UFSC, acaba sendo descontinuado em 2019. Pelo que se pôde observar na pesquisa, o período da primeira gestão da SeCArte (2008 - 2012) foi um momento de forte atuação da UFSC na área da cultura.

Em julho de 2022, com a posse de uma nova gestão na Reitoria da UFSC, a Secretaria de Esporte (SESP) é agregada à Secretaria de Cultura e Arte, que passa a se chamar Secretaria de Cultura, Arte e Esporte (SeCArte). Uma vez mais, então, a secretaria passa por mudanças em sua estrutura - o Museu Universitário e a Editora da UFSC que já haviam sido desvinculados da Secult em 2012 permanecem como órgãos suplementares, vinculados à Reitoria; e a SESP é transformada em Departamento de Esportes, Cultura e Lazer e passa a estar submetida à atual estrutura da SeCArte. Assim sendo, atualmente, a SeCArte congrega os seguintes setores: Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina (CFISC); Departamento Artístico Cultural (DAC); Departamento de Cultura e Eventos (DCEven); Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) e o Departamento de Esportes, Cultura e Lazer (DECL).

A organização atual dos setores vinculados à SeCArte na UFSC pode ser verificada conforme o organograma abaixo:

⁴⁷ Informação coletada no EDITAL 004/2019/SeCArte - PRÓ-CÊNICAS.

Figura 12: Atual estrutura da Secretaria de Cultura, Arte e Esporte da UFSC



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Por fim, ainda sobre a administração da cultura na UFSC, considera-se relevante destacar o Departamento de Cultura e Eventos (DCEven), unidade que administra o Centro de Cultura e Eventos da UFSC (CCEven). Vinculado à SeCArte, esse departamento tem como objetivo apoiar os eventos institucionais e acadêmicos, bem como a organização e realização das solenidades de Colação de Grau dos Cursos de Graduação da Universidade. Além disso, tem apoiado eventos da comunidade universitária e da comunidade externa em atividades culturais e artísticas do teatro, da música, do cinema e da dança⁴⁸.

O DCEven desenvolve atividades de administração, agendamento e disponibilização de infraestrutura para realização de eventos acadêmicos, artístico-culturais, institucionais e de natureza religiosa nos espaços do Centro de Cultura e Eventos, Auditório e Hall da Reitoria e Templo Ecumênico da UFSC. Também realiza a coordenação e agendamento de exposições no hall do piso térreo do CCEven e no Espaço Expositivo do CCEven.

Como mencionado anteriormente, o Centro de Cultura e Eventos da UFSC foi inaugurado em 2004, após anos de uma obra que, devido à lentidão e ao seu tamanho, foi apelidada pelos estudantes da época de “Elefante Branco” - nome que ainda permanece como um apelido popular do prédio. No fim de 2017, o Conselho Universitário da UFSC aprovou um novo nome oficial, passando a se chamar “Centro de Cultura e Eventos Reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo”.

⁴⁸ Informações coletadas no site: <https://dceven.ufsc.br/>

Acerca da construção do CCEven, a entrevistada Eugênia relata:

A fama do elefante branco foi ainda dos anos 90. Porque foi construída toda a parte estrutural do prédio e para a parte interna dele não tinha recurso. Então ficou uma estrutura muito grande, né? Ela é muito espaçosa, num espaço, num local de muita visibilidade, que é o lado da reitoria. Então ele ganhou esse apelido de elefante branco, porque não se terminava essa construção.

Em 2004, então, finaliza-se a construção do prédio que hoje conta com 8.000m² de área edificada e abriga o maior auditório do estado de Santa Catarina, o Auditório Garapuvu, com capacidade para 1.371 pessoas sentadas e infraestrutura planejada para sediar eventos como formaturas, simpósios, seminários, congressos, shows e outras atividades. O CCEven possui, também, 4 salas multifuncionais, com paredes móveis e capacidade para 75 pessoas cada, podendo ser convertida em salão para 300 pessoas. Ademais, conta com uma praça de alimentação, livraria, agência bancária e outras lojas, incluindo setores administrativos.

Este empreendimento veio suprir não só a Universidade Federal de Santa Catarina, mas a própria cidade de Florianópolis de um local para a realização de eventos de pequeno e grande portes, com qualidade para atender os públicos local e nacional e até internacional na divulgação da cultura, produção científica e do entretenimento, dinamizando a economia e aquecendo a vida social e cultural do município (SITE DCEVEN/UFSC, 2023)⁴⁹.

Acerca das finalidades às quais o Centro de Eventos da UFSC hoje se destina, o entrevistado Luiz lembra que a construção do prédio era uma reivindicação dos setores de cultura na época, principalmente do Departamento Artístico Cultural (DAC). No entanto, foi dada outra utilização ao espaço que, originalmente, seria criado para abrigar salas de oficinas de arte, uma sala de cinema, sala para aulas de dança (incluindo a colocação de espelhos) e o Garapuvu seria, então, um grande teatro destinado, sobretudo, a receber peças e espetáculos artísticos. De acordo com Luiz:

O Centro de Cultura e Eventos ficou um tempo só no esqueleto e ele foi pensado para as oficinas de arte do DAC, para ter o cinema da universidade, a galeria... e estava certo isso, estava no projeto, tudo, e quando conseguiram viabilizar, o Barbosa que era o diretor, para [conseguir] viabilizar a inauguração, fizeram aquele shopping ali, né? Com o banco e tal... e “dançou” cinema, “dançou” as oficinas, “dançou” sala de dança. Eu acho que até foi bom para a universidade, mas também foi uma perda grande para a cultura, né? Não existe na UFSC sala de cinema, salas com boa estrutura para oficinas de arte e tal.

⁴⁹ Acesso em: <https://dceven.ufsc.br/centro-de-cultura-e-eventos/conheca-o-centro-de-cultura-e-eventos/>

Segundo a entrevistada Eugênia, os gestores da UFSC na época acabaram por criar um prédio com o intuito de atender às necessidades da universidade como um todo, sendo um espaço para realização de eventos, tanto científicos quanto da área cultural. Em seu depoimento, a entrevistada ressaltou que “o princípio que rege a universidade, uma das pedras fundamentais da instituição, é o lema arte e ciência”. Destacou, também, que várias gestões da reitoria estiveram à frente da construção do CCEven, haja vista que foi uma obra que levou vários anos até ser concluída.

Desde 2006, todas as formaturas dos cursos de graduação da UFSC passaram a acontecer no CCEven de forma gratuita. Dos eventos que se realizaram no Auditório Garapuvu, destacam-se a realização da 3ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis, em 2012; as edições anuais do festival de cinema “Florianópolis Audiovisual Mercosul” (FAM)⁵⁰, que aconteceram na UFSC até 2018, em 2015, a Conferência da Juventude Latino-Americana sobre Mudanças Climáticas (COY11), que contou com a presença do ex-presidente uruguaio José Mujica.

Entre 2012 e 2016, durante a gestão da reitora Roselane Neckel, o Centro de Cultura e Eventos passou a ser reservado apenas por meio de licitação, diferente do que acontecia até então. Segundo notícia divulgada pela imprensa local em 2012⁵¹, na época um espetáculo chegou a ser cancelado, assim como todos os contratos que haviam sido assinados, até aquele momento, devido às suspeitas de irregularidades na locação do espaço. Tal fato, segundo a reportagem, causou polêmica entre produtores culturais e na cidade em geral. Em 2016, a nova gestão da reitoria da UFSC liberou novamente a locação do CCEven para eventos abertos à comunidade em geral e não só a acadêmica, voltando a sediar grandes shows.

O Auditório Garapuvu foi palco de artistas com projeção nacional, como como Sandy, Diogo Nogueira, Milton Nascimento, Toquinho, Ivan Lins, Zeca Baleiro, Elza Soares, entre outros. Acerca destes grandes shows, Eugênia relata:

Nós tivemos shows como o da Maria Rita e do Ney Matogrosso com casa lotada... praticamente todos os shows que são realizados aqui têm um grande investimento em mídia, dos organizadores, então, normalmente, eles conseguem fazer a venda de todos os ingressos Eles se interessam pela UFSC

⁵⁰ O FAM está na sua 27ª edição e se consagrou como um dos acontecimentos audiovisuais mais importantes do Sul do Brasil.

⁵¹ Acesso em:

<https://ndmais.com.br/musica/centro-de-cultura-e-eventos-da-ufsc-so-vai-sediar-espetaculos-mediante-licitacao/>

muito pelo tamanho do auditório. [...] A gente sempre teve o pessoal da da Camerata [de Florianópolis], a Camerata com alguns artistas, aquelas parcerias que eles faziam, né? A Camerata fez alguns shows, tanto contratado pela própria universidade, quanto alugando o espaço mesmo. E aí a Camerata tem uma aceitação enorme na cidade, né? Então é casa lotada com certeza. A gente teve um show que foi lindo, com o Lenine uma vez, foi bem bonito. E a gente já teve uma [apresentação] da Camerata com o Expresso Rural, foi bem bonito também.

Acerca da importância do Centro de Cultura e Eventos para a cidade de Florianópolis, observou-se que o espaço tem ganhado visibilidade no cenário da cultura de Santa Catarina. Segundo Eugênia, “ele é o maior auditório hoje em termos de público de Santa Catarina”. O Auditório Garapuvu tem 1.371 lugares, uma capacidade de público maior que o Teatro Ademar Rosa, Centro Integrado de Cultura (CIC).⁵² Sobre os desafios encontrados na gestão deste equipamento cultural, percebe-se que a falta de recursos para manutenção e compra de equipamentos mais novos é um dos mais graves problemas enfrentados pela gestão. De acordo com a entrevistada Eugênia,

A gente tem uma grande dificuldade que é a falta de recurso para investimento em algumas áreas. Nós temos muita dificuldade com a parte de iluminação e audiovisual, que é muito antiga, né? Ela é uma estrutura que depende um recurso muito grande num volume imediato, né? A gente não pode fazer aquisição de coisas ao longo de um tempo, ela tem que ser uma aquisição conjunta, né? De uma estrutura, principalmente para a parte de áudio, que ela tem que ser toda integrada, toda interligada, desde fiação, equipamentos e que os valores são muito altos e na universidade, por conta das contenções de gastos e a falta de recurso, a gente não consegue fazer essa aquisição. Adquirimos algumas coisas ao longo do tempo, mas temos bastante dificuldade.

Percebe-se nos relatos que, para a área cultural, o Centro de Eventos da UFSC ainda carece de estrutura adequada que possibilite receber apresentações artísticas de grupos que possam realizar o pagamento para contratação de equipamentos. Atualmente, a realização de eventos neste espaço, que necessitam de luz cênica e sonorização, está condicionada à contratação de uma empresa terceirizada, com a qual a UFSC tem contrato de licitação regulamentado. Diante disso, os artistas com projeção nacional são os que têm recursos para alugar a estrutura adequada e, por conseguinte, são os que mais fazem uso do Auditório Garapuvu para grandes shows e espetáculos -

⁵² O Centro Integrado de Cultura (CIC) é vinculado à Fundação Catarinense de Cultura. Foi construído para abrigar diversas formas de manifestação da cultura artística de Santa Catarina. O espaço conta com grandes salões de exposição, bibliotecas setoriais, um cinema, o Teatro Ademar Rosa, o Museu de Arte de Santa Catarina, o Museu da Imagem e do Som, as Oficinas de Arte, a Escolinha de Arte, o Ateliê de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis e a administração da FCC.

com venda de ingressos e arrecadação de bilheteria. Parte da bilheteria arrecadada fica com a universidade, mas são valores que, aparentemente, ainda se mostram insuficientes para que a UFSC possa custear a realização de atividades culturais gratuitas no CCEven e sem gerar gastos para os grupos que se apresentam no espaço.

Diante disso, indagou-se à entrevistada Eugênia quais as principais atividades que, atualmente, vêm sendo realizadas no Centro de Cultura e Eventos da UFSC.

Segundo ela:

O que a gente está fazendo hoje é umas parcerias com a comunidade. Recentemente [em abril de 2023], a gente fez uma parceria com a Prefeitura Municipal de Florianópolis e tivemos uma peça teatral infantil que vieram aproximadamente 600 pessoas. Então, era dentro de um festival de literatura do município e aí eles trouxeram uma peça e a gente cedeu o espaço e a comunidade toda veio, né? Então, a gente vem buscando fazer esse tipo de parceria dentro das nossas limitações para que a cultura, de verdade, aconteça dentro dos nossos espaços. Hoje, prioritariamente, a gente acaba fazendo os empréstimos e os aluguéis para as atividades científicas da universidade. Esse é o grande mote. Não era o nosso desejo, mas é o grande mote. É o que vem acontecendo dentro dos nossos espaços. As formaturas tomam um período bem grande do ano. Então, ao longo de praticamente seis meses, de cinco a seis meses no ano, o espaço é todo dedicado às formaturas. A gente consegue fazer algumas coisas nos finais de semana, algumas coisas mais nas sextas-feiras, mas são poucas as coisas. Então, a nossa grande limitação está em termos de infraestrutura mesmo. Ela ainda não é digital, ela é toda analógica. Então, a grande dificuldade para trazer pessoas para fazer shows, às vezes os artistas estão dispostos a fazer alguma coisa, mas a gente tem muita dificuldade com a questão dos equipamentos.

Sendo assim, é possível observar que o espaço do Centro de Cultura e Eventos da UFSC tem sido utilizado, majoritariamente, para realização de eventos institucionais - como as formaturas - e por artistas nacionais que têm recursos para pagamento do aluguel do espaço. Pelo material coletado nesta pesquisa, pode-se afirmar que o espaço é procurado por artistas consagrados no mercado, mas pouco utilizado para produções culturais da cena de Florianópolis. Isto parece sugerir pouca ou baixa contribuição da UFSC no que tange à possibilidade de ofertar o uso de um importante equipamento cultural da cidade, para artistas da própria cidade.

Em suma, a apresentação do histórico da administração da cultura na UFSC mostra que as mudanças de gestão da reitoria têm significativa importância na condução dos setores vinculados à área cultural da universidade. Percebe-se que as propostas de projetos e ações acabam sendo mais ou menos incentivadas, a depender do plano de gestão que cada reitor executa; ou seja, pôde-se observar que a criação do DAC e da

SeCArte se deram em períodos em que a gestão da reitoria esteve mais interessada politicamente em favorecer as atividades culturais da UFSC.

Com as informações apresentadas até aqui, é possível afirmar que sobretudo a criação da SeCArte foi um importante marco para a administração da cultura na UFSC. O volume de ações culturais passa a ter um aumento considerável a partir de 2008, resultado da estrutura administrativa com equipe e recursos específicos criada para o desenvolvimento de atividades relacionadas à área da cultura na universidade.

Feita a discussão acerca da administração da cultura na UFSC, serão apresentados a seguir os mapeamentos das ações de extensão, ensino e pesquisa na área da cultura, que se desenvolveram na universidade ao longo do tempo. Como dito anteriormente, essa divisão se dá com a finalidade de discorrer da forma mais ampla possível acerca das variadas atividades que a universidade executou nos últimos 20 anos, no que tange sua atuação cultural.

4.2.2 Mapeamento da área da cultura na UFSC: ações de extensão

O levantamento de dados secundários da pesquisa e, também, de dados primários obtidos por meio de entrevistas e com a observação participante da autora - como servidora da UFSC - mostrou que as ações de cultura da universidade são evidenciadas, de maneira geral, na área da extensão. Observou-se por meio da leitura dos relatórios de gestão da UFSC e nas entrevistas realizadas, que a instituição, historicamente, destaca-se pelas atuações desenvolvidas no âmbito da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PRCE) e, após 2008, da Secretaria de Cultura e Arte (SeCArte), por meio de seus departamentos, núcleos e coordenadorias.

De acordo com o material levantado neste estudo, pode-se considerar que as principais atividades relacionadas à cultura na UFSC são aquelas que dizem respeito à extensão universitária, sendo apresentadas em alguns relatórios a ideia de “projetos de extensão cultural” - os quais, em sua maioria, são realizados, principalmente, pelos seguintes setores: Departamento Artístico Cultural (DAC), Museu Universitário (atual MARquE), Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) e o extinto Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU).

Primeiramente, considera-se relevante apresentar sinteticamente a maioria dos setores da universidade identificados na pesquisa, os quais desenvolvem ações de

extensão vinculadas à cultura e às artes. A fim de melhor apresentá-los, fez-se uma tabela com o ano de criação de cada setor e um resumo de suas principais atividades:

Tabela 2: Principais setores de cultura da UFSC no âmbito da extensão

Setor	Ano de criação	Atividades
Museu Universitário (MU) - Atual Museu de Arqueologia e Etnologia - Oswaldo Cabral	1978	Ações em temáticas indígenas, em especial quanto aos Guarani; folclore da Ilha de Santa Catarina; gestão do acervo de obras de Franklin Cascaes; arqueologia; outros assuntos relacionados à museologia e à cultura local/regional.
Editora da UFSC (EdUFSC)	1980	Publicações, edições e reedições de livros e revistas. Destaque para o Projeto Coleção Ipsis Litteris - estímulo aos novos escritores catarinenses.
Núcleo de Estudos Açorianos (NEA)	1984	Pólo de pesquisa e investigações sobre a cultura açoriana no Estado, com um trabalho comunitário que atinge todo o litoral de Santa Catarina - cursos, palestras, mapeamento cultural e reciclagem para professores.
Departamento Artístico Cultural (DAC)	1988	Promoção de arte e cultura através de projetos de extensão e oficinas de artes, em diversas áreas: Artes Visuais, Cinema, Dança, Música, Teatro e Arte-Educação.
Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina - Atual Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina (CFISC)	1988	Restauro e revitalização das fortificações construídas pela Coroa Portuguesa no século XVIII. Gerenciamento, guarda, manutenção e conservação das fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratonés, em Florianópolis.
Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU)	1997 (extinto em 2013)	Encontros de capacitação e formação continuada na área da Museologia, com cursos, palestras, oficinas e seminários pelo estado de SC.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Conforme ressaltado no tópico acerca da administração da cultura na UFSC, em 1988 é criada a Pró-reitoria de Cultura e Extensão (PRCE) - a qual passa a abrigar todos os setores apresentados na tabela acima até o ano de 2008, quando é criada a Secretaria de Cultura e Arte (SeCArte). No primeiro ano de atividades da recém criada secretaria, todos esses setores destacados na tabela acima são imediatamente vinculados à SeCArte, mas, com o decorrer dos anos e mudanças de gestão na UFSC, a secretaria passa por mudanças em sua estrutura e alguns destes setores são desvinculados da

SeCArte - caso do MARquE e da EdUFSC, que passam a se vincular diretamente à Reitoria - e um deles, o NEMU, acaba sendo extinto em 2013.

Cada um dos setores elencados na tabela acima desenvolveu diversas atividades ao longo dos anos. Sendo assim, optou-se por analisar mais detidamente quatro deles: MARquE, DAC, NEA e NEMU. Durante a pesquisa, esses cinco setores foram os mais citados, tanto em entrevistas quanto em relatórios da UFSC e, também, apareceram com mais destaque na análise que será realizada adiante, acerca da participação da UFSC na institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis.

Dito isso, apresenta-se a seguir as principais ações que cada um deles desenvolveu ao longo dos anos, com destaque para o período de 2003 a 2023, haja vista o recorte temporal que interessa à pesquisa. Cabe salientar, previamente, que há um grande volume de ações desenvolvidas por esses setores e que a análise não esgota o quantitativo de projetos e atividades realizadas. Assim, busca-se apresentar o maior número de informações encontradas na pesquisa, com destaque para aquelas ações que foram mais citadas em entrevistas e documentos coletados.

De maneira geral, é possível observar que a UFSC se destaca na área da extensão com atuação relacionada à cultura popular açoriana, sobretudo pelas ações do MARquE e do NEA. Além disso, por meio do NEMU - durante os seus 28 anos de existência - a universidade atuou de forma significativa na área da museologia, oferecendo cursos de formação por todo o estado de SC. E por fim, através do DAC, a UFSC demonstrou realizar múltiplas atividades vinculadas às linguagens artísticas, tendo um departamento com espaços culturais importantes para o desenvolvimento de ações na área da cultura.

Museu Universitário (MU) - atual Museu de Arqueologia e Etnologia (MARquE)

O Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARquE) – Oswaldo Rodrigues Cabral, é um órgão suplementar ligado ao Gabinete da Reitoria (GR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Além do importante acervo de Arqueologia Pré-Colonial e Histórica, e de Etnologia Indígena, o Museu é responsável pela gestão da coleção “Prof^a Elizabeth Pavan Cascaes”, preservando o significativo acervo do artista Franklin Joaquim Cascaes⁵³, constituído por desenhos e esculturas que retratam o

⁵³ Franklin Cascaes (1908 - 1983), natural de Florianópolis, foi um artista, escritor e pesquisador da cultura popular da região do litoral catarinense. Dedicou sua vida ao estudo da cultura açoriana, do

cotidiano, a religiosidade, lendas, mitos folguedos folclóricos e tradições dos primeiros colonizadores da Ilha de Santa Catarina⁵⁴.

Acerca do histórico do museu, ele foi criado como Instituto de Antropologia, ainda na década de 1960. De acordo com o entrevistado Samuel:

O museu surge meio que junto com a universidade. [...] é criado esse Instituto de Antropologia, se não me engano em 1964. Logo junto com a criação da universidade. Aí em 68 é inaugurado esse prédio aqui. [...] E aí começa a trabalhar muito com os sambaquis... Já na abertura o Cabral fala que um dos objetivos do museu era preservação desse patrimônio histórico que ele via sendo destruído em Santa Catarina. O exemplo que ele dava era sempre dos sambaquis. [...] Então esse começo é bastante voltado para isso. Uma coisa que a gente, na verdade, tem muito caro para o museu até hoje. Principalmente essa relação com os sambaquis. Então ele [o instituto] se transforma em museu... no final da década de 70, começo da década de 80, ele vira museu universitário e ganha o nome do Oswaldo Cabral. Então fica [chamado de] Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

Percebe-se, neste relato, que a criação do Instituto de Antropologia é um dos primeiros feitos da UFSC no que tange à área da cultura relacionada com patrimônio histórico de Santa Catarina. O instituto, que nasce voltado sobretudo à pesquisa em antropologia, passa a ser museu em 1978 e segue com um trabalho no âmbito da pesquisa em torno da arqueologia. Com o tempo, o museu vai incorporando, também, estudos voltados à cultura popular.

Em 2013, o Museu Universitário passa por uma mudança de nomenclatura que, de acordo com o entrevistado Samuel, foi uma proposta que teve a finalidade de retomar a vocação científica do museu, voltada para a pesquisa.

Aí se transforma em Museu de Etnologia e Arqueologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral [MARqueE]. Hoje, eu até repensaria, se não teria sido melhor continuar [como museu] universitário. Eu acho que essa nossa relação com a universidade caracteriza mais a gente [o trabalho realizado] em relação aos museus, do que a própria Etnologia.

Sobre o trabalho desenvolvido pelo museu, o entrevistado Samuel ressalta:

Desde sempre ele [o museu] se organizou em 3 linhas... Arqueologia, Etnologia e Cultura Popular. [...] A cultura popular começa também lá atrás,

folclore e de aspectos culturais da Ilha de Santa Catarina. Foi, também, ceramista e gravurista. Devido à sua vida e obra dedicadas à cultura, a fundação cultural do município leva seu nome (Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes).

⁵⁴ Informações coletadas no site: <https://museu.ufsc.br/>

com o próprio Oswaldo Cabral. Na época, ainda se faziam muitas daquelas pesquisas de comissão de folclore, coisas assim. Então, muitas peças [do acervo] são dessa época, né? E na década de 80, quando veio o Franklin Cascaes - ele ficou durante muito tempo trabalhando aqui, né? Fazendo, produzindo aqui... daí depois, antes de morrer, ele doou tudo para o museu. É uma grande e importante parte da nossa área de cultura popular.

Atualmente, o MARquE conta com os seguintes acervos⁵⁵:

- Acervo de Cultura Popular: objetos relacionados às comunidades tradicionais do litoral catarinense, tais como cestarias, recipientes cerâmicos, rendas de bilro, dentre outros objetos que somam mais de 1.800 peças.
- Acervo Elizabeth Pavan Cascaes: destaque da Coleção de Cultura Popular, é formada por peças obras de autoria de Franklin Cascaes (desenhos sobre papel e esculturas em gesso ou argila), somando mais de 3 mil peças.
- Acervo de Etnologia Indígena: artefatos de diferentes naturezas produzidos principalmente pelos povos Guarani, Kaingang e Xokleng-Laklãnõ de Santa Catarina, entre outros povos do Brasil Central, totalizando, aproximadamente, 900 peças.
- Acervo Arqueológico: abrange artefatos, ecofatos e remanescentes ósseos humanos provenientes de ocupações pré-coloniais e históricas do território catarinense, além de acervo arqueológico relacionado a grupos humanos que ocuparam o norte do Brasil no período pré-colonial, totalizando aproximadamente 50.000 peças.

Haja vista o expressivo número de peças da cultura popular, contando com quase a totalidade da obra de desenhos e escultura de Franklin Cascaes, explorou-se na entrevista com Samuel qual a importância desse acervo para o MARque e quais as ações desenvolvidas com esse material. O entrevistado destacou a atuação do museólogo e historiador Gelci José Coelho, conhecido como Peninha, que esteve na direção do museu por mais de uma década. Peninha desenvolveu uma forte amizade com Franklin Cascaes e dedicou grande parte da sua vida à cultura popular da região da grande Florianópolis, principalmente às tradições açorianas.

⁵⁵Informações coletadas no site: <https://museu.ufsc.br/>

Peninha também foi citado em outras entrevistas, como um importante ator do campo da cultura de Florianópolis, que desenvolveu um trabalho significativo na UFSC e na região litorânea de Santa Catarina.

Sobre os últimos anos de atuação do MARquE na cultura popular, Samuel ressaltou:

Logo depois que o Peninha se aposenta, acho que em 2008, desde lá a cultura popular está meio parada. E acho que agora é a próxima coisa que a gente tem que ver é isso aí. Hoje a gente não tem muito [trabalho nessa área]. Porque a gente também tem um problema que o museu, grande parte é responsável por isso... a gente entende que Santa Catarina tem uma relação um pouco complicada na questão de sua própria identidade. Então tem esse peso dado ao açoriano, por exemplo, e acho que se deixa de lado outras populações. E é uma preocupação constante do museu. No meu ver a relação com os povos indígenas a gente até conseguiu resolver. Mas, por exemplo, a gente nunca conseguiu fazer nenhuma exposição, nenhuma mostra, nada, falando das populações de origem africana. E é uma coisa que é importante que a gente teria que fazer aqui. Então hoje é uma coisa que a gente ainda está devendo, assim, e que nunca conseguiu resolver. Então acho que é por isso que eu digo que agora a cultura popular a gente vai ter que pensar como é que vai fazer para retomar e para colocar num desses caminhos. [...] Acho que o museu tem essa dívida com a sociedade, porque participou da construção, e aí entrou o professor Oswaldo Adelino de Cabral e outros nomes, participou, assim, dessa visão do Florianópolis como um espaço exclusivamente europeu e tal. E é uma coisa que acho que, assim como a gente ajudou a construir, talvez seja o momento da gente poder contribuir um pouquinho para ajudar a desconstruir.

Neste relato de Samuel, identifica-se uma contribuição da UFSC, por meio do museu, na criação de uma identidade cultural de Florianópolis que enfatiza as heranças de origem europeia, em detrimento da participação de demais populações na construção da cultura local. Na fala do entrevistado, entretanto, observa-se a preocupação com a atuação do museu no sentido de questionar o que foi feito até então, para contribuir com uma concepção de identidade que leve em consideração a diversidade cultural que existe na região da capital catarinense.

Das ações do Museu que aparecem em relatórios de gestão da UFSC, a partir de 2003, percebeu-se que não são em todos os anos que o Museu é mencionado ou que se apresentam os dados de atividades realizadas anualmente. Diante disso, perguntou-se ao entrevistado Samuel quais as ações do Museu que, na opinião dele, podem ser destacadas nesses últimos vinte anos. Segundo ele, no ano 2000 houve uma grande exposição acerca dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil. Essa exposição viajou por todo o Brasil e também esteve na Europa, com peças indígenas de todo o país, incluindo

parte do acervo do MARquE. Além dessa exposição, Samuel recordou uma exposição da área de arqueologia,

[...] que a gente fez bem um “sobrevoo”, assim, do litoral catarinense, de 5 mil anos até hoje. Ela abriu, acho que foi em 2014 e ficou até novembro do ano passado [2022]. Então foi uma exposição que teve muita visitação. As escolas gostavam muito. Aí [além disso] foram feitos alguns cursos para professores em arqueologia; partilha com as escolas, com estudantes... A gente recebe bastante escola. Meio que todos os dias, de manhã e de tarde.

Acerca de parcerias que o museu estabelece com outros setores da universidade e com outros órgãos ligados à cultura, o entrevistado relatou que há uma parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pois - no caso específico da área da arqueologia - todo o material do museu pertence ao IPHAN. O MARquE possui apenas a guarda dos itens. Dentro da UFSC, Samuel destacou parcerias com o Centro de Filosofia e Humanidades (CFH), com os cursos de História, Antropologia, Museologia e Licenciatura Indígena, além de um projeto com o Centro Tecnológico (CTC), por meio do qual se faz a manutenção da refrigeração das alas técnicas do museu - onde estão peças que necessitam de climatização específica. Ressaltou, também, a parceria com o curso de Design da UFSC, que realizou o trabalho em cima da nova marca do museu - quando foi batizado de MARquE - e que está desenvolvendo uma campanha de marketing para o museu.

Ainda sobre parcerias, Samuel salientou:

Então eu acho que é importante para o museu que seja assim. A gente tem todo um interesse de parceria, de contato com todo mundo, buscando ativamente isso. Até acho que um dos nossos problemas é que a gente não consegue acessar a universidade... os outros espaços da universidade. A gente não tem muita articulação, por exemplo, com a Secarte, ou com a extensão, ou agora com a Pró-reitoria de Ações Afirmativas, que é uma coisa que a gente acha que podia ter mais contato. Então é uma coisa que a gente até pretende trabalhar um pouco isso agora.

Acerca do histórico e da atuação do MARquE é possível destacar a criação do Museu, como um dos primeiros feitos da UFSC na área da cultura. Com o Museu Universitário, a universidade inicia uma vinculação com estudos folclóricos, desenvolvendo pesquisa sobre a imigração de açorianos para o litoral de Santa Catarina. Oswaldo Cabral se mostra um importante agente no período, levando para a UFSC as

discussões acerca da cultura de base açoriana e da construção da identidade cultural de Florianópolis.

Essa vinculação da universidade com a área da cultura popular atraiu o artista Franklin Cascaes, que parece ter encontrado no Museu um espaço propício para o desenvolvimento de parte de sua obra. Peninha, então, demonstra ser uma pessoa importante, que fortalece os estudos sobre cultura açoriana, chegando a reivindicar o acervo de Franklin Cascaes para a UFSC.

Núcleo de Estudos Açorianos (NEA)

O Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina foi criado em 1984, com o propósito de realizar pesquisas acerca da cultura de povoadores de Santa Catarina, vindos do Arquipélago dos Açores, Portugal. Quando instituído, o NEA tinha como objetivo principal investigar as dinâmicas sócio-culturais e demográficas de açorianos no litoral catarinense, que contribuíram na formação de padrões culturais da região⁵⁶.

De acordo com o entrevistado Antônio,

Na época da criação, ele [o NEA] foi criado para ser um setor, uma área, um grupo de pessoas para estudar e começar a pensar aquilo que estava efervescente aqui na ilha e também no litoral, que era a identidade açoriana. Mas como um grupo de pesquisa... [este grupo] foi criado em 84 como reflexo de contatos e ações de pessoas daquela época. Professores da UFSC que compuseram esse grupo para criar o NEA. Ele ficou nesse sistema de ser mais um núcleo de pesquisa, de estudos, de pesquisa, mas não vingou muito.

Em 1992, o NEA sofre uma reestruturação e passa a atuar na área da extensão universitária. A partir de então, se estabeleceu na UFSC não só como um pólo de pesquisa sobre a cultura açoriana no Estado, mas realizando também um trabalho comunitário que atinge todo o litoral de Santa Catarina com cursos e palestras. Além disso, organiza anualmente o “Açor”, Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina, que está em sua 29ª edição e acontece em diferentes cidades do litoral catarinense.

O núcleo conta com um Conselho Deliberativo, com participação de representantes de diferentes instituições culturais e Prefeituras Municipais de cidades litorâneas de Santa Catarina. Atualmente, o NEA atua em parceria com mais de 40

⁵⁶ Informações coletadas no site: <https://nea.ufsc.br/sobre/>

municípios, numa área de 15.000 quilômetros quadrados e tem um público alvo de mais de 1.300.000 de pessoas.

Dentre as ações realizadas pelo NEA, destaca-se a realização de atividades nas seguintes frentes de atuação:

- Pesquisa e Educação: O corpo técnico do NEA trabalha com pesquisa e incentiva novos pesquisadores (professores e/ou alunos de especialização) a produzir trabalhos nesta área. Na educação, o NEA ministra cursos e palestras a professores do ensino fundamental, médio e superior do estado de SC.
- Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina – AÇOR: O AÇOR é uma festa anual que acontece sempre em municípios diferentes do litoral catarinense, em que se realiza uma mostra do que existe da Cultura de Base Açoriana no litoral de SC. É realizada uma mostra do folclore, gastronomia, religiosidade, artesanato, danças, etc. O AÇOR é sempre organizado em parceria com as Prefeituras Municipais, Universidades Regionais e Fundações Culturais.
- Biblioteca do NEA: O NEA tem à disposição da comunidade em geral uma biblioteca com vários títulos inéditos em Santa Catarina e um acervo de trajes típicos, peças de artesanato e gravações musicais.

Nos relatórios de gestão da UFSC, destacam-se a realização da “Semana do Brasil nos Açores”, em 2004, em que os servidores do NEA viajaram pelas quatro ilhas do Arquipélago dos Açores em Portugal, realizando palestras e seminários sobre o trabalho desenvolvido na UFSC. Nesse mesmo ano, ressalta-se o 4º Encontro de Museus Luso Brasileiros, organizado em parceria com o Museu Universitário.

Além disso, chama atenção o mapeamento cultural promovido pelo NEA, que foi finalizado em 2001, que alcançou cerca de 28 municípios do litoral de Santa Catarina. Para tanto, os servidores do NEA ofereciam treinamento para professores da rede de ensino, para que fosse realizado o mapeamento. Nesses treinamentos eram repassadas informações sobre: o que são os Açores, chegadas dos açorianos a Santa Catarina, contribuição para o desenvolvimento do estado e, também, o treinamento específico para aplicação do questionário nas comunidades. O NEA possui mais de 2.600 fichas preenchidas e aproximadamente 45% do litoral catarinense mapeado. No entanto, a capital não participou deste estudo. Ao ser questionado, em entrevista, o motivo da ausência de Florianópolis no mapeamento, Antônio argumentou:

Porque a gestão municipal de cultura, os órgãos de cultura, nunca foi feito porque nunca teve articulação e nunca teve vontade política em Florianópolis de fazer isso. Aliás, é uma coisa que para Florianópolis é uma pendência, vamos dizer assim, muito grande em Florianópolis é não ter esse mapeamento cultural ou esse levantamento das ações, das atividades culturais, dessas expressões e mestres e mestras e nada disso.

Diante desta informação, perguntou-se ao entrevistado quais ações do NEA que tiveram relação mais direta com o município de Florianópolis. Antônio destacou a participação do núcleo, mais recentemente, como um dos membros proponentes que atuaram para o reconhecimento e registro dos saberes e fazeres associados aos engenhos de farinha de mandioca, como patrimônio cultural imaterial da cidade. Em 2022, os Saberes e Práticas Tradicionais associados aos Engenhos de Farinha de Mandioca Artesanal do Município de Florianópolis foram oficialmente reconhecidos como Patrimônio Cultural Imaterial da capital catarinense, fruto de ação do NEA junto de outras organizações do estado.

Então, junto à Rede Catarinense de Engenhos, e a representação do NEA, atuando nessa área com os engenhos de farinha, já tem o reconhecimento municipal. O processo está na Fundação Catarinense para o reconhecimento estadual... está lá pronto, parado por questões políticas e internas da própria Fundação. [...] E agora o NEA está integrando um grupo de trabalho para a elaboração do dossiê de fundamentação e de apoio ao comitê do DPI, Departamento do Patrimônio Imaterial, que é o comitê que faz o julgamento final, a análise final do reconhecimento do Patrimônio Nacional dos Engenhos de Farinha. Então, enquanto NEA, enquanto proponente junto com a Acordi, Associação Comunitária Rural de Imbituba e a associação de moradores de Santo Antônio de Lisboa, do Engenho dos Andrades. São instituições que são os proponentes representantes dos engenhos de farinha.

Sobre a atuação do NEA, observa-se que o núcleo desenvolve um trabalho significativo nas cidades do litoral catarinense. A realização da Festa do Açor demonstra ser uma iniciativa importante em que há envolvimento com as comunidades locais para organização do evento. Além disso, chama atenção a atuação do Conselho Deliberativo do NEA, que se mostra um espaço de reunião de representantes de diversas entidades ligadas à cultura açoriana, incluindo representação de prefeituras municipais de cidades de SC.

Atualmente, o NEA conta com apenas um servidor lotado no setor, Francisco do Vale Pereira, que vem desenvolvendo as ações do núcleo com auxílio de bolsistas e com o trabalho voluntário esporádico de servidores da UFSC já aposentados. Francisco teve uma destacada atuação na reconstrução do Conselho Municipal de Política Cultural de

Florianópolis, em 2010, e foi conselheiro representante da cultura popular, chegando a ser eleito presidente do CMPCF para a gestão 2014 e 2015.

Percebe-se, então, que assim como o MARquE, o NEA fortaleceu ao longo dos anos as atividades da UFSC vinculadas à cultura popular de base açoriana em Santa Catarina.

Departamento Artístico Cultural (DAC)

O Departamento Artístico Cultural da UFSC foi criado em 1988, foi um dos principais setores da UFSC quanto à realização de ações na área da cultura. As atividades desenvolvidas pelo DAC foram as que apareceram em maior volume nos relatórios de gestão da UFSC analisados, sobretudo no período de 2003 a 2008 - quando ainda não havia sido criada a Secretaria de Cultura e Arte.

Além de constar em documentos como um dos principais setores de cultura da UFSC, o DAC também foi citado em diversas entrevistas realizadas durante a pesquisa, especialmente entre servidores e gestores da universidade, mas também por agentes do campo da cultura de Florianópolis, externos à UFSC. Cabe salientar que a pesquisadora, como servidora do DAC, tem convívio diário com demais servidores/as. Considera-se que tal fato pode ter contribuído para que os relatos coletados acerca do DAC fossem mais espontâneos e, de certa maneira, mais carregados de informações. Muitas vezes, os/as entrevistados/as disseram frases como “essa parte você retira da entrevista”, ou “essa informação você censura, por favor”, pois algumas conversas foram quase que confidências entre colegas de profissão, que atuam juntos na área da cultura da UFSC. Apesar disso, ressalta-se que o compromisso da pesquisadora com o desenvolvimento do presente estudo foi sempre prevalecente, adotando a observação participante como uma importante ferramenta de coleta de dados - a qual pressupõe que o observador estabeleça uma relação face a face com o fenômeno observado e integre-se como parte do contexto de observação (CRUZ NETO, 2002). Essa técnica, portanto, teve potencial de revelar informações que não necessariamente estavam expressas em documentos e que, talvez, não fossem levantadas por pesquisas em que os autores apresentassem outros tipos de relação com os agentes do estudo.

Salienta-se, ademais, o compromisso ético da pesquisadora, respeitando o sigilo da identidade das pessoas entrevistadas e apresentando a todas elas o Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁵⁷ da pesquisa, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH/UFSC), contendo explicações acerca do estudo e garantindo a exposição somente das informações relevantes ao presente trabalho.

Feitas essas considerações, serão apresentadas, a seguir, as principais atividades, ações, projetos e eventos realizados pelo DAC. Para tanto, optou-se por apresentar, primeiramente, os espaços culturais sob administração do departamento e, em seguida, os principais projetos que foram realizados pelo DAC nos últimos 20 anos. Salienta-se que, devido ao volume de informações levantadas por meio de relatórios anuais do departamento e, também, das muitas horas de entrevistas realizadas acerca de projetos do DAC, foi feito um esforço de síntese para, nesse momento, apresentar especialmente as informações acerca das características dos espaços culturais e das principais finalidades dos projetos desenvolvidos.

Dito isso, os espaços culturais da UFSC gerenciados pelo Departamento Artístico Cultural, que atualmente estão em uso, são os seguintes:

- Teatro Carmen Fossari: com 108 lugares e equipamentos cênicos, o Teatro Carmen Fossari é usado, preferencialmente, para atividades de teatro. Em fins da década de 1980 e meados da de 1990, o teatro recebeu algumas reformas estruturais, como a ampliação do palco, inclinação da platéia e a troca da cobertura. Desde 2005, outras benfeitorias vêm sendo realizadas gradativamente no teatro, como a instalação de novas poltronas na platéia, pintura interna, troca de carpete do piso dos camarins, que em 2008 receberam novas bancadas com espelhos. As cortinas foram trocadas em 2019 e foram adquiridos novos refletores para o palco⁵⁸.
- Igrejinha da UFSC: é um espaço com capacidade de público de 80 pessoas, utilizado para apresentações musicais. Abriga a pintura do mural “Humanidade”, obra do artista Hiedy de Assis Corrêa, o Hassis. A pintura, realizada em 1978, ocupa as paredes internas do antigo altar-mor e parte da nave central da Igrejinha da UFSC (antiga igreja da Paróquia da Santíssima Trindade, em Florianópolis-SC). Com 160m² é a obra em maiores dimensões do artista. A

⁵⁷ Todas as pessoas entrevistadas na pesquisa realizam a devida leitura e assinatura do TCLE.

⁵⁸ Informações coletadas no site: <https://dac.ufsc.br/espacos-culturais/teatro-da-ufsc/>

pintura, que esteve bastante danificada, sem tratamento por décadas, foi totalmente restaurada juntamente com as reformas na Igrejinha entre 2019 e 2020⁵⁹. O espaço foi reinaugurado em 2022.

- Casa do Divino: edifício que abriga instalações para oficinas de cerâmica, desenho, aquarela, pintura, fotografia, documentário, teatro, piano e outras áreas⁶⁰. Conta com 4 salas de diferentes tamanhos.

O DAC também foi responsável pelo gerenciamento de dois espaços culturais da UFSC que foram desativados. São eles:

- Galeria de Arte: inaugurada em agosto de 1989, era um espaço cultural destinado a exposições de Arte Contemporânea, com área de 220m², localizado no Centro de Convivências da UFSC, prédio localizado na área central do campus da Trindade, em Florianópolis, que foi inaugurado em 1979 e destinado, entre outras finalidades, a abrigar a sede do Diretório Central dos Estudantes (DCE). A Galeria foi fechada em 2009, devido à necessidade de reformas estruturais, e segue fechada até hoje⁶¹. Contava com a sala de exposição denominada “Aníbal Nunes Pires”, considerado um espaço com localização privilegiada dentro do campus universitário⁶². Em 2021, o Sindicato dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (APUFSC Sindical), juntamente com o DCE e com a Associação de Pós-graduandos da UFSC (APG) enviaram à Reitoria da UFSC uma Carta de Intenções relativa à Reforma do Centro de Convivência⁶³. Segundo o documento, o prédio foi usado durante anos como espaço político-cultural, de convívio, de serviços à comunidade e de integração de pessoas. Contudo, ao longo do tempo e por diferentes fatores, a edificação foi se deteriorando, encontrando-se atualmente em situação de quase

⁵⁹ Informações coletadas no site: <https://dac.ufsc.br/espacos-culturais/igrejinha-auditorio-de-musica/>

⁶⁰ Informações coletadas no site: <https://dac.ufsc.br/espacos-culturais/casa-do-divino/>

⁶¹ Apesar do prédio da Galeria de Arte da UFSC estar fechado, seguem sendo realizadas atividades relacionadas às artes visuais, principalmente a organização de exposições no Hall da Reitoria da UFSC e a gestão do acervo da Galeria, com destaque para a criação do catálogo digital das obras de arte da universidade, implementado em 2022.

⁶² Informações coletadas no site: <https://dac.ufsc.br/espacos-culturais/galeria-de-arte-da-ufsc/>

⁶³ Fonte:

<https://www.apufsc.org.br/2022/06/08/apufsc-dce-e-apg-apresentam-proposta-de-revitalizacao-do-centro-de-convivencia/>

fechamento ao público, sendo utilizada apenas a sua parte térrea que abriga uma agência dos Correios e a sede do DCE.

- Concha Acústica: instalada na Praça da Cidadania, área central do campus, tinha um palco de, aproximadamente, 70m², e destinava-se, principalmente, a apresentações musicais. A estrutura, adquirida pela UFSC em 1994, foi palco artístico do Projeto 12:30⁶⁴ até 2018, quando teve de ser desativada devido ao seu estado deteriorado. A concha propriamente dita era formada por uma superfície de base semicircular e boca parabólica, como metade de uma abóbada esférica. A superfície interna, que refletia o som, era composta de fibra de vidro e apoiava-se num piso retangular de cimento, que servia de palco⁶⁵.

Os espaços culturais do DAC são a "casa" dos principais projetos desenvolvidos pelo departamento ao longo dos seus 35 anos de existência. Acerca destes projetos, a maioria deles se vincula com ações de extensão, mas identificou-se que algumas destas atividades também envolvem pesquisa e ensino - o que sinaliza uma certa transversalidade da atuação do DAC na área cultural da UFSC. Considera-se, contudo, que as ações de extensão são as que melhor caracterizam o perfil de atuação do departamento.

Apresentam-se, então, os principais projetos culturais realizados pelo DAC:

- Coral da UFSC:

Criado em 1963, três anos após a fundação da UFSC, o Coral foi uma das primeiras ações da UFSC na área da cultura. Desde sua criação, vem participando de diversos projetos artístico-culturais e de eventos promovidos pela comunidade universitária. Formado por alunos, professores e funcionários da UFSC, bem como por pessoas da comunidade externa, ao longo de sua história, já passaram pelo grupo mais de 2300 cantores.

Sobre a atuação do Coral da UFSC, Fátima relata:

⁶⁴ A apresentação do Projeto 12:30 será feita ainda nesta seção do trabalho.

⁶⁵ Informações coletadas no site: <https://dac.ufsc.br/concha-acustica-historico/>

Eu acho que o Coral é um cartão de visita da universidade . O Coral da UFSC tem um nome. Tu chega no lugar, todo mundo, “ó... Coral da Universidade Federal”. Não é só respeito, o trabalho é bem feito, ele tem bons resultados. Reconhecimento. Nos lugares que a gente vai cantar, nos encontros, o Coral sempre tem um destaque. Então, ele tem um nome e tem um trabalho bacana. O fato do coral fazer parte da universidade já é também uma coisa que chama [atenção]. Porque está dentro da UFSC.

Entre os anos de 2003 e 2008, o Coral da UFSC realizou 85 apresentações, atingindo um público total de mais de 20 mil pessoas, segundo dados coletados nos relatórios anuais do DAC. Após 2009, há um aumento do número de apresentações do Coral, quando são criados a Orquestra de Câmara da UFSC e o Madrigal, na gestão do Reitor Álvaro Prata. Juntamente com o Coral, sob regência da Maestrina Miriam Moritz, esses grupos são projetos musicais permanentes do DAC, que têm como objetivo fomentar e difundir a música vocal e instrumental. Tais grupos proporcionam aos participantes um espaço para desenvolverem seus potenciais artístico-musicais. Os projetos também visam divulgar a música erudita e popular, através de apresentações, e com isso incentivar a formação e a cultura local. Os integrantes da Orquestra e do Madrigal da UFSC são estudantes de cursos de graduação da universidade e recebem Bolsa Cultura.

A criação do Madrigal e da Orquestra de Câmara veio enriquecer, ainda mais, as atividades musicais desenvolvidas pelo DAC. Com o apoio da administração central da UFSC, os estudantes podem dedicar-se à música, desenvolvendo ainda mais os seus potenciais. A realização cultural é uma ação social onde se exercita, se descobre e se mostra a identidade individual e coletiva. É uma transmissão de informações com variadas possibilidades. Os trabalhos do Madrigal e da Orquestra de Câmara são coordenados por Miriam Moritz, que é regente do Coral da UFSC desde 2004 (SITE do DAC/UFSC).⁶⁶

De acordo com informações dos relatórios anuais do DAC, entre 2009 e 2013, o Coral, o Madrigal e a Orquestra realizaram, ao todo, cerca de 100 apresentações, para um público de aproximadamente 25 mil pessoas.

Em 2019, realizou-se no Auditório Garapuvu o concerto em homenagem aos 10 anos do Madrigal e Orquestra de Câmara da UFSC, com repertório de músicas populares e eruditas brasileiras e internacionais. O evento, sob a coordenação da regente Miriam Moritz, contou com a participação de cantores e músicos que fizeram parte da trajetória de 10 anos dos projetos e artistas convidados.

⁶⁶ Acesso em: <https://dac.ufsc.br/madrigal/>

Segundo a entrevistada Fátima, há desafios para continuidade da Orquestra e do Madrigal, haja vista que apesar de oferecer Bolsa Cultura aos integrantes, os grupos precisam contar com inscrições de estudantes que já tenham algum nível de experiência com um instrumento musical ou com técnica vocal. Em 2023, as atividades do Madrigal foram suspensas devido à falta de inscrição. Para que tal problema não venha a acontecer com o Coral da UFSC, Fátima ressalta a importância de institucionalizar o projeto:

Eu queria que o coral fosse institucionalizado. Já pedi muitas vezes pra muitas reitorias que ele fosse institucionalizado. Se fosse oficialmente uma atividade da Universidade - assim como é o curso de Letras, o curso de Ciências Sociais, por exemplo - ele não pode no semestre que vem simplesmente terminar. Se ele é institucionalizado, aí já é diferente. Porque ele faz parte da instituição. Eu já solicitei muitas vezes que isso acontecesse. Mas nunca aconteceu. Ele virou um projeto de extensão permanente.

O Coral da UFSC está completando 60 anos neste ano de 2023. Tendo em vista que a UFSC não oferece o curso de graduação em Música, a atividade desses projetos depende da abertura de inscrições e da seleção dos integrantes.

- Grupo Pesquisa Teatro Novo (GPTN):

Criado no ano de 1976, atua, ininterruptamente, há décadas com espetáculos de Teatro de Rua, Bonecos e com produção de peças teatrais. O GPTN foi fundado por Carmen Fossari, e coordenado por ela até seu falecimento, em 2021. Artista, diretora de teatro e dramaturga, dirigiu e produziu mais de 70 peças teatrais nas categorias de Teatro Adulto, Infantil de Títeres e de Rua. Sob sua direção, o Grupo Pesquisa Teatro Novo participou de diversos festivais, a nível estadual, nacional e internacional. Desde 1982, o grupo realiza a Oficina Permanente de Teatro (OPT), cujo objetivo é proporcionar “uma vivência na área das Artes Cênicas compreendendo o estudo teórico e a vivência teatral”. A cada turma da oficina, geralmente ao final de cada semestre letivo da UFSC, o grupo realiza o processo de montagem de um espetáculo. Depois desta etapa, os alunos interessados podem integrar o elenco do Grupo Pesquisa Teatro Novo da UFSC.

Sobre Carmen Fossari e a OPT, Augusta relata:

A Carmen é uma pessoa fundamental na cultura... no Estado e, principalmente, na UFSC. Porque ela foi uma das pessoas que mais batalhou, em plena época que estava tudo fechado, a época da ditadura, e ela conseguiu verbas, conseguiu ir à luta para que o teatro existisse. E ela sempre foi muito batalhadora. E logo [ela] começou com as oficinas, a Oficina Permanente de Teatro. Então o lema da oficina de teatro é “como ser para interpretar um outro ser”. Então isso é fantástico. É uma oficina que se diferencia das demais oficinas que tem por aí, porque ela promove um autoconhecimento, não no sentido psicanalítico, mas no sentido corporal, de expressão, de conhecer as tuas limitações e o seu corpo, as suas possibilidades. [...] A oficina alimenta o Grupo Pesquisa Teatro Novo.

A Oficina Permanente de Teatro foi mencionada em entrevistas como uma das ações mais consolidadas da UFSC na área da cultura. Participaram da OPT artistas que vieram a se destacar na cena cultural de Florianópolis, como a atriz Vanderleia Will, que interpreta a personagem “Dona Bilica⁶⁷” e é, também, fundadora da “Cia Pé de Vento”, uma companhia de teatro fundada em 1999, dedicada ao teatro e à linguagem circense da palhaçaria, que tem sede em Florianópolis.

Segundo informações que constam no site do DAC⁶⁸, a partir de 1995, o grupo passou a integrar o CLATP – Circuito Latino-Americano de Teatro Popular. Com isso, o GPTN realizou oficinas de teatro no México, Paraguai e Chile, e recebeu oficinairos do Peru, Argentina, Chile e Uruguai.

O grupo foi responsável por trazer ao Brasil o 1º Encontro de Teatro Popular Latino Americano (Entepola), realizado em Florianópolis, em 1996. O evento, que nasceu no Chile, congregou grupos de teatro da América Latina e de outros continentes. Foi realizado pela primeira vez no Brasil, na capital catarinense, sob a coordenação do Grupo Pesquisa Teatro Novo da UFSC.

Acerca do Entepola, a entrevistada Augusta relata:

A Carmen fez contato com os diretores, com os responsáveis e idealizadores do Entepola, no Chile. E daí nós realizamos aqui em Florianópolis o 1º Entepola no Brasil. Que foi aqui [em Florianópolis]. Foi um movimento bem interessante! Primeira vez que teve teatro, festival de teatro aberto, lá na [Passarela] Nego Quirido⁶⁹, e que os grupos de teatro subiram o Morro do

⁶⁷ A personagem Dona Bilica é uma das mais conhecidas de Florianópolis. A senhora “manezinha” é conhecida pela irreverência com que apresenta histórias e costumes açorianos dos moradores da ilha. Fonte:

<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/09/atriz-conta-como-criou-dona-bilica-que-completa-25-anos-nos-palcos.html>

⁶⁸ Fonte: <https://dac.ufsc.br/grupo-pesquisa-teatro-novo-gptn/>

⁶⁹ Sambódromo de Florianópolis, sob gestão da prefeitura municipal. Foi inaugurada em 1989, para receber os desfiles das Escolas de Samba no Carnaval. O espaço é também utilizado para outros eventos e atividades culturais.

Mocotó. A gente subiu junto com o Padre Wilson, ele ia protegendo e fazendo a murga, que é tocando os tambores, chamando o povo, a comunidade, para ver. Então, a gente fez questão de contemplar essa comunidade, que sempre é alvo de pente fino pela polícia. Foi a primeira vez que eles receberam uma comunidade de artistas estrangeiros chamando para espetáculos belíssimos. O Entepola foi um movimento muito lindo.

Entre os anos de 2003 e 2008, o GPTN realizou mais de 140 apresentações no Brasil e em países no exterior. Após a criação da SeCArte, algumas produções do grupo passaram a contar com maior volume de recursos. Entre elas, destaca-se a produção da peça “As Luas de Galileu”, em 2009, em que o grupo reuniu um total de 60 pessoas - dentre cantores do Madrigal da UFSC, músicos, atores e equipe técnica. De acordo com o relatório anual do DAC, nesse ano, foram realizadas oito apresentações da peça para um público de 800 pessoas.

Segundo o entrevistado Paulo,

A UFSC foi muito importante e continua sendo para a formação. E ela não só formou artistas academicamente, ela formou - já desde aquela época [do GPTN] - nesse sentido, comunitariamente, porque as pessoas participavam do grupo mesmo não sendo alunos da UFSC [...]. Então, a UFSC, além de ser um espaço para uso disponível, ela teve um espaço para atuação. O Grupo Pesquisa foi e continua sendo um espaço para formação, nesse sentido, com as oficinas.

Ao longo dos anos, o Grupo Pesquisa Teatro Novo produziu diversas montagens teatrais e conquistou prêmios em diversos festivais nacionais e internacionais. Atualmente, o GPTN e a OPT são coordenadas por Ivana Fossari, irmã de Carmen Fossari.

- Setor de Cinema e Núcleo de Documentários do DAC:

O Setor de Cinema do DAC realiza e assessora projetos nas áreas de produção, exibição e formação cinematográfica. Foi criado por volta de 1986, juntamente com a fundação da Associação Cultural Cinemateca Catarinense.

Participando há duas décadas no apoio às produções de curtas-metragens, que compõem a cinematografia catarinense contemporânea, o DAC tornou-se um dos principais referenciais desta área de produção artística no Estado de Santa Catarina, abrigando em suas dependências, até há algum tempo, a Associação Cultural Cinemateca Catarinense e o Fundo Municipal de Cinema. Juntamente com estas entidades o DAC e o Governo do Estado de Santa

Catarina formalizaram um protocolo de cooperação para o desenvolvimento deste setor (SITE do DAC/UFSC)⁷⁰.

Destaca-se no setor de cinema do DAC a atuação do servidor Zeca Pires - atual coordenador do departamento - que tem uma consolidada trajetória como cineasta e como agente do setor audiovisual catarinense. De 1996 a 2000, foi diretor do DAC, retornando ao cargo (como coordenador) em 2017. De acordo com informações coletadas no site da UFSC⁷¹, Zeca foi realizador de vários documentários e curtas-metragens de ficção, que retratam aspectos da cultura de Santa Catarina, em especial da Ilha de Florianópolis. Foi um dos criadores da Cinemateca Catarinense e do Fundo Municipal de Cinema de Florianópolis. Além disso, participou da criação do Curso de Cinema e Audiovisual da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), que se deu em 2006.

Segundo o depoimento do entrevistado Luiz, a UFSC teve um importante papel na fundação da Cinemateca Catarinense, que se tornou uma importante entidade na articulação de diferentes agentes do setor audiovisual do estado. Nas palavras do entrevistado,

[...] a Cinemateca virou, assim, uma entidade, quase como um sindicato, que cobrava a política do audiovisual e cultural do governo do estado e da prefeitura [de Florianópolis]. E também atuou no nível nacional, junto com a ABD, que era a Associação Brasileira de Documentaristas e Curta – Metragistas. [A Cinemateca] virou um coletivo, assim, um movimento, quase. E a UFSC teve uma importante participação na fundação dela. A maioria dos integrantes eram alunos do curso de Jornalismo. A gente fez bastante coisa, fizemos muita mostra de cinema. Trouxemos muitos convidados.

Muitas reuniões da Cinemateca aconteceram nas salas da Casa do Divino, no DAC. Segundo Luiz, foi dentro da Cinemateca que surgiu o Fundo Municipal de Cinema (FUNCINE). De acordo com informações coletadas no site da prefeitura de Florianópolis⁷², o FUNCINE foi instituído pela Lei n° 3252, de 18 de setembro de 1989, como um instrumento de gestão voltado à promoção e fortalecimento da cadeia produtiva do audiovisual no âmbito do Município de Florianópolis.

Gerido por um Conselho Administrativo, o FUNCINE é constituído por cinco

⁷⁰ Acesso em: <https://dac.ufsc.br/setor-de-cinema/>

⁷¹ Acesso em: <https://noticias.ufsc.br/2013/07/cineasta-zeca-pires-no-ufsc-entrevista/>

⁷² Acesso em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/funcine/index.php?cms=o+funcine&menu=1&submenuid=sobre>

membros titulares e igual número de suplentes, que são indicados pelas seguintes instituições: Associação Brasileira de Documentaristas e Curtametragistas (ABD/SC), Associação Cinemateca Catarinense, Prefeitura Municipal de Florianópolis – Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC), Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões de Santa Catarina (SATED/SC) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Destaca-se, também, na atuação do Setor de Cinema do DAC, parcerias realizadas com a TV UFSC, na produção de séries e programas; e com o Festival “Florianópolis Audiovisual Mercosul” (FAM), que se realiza na capital catarinense desde 1997 e tem como objetivo fomentar a formação de público, difundir obras inéditas e viabilizar o debate de temas do setor do audiovisual na América do Sul⁷³.

Um dos desdobramentos das ações do Setor de Cinema do DAC foi a criação do Núcleo de Documentários, que realiza um trabalho com estagiários de cursos da UFSC, sobretudo, dos cursos de cinema, jornalismo e design.

- Oficina de Teatro para Adolescentes (OTA):

Este projeto do DAC vem sendo realizado desde 1987, com a finalidade de preparar adolescentes, entre 13 e 18 anos, para o exercício teatral. Com algumas interrupções ao longo do tempo, entre 2003 e 2013, a oficina contou com mais de 200 alunos inscritos.

A OTA oferece aulas que envolvem a investigação do espaço cênico, a pesquisa do movimento corporal, a expressão vocal e rítmica do aluno-ator, e também experiências com criação de cenário, o figurino, a iluminação e a sonoplastia pertinentes à produção teatral. A principal contribuição deste projeto envolve a formação do público infanto-juvenil, num incentivo à participação em atividades relacionadas à linguagem teatral. A OTA, durante alguns anos, realizou a produção de espetáculos que foram apresentados em escolas, em eventos culturais e festivais, inclusive com apresentações fora do Brasil.

Segundo Tânia:

⁷³ Fonte: <https://www.famdetodos.com.br/historico/>

O objetivo maior deles [dos adolescentes] era, ao final de um ano, realizar uma montagem [teatral] simples e ou nós íamos para as escolas ou a gente trazia as escolas de Florianópolis. Basicamente, a gente trazia as escolas. A gente queria trabalhar com essa adolescência da escola, mostrar que podiam ter outras possibilidades, como o teatro - para quem gostasse. A oficina tinha aulas como fundamento, a linguagem do teatro, mas com a musicalidade, com percussão. [...] Essa oficina era fantástica, porque nós tínhamos uma coisa maravilhosa, sabe? Não só de produção, porque a produção era uma coisa muito simples, não tínhamos dinheiro. Mas como processo. E quando a gente terminava e a gente fazia ponte com as escolas, aí era uma coisa fantástica.

À frente do trabalho desenvolvido pela Oficina de Teatro para Adolescentes, destaca-se a atuação da servidora da UFSC aposentada, Beatriz Angela Cabral, conhecida como Biange. Doutora em Drama pela University of Central England, em Birmingham/UK, foi professora de Artes Cênicas da UDESC e Diretora de Espetáculo no DAC. Segundo informações coletadas no site do DAC⁷⁴, Biange tem diversos artigos publicados no Brasil e no exterior, e apresentou trabalhos em diversos congressos internacionais. Seu currículo inclui investigações metodológicas sobre Ética e Drama-Educação na formação de professores de teatro.

Biange, juntamente com a servidora do DAC Zélia Sabino - coordenadora pedagógica da OTA - levaram o grupo de estudantes da OTA ao III Encontro Internacional de Teatro para Adolescentes em Montpellier, na França, em 2003. No ano seguinte, em 2004, os alunos da OTA participaram do V Congresso Internacional de Drama/Teatro Educação, realizado em Ottawa, no Canadá.

- Projeto 12:30⁷⁵:

Em atividade permanente desde 1993, é um projeto cultural que realiza apresentações musicais gratuitas, junto à Praça da Cidadania da UFSC (área central do campus). As atividades eram realizadas na Concha Acústica e, após a desativação da estrutura, passaram a acontecer no Varandão do Centro de Comunicação e Expressão (CCE). Atualmente, para a realização dos shows de música do Projeto 12:30, monta-se um palco na Praça da Cidadania.

⁷⁴ Fonte:

<https://noticias.ufsc.br/2004/06/integrantes-da-oficina-de-teatro-para-adolescentes-da-ufsc-vaio-a-congresso-internacional-no-canada/>

⁷⁵ Desde 2020, a autora do presente estudo é quem coordena as atividades do Projeto 12:30.

O palco do projeto é aberto à comunidade da UFSC e à comunidade externa. Podem participar todas as pessoas que têm um trabalho com música, de forma solo ou em banda, seja cover ou autoral. Destaca-se na trajetória do Projeto 12:30 o lançamento em 1999 do “CD Projeto 12:30”, que conta com 12 faixas de músicas inéditas e participação de mais de 60 músicos. Foi uma oportunidade para artistas da época registrarem suas composições numa gravação de qualidade.

De acordo com o entrevistado Heitor:

O Projeto 1230 alavancou muito a banda. O grande berçário da Brasil Papaya⁷⁶, por exemplo, foi o 1230. Esse CD botou o projeto em evidência. E muita gente começou a procurar [o DAC] para poder se apresentar. Se tu conversar com vandas que tocaram no 1230, até com a nova geração de músicos que tem aí, os caras devem falar “esse projeto foi quem botou a gente no mainstream”; “pô, o 1230 foi muito legal, a gente participou na década de 90, foi muito legal.” E eu acho que essa troca ainda existe. Esse comentário ainda existe.

Segundo dados do relatório anual do DAC, em 2003, o Projeto 12:30 contou com a apresentação de 28 bandas na Concha Acústica, envolvendo cerca de 170 artistas e atingindo um público aproximado de 20 mil pessoas. Realizado de forma semanal até 2017, o Projeto 12:30 recebeu diversas bandas da cena musical de Florianópolis, tais como Tijuqueira, Primavera nos Dentes, Grupo Engenho, Brasil Papaya; e artistas como François Muleka, Trovão Rocha, Luciano Bilu, Carlos Trilha, entre muitos outros.

Além das apresentações ao ar livre, o projeto contou com apresentações musicais no formato acústico, realizadas no Teatro Carmen Fossari, entre 2002 e 2012. Em média, durante dez anos consecutivos, realizaram-se anualmente 25 apresentações do Projeto 12:30 Acústico, com o envolvimento de cerca de 80 artistas e um público aproximado de 2 mil pessoas por ano.

De 2003 a 2007, o projeto foi contemplado com recursos do programa da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, chamado PROEXTENSÃO, que viabilizaram a realização do “Projeto 12:30 - Intercâmbio Catarinense”. Tal projeto realizou anualmente cinco apresentações musicais em escolas da rede pública da Grande Florianópolis.

Sobre a importância do Projeto 12:30, o entrevistado Heitor ressalta que a trajetória e longevidade do projeto são resultado da projeção que teve ao longo tempo,

⁷⁶ Banda catarinense de rock instrumental, em atividade desde 1993.

pois apesar de não realizar pagamento de cachê aos grupos, consegue oferecer infraestrutura e uma boa divulgação de trabalhos autorais, que encontram dificuldade para apresentações em bares e casas de show. Segundo Heitor,

Cansei de ouvir isso, dos músicos: “cara, o projeto não paga cachê, mas a gente nunca tocou em lugar nenhum, em boteco nenhum, que oferecesse a infraestrutura que o projeto oferece. Desde a divulgação até o palco, o equipamento” [...] Aí veio o advento do próprio CD, que a gente tinha a ideia de continuar fazendo. Isso alavancou demais [o Projeto 12:30].

O Projeto 12:30 também realizou parcerias com eventos de destaque da cena musical em Florianópolis - como o Festival Floripa Jazz e a Semana do Rock Catarinense - sendo incluído no circuito de palcos desses eventos, espalhados pela cidade, com apresentações gratuitas. Para Heitor, “tudo o que o Projeto 12:30 já fez e tudo o que ele já representou dá respeitabilidade e longevidade ao projeto”.

Em 2023, o Projeto 12:30 está completando 30 anos de atividades na UFSC. Ao longo das últimas três décadas, observa-se que há “altos e baixos” na realização das apresentações. Segundo Heitor, “ele começou a se enfraquecer quando as verbas começaram a deixar de existir”. Houve períodos de shows com frequência semanal, realizados tanto na Concha Acústica como no formato acústico, no Teatro Carmen Fossari. Entre 2017 e 2019 as apresentações passam a ser quinzenais e, por restrições de recursos, depois do período de pandemia, os shows do projeto só retornam em 2023, com frequência mensal.

As apresentações realizadas apenas uma vez por mês não dão conta da demanda recebida pela coordenação do Projeto 12:30. Semanalmente, a coordenadora é procurada por artistas e bandas interessadas em se apresentar na UFSC, as quais consideram que realizar um show no palco do projeto é uma oportunidade de divulgação de seus trabalhos.

Observa-se, dessa forma, que o Projeto 12:30 tem uma interessante participação no cenário da música em Florianópolis.

- Cursos e Oficinas Livres de Arte do DAC:

Desde meados dos anos 1990, o DAC faz uso do espaço da Casa do Divino para a realização de oficinas de arte, das mais diversas linguagens artísticas - com destaque para aulas de cerâmica e violão, que acontecem há vários anos. Os cursos são abertos à participação de servidores técnico-administrativos, docentes e discentes da UFSC, bem como de pessoas da comunidade externa, e geralmente têm curta duração, sendo abertas inscrições semestralmente. Estima-se que, apenas entre 2003 e 2008, tenham sido ofertadas cerca de 100 diferentes oficinas, com um público de aproximadamente 2000 participantes inscritos.

De acordo com a entrevistada Irene, por meio das oficinas, o DAC cumpre uma função de promover a produção artística e, também, de possibilitar para pessoas da comunidade certas vivências no mundo das artes - as quais não se relacionam com formação acadêmica, mas também têm valor na formação humana. Segundo ela:

É importante a universidade manter [as oficinas do] DAC, porque a universidade tinha que ter escola de artes, né? Mas ela não tem. Ela [UFSC] tem esse departamento que, mal ou bem, cumpre um pouco essa função de também ser uma promotora de uma produção artística ou do deleite artístico, né? Porque não é só uma coisa da produção, mas do deleite mesmo, do prazer de estar desenvolvendo um trabalho artístico e do prazer de estar se relacionando com trabalhos artísticos, né? Tendo contato com diferentes linguagens artísticas... que eu acho que faz parte da formação também do ser humano, independente de formação com diploma. É a proximidade com a arte mesmo, com a cultura. A arte como experiência. [...] A pessoa vem para cá [para as oficinas] para viver uma experiência artística. E, claro, em toda experiência artística, você aprende. Você aprende coisas, você aprende técnicas, você aprende métodos e você aprende compreensões de mundo, desenvolve sensibilidade, desenvolve criatividade.

Observa-se que Oficinas de Arte do DAC se mostram uma importante ação cultural da UFSC intimamente vinculada à comunidade externa. Com a oferta de diferentes cursos, o DAC, ao longo dos anos, contou com o trabalho de professores das mais diversas linguagens artísticas, sendo que muitos deles, são artistas atuantes na área da cultura de Florianópolis e região. Sendo assim, a seleção de ministrantes de oficinas do DAC demonstra ser uma oportunidade de trabalho remunerado para pessoas vinculadas às artes na cidade. De acordo com o entrevistado Jorge, a possibilidade de dar aula neste projeto da UFSC tem relevância para o currículo do professor. Nas palavras dele,

Na minha visão, enquanto artista e enquanto professor também, se você pode dá aula, vamos supor, na Escolinha de Música lá da periferia da cidade,

aí você dá a mesma aula na Universidade Federal de Santa Catarina, o peso no currículo pra um artista é diferente. Então, você é muito valorizado se você passa por um processo seletivo pra dar umas oficinas na UFSC. É um patamar, realmente, de reconhecimento, de valorização. Subentende-se que se você já passou por um crivo de qualidade [na seleção], você tem uma qualidade legal no seu trabalho.

Em 2022, o processo seletivo de ministrantes para cursos, oficinas e workshops de arte, a serem ofertados em 2023, contou com a inscrição de 27 pessoas. Entre elas, 14 foram selecionadas.

- FITA

O Festival Internacional de Teatro de Animação (FITA) teve sua primeira edição em 2007, e foi realizado na cidade de Florianópolis e Jaraguá do Sul. O evento, que neste ano de 2023 realizou sua 15ª edição, reúne grupos nacionais e internacionais que apresentam produções teatrais representativas do teatro de bonecos. Segundo informações coletadas no site do FITA⁷⁷, o festival tem por objetivo promover a participação, o debate e a formação do espectador catarinense para esta modalidade teatral. Além disso, o evento possibilita o intercâmbio entre os bonequeiros convidados, do Brasil e de outros países, com os grupos catarinenses.

O FITA conta com o apoio institucional do DAC e com a atuação da servidora Zélia Sabino, que participa da coordenação geral do Festival. Segundo relatório anual do DAC, no ano de 2007, o evento teve a participação de 89 bonequeiros, sendo quatro grupos estrangeiros, quatro nacionais e seis catarinenses. Na sua primeira edição, o FITA realizou apresentações de espetáculos em diversos espaços fechados - como teatros, hospitais e auditórios, incluindo espaços da UFSC - assim como em ruas e praças de Florianópolis e Jaraguá do Sul. De acordo com dados do relatório de 2007, o público atingido pelo evento foi de aproximadamente 20 mil pessoas, durante quatro dias de realização do Festival.

O FITA, ao longo dos anos, realizou diversas apresentações no Teatro Carmen Fossari e no Auditório Garapuvu. Segundo a entrevistada Eugênia, antes da pandemia o evento “tinha uma projeção gigantesca e um público enorme”. De acordo com ela, todas as edições do FITA, que contaram com espetáculos apresentados no Centro de Eventos

⁷⁷ Acesso em: <https://fitafloripa.com.br/antiores/1fita/>

da UFSC, “tiveram um público muito grande e foram muito bem aceitos [pela comunidade em geral]”.

A UFSC, por meio do DAC, oferece a estrutura de salas administrativas para a realização de reuniões da equipe que trabalha na produção do FITA. A idealizadora do evento é a professora Maria de Fátima de Souza Moretti (Sassá Moretti), docente do curso de Artes Cênicas da UFSC.

- Projeto Cena Aberta

Criado em 2013, visou estimular e incentivar a produção teatral e artística catarinense, bem como tornar a produção cultural local acessível à comunidade. Em atividade até 2019, o projeto realizava a seleção de grupos teatrais convidados, os quais eram selecionados por uma equipe de profissionais de teatro do Departamento Artístico Cultural. Segundo dados do relatório anual do DAC de 2013, os critérios de seleção dos grupos contemplavam a sua trajetória na área da produção teatral, o caráter investigativo da pesquisa cênica e o reconhecimento de seus espetáculos pela comunidade e público em geral. A escolha dos grupos visava mostrar as diferentes formas da linguagem espetacular, como o circo, o drama, a performance, a comédia, o teatro de animação, entre outras.

O projeto “reforça o caráter de socialização do espaço teatral com a classe artística da cidade, assim como, vem promovendo em mais de quarenta anos, o intercâmbio artístico e cultural entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a comunidade” (SITE do DAC/UFSC)⁷⁸. Em 2019, foram realizadas 22 sessões com a participação de um público de 1954 pessoas.

As apresentações aconteciam no Teatro Carmen Fossari. Atualmente, o projeto não está em atividade, pois os grupos eram selecionados por uma equipe de profissionais de teatro do DAC, mas o processo de seleção está passando por mudanças e, a partir de 2024, será realizada divulgação de edital para inscrições de grupos interessados.

Além de todos os projetos acima elencados, que seguem em atividade (ou apenas suspensos temporariamente), o DAC realizou, durante 17 anos o projeto “Arte

⁷⁸ Acesso em: https://dac.ufsc.br/projeto_em_cena/

na Escola - Polo UFSC”, uma parceria entre o Instituto Arte na Escola e a Universidade Federal de Santa Catarina, em conjunto com o Colégio de Aplicação da UFSC. O projeto, que perdurou de 2004 a 2021, tinha como objetivo oferecer ações de formação na área das artes para professores do ensino básico. Ressalta-se, também, o projeto “Recriando na Comunidade”, que esteve em atividade no período de 1983 a 2017, desenvolvendo ações de extensão na área de recreação e lazer. O projeto oferecia cursos em escolas, associações e comunidades em geral com o objetivo “de instrumentalizar lideranças comunitárias e outras pessoas interessadas na prática de recreação e lazer, para que, de forma criativa e dentro das linguagens artísticas, pudessem atuar junto à criança e ao adolescente” (SITE do DAC/UFSC)⁷⁹.

De maneira geral, observa-se que o DAC desenvolveu ao longo dos anos diversas atividades relacionadas à área cultural. O departamento foi mencionado em várias entrevistas realizadas pela pesquisadora, sendo mencionado como o “polo cultural”, ou “centro de cultura” da UFSC. Nas palavras da entrevistada Eva, desde os anos 1990, o DAC “tinha gente circulando, tinha atividades, eventos. Aqui na universidade, o DAC, sempre foi um o centro cultural, o DAC é um polo”.

Destaca-se, portanto, uma significativa atuação do DAC na área da cultura da UFSC, com o desenvolvimento de múltiplas e variadas atividades. Para o entrevistado Jorge, o departamento desempenha um papel de “abrir as portas da universidade para a comunidade, tanto no sentido da comunidade enxergar o que tem ali dentro, entrar, mas também para a universidade enxergar a realidade fora dela”. Jorge complementa:

O DAC abre as portas pra pessoa assistir uma peça de qualidade, de graça ou com um valor assim, muito ínfimo. Várias atividades, oficinas, o FITA, o Projeto 12:30, enfim. Música. Então, o DAC é a janela da UFSC olhando pra fora e das pessoas olhando pra UFSC. Eu sinto que é um papel muito importante. Em relação à música e à arte em geral, eu realmente acredito que o potencial da arte pra formação do cidadão é muito grande, muito importante, muito necessário.

Percebe-se no depoimento do entrevistado a ideia de que o DAC contribui para a atuação cultural da UFSC no sentido de ser um espaço que propõe abertura para a comunidade. Dessa forma, parece ser possível afirmar que a estrutura e as ações do

⁷⁹ Acesso em: <https://dac.ufsc.br/projeto-recriando-na-comunidade/>

departamento demonstram uma interessante participação da universidade na área da cultura.

Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU)

O Núcleo de Estudos Museológicos da UFSC foi criado em 1997, vinculado à Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PRCE) e, após 2008, passa a ser vinculado à Secretaria de Cultura e Arte (SeCArte). O NEMU esteve em atuação por 15 anos, até ser extinto em 2013, ainda no início da gestão da professora Roselane Neckel, reitora da universidade no período de 2012 a 2015.

Devido à sua extinção, o site oficial do NEMU foi retirado de circulação. As informações acerca das atividades desenvolvidas pelo núcleo foram encontradas em algumas notícias publicadas na mídia e no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Trajetória das políticas públicas para o campo museal catarinense: um estudo sobre o núcleo de estudos museológicos/UFSC 1997-2013” (2019), de autoria de Marli Favero, graduada em Museologia pela UFSC. Além destas fontes secundárias, foi realizada entrevista com servidor que foi atuante no NEMU e pôde relatar quais as principais atividades desenvolvidas por este núcleo.

Inicialmente, ressalta-se que a criação do NEMU na UFSC surge como iniciativa do Peninha, que tinha formação em nível de pós-graduação em museologia⁸⁰, já havia atuado no NEA e estava como diretor, na época, do Museu Universitário. Neste período do final dos anos 1990, o estado de SC carecia de capacitação aos profissionais de museus catarinenses e foi neste contexto que, junto da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), começou a ser discutida a criação de um núcleo especializado, que tivesse como principal atividade oferecer formação a profissionais da área e apoio à estruturação de museus pelo estado (FAVERO, 2019). Segundo o entrevistado Antônio:

O núcleo [NEMU] tinha uma atividade bastante atuante na área da extensão, então organizava encontros de capacitação, de formação continuada, na área da museologia. Não existia o curso de Museologia na época. E era a única ação que tinha em Santa Catarina, como desenvolvimento dessa área, como discussão dessa área, como preparação dessa área. Então fazíamos cursos pelo interior do estado a fora. [...] O curso de formação eram três dias

⁸⁰ Peninha realizou curso de especialização em Museologia no período de 1985 a 1988, no Museu de Arte de São Paulo (MASP) na capital paulista.

concentrados, com várias oficinas, das várias áreas de atuação na área da museologia. O público potencial desses encontros eram pessoas que trabalhavam em instituições museológicas, culturais e de memória do Estado.

Acerca das principais atividades do NEMU, Favero (2019) destaca que “[...] sistematicamente e de maneira geral, em 15 anos de história (1997-2011), foram realizados 33 Encontros Regionais, nos quais foram ministradas 190 oficinas temáticas, 5 palestras e realizada 1 mesa-redonda, contemplando 28 municípios (dos quais cinco receberam oficinas mais de uma vez)” (FAVERO, 2019, p. 57 e 58).

Nas palavras de Antônio, quando perguntado sobre uma estimativa do número de pessoas que participaram dos encontros e oficinas do NEMU - ao longo de todo o período que o núcleo esteve em atividade -, ele lembra:

Assim, nós tínhamos vários encontros regionais... uma média de participação em torno de 90/100 pessoas [por encontro]. Tivemos mais de 30 encontros, né? Mas não eram só nesses encontros, havia outros seminários, outros cursos e palestras. Então pode botar 5 mil pessoas, tranquilamente.

Segundo o entrevistado Antônio:

Não existia o curso de Museologia na época. E o NEMU era a única ação que se tinha em Santa Catarina, como desenvolvimento dessa área [museologia], como discussão dessa área, como preparação dessa área. Então fazíamos cursos pelo interior do estado a fora.

Nota-se uma significativa atuação do Núcleo de Estudos Museológicos, conseqüentemente, da UFSC, nessa área voltada aos museus e à capacitação de pessoas. Segundo Antônio, no período de discussões acerca da estruturação e implementação do Sistema Estadual de Museus em Santa Catarina, e da Política Nacional de Museus, durante os anos 2000, a UFSC também esteve diretamente envolvida, em função do NEMU.

A UFSC participava, através do NEMU, de todas as reuniões e participamos inclusive da construção do eixo 5 da Política Nacional de Museus, que era educação, capacitação, e formação na área da museologia. [As universidades] coordenavam esse setor, esse ponto do item 5, digamos, do plano, né? Então, essa diretriz era coordenada pela professora Maria Célia Teixeira, lá da Universidade Federal da Bahia. [...] Fomos participar de várias atividades em Brasília, no Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro. E participar dessas ações de construção da Política Nacional de Museus do próprio IBRAM, do Instituto Brasileiro de Museus, da Política Nacional de Cultura, ou do Plano

Nacional de Cultura, aliás. Eu lembro de ter ido a vários encontros em Brasília, junto com o grupo de pessoas da área da museologia, ir lá e lutar pelas ações a serem incluídas nesse plano nacional de cultura que envolvessem a área da museologia.

Os relatos do entrevistado e os dados secundários mencionam uma estreita relação do NEMU com a Fundação Catarinense de Cultura, a nível estadual. Diante disso, indagou-se a Antônio como se davam as relações do núcleo na esfera municipal, em Florianópolis. Segundo ele, a nível municipal foram feitas poucas ações, apesar de haver a tentativa de criação de um grupo de trabalho sobre os museus de Florianópolis. Nas palavras do entrevistado:

O município nunca teve essa vocação [se referindo à museologia]. Trabalhamos muito com a tentativa de fazer um comitê, um grupo de trabalho dos museus aqui em Florianópolis. Já chegamos a identificar que Florianópolis chegou a ter 38 museus [...] Museus privados, museus municipais, museus estaduais e museus federais, né? E esse comitê dos museus aqui de Floripa no fim não vingou... até fizemos algumas reuniões de representantes desses museus, para criar regiões museológicas aqui no Estado, atendendo o próprio sistema estadual de museus, a política estadual de museus. Aí o NEMU atuou bastante, sempre ia nessas reuniões para discutir, levar propostas e tudo. Mas a vinculação e as ações, digamos, de uma política institucional era sempre com a Fundação Catarinense de Cultura, que é quem coordenava e fazia essas ações de nível estadual.

O NEMU, em 2006 - considerado o Ano Nacional dos Museus - recebeu destaque e um troféu pelas ações de capacitação em museologia, uma homenagem do Departamento de Museus Culturais do IPHAN, pela contribuição para os museus e para a museologia brasileira. Este foi um importante reconhecimento, a nível nacional, da atuação do NEMU em Santa Catarina.

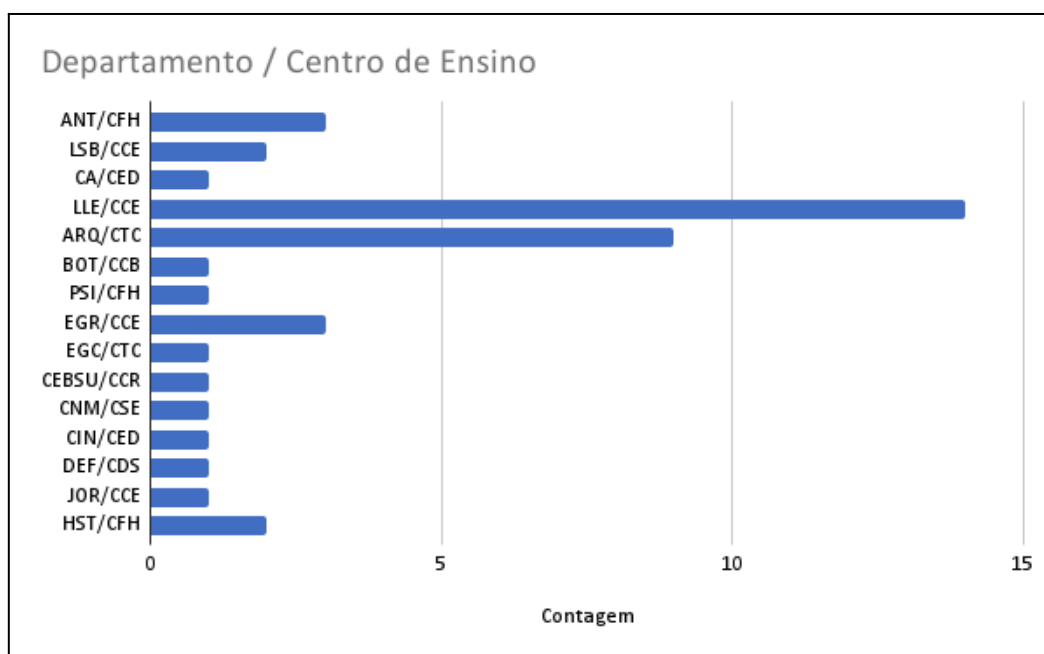
Chama atenção que, apesar da expressiva atuação do NEMU, o núcleo acabou sendo extinto na UFSC, em 2013. Segundo Antônio,

Não foi falta de interesse político [de manter o NEMU], mas muito interesse político em acabar com a atuação do NEMU. Foi de forma totalmente autoritária, unilateral, de perseguição política, e... sei lá do que mais. [...] Na formação do curso de museologia [na UFSC, em 2009], o NEMU ainda existia, e aí com a atuação paralela... eram duas coisas bem distintas, não conflitantes. Em função de toda a trajetória do NEMU e do que representava, essa talvez tenha sido uma pressão política interna de acabar com o NEMU, que era para não rivalizar, talvez, não disputar reserva de mercado. Quem sabe? Ou coisa parecida. Só que [o NEMU] era uma atuação na extensão, né? A extensão universitária é uma coisa de somar, agregar, divulgar, né? Seria tudo para construção. É por isso que eu digo que foi bastante perseguição política.

De acordo com Favero (2019), a criação do curso de graduação de Museologia, no Centro de Filosofia e Humanas e o afastamento do Peninha das atividades do núcleo, podem ter sido algumas das razões que levaram à extinção do NEMU. Contudo, a autora salienta que não há clareza suficiente para apontar a real causa dessa extinção e que não foi localizada, nos documentos disponibilizados para consulta na administração da SeCArte, nenhuma portaria relacionada à extinção do NEMU.

Feita a apresentação das principais ações realizadas pelos setores de extensão da UFSC, cabe salientar que entre as ações de extensão na universidade também há projetos propostos por docentes e técnicos. Tendo isso em conta, realizou-se um levantamento a partir do SIGPEX - sistema de gerenciamento das ações de extensão utilizado na UFSC desde 2014 - cuja gestão está a cargo da Pró-reitoria de Extensão. Para o levantamento no sistema, usou-se como busca a palavra “cultura”, sendo selecionados como filtros os projetos de extensão já encerrados, com data de início a partir de 2014. Foram encontrados 130 registros, sendo 42 deles relacionados à área da cultura. No gráfico a seguir, ilustra-se o quantitativo de projetos de extensão encontrados no levantamento a partir do SIGPEX.

Gráfico 1: Projetos de extensão cadastrados no SIGPEX



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Observa-se que o Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (LLE), vinculado ao Centro de Comunicação e Expressão (CCE), é o que apresenta maior número de projetos de extensão propostos por docentes da UFSC. A maioria dos projetos do LLE envolvem literatura italiana, estudos de autores irlandeses, trabalhos de tradução e estudos culturais. Em segundo lugar, está o Departamento de Arquitetura e Urbanismo (ARQ), vinculado ao Centro Tecnológico (CTC), com projetos relacionados ao patrimônio cultural arquitetônico e ao desenvolvimento de um projeto de moradia estudantil indígena na UFSC.

As ações de extensão desenvolvidas por docentes também contribuem, em certa medida, para a atuação da UFSC na área da cultura. Foi possível observar um quantitativo significativo de projetos desenvolvidos desde 2014 pelo ARQ/CTC, os quais demonstraram ter envolvimento da comunidade externa à UFSC. Nesse sentido, chama atenção o Projeto para Casa de Passagem Indígena em Florianópolis, realizado entre 2021 e 2022, que de acordo com as informações coletadas no SIGPEX, teve como objetivo principal projetar a Casa de Passagem para os indígenas do território da Ilha de Santa Catarina, com a finalidade de construir um espaço de trocas culturais e venda de artesanato, configurando um Ponto de Cultura, aberto à comunidade.

Ainda sobre projetos de extensão desenvolvidos por docentes da UFSC, considera-se relevante apresentar de forma mais detalhada o projeto realizado em parceria com o Ministério da Cultura, entre 2012 e 2016, para apoio à elaboração dos planos estaduais de cultura de diversos estados brasileiros. Esse projeto não foi identificado no levantamento realizado no SIGPEX, mas foram encontradas menções a ele no relatório anual de 2012 da Secult, e também, coletaram-se depoimentos acerca deste projeto em relatos de entrevistados, sendo citado como uma importante ação realizada pela universidade no campo da cultura. Ademais, identificou-se uma dissertação de mestrado defendida pelo Programa de Pós-graduação em Administração em 2014, cujo tema da pesquisa foi a execução do Projeto de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura - a partir da qual foi possível levantar informações aprofundadas sobre essa ação de extensão da UFSC.

- Projeto de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura:

A parceria entre MinC e UFSC, por meio do Projeto de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura (PAEPEC), aconteceu no período de janeiro de 2012 a março de 2013. Segundo apresenta Mattia (2014), ao referenciar o Termo de Referência UFSC/MINC firmado em 2011, os principais objetivos do PAEPEC eram os seguintes:

Elaboração de diagnósticos das realidades culturais dos estados à luz das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Cultura; apoio técnico na aplicação de metodologias participativas para a construção de planos estaduais de cultura; disponibilização de assistência qualificada e materiais técnicos, na forma de guias de orientação, publicações, suporte de conteúdos especializados, capacitações presenciais e por meio de plataforma digital colaborativa (MATTIA, 2014, p. 79).

A UFSC, enquanto Unidade Gestora Nacional, atuou como instância de planejamento e assistência técnica, e esteve encarregada pela administração geral do projeto; pela geração de metodologias, por elaborar conteúdos e material técnico de apoio; pela realização do controle de qualidade e das entregas dos produtos elaborados pelos estados, além de cuidar dos prazos e metas (MATTIA, 2014).

Conforme os relatos da entrevistada Marta, com a aprovação do Plano Nacional de Cultura, em 2010, o MinC se compromete a dar assistência aos estados e municípios para elaborar seus planos de cultura. Contudo, o ministério “não tinha fôlego”, de acordo com Marta, para implementar essa ação. Dessa forma, a entrevistada ressalta que, haja vista que as universidades tinham desenvolvido uma estreita relação com o ministério, nesse período - “[...] com professores, intelectuais de diferentes partes do Brasil, refletindo a área da cultura, refletindo o Sistema Nacional de Cultura, [...] - a universidade apareceu como um caminho interessante para apoio aos estados e municípios na elaboração de planos de cultura”.

A UFSC foi acionada, em 2010, como uma universidade que teria condições de coordenar o projeto com os estados. Sobre isso, Marta relata:

[...] E aí a gente [UFSC] dá uma sorte, é uma contingência, que a presidente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais era a professora Anita Pires, superintendente da Fundação Catarinense Cultura. Então, como presidente do Fórum, ela articula com o ministério, apresentando a UFSC: “nós temos em Santa Catarina uma universidade muito forte”. Então, a Anita leva para o ministério, e de uma maneira muito poderosa, muito potente, ela diz que a Universidade Federal de Santa Catarina é uma grande instituição, e realmente sempre foi, e eles [MinC] acatam.

Ao chegar à UFSC, o nome da professora Eloise Dellagnelo, docente do Departamento de Administração, é sugerido para coordenar o projeto tendo em vista sua atuação com projetos na área de gestão e políticas culturais, por meio do Observatório da Realidade Organizacional da UFSC.

Participaram do PAEPEC 16 estados e o Distrito Federal. Percebe-se que a UFSC teve uma importante atuação no campo da cultura a nível nacional, durante a execução do PAEPEC em vários estados brasileiros. Após a finalização das entregas, o projeto teve desdobramentos também significativos, que resultaram em ações desenvolvidas até 2016. Tais como: produção de livros e videoaulas, e realização de seminários e oficinas pelos estados. Segundo a entrevistada Marta, “foi uma maneira de multiplicar todo o conhecimento e a possibilidade de capacitação para um número maior de pessoas nos estados”.

Neste período, a UFSC também é sede de seminários de acompanhamento dos planos estaduais de cultura, congregando diversos representantes de organizações culturais dos estados que participaram do PAEPEC.

Figura 13: Notícia da UFSC sobre seminário dos planos estaduais de cultura

UFSC sedia seminário sobre planos estaduais de cultura

25/07/2012 09:26 Twitter Facebook WhatsApp

A Universidade Federal de Santa Catarina recebe, de 25 a 27 de julho, representantes de 17 estados brasileiros para avaliar o andamento dos Planos Estaduais de Cultura, que devem ser finalizados até dezembro deste ano. Eles se reúnem com a equipe do Projeto de Apoio à Elaboração de Planos Estaduais de Cultura, que é coordenado nacionalmente pela UFSC, através de um convênio com o Ministério da Cultura em parceria com o Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Cultura. A implantação dos planos é um compromisso dos Estados que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura.

Os planos são um dos instrumentos da Política Nacional de Cultura implantada pelo Governo Federal em 2003. Outros instrumentos obrigatórios são o Conselho, as Conferências e os fundos em nível municipal e estadual, além do sistema de informação de cultura. Até o final deste ano, todos os estados brasileiros deverão concluir seus planos e encaminhá-los à Assembleia Legislativa para aprovação. Para assessorar os Estados na elaboração dessas diretrizes e metas, o Ministério fez um acordo com a UFSC, sob a coordenação da professora Eloise Dellagnelo, do Departamento de Administração e Pós-Graduação de Administração, em reconhecimento a sua experiência com gestão cultural.



Representantes de 17 Estados participam do encontro na UFSC

Fonte: Site de notícias da UFSC (2012)⁸¹.

Figura 14: Notícia da UFSC sobre seminário de avaliação dos planos estaduais de cultura

Estados avaliam na UFSC andamento dos Planos de Cultura

25/07/2012 16:25 t f w



A Universidade Federal de Santa Catarina recebe a partir dessa quarta-feira (25 de julho) dirigentes do Ministério da Cultura e representantes de 17 estados brasileiros para avaliar o andamento dos Planos Estaduais de Cultura, que devem ser finalizados até dezembro deste ano. Até sexta-feira o grupo se reúne com a equipe do Projeto de Apoio à Elaboração de Planos Estaduais de Cultura, que é coordenado nacionalmente pela UFSC, em convênio com o Ministério da Cultura e parceria com o Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Cultura. A implantação dos planos é um compromisso dos estados que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura.

Até sexta-feira o encontro discute a implantação dos planos, um compromisso dos estados que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura

Antes mesmo da abertura do II Seminário dos Planos Estaduais de Cultura, as equipes para implantação dos planos nos estados, formadas por articuladores, coordenadores técnicos e analistas técnicos em gestão cultural, já estão desde as 14 horas reunidas na Sala Aroeira do Centro de Cultura e Eventos da UFSC. Acompanham a reunião o representante da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, Ângela Maria Menezes de Andrade; o secretário de Cultura do Estado do Ceará, Francisco José Pinheiro, representante do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e o coordenador Geral do Plano Nacional de Cultura, Rafael Pereira Oliveira, representando a Secretaria de Articulação Institucional do MinC.

Fonte: Site de notícias da UFSC (2012)⁸².

Como mencionado no início desta seção, o maior volume de informações coletadas acerca da atuação da UFSC na área da cultura se concentraram nas ações de extensão desenvolvidas pela universidade. Observa-se que os quatro setores apresentados neste tópico foram responsáveis por desenvolver diversas atividades, as quais demonstram ter relevância na análise de como se dá a atuação da universidade enquanto uma instituição cultural.

Das informações apresentadas, chama atenção a relação da UFSC com a cultura açoriana, por meio das ações realizadas pelo MARquE e pelo NEA. Também merece destaque o grande número de atividades realizadas pelo DAC - envolvendo diversas linguagens artísticas - com dados expressivos quanto ao público atingido pelas ações promovidas ao longo dos anos. Da mesma forma, ressalta-se a relevância do NEMU para a área da museologia, tanto no estado de Santa Catarina, mas também para o Brasil. Além disso, alguns projetos de extensão desenvolvidos por docentes também se sobressaem, principalmente o Projeto de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, que teve grande envergadura a nível nacional e colocou a UFSC em destaque, atuando com 16 estados brasileiros na construção de seus planos de cultura.

⁸² Acesso em: <https://noticias.ufsc.br/tags/planos-de-cultura/>

Sendo assim, feita a apresentação das ações de extensão, apresenta-se a seguir o esforço de levantamento de dados também nos âmbitos do ensino e da pesquisa na UFSC. Considera-se que estes dados, conjuntamente com as informações apresentadas na área da extensão, podem apontar de forma mais ampla para como se dá a atuação da UFSC na área da cultura.

4.2.3 Mapeamento da área da cultura na UFSC: ações de ensino

Para análise da atuação da UFSC quanto às ações de ensino, buscou-se levantar dados referentes aos cursos de graduação oferecidos pela universidade que têm relação com a área da cultura e das artes. Verificou-se que, atualmente, a UFSC conta principalmente com seus cursos de graduação nessas áreas. São eles: Letras/Língua Portuguesa e Literatura; Cinema; Artes Cênicas; Museologia; Antropologia e Animação.

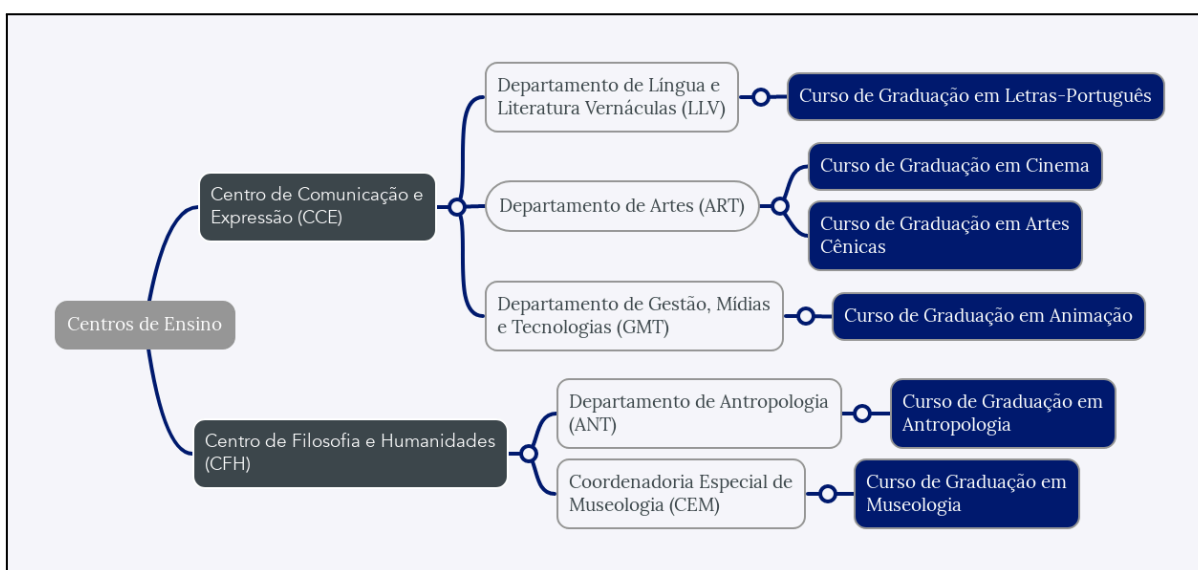
O Curso de Letras/Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa (Bacharelado e Licenciatura), fundado em 1988, vinculado ao Departamento de Língua e Literatura Vernáculas (DLLV). Somente nos anos 2000, foram criados mais cursos voltados à formação na área cultural: o Bacharelado em Cinema, iniciado em 2005, e o Bacharelado em Artes Cênicas, iniciado em 2007 - ambos subordinados ao Departamento de Arte (ART)⁸³ do Centro de Comunicação e Expressão (CCE).

Em 2009, foram criados o Curso de Museologia e de Antropologia, vinculados ao Centro de Filosofia e Humanidades (CFH); e, mais recentemente, em 2015, criou-se curso de Bacharelado em Animação, no Departamento de Gestão, Mídias e Tecnologias do CCE.

A vinculação dos cursos de graduação relacionados à área da cultura na UFSC está dada conforme a figura a seguir:

⁸³ O ART foi instituído apenas em 2016, a partir do desdobramento do Departamento de Artes e Libras.

Figura 15: Distribuição dos cursos de graduação relacionados ao campo da cultura na UFSC



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Com a oferta dos referidos cursos de graduação, a UFSC colabora para a formação de profissionais que poderão atuar no campo da cultura em Florianópolis ou em outras localidades do país. O quantitativo de concluintes dos cursos pode ser visualizado na série histórica abaixo demonstrada:

Tabela 3: Histórico do número de concluintes por curso de graduação presencial - 2003 a 2022

MOVIMENTO ACADÊMICO: HISTÓRICO DO NÚMERO DE CONCLUINTE POR CURSO DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL - 2003 a 2022																					
Curso	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL POR CURSO
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	20	31	25	50	59	50	58	40	39	49	71	56	36	48	40	57	46	72	66	59	972
CINEMA	-	-	-	-	-	2	10	26	13	15	40	24	16	29	22	18	15	16	14	16	276
ARTES CÊNICAS	-	-	-	-	-	-	-	-	16	4	25	21	13	11	12	20	12	6	11	4	155
MUSEOLOGIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	6	7	10	9	7	12	7	14	8	82
ANTROPOLOGIA											1	10	2	6	10	8	19	5	3	10	74
ANIMAÇÃO																1	0	13	0	23	37
TOTAL POR ANO	20	31	25	50	59	52	68	66	68	68	139	117	74	104	93	111	104	119	108	120	TOTAL GERAL: 1596

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base na Série Histórica do Boletim de Dados da UFSC.

Observa-se que o curso com maior número de egressos é o de Letras / Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa (972 formados), o qual é o mais antigo na UFSC entre os cursos apresentados. De acordo com o seu Projeto Pedagógico⁸⁴, o objetivo deste curso de graduação, é formar profissionais (professores e bacharéis) capazes de lidar de forma sistemática, reflexiva e crítica com temas e questões relativos a conhecimentos linguísticos e literários. O DLLV conta com um corpo docente de 45 professores efetivos, que atuam nas áreas de Latim, Língua/Linguística e Literatura, sendo responsáveis pelos cursos de Graduação Presencial e EaD em Letras-Português.

Na sequência, o quantitativo do curso de Cinema se mostra expressivo, com destaque para o ano de 2013 em que se formaram 40 bacharéis. O curso, segundo informações coletadas no site da UFSC⁸⁵, tem como objetivo geral formar profissionais qualificados para o exercício de várias atividades no campo do audiovisual e suas interfaces, bem como contribuir para sua inserção no universo da pesquisa acadêmica. Proporciona ao graduando conhecimentos que envolvem todo o processo de produção e realização audiovisual, estimulando o processo criativo e o contato com as formas contemporâneas de expressão artística⁸⁶. O curso conta com um corpo docente de 20 professores/as.

Segundo o Boletim de Dados da UFSC (2022), o curso de Cinema teve 740 candidatos no vestibular em 2005. Desde então, se configura entre os mais concorridos do vestibular da UFSC. Para ingresso em 2023, foi o quarto curso mais procurado pelos candidatos, antecedido apenas por Medicina (campus Florianópolis), Medicina (Campus Araranguá) e Psicologia, de acordo com notícia publicada no site da UFSC⁸⁷.

Sobre a criação do curso de Cinema da UFSC, Joaquim ressalta:

Ele começou como um curso muito ligado à teoria e à crítica [...] Começou muito teórico, muito voltado para formação de pesquisadores. E, com o tempo, ele foi virando um curso com uma ambição um pouco mais ampla. É um curso que tem a ambição de formar para o mercado de trabalho, produtores, roteiristas e realizadores. E também oferece uma sólida formação teórica. [...] Eu diria que hoje, assim, nessa última década, está muito claro que os cursos de audiovisual, como o nosso, têm um papel muito importante no desenvolvimento do setor. Não apenas no sentido de atender à demanda do mercado. Mas também no sentido de desenvolver uma inteligência,

⁸⁴ Acesso em: <https://letrasportugues.paginas.ufsc.br/files/2012/06/ProjetoPedagSet2006.pdf>

⁸⁵ Acesso em: <https://cinema.ufsc.br/proposta/>

⁸⁶ Informações coletadas no site: <https://cinema.ufsc.br/proposta/>

⁸⁷ Fonte:

<https://noticias.ufsc.br/2022/11/medicina-e-psicologia-sao-os-cursos-mais-concorridos-veja-a-relacao-candidatovaga-do-vestibular-ufscifsc-2023/>

desenvolver um pensamento, desenvolver uma visão de futuro que seja capaz de apontar rumos também para essa atividade no Brasil. [...] Então, eu diria, sim, que o curso [da UFSC] tem um potencial muito grande, mas ainda temos um desafio de construir melhor esse diálogo com o mercado de trabalho, com a produção em Santa Catarina, em Florianópolis.

O curso de bacharelado em Artes Cênicas da UFSC teve em 2013 seu maior número de concluintes, com 25 estudantes formados. Segundo informações que constam no site do curso⁸⁸, os graduados podem atuar como profissionais que possuem o domínio das Artes Cênicas, trabalhando como atores, diretores, dramaturgos, pesquisadores, críticos teatrais, performers, assessores culturais, entre outras atividades do ramo do Teatro. O curso apresenta um corpo docente com 13 professores/as.

O curso de Museologia, com 6 professores/as em seu corpo docente, formou 82 profissionais em dez anos, com o número máximo de 14 concluintes no ano de 2021. De acordo com a cartilha de apresentação do curso⁸⁹, este bacharelado tem como objetivo formar profissionais que desenvolvam o exercício crítico das práticas de coleta, documentação, conservação, preservação e comunicação de bens culturais em contextos de acervos museológicos. Chama atenção tais números, que sugerem um alto índice de evasão do curso, algo que pode estar relacionado às perspectivas de oportunidades de atuação no mercado de trabalho após a conclusão da graduação.

Segundo Lúcia, sobre o curso de Museologia:

O perfil dos nossos alunos hoje, a gente tem um contingente grande de alunos que entram em museologia, porque colocaram História, Design em primeira opção, não passaram, aí chegam como segunda opção, e aí acabam evadindo, porque vão fazer o curso que querem. Hoje, o nosso edital de retorno e transferência é mais disputado do que o vestibular, porque muitos alunos de outros cursos, quando conhecem o nosso, acabam fazendo essa migração. Então, pedem a transferência e a gente recebe muita gente da UDESC, do pessoal de artes, que aí vem para o retorno de graduado. [...] Essa galera que sabe o que é a museologia, que conhece o mercado de trabalho, muitas vezes é formada em alguma coisa que está na área. Então, a gente recebe muitos historiadores, muita gente formada em artes, que está ali disputando os editais e sabe que a museologia é um campo específico, regulamentado, que tem um limite do que você consegue fazer sem o diploma. E aí volta muito focado já em ter o diploma. Então, a gente tem esses perfis que são muito diferentes.

O curso de graduação em Antropologia, criado em 2009, conta com 23 professores atuantes em seu corpo docente. Em dez anos, foram graduados 74

⁸⁸ Acesso em: <https://artescenicadas.grad.ufsc.br/sobre-o-curso/>

⁸⁹ Acesso em: <https://museologia.paginas.ufsc.br/files/2021/11/Cartilha.pdf>

antropólogos/as. Os egressos do curso, segundo informações coletadas no site,⁹⁰ têm capacitação teórico-metodológica para definição e operacionalização de pesquisas empíricas orientadas ao conhecimento sistemático e aprofundado das práticas e dos valores culturais dos coletivos humanos. Além disso, os profissionais formados podem atuar em pesquisas junto a ONGs, institutos de pesquisa, órgãos públicos, consultorias, assessorias, agentes e gestores de políticas públicas.

Por fim, o curso de Animação, criado em 2015, contou com 58 ingressantes no ano de 2019 (segundo Boletim de Dados da UFSC - 2022) e vem demonstrando uma crescente em número de concluintes. Tal dado nos leva a considerar que vem se configurando um aumento na procura por este curso. Segundo informações coletadas no site do curso⁹¹, a graduação em Animação da UFSC tem como objetivo fornecer a formação de profissionais para atuar em ambientes dinâmicos e plurais, atendendo necessidades socioculturais e de mercado com criatividade, através da capacitação na utilização de métodos e ferramentas de produto audiovisual baseado em animação. O curso tem 5 docentes em seu núcleo estruturante e conta com atuação de demais professores/as do curso de Design. Cabe mencionar que o curso de Graduação em Animação da UFSC foi criado no ano de 2015, porém, sua história tem início no ano de 2009, ano em que o curso de Design da UFSC passou a oferecer uma habilitação em Animação. De acordo com dados coletados nos sites da UFSC, a criação de um curso independente e com identidade própria, partiu da iniciativa de um grupo de professores que notara que com a habilitação do curso de Design o ensino de Animação estava carente de expressividade.

De modo geral, observa-se que a atuação da UFSC no que tange às ações de ensino relacionadas à área da cultura teve certo impulso a partir do início dos anos 2000 - sobretudo com a criação dos cursos de Cinema e Artes Cênicas. Levando-se em consideração que a UFSC foi fundada em 1960, pode-se dizer que sua atuação na formação de profissionais no âmbito cultural é recente. Com esses dados, é possível inferir que a UFSC não demonstra ser uma instituição de referência na formação de profissionais ligados ao campo da cultura. Em Florianópolis, a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) parece ser a instituição que ocupa este lugar de referência

⁹⁰ Acesso em: <https://antropologia.paginas.ufsc.br/perfil-do-egresso/>

⁹¹ Informações coletadas no site: <https://animacao.ufsc.br/missao-e-visao/>

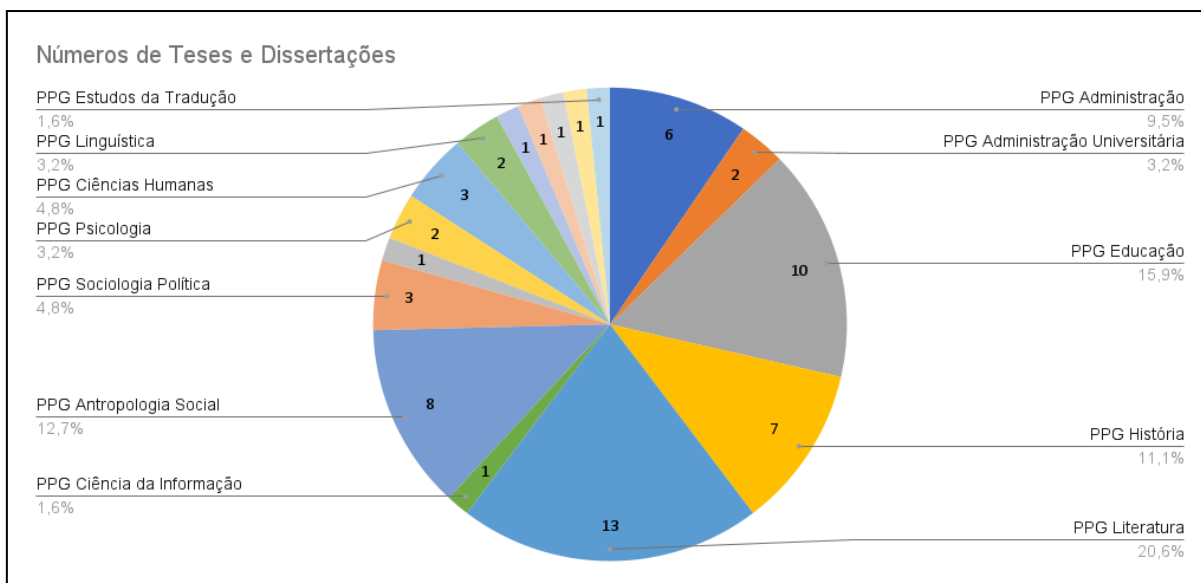
em formação, principalmente em cursos das áreas das artes. Sobre a UDESC, serão apresentadas mais informações no capítulo seguinte.

4.2.4 Mapeamento da área da cultura na UFSC: ações de pesquisa

A análise das ações de pesquisa da UFSC se deu, sobretudo, a partir do mapeamento de programas de pós-graduação e de núcleos e grupos de pesquisa que possuem relação com as temáticas da área da cultura. Para identificar os principais programas de pós-graduação que desenvolvem estudos nessa área, realizou-se o levantamento de teses e dissertações no Repositório Institucional da UFSC. Primeiramente, foi feita a busca utilizando a palavra “cultura”, aplicando o filtro “contém no assunto” com a palavra “política” - a fim de encontrar trabalhos que discutem políticas culturais. Nessa busca, foram encontrados 588 resultados. Realizou-se, então, a leitura do título desses trabalhos e verificou-se que os filtros utilizados englobaram muitos estudos da área da “agricultura”. Feita a exclusão dos resultados pelos títulos das pesquisas e considerando apenas aqueles publicados a partir de 2003, identificaram-se 32 teses e dissertações relacionadas à temática da cultura.

Após isso, realizou-se uma segunda busca no repositório, com a palavra “cultura”, aplicando o filtro “contém no assunto” com a palavra “arte”. Com isso, foram encontrados 132 resultados, cuja leitura dos títulos e análise do ano de publicação - somente aqueles publicados a partir de 2003 - levaram ao resultado final de 32 trabalhos.

Dessa forma, foram identificados ao total 63 teses e dissertações no Repositório Institucional da UFSC, os quais apresentaram assuntos pertinentes ao tema da presente pesquisa. A distribuição do quantitativo desses trabalhos e a vinculação com os programas de pós-graduação podem ser observados no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Quantitativo de teses e dissertações e os programas de pós-graduação

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

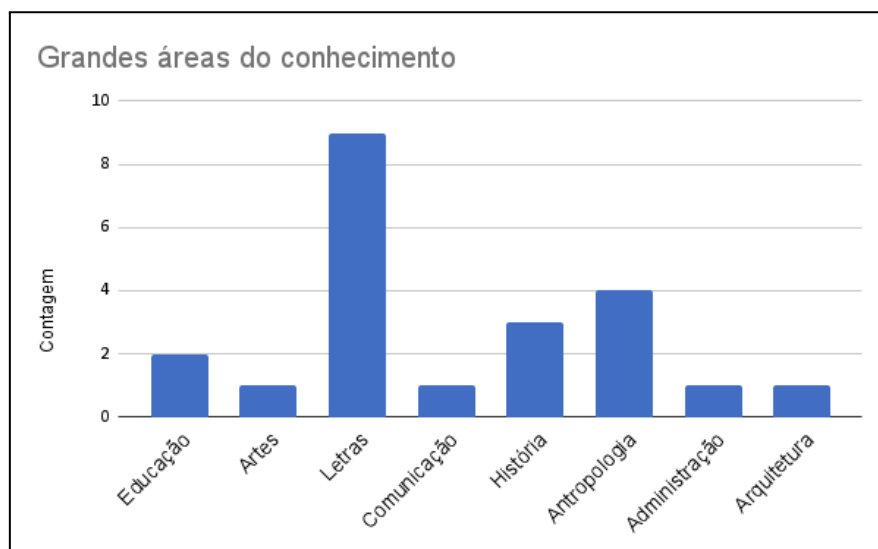
Observam-se, no gráfico, cinco programas de pós-graduação com maior número de teses e dissertações desenvolvidas na área da cultura. São eles: Programa de Pós-graduação em Literatura (PPGLit); Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE); Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS); Programa de Pós-graduação em História (PPGHST) e Programa de Pós-graduação em Administração (PPGAdm).

De maneira geral, nos trabalhos levantados, foram identificadas diferentes temáticas pesquisadas. Relacionadas às linguagens artísticas e movimentos culturais, por exemplo, identificou-se uma dissertação sobre o rock no Brasil, e uma tese sobre o rap em Florianópolis desenvolvidas pelo PPGLit. Pelo PPGE, verificaram-se pesquisas que relacionam os temas da cultura com a área da educação, tais como diversidade cultural em ambientes escolares; multiculturalismo e interculturalidade na educação escolar; e diálogos com cultura popular, como o boi de mamão na educação infantil. Sobre diversidade cultural, sobretudo envolvendo práticas culturais indígenas, foram identificadas também teses e dissertações defendidas pelo PPGAS. No que tange ao patrimônio cultural, encontraram-se alguns trabalhos desenvolvidos pelo PPGHST; e, pelo PPGAdm, verificaram-se estudos envolvendo políticas culturais, como a Política Nacional de Cultura Viva e a política de museus em Santa Catarina.

Com cinco programas de pós-graduação mapeados, buscou-se identificar, em cada um deles, suas linhas de pesquisa; quantitativos de docentes atuantes; periódicos de destaque produzido; e os principais grupos de pesquisa vinculados aos programas. Acerca dos grupos de pesquisa, realizou-se um levantamento na base de dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Utilizou-se a palavra “cultura” para a busca no sistema, aplicando os filtros “nome do grupo”, “nome da linha de pesquisa” e “palavra-chave da linha de pesquisa”. Restringiu-se a busca por localização, para encontrar resultados vinculados apenas à Universidade Federal de Santa Catarina. No levantamento inicial, foram identificados 143 grupos de pesquisa, dos quais 22 demonstraram desenvolver trabalhos relacionados com as temáticas da área da cultura.

No gráfico a seguir, apresenta-se o resultado da busca pelos grupos de pesquisa da UFSC, divididos por áreas de conhecimento:

Gráfico 3: Áreas do conhecimento com grupos de pesquisa relacionados à área da cultura



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Dos 22 grupos identificados, observa-se que a área de Letras concentra um maior número de grupos cadastrados no CNPq. Na sequência, notam-se as áreas de Antropologia, História e Educação com os maiores quantitativos. Para análise mais detalhada, foram selecionados desse levantamento os grupos de pesquisa vinculados aos cinco programas de pós-graduação anteriormente elencados, encontrados a partir da

busca por teses e dissertações. Dessa forma, serão elencados 14 grupos de pesquisa ao longo do presente tópico.

Dito isso, apresentam-se os programas de pós-graduação que desenvolvem trabalhos com os temas da cultura na UFSC.

- Programa de Pós-graduação em Literatura:

Com 13 trabalhos de teses e dissertações identificados, no período entre 2003 e 2023, relacionados às temáticas da área da cultura, o PPGLit - que oferece o mestrado desde 1971 e o doutorado desde 1997 - conta com sete linhas de pesquisa e, segundo informações coletadas no site da UFSC⁹², o programa tem como objetivo a formação de profissionais altamente qualificados na área de literatura para atender às demandas das várias áreas das artes e humanidades. Os egressos do programa têm formação que os permite atuar no mercado de trabalho como pesquisadores, profissionais ligados à cultura e professores, os quais estão aptos a lidar com a complexidade da cena cultural contemporânea e seu espaço simbólico⁹³. O programa conta com 35 professores/as no corpo docente e sete linhas de pesquisa.

O Programa de Pós-graduação em Literatura da UFSC apresentou nota 5 na última avaliação quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).⁹⁴ O PPGLit mantém dois periódicos próprios: “Outra Travessia”, classificada com Qualis B1 - na classificação de periódicos da CAPES⁹⁵ -, sucedeu a antiga revista “Travessia” na sua tarefa de ser veículo dos debates teóricos fomentados pelo Programa; e o “Anuário de Literatura”, classificada com Qualis B2, revista que privilegia, sobretudo, o corpo discente. Além destes periódicos, alguns dos núcleos de pesquisa do PPGLit também têm revistas próprias. A saber: Revista “Texto Digital”, editada pelo Núcleo de Pesquisa em Informática, Literatura e Linguística (NuPILL); “Revista de Estudos Poético-Musicais - REPOM”, elaborada pelo Núcleo de Estudos de

⁹² Acesso em: <https://literatura.posgrad.ufsc.br/>

⁹³ Informações coletadas no site: <https://literatura.posgrad.ufsc.br/programa/curso/>

⁹⁴ Avaliação periódica dos cursos de pós-graduação (mestrados e doutorados) do país, atualmente realizada a cada 4 anos.

⁹⁵ QUALIS é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos periódicos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. O Qualis Periódicos está dividido em oito estratos, em ordem decrescente de valor: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

Fonte: https://www.biblioteca.ics.ufpa.br/arquivos/QUALIS-rev_26_11.pdf

Poéticas Musicais e Vocais (NEPOM); Revista “Landa”, do Núcleo Onetti de Estudos Literários Latino-Americanos e o “Boletim de Pesquisa NELIC”, do Núcleo de Estudos Literários e Culturais, periódico que esteve em atividade desde 1997 e foi descontinuado em 2020.

Ao todo, o programa conta com 14 núcleos de pesquisa. Dentre eles, foram identificados 5 grupos no levantamento realizado na base de dados do CNPq. Abaixo, apresentam-se esses grupos, com suas descrições e os quantitativos de integrantes e egressos, segundo dados que constam na plataforma dos diretórios dos grupos de pesquisa do CNPq.

Tabela 4: Núcleos de pesquisa do PPGLit

Núcleos de Pesquisa do PPGLit/UFSC	Ano de Formação	Descrição	Número de Integrantes	Número de Egressos
Núcleo de Estudos Literários e Culturais (NELIC)	1995	O NELIC vem se dedicando ao mapeamento da crítica literária e cultural brasileira a partir dos anos 70, com a indexação e estudo de periódicos literários e/ou culturais que circulam ou circularam no país a partir desse período. Esse trabalho busca, fundamentalmente, refletir sobre a constituição dos cânones na área da literatura e da cultura, bem como analisar as mudanças de olhar que configuram o objeto literário e sua função.	49	63 (desde 2014)
Núcleo Juan Carlos Onetti de Estudos Literários Latino-Americanos	2005	O Núcleo Onetti tem como principal objetivo a formação de novos investigadores no estudo da literatura da América Latina e de correntes críticas e teóricas contemporâneas, dentro das seguintes linhas de investigação: Literatura e Filosofia, Textualidades Contemporâneas e Literatura e Estudos Culturais.	8	1 (desde 2021)
Laboratório Floripa transdisciplinar: arte, cultura e política (LabFLoR)	2011	O LABFLOR tem como principal objetivo enfrentar não somente os desafios teóricos e metodológicos que se colocam à comunidade intelectual com profundas mudanças por que passa a cultura, mas também responder a estas mudanças, incorporando as principais inovações tecnológicas que colocam em cheque os papéis e alcances das culturas orais e escritas dentro e para a produção intelectual contemporânea.	9	22 (desde 2015)
Núcleo Literatual	2013	Literatual – Núcleo de Literatura Brasileira Atual – Estudos Feministas e Pós-Coloniais de Narrativas da Contemporaneidade - propõe-se a desenvolver estudos relativos às narrativas da contemporaneidade, no sentido de reconhecê-la em sua relação com a literatura de períodos anteriores, assim como procurando perceber o que lhe seja especial, próprio, característico.	39	22 (desde 2015)

Queerrâncias - Deslocamentos feministas lésbicos e queer nas artes	2022	O grupo se propõe a ativar formas de circulação e de construção de culturas filmicas e literárias que desafiem cânones pelo exercício da curadoria e da experiência coletiva da escuta de vozes singularmente plurais. Esse grupo se consolida a partir de duas trajetórias de pesquisa que culminam em uma significativa produção intelectual vinculada às questões de estudos queer e de feminismos lésbicos, entrelaçados a uma perspectiva de deslocamento e descolamento interseccional e decolonial.	9	1 (desde 2022)
--	------	--	---	-------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

- Programa de Pós-graduação em Educação:

O PPGE teve seu curso de mestrado reconhecido em 1984, e o doutorado em 1994. Com 10 teses e dissertações defendidas com temáticas da cultura, o programa conta com seis linhas de pesquisa e com um corpo docente de 57 professores/as. Segundo informações coletadas no site do PPGE⁹⁶, seus principais objetivos são: formar educadores e educadoras de alto nível comprometidos com o avanço do conhecimento para o exercício da pesquisa, da extensão, do ensino e das atividades profissionais em instituições de ensino ; estimular a produção e a socialização do conhecimento no campo da educação; e contribuir para uma reflexão contínua e crítica sobre a educação pública brasileira.

O programa, que é CAPES 5, tem parceria com o Núcleo de Publicações do Centro de Ciências da Educação (CED) da UFSC. Tal núcleo edita a Revista Perspectiva, um periódico de publicação semestral, ativa desde 1983 e que, de acordo com o site da revista⁹⁷, tem como objetivo de divulgar a produção acadêmica sobre educação, visando aprofundamento teórico e crítico das temáticas e avanços nas discussões sobre as problemáticas no campo educacional e das pesquisas produzidas no Brasil e no exterior.

Ao todo, o Programa de Pós-graduação em Educação conta com 30 grupos de pesquisa, dos quais três foram identificados no levantamento realizado na plataforma do CNPq. A seguir, apresentam-se as informações coletadas sobre esses grupos.

⁹⁶ Fonte: <https://ppge.ufsc.br/o-programa/ppge/objetivos/>

⁹⁷ Informações coletadas no site: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva>

Tabela 5: Núcleos de pesquisa do PPGE

Núcleos de Pesquisa do PPGE/UFSC	Ano de Formação	Descrição	Número de Integrantes	Número de Egressos
Alteritas: Grupo de estudos e pesquisas sobre diferença, arte e educação	1996	O Alteritas desenvolve estudos, pesquisas e extensão com o foco em Diferença, Arte e Educação, com vistas em valorizar as diferenças e o protagonismo dos movimentos sociais pela equidade racial e de gênero, tendo como princípio o diálogo na pluralidade. Seus projetos atualmente articulam pesquisas em ações afirmativas, gênero e relações raciais.	24	34 (desde 2014)
Núcleo Infância, Comunicação, Cultura e Arte (NICA)	1999	Desenvolve pesquisas sobre as relações entre Infância, Mídia, Cultura e Arte. O grupo possui duas linhas de pesquisa, articuladas entre si pelos eixos transversais e pelas ênfases à importância da Arte, da Comunicação, da Cultura na Educação. Os principais referenciais teóricos provêm de campos como os Estudos da Infância, os Estudos Culturais e da Mídia-Educação. Entre as diversas atividades que envolvem o grupo de pesquisa, está a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, intercâmbio regular com outros pesquisadores nacionais e internacionais e com instituições locais como o NTE, a produtora Contraponto e a Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis.	33	8 (desde 2021)
Patrimônio, Memória e Educação	2010	O principal objetivo do Grupo Patrimônio, Memória e Educação é congrega pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento para construir experiências coletivas de investigação articuladas com práticas de ensino e extensão que contribuam para a reflexão e problematização do campo do patrimônio e dos estudos acerca da memória na interface com a educação. Orientamos alunos de graduação, de especialização, de mestrado e de doutorado, planejamos a organização de publicações e a realização de diferentes modalidades de eventos e cursos, além do fomento de projetos de educação patrimonial.	58	45 (desde 2014)

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

- Programa de Pós-graduação em Antropologia Social:

O Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS), com avaliação CAPES 6, conta com o mestrado desde 1985 e com o curso de doutorado desde 1999. O programa tem 24 docentes que atuam em sete linhas de pesquisa. Foram identificados 8 trabalhos de teses e dissertações, no período entre 2003 e 2023, produzidos pelo PPGAS com relação às temáticas da área da cultura.

Acerca dos periódicos mantidos pelo programa, destacam-se as seguintes produções: “Ilha - Revista de Antropologia”, com publicação quadrimestral que, conforme o site da revistas⁹⁸, se propõe a divulgar artigos originais e inéditos sobre temáticas que privilegiem pesquisas e discussões teóricas tendo em vista o

⁹⁸Informações coletadas no site: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/about>

desenvolvimento da Antropologia; e os “Cadernos NAUI” que, segundo informações coletadas no site do periódico⁹⁹, é uma revista eletrônica de periodicidade semestral organizada pelo Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC. A revista é orientada para a publicação de pesquisas e discussões teóricas de pesquisadores nacionais e estrangeiros ao redor de dois eixos temáticos amplos: dinâmicas urbanas e patrimônio cultural sobre temáticas relacionadas à antropologia urbana, patrimônio cultural, museologia e memória.

De acordo com o seu site¹⁰⁰, o PPGAS tem como objetivos a produção de conhecimentos sobre a realidade sociocultural e a contribuição para a consolidação e a renovação do campo antropológico brasileiro; a formação de docentes e pesquisadores qualificados; a colaboração com o ensino de graduação da UFSC, contribuindo para a formação antropológica em diversos cursos, em especial com os cursos de Antropologia, Museologia e Ciências Sociais e a formação de profissionais que atuem em outros âmbitos do campo de trabalho do antropólogo além da academia, como a assessoria a órgãos governamentais.

Vinculados ao PPGAS/UFSC, elencam-se os seguintes grupos de pesquisa identificados no levantamento da base de dados do CNPq:

Tabela 6: Núcleos de pesquisa do PPGAS

Núcleos de Pesquisa do PPGAS/UFSC	Ano de Formação	Descrição	Número de Integrantes	Número de Egressos
MUSA – Núcleo de Arte, Cultura e Sociedade na América Latina e no Caribe	1990	O Núcleo de Estudos Musa reúne estudantes, pesquisadoras e pesquisadores em nível de graduação e pós-graduação interessados nas relações entre antropologia e arte. As pesquisas desenvolvidas no âmbito do Musa tratam de diferentes formas de fazer artístico, incluindo as estéticas rituais, música, dança, teatro, artes visuais e verbais, audiovisual, e outras linguagens que permitem estudar as relações entre arte e sociedade.	15	25 (desde 2016)
NAVI – Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem	1994	O NAVI foi criado a partir de oficinas de Antropologia Visual. O núcleo articula as atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de estudos audiovisuais e da imagem constituindo-se em um polo de reflexão, aglutinação e difusão de experiências, propostas e críticas nos estudos da antropologia audiovisual e da Imagem e em antropologia das sociedades complexas moderno-contemporâneas.	69	3 (desde 2016)

⁹⁹ Informações coletadas no site: <https://nauui.ufsc.br/cadernos-nauui/>

¹⁰⁰ Informações coletadas no site: <https://ppgas.posgrad.ufsc.br/apresentacao/>

NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural	2004	O NAUI abre perspectivas para o diálogo da antropologia com a arquitetura e o urbanismo. Tem a proposta de reunir professores e alunos de diversas áreas do saber ao redor de dois eixos temáticos amplos: dinâmicas urbanas e patrimônio cultural.	49	12 (desde 2014)
--	------	---	----	--------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

- Programa de Pós-graduação em História:

O Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, com cursos de Mestrado (desde 1975) e Doutorado (desde 1998), tem seis linhas de pesquisa, articuladas com diversos laboratórios. O PPGHST conta com 29 professores/as em seu corpo docente e apresentou nota 5 na última avaliação quadrienal da CAPES. No levantamento de teses e dissertações relacionadas à área da cultura na UFSC, foram identificados 7 trabalhos produzidos pelo programa.

De acordo com informações coletadas no seu site¹⁰¹, o PPGHST da UFSC mantém a publicação da revista “Esboços: Histórias em Contextos Globais”, a qual é um periódico acadêmico quadrimestral de publicação eletrônica, dedicado a divulgar e debater artigos, pesquisas e enfoques que enriqueçam a produção do conhecimento histórico.

Acerca dos grupos de pesquisa, ao todo há 12 laboratórios e núcleos de produção científica vinculados ao programa. Entre eles, foram identificados dois grupos no levantamento na base de dados do CNPq, que desenvolvem trabalhos relacionados às temáticas da área cultural. Na tabela abaixo, elencam-se as informações coletadas sobre eles:

Tabela 7: Núcleos de pesquisa do PPGHST

Núcleos de Pesquisa do PPGHST/UFSC	Ano de Formação	Descrição	Número de Integrantes	Número de Egressos
Núcleo de Estudo de História, Literatura e Sociedade (NEHLIS)	2011	Seu objetivo é reunir pesquisadores e promover estudos cujo foco são os encontros e desencontros entre história e literatura. Esse grupo não se define apenas pela área que abarca mas, principalmente, pela amplitude do que pretende abranger: os diferentes aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos da relação entre história e literatura, conectando esses aspectos em explicações totalizantes.	26	6 (desde 2019)

¹⁰¹ Fonte: <https://ppghistoria.ufsc.br/revista-esbocos/>

Historia da Africa & Cultura Visual (Laboratório de Estudos em História da África – LEHAF)	2022	O grupo de pesquisa reúne historiadores de diferentes instituições de ensino superior do Brasil e que trabalham no campo da história e da cultura visual da África e das suas diásporas. Trata-se de um primeiro grupo de pesquisa junto ao CNPq com enfoque em história africana e cultura visual, notadamente na reprodução de imagens sobre a África e os africanos e nos seus circuitos sociais.	11	Nenhum registro adicionado
--	------	--	----	----------------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

- Programa de Pós-graduação em Administração:

Com 6 teses e dissertações identificadas no levantamento realizado no Repositório Institucional da UFSC - desenvolvidas entre 2003 e 2023 com temáticas da área da cultura - o Programa de Pós-graduação em Administração (PPGAdm) PPGAdm conta com 5 linhas de pesquisa, entre as quais ressalta-se sobretudo a linha de Organizações e Sociedade. Essa linha tem como foco a formação em temas como políticas públicas, economia social e/ou solidária, economia criativa, estudos críticos em administração e gestão de organizações culturais. Com o mestrado criado em 1978 e o doutorado em 2008, o programa tem avaliação CAPES 4 e ao todo conta com 28 professores/as no corpo docente, sendo 7 docentes da linha de pesquisa de Organizações e Sociedade.

Vinculada a essa linha de pesquisa, está em atividade desde 2009 o Grupo de pesquisa “Observatório da Realidade Organizacional SC”. Os principais temas pesquisados no grupo são: Práticas Organizativas Alternativas; Inovação Social; Políticas e Gestão Cultural.

De acordo com informações coletadas no site do grupo¹⁰², os interesses de pesquisa do Observatório se dividem na linha de Práticas Organizativas Alternativas e na linha de Políticas e Gestão Cultural. Nesta última, objetiva-se analisar e discutir questões relativas à gestão da cultura no país, tanto na perspectiva de organizações públicas, como privadas e da sociedade civil. Interessa ao grupo tratar da gestão de organizações culturais e também da construção de políticas públicas da cultura no país.

Cabe ressaltar que a presente pesquisa está vinculada à linha de Organizações e Sociedade do PPGAdm da UFSC e que a autora é integrante do grupo de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional SC. O Observatório foi também identificado no levantamento realizado na base de dados do CNPq. Na tabela abaixo, apresentam-se as informações coletadas sobre o grupo na plataforma do CNPq:

¹⁰² Fonte: <https://observasc.ufsc.br/>

Tabela 8: Grupo de Pesquisa do PPGAdm

Grupo de Pesquisa do PPGAdm/UFSC	Ano de Formação	Descrição	Número de Integrantes	Número de Egressos
Observatório da Realidade Organizacional SC	2009	O grupo propõe-se a trabalhar discussões sobre organizações e desenvolvimento, especificamente buscando identificar diferentes práticas organizativas no campo das organizações e refletir a respeito das diferentes perspectivas sobre desenvolvimento e sustentabilidade e seus impactos no contexto brasileiro. As organizações do campo da cultura têm sido foco central de nossos trabalhos nos últimos anos. Neste sentido, a proposta é de produção de pesquisas científicas e a divulgação de seus resultados nos meios acadêmicos e não acadêmicos. Assim sendo, a proposta do grupo é proporcionar resultados que contribuam tanto para o campo científico quanto para as práticas das organizações e sociedade em geral.	34	15 (desde 2015)

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Feita a apresentação geral dos principais programas de pós-graduação da UFSC identificados no estudo e de seus grupos de pesquisa, observa-se que há um significativo número de pessoas na universidade envolvidas com ações de pesquisa na área da cultura. A partir do levantamento realizado, que identificou 63 teses e dissertações defendidas entre 2003 e 2023, é possível perceber que a UFSC contribui, em alguma medida, com formação de pessoal especializado e, também, com produção de conhecimento sobre os variados temas que a área da cultura abrange.

Nos resultados encontrados, percebe-se que a área da Literatura é a que se destaca, com o maior número de trabalhos produzidos pelo PPGLit e com o maior quantitativo de grupos de pesquisa vinculados ao programa.

Dito isso, finaliza-se a apresentação do mapeamento das ações de ensino, pesquisa e extensão da UFSC na área da cultura. Diante do grande volume de dados coletados, faz-se relevante, então, realizar uma síntese de tudo que foi apresentado até o momento.

A começar pela administração da cultura na universidade, observa-se que a criação do DAC, em 1988, foi um dos primeiros acontecimentos para a ampliação de ações culturais na universidade. O departamento se mostrou, à época, um polo que realizava diversos projetos e eventos e, também, agregava diferentes pessoas atuantes do campo da cultura. Entre elas, destaca-se Carmen Fossari, que contribuiu durante sua

carreira para o fortalecimento da área do teatro em Santa Catarina, especialmente, em Florianópolis.

Vinte anos após a criação do DAC, a constituição da SeCArte, em 2008, demonstrou ser um marco no histórico da gestão cultural da UFSC. Com essa estrutura administrativa criada, observou-se uma ampliação da atuação da universidade na área da cultura, principalmente por passar a contar com uma equipe de servidores/as e com recursos específicos para o desenvolvimento de ações culturais. Chama atenção, no entanto, que a UFSC ainda não tenha desenvolvido sua política de cultura, que venha a estabelecer um plano com diretrizes e metas a serem alcançadas no âmbito da cultura. Observou-se que houve algumas iniciativas nesse sentido, com a criação de uma Comissão de Cultura, em 2011, e - neste mesmo ano - com a realização do I Seminário de Cultura da UFSC. Tais iniciativas parecem ter apontado para o princípio de discussões acerca da área da cultura na universidade e sobre a importância de que se viesse a elaborar a política cultural da UFSC.

Em 2014, a Secretaria de Cultura chega a realizar reuniões e construir um plano de cultura, mas o objetivo da elaboração deste documento visava apenas a participação no Edital MEC/MinC “Mais Cultura nas Universidades”.

De maneira geral, percebe-se que a ausência da política de cultura da UFSC acaba por fragilizar a gestão cultural da instituição, que fica à mercê das trocas na gestão da reitoria - as quais demonstram influenciar diretamente as ações desenvolvidas pela SeCArte. Parece possível afirmar que a política cultural seria importante para a gestão da cultura na universidade pois, com ela, seria possível construir ações mais bem coordenadas e, também, indicadores para uma avaliação periódica da atuação da UFSC na área da cultura.

Sobre o mapeamento da área da cultura na UFSC, a partir das ações de ensino, pesquisa e extensão, foi possível observar que o maior volume de informações coletadas no estudo se concentram nas ações de extensão. De todos os dados apresentados sobre os setores de extensão, percebe-se que o MARquE e o NEA se destacam, principalmente por ações com relação à cultura popular de base açoriana em Santa Catarina.

A criação do Instituto de Antropologia, em 1965, - que em 1978 se transformou em Museu Universitário - é um dos primeiros feitos da UFSC no que tange à área da cultura relacionada com patrimônio histórico do estado catarinense. O Museu, que passa

a desenvolver trabalhos sobre o folclore na ilha de Florianópolis, por muitos anos se tornou um espaço para produção do artista Franklin Cascaes. Dentre as pessoas atuantes no museu, destaca-se o servidor Peninha, que se mostrou um importante ator do campo da cultura na cidade, pelo trabalho desenvolvido sobre a cultura açoriana no litoral de SC. Além disso, Peninha criou forte amizade com Cascaes e, devido ao seu empenho, hoje o MARquE abriga grande parte da obra desse importante artista florianopolitano.

O NEA, por sua vez, também se destaca na atuação com ações voltadas à cultura açoriana. O núcleo, criado em 1984, realiza um trabalho que atinge todo o litoral de Santa Catarina, oferecendo cursos e palestras principalmente para professores das redes municipais de ensino. O NEA tem alcance e reconhecimento em várias cidades do litoral catarinense, haja vista a atuação do seu Conselho Deliberativo que conta com representantes de órgãos das prefeituras e de diversas instituições culturais relacionadas à cultura açoriana.

Ainda sobre as ações de extensão, destaca-se o NEMU, que atuou de forma significativa na área da museologia, oferecendo cursos de formação por todo o estado de SC, durante 28 anos. O núcleo estabeleceu uma estreita relação com a Fundação Catarinense de Cultura, a nível estadual, para o desenvolvimento de ações formativas pelo estado. Chegou a receber destaque e um troféu pelas ações de capacitação em museologia, pelo o Departamento de Museus Culturais do IPHAN, algo que foi um importante reconhecimento, a nível nacional, da atuação do NEMU em Santa Catarina.

No âmbito da extensão, ressalta-se também o DAC, que demonstrou realizar múltiplas atividades vinculadas às linguagens artísticas, sendo um departamento com espaços culturais importantes para o desenvolvimento de ações na área da cultura. O Teatro Carmen Fossari, a Igrejinha da UFSC e a Casa do Divino são lugares para apresentações de espetáculos artísticos e, também, para oficinas, reuniões e encontros. Entre os vários projetos realizados pelo DAC ao longo dos anos, destaca-se o Coral da UFSC, que em 2023 está completando 60 anos de existência. Além disso, salienta-se o Grupo Pesquisa Teatro Novo, fundado por Carmen Fossari, que demonstrou ser relevante para a área do teatro em Florianópolis. Cabe, também, ressaltar o setor de cinema do DAC e a atuação do servidor e cineasta Zeca Pires, que participou da criação da Cinemateca Catarinense e do FUNCINE.

Por fim, no que tange às ações de extensão, chama atenção o protagonismo da UFSC no cenário nacional, quando a universidade firmou em 2011 a parceria com o

Ministério da Cultura, para coordenar o Projeto de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura. Durante a execução do projeto, a UFSC trabalhou com cerca de 20 estados brasileiros e mais o Distrito Federal, colaborando na construção de seus planos de cultura.

Quanto às ações de ensino na área da cultura, de modo geral, observa-se que a atuação da UFSC no nível de graduação se dá, sobretudo, na formação de licenciados e bacharéis do curso de Letras - Língua Portuguesa e Literatura. Esse é o curso mais antigo da universidade que demonstra ter relação com a área da cultura. Somente a partir do início dos anos 2000, a atuação da universidade - no que tange ações de ensino - teve certa projeção, com a criação dos cursos de Cinema e Artes Cênicas.

Acerca do mapeamento das ações de pesquisa na UFSC, foram identificados cinco programas de pós-graduação que desenvolvem trabalhos relacionados às temáticas da área da cultura. Entre eles, foi possível observar que o Programa de Pós-graduação em Literatura é o que mais se destaca.

Faz-se importante ressaltar que as ações de ensino e pesquisa desenvolvidas na UFSC têm relação com formação e profissionalização de pessoas que possam vir atuar no campo da cultura. Para uma análise mais profunda e detalhada da atuação da UFSC no campo da cultura em Florianópolis, faz-se necessário discorrer sobre aspectos da conformação deste campo. Haja vista que o presente estudo tem como objetivo refletir sobre participação da UFSC na institucionalização do campo organizacional da cultura na capital catarinense, no capítulo seguinte serão apresentadas as reflexões acerca da institucionalização do campo nos últimos vinte anos.

5. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL DA CULTURA EM FLORIANÓPOLIS (2003 - 2023)

De acordo com os preceitos da teoria institucional, um campo organizacional se constitui à medida em que organizações, voltadas para um mesmo objetivo, passam a se agregar, formando uma área reconhecida dentro da sociedade. Estas organizações podem ser fornecedoras, produtoras, agências reguladoras e quaisquer outras que se voltem a um objetivo comum (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Em outras palavras, um campo organizacional se forma ao passo em que as organizações, trabalhando num determinado espaço, tendem a ser influenciadas pelas demais organizações que ali

operam e, ao interagirem, compartilham normas, regras, crenças e valores, criando um sistema de significados legitimados e padrões de ação, os quais vão representar a lógica dominante dentro do campo organizacional (HOLANDA, 2003).

Entre os inúmeros campos organizacionais existentes, há o campo das organizações culturais que, segundo Reis (2003) é composto, principalmente, por produtores culturais, agentes intermediários culturais, instituições culturais, iniciativa privada e pelo próprio Estado. De acordo com a autora, os produtores culturais podem ser entendidos de duas formas. A primeira delas diz respeito a um entendimento alargado, a partir do qual a sociedade em geral pode vir a desenvolver ações e projetos que estão relacionadas a sua identidade cultural - “é o caso da grande maioria das festas folclóricas e religiosas do país, como o carnaval, a Lavagem do Bonfim ou as festas do Divino; de apresentações próprias, como a capoeira e do parque do patrimônio histórico e cultural de uma região” (REIS, 2003, p. 11). Em segundo lugar, produtores culturais podem ser entendidos como aquelas pessoas que fazem da atividade cultural a sua atividade básica, como artistas em geral, produtores de shows e espetáculos, profissionais técnicos - como iluminadores cênicos e engenheiros de som-, entre várias outras possibilidades de atividades existentes no setor da cultura.

Os agentes intermediários culturais, segundo Reis (2003), atuam principalmente na mediação entre os diversos produtores culturais, o Estado e a iniciativa privada. Essa atuação se dá, sobretudo, nas esferas das leis de incentivo à cultura, em que há a necessidade de leitura e compreensão de editais de fomento, elaboração de projetos culturais e captação de recursos junto às empresas.

Seu papel [agente intermediário cultural] é de um grande e polivalente tradutor. Ele entende as mensagens que o Estado gera através de sua política cultural e acompanha o direcionamento dado através de incentivos. Mergulha no contexto de uma empresa, entendendo seu objetivo, seus recursos, públicos, perfil, mensagem a transmitir. Acompanha e participa do setor cultural, procurando a forma de manifestação que melhor atenda a esse objetivo corporativo. E, finalmente, desenvolve um projeto, propõe sua adoção pela empresa, implementa-o e avalia seus resultados (REIS, 2003, p. 12 e 13).

Conforme ressalta a autora, a iniciativa privada vem demonstrando sua participação no campo organizacional da cultura, de forma cada vez mais marcante, através do patrocínio a projetos culturais. Além disso, as instituições culturais também se colocam como importantes organizações dentro do campo: “são museus, centros

culturais, galerias e demais instituições, públicas ou privadas, que têm por finalidade a organização de atividades relacionadas à cultura: exposições, concertos, debates, publicações, pesquisa, espetáculos em geral” (REIS, 2003, p. 12). E, por fim, destaca-se o Estado no campo organizacional da cultura, que atua, substancialmente, na função de desenvolver políticas culturais, com objetivos claros e definidos (REIS, 2003).

Faz-se relevante salientar que os autores da teoria institucional afirmam ser mais fácil identificar quem não faz parte de um campo organizacional do que identificar quem o compõe (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Dessa forma, um campo organizacional só pode ser definido empiricamente, por meio da observação de como se dá a sua formação, sendo que sua composição está em constante construção e é passível de modificações ao longo do tempo.

Os autores institucionalistas argumentam, também, que dentro de um campo organizacional há aquelas organizações que são capazes de influenciar tanto as demais organizações, como o próprio campo em si. São aquelas que atuam para a homogeneização do campo, direcionando as ações das diversas organizações para o mesmo padrão. Segundo DiMaggio e Powell (1983), estas pressões que procuram criar homogeneidade em um campo, tornando as organizações mais similares, são chamadas de “pressões isomórficas”, ou seja, pressões exercidas por meio de determinadas regras institucionalizadas, as quais fazem com que as organizações se moldem de acordo com o padrão prevalecente dentro do campo.

Sendo assim, o processo de estruturação e possível institucionalização de um campo organizacional se caracteriza pelo aumento gradativo de construção de enlances entre as organizações. Para Vieira e Carvalho (2003), podem ser definidas quatro etapas deste processo. São elas:

- 1) campo em pré-formação - composto por organizações isoladas e independentes;
- 2) campo emergente - composto por enlances inter-organizacionais e alguma concentração de organizações;
- 3) campo em expansão - apresenta um maior volume de enlances e valores convergentes; e
- 4) campo institucionalizado: formado por um alto nível de enlances interorganizacionais e valores compartilhados (SIMÕES, 2006, p.24).

Considera-se importante resgatar, aqui, os indicadores de estruturação apresentados no tópico 3.4 do presente trabalho, a fim de reforçar os pressupostos teóricos que sustentam este estudo. Para DiMaggio e Powell (1991), quatro elementos devem ser verificados na análise do processo de estruturação e consequente

institucionalização de um campo organizacional, os quais são complementados por Scott (1995) e, assim, propõem-se sete principais indicadores de institucionalização: (1) aumento no grau de interação entre as organizações no campo; (2) emergência de claras estruturas interorganizacionais de dominação e padrões de coalizão; (3) incremento no fluxo de informação com o qual as organizações dentro do campo devem contar; (4) desenvolvimento da sensação, entre as organizações do campo, de que estão juntas numa mesma empreitada; (5) aumento do grau de concordância com lógica institucional que guia as atividades dentro do campo; (6) aumento da clareza das fronteiras do campo; (7) aumento do isomorfismo no campo organizacional. A observação de tais indicadores no campo em análise tende a apontar para a institucionalização deste campo.

Portanto, a análise do processo de estruturação e possível institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis tem como ponto de partida a investigação destes indicadores da teoria institucional. Entretanto, haja vista que o campo organizacional está em constantes modificações, segundo Holanda (2003, p.69), primeiramente “a historicidade deve ser analisada”, pois não é possível compreender o processo de institucionalização de um campo sem a prévia verificação dos fatos históricos que propiciaram sua constituição. A autora destaca que “tal processo está predominantemente relacionado a aspectos político-institucionais” (HOLANDA, 2003, p.69), os quais configuram os acontecimentos históricos que circunscrevem a institucionalização de um campo organizacional.

Isto posto, para investigar a estruturação e possível institucionalização do campo organizacional da cultura na cidade de Florianópolis, apresentam-se os principais acontecimentos históricos - dos últimos vinte anos - que tiveram influência sobre o campo. Entende-se que o campo da cultura no município sofreu influências do contexto da gestão da cultura a nível nacional, assim como influenciou e foi influenciado pelo campo organizacional da cultura a nível estadual. Por isso, serão destacados a seguir o levantamento de alguns acontecimentos que se mostraram importantes para o campo da cultura, nas esferas nacional, estadual¹⁰³ e municipal.

¹⁰³ Acerca dos dados do campo da cultura a nível estadual, destaca-se a tese de doutorado de Clénia De Mattia (2018), intitulada "Organização em movimento: 20 anos de confronto político do movimento cultural catarinense". Neste trabalho, a autora realizou a reconstituição histórica de acontecimentos importantes para o campo da cultura no estado de Santa Catarina, de 1998 a 2018.

No resgate histórico a nível nacional, ressalta-se no ano de 2003 a criação da Secretaria de Articulação Institucional (SAI), cuja principal responsabilidade era a institucionalização do Sistema Nacional de Cultura (SNC); e, em 2005, destaca-se a realização da I Conferência Nacional de Cultura (CNC), momento em que ganharam força as “ações relacionadas à participação popular no desenvolvimento de políticas públicas da cultura, bem como no controle social de seu funcionamento e aplicação de recursos (NASCIMENTO, 2021, p.119).

De maneira geral, observa-se que as discussões em torno da construção do SNC contribuíram para a disseminação de certas ideias no campo cultural brasileiro; tais como a ampliação do conceito de cultura - que passa a se aproximar do seu sentido antropológico -; e o estímulo à participação social na construção de políticas públicas, para democratização do acesso à cultura. Percebe-se que, com isso, houve mudanças no cenário nacional do campo organizacional da cultura, as quais tiveram seu impacto nos estados e municípios, sobretudo por essas ideias disseminadas pelo SNC e por sua lógica federalista de funcionamento.

Assim, a partir de 2005 se ampliam as mobilizações dos diferentes agentes do campo em torno do Sistema Nacional de Cultura. Neste contexto, o estado de Santa Catarina e sua capital, Florianópolis, tiveram articulações entre os agentes e organizações do campo da cultura, com conseqüente aumento de relações. No que concerne às especificidades do contexto estadual, conforme salienta Mattia (2018), no ano de 2005 - quando ocorreu a I Conferência Nacional de Cultura - em Santa Catarina realizou-se o 3º Fórum de Cultura “Catarinensidades”, promovido pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC). O encontro, que aconteceu simultaneamente em Florianópolis e, por videoconferência, em outras cidades do estado, contou com palestra sobre o Sistema Nacional de Cultura, que vinha sendo debatido em Brasília.

Em Florianópolis, as ações em torno do SNC também vão ganhando corpo a partir de 2005, ano em que ocorreu a I Conferência Municipal de Cultura. Nesse período, o Conselho Municipal de Cultura de Florianópolis, que havia sido criado em 1987, encontrava-se inoperante. A conferência municipal, convocada pela Fundação de Cultura de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC), provoca novas articulações entre os agentes do campo da cultura na capital catarinense. Tal mobilização se fortalece e, em 2009, o município promulga a Lei nº 7974, que altera a antiga lei de criação do Conselho, atualizando-a conforme diretrizes propostas pelo SNC. Com isso, a partir de

2010, o Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis (CMPCF) passa a ser um dos principais agentes do campo organizacional da cultura na cidade, cujas ações desenvolvidas serão melhor apresentadas adiante, neste capítulo.

No ano de 2010, foi instituído o Plano Nacional de Cultura (PNC) e se realizou a II Conferência Nacional de Cultura. A nível nacional, percebe-se, portanto, um grande aumento de ações no sentido de desenvolver o SNC. Segundo Nascimento (2021), nos primeiros dez anos do século XXI, foi possível observar um esforço do Estado, por meio do Ministério da Cultura, para a estruturação de um Sistema Nacional de Cultura que propiciasse estabilidade nas relações entre os entes federados, visando o fortalecimento do campo cultural e das políticas públicas de cultura no Brasil. De acordo com a autora,

Esse esforço implicou a implementação de ações que refletiram, de algum modo, na estruturação do campo e em sua institucionalização. Observou-se, assim, [...] a criação de instâncias de discussão e deliberação, bem como a existência de mobilização e participação de diversos atores sociais no desenvolvimento de políticas públicas e estruturação do campo da cultura, ainda que esta institucionalização que esteve em curso possuísse fragilidades [...] (NASCIMENTO, 2021, p.133).

Em 2010, a nível municipal, foi criado o Fundo Municipal de Cultura de Florianópolis (FMCF). E em 2012, quando o SNC é instituído na Constituição Federal, a capital catarinense realiza sua III Conferência Municipal de Cultura. Com isso, observa-se que, em certa medida, as ações dos agentes no campo a nível municipal estavam acompanhando o movimento provocado pelo SNC a nível nacional.

Nesse sentido, chama atenção a realização, com certa periodicidade, de Conferências Municipais de Cultura. Enquanto, a nível nacional e estadual, foram feitas três edições de conferências da cultura (com convocação para a quarta edição em 2024), Florianópolis realizou, em 2023, sua 10ª conferência municipal. Entre 2012 e 2015, as conferências foram realizadas anualmente; a partir de 2017, passaram a acontecer de forma bienal. Tal fato parece demonstrar a existência de uma maior atividade no campo da capital, o que pode sugerir, também, uma maior estruturação do campo organizacional da cultura a nível municipal. Isso é o que se procura analisar no desenvolvimento do presente capítulo.

Além disso, relacionadas diretamente ao SNC, observou-se algumas importantes mobilizações dos agentes do campo da cultura, tanto estadual, quanto municipal. Em Santa Catarina, especialmente em Florianópolis, faz-se destaque ao movimento “Ocupa CIC”, em 2012, quando o Centro Integrado de Cultura (CIC) foi ocupado por diversos agentes do campo da cultura, durante cinco dias, com reivindicações, principalmente, pela implementação do Sistema Estadual de Cultura (SC) e pela valorização da cultura como tema transversal nas políticas públicas de Santa Catarina - no entendimento de que o setor cultural catarinense, com sua produção artística e cultural fortalecida, além de contribuir para o desenvolvimento intelectual, educacional e social da sociedade, constitui-se como fonte legítima de trabalho e renda contribuindo com o crescimento da economia em Santa Catarina (MATTIA, 2018). Esse movimento foi importante porque ocasionou um aumento das relações entre os agentes e as organizações do campo da cultura catarinense, que impactou as mobilizações em prol da adesão do estado ao SNC.

Outra mobilização que merece destaque nos acontecimentos históricos do campo da cultura no Brasil, foi o Movimento “Ocupa MinC”, o qual também gerou grande articulação entre os agentes e organizações do campo. Após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, o governo de Michel Temer (PMDB) extinguiu o Ministério da Cultura, que passou a ser uma secretaria do Ministério da Educação. Como forma de resistência contra o governo ilegítimo e contra a extinção do MinC, surgiu o movimento “Ocupa Minc e Fora Temer” em todo Brasil¹⁰⁴. Seguindo o movimento nacional, também se realizou em Florianópolis o “Ocupa Minc SC”. Segundo Mattia (2018):

Em SC, o movimento OcupaMinC-SC ocorreu no prédio da antiga Alfândega de Florianópolis. Ali, estiveram presentes artistas, produtores e técnicos culturais e demais interessados no setor cultural. Os servidores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, e do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, e do MinC em Santa Catarina, participaram do movimento desde o início do processo de ocupação. A pressão feita pelas manifestações em várias cidades brasileiras surtiu efeito, e o presidente empossado desistiu da extinção do MinC (MATTIA, 2018, p. 157).

Percebe-se, portanto, que essas mobilizações foram importantes para congregarem diversos agentes do campo na defesa de objetivos em comum. Como veremos adiante,

¹⁰⁴Fonte:

<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/27/ocupa-minc-pe-e-a-resistencia-da-cultura-pernambucana-pela-democracia>

tal envolvimento entre agentes e organizações é um indicador de estruturação, segundo os autores da teoria institucional.

Ainda sobre acontecimentos históricos relevantes para o campo organizacional da cultura no Brasil, destacam-se, mais recentemente, as mobilizações do campo da cultura em torno da Lei Aldir Blanc (LAB), em 2020 e 2021. Conforme ressalta Nascimento (2021), a crise sanitária desencadeada pela pandemia de covid-19 impactou duramente o setor cultural no Brasil e em outras partes do mundo. Contudo, mesmo diante da necessidade de distanciamento social, foi possível observar que

[...] agentes culturais de todas as regiões do país, juntos de organizações de representação do setor cultural e de parlamentares mobilizaram-se, articularam-se, formaram identificações coletivas, e, frente aos tempos sombrios, reavivaram a esperança equilibrada [...] Tornaram, assim, possível o nascimento da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (NASCIMENTO, 2021, p. 136).

Em Santa Catarina e em Florianópolis, houve grande mobilização dos agentes e organizações do campo cultural para que o estado e o município lograssem acessar os recursos advindo da LAB. Tal feito sugere um certo aumento dos indicadores de institucionalização do campo, que serão evocados para a reflexões no decorrer do capítulo.

Dito isso, a fim de sintetizar os principais acontecimentos históricos do campo da cultura no Brasil, nos últimos vinte anos, apresenta-se o quadro a seguir:

Quadro 7: Principais acontecimentos históricos no campo da cultura entre os anos de 2003 e 2023

ANO	NACIONAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
2005	Inserção do Plano Nacional de Cultura na Constituição Federal, por meio da Emenda Constitucional nº 48.	Criação da Frente em Defesa da Cultura Catarinense	Realização da 1ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis
	Realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura		
			Fundação do Fórum Cultural de Florianópolis

			<p>Lei nº 7974- altera dispositivos de 1987 que cria o conselho municipal de cultura de Florianópolis</p> <p>Realização da 2ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis</p>
2010	<p>Lei nº12.343 - Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC</p> <p>Realização da 2ª Conferência Nacional de Cultura</p>		<p>Lei nº 8478- cria o Fundo Municipal de Cultura de Florianópolis (FMCF)</p>
2012	<p>Emenda Constitucional nº 71/2012 - insitui o Sistema Nacional de Cultura (SNC)</p>		<p>Movimento OcupaCIC - Centro Integrado de Cultura foi ocupado por cinco dias</p> <p>Realização da 3ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis</p>
2013	<p>Realização da 3ª Conferência Nacional de Cultura</p>	<p>Realização da 3ª Conferência Estadual de Cultura</p>	<p>Realização da 4ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis</p> <p>Criação da Secretaria de Cultura de Florianópolis (que incorpora a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes)</p>
2014	<p>Lei nº 13.018- Institui a Política Nacional de Cultura Viva</p>		<p>Realização da 5ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis</p>
2015			<p>Lei nº 9.845 - Aprova o Plano Municipal de Cultura de Florianópolis.</p> <p>Realização da 6ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis</p>
2016	<p>Extinção do Ministério da Cultura pelo Presidente Michel Temer (posterior recriação, no mesmo ano)</p> <p>Movimento OcupaMinC</p>	<p>Movimento OcupaMinC-SC</p>	<p>Movimento OcupaMinC-SC</p>
2017			<p>Realização da 7ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis</p>

2019	Extinção do Ministério da Cultura, pelo Presidente Jair Bolsonaro		Realização da 8ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis
2020	Lei nº 14.017- Lei Aldir Blanc	Mobilizações em torno da Lei Aldir Blanc	Mobilizações em torno da Lei Aldir Blanc
2021	Mobilizações em torno da Lei Aldir Blanc	Mobilizações em torno da Lei Aldir Blanc	Criação da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Culturais em Florianópolis
			Realização da 9ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis
			Mobilizações em torno da Lei Aldir Blanc
2022	Lei complementar nº 195 - Lei Paulo Gustavo	Mobilizações em torno da Lei Aldir Blanc e da Lei Paulo Gustavo	Mobilizações em torno da Lei Aldir Blanc e da Lei Paulo Gustavo
	Lei nº 14.399 - Lei Aldir Blanc 2 - Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura		
2023	Recriação do Ministério da Cultura, sob gestão da Ministra Margareth Menezes	Convocatória para 4ª Conferência Estadual de Cultura	Realização da 10ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis
	Convocatória para a 4ª Conferência Nacional de Cultura (a ser realizada em março de 2024)		

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Os principais acontecimentos históricos dos últimos 20 anos, destacados no quadro acima, podem guiar a análise do processo de institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis, pois apontam para momentos em que houve, possivelmente, maior interação entre as organizações que compõem o campo. Considera-se que o resgate histórico apresentado é relevante pois as condições históricas operam nas dinâmicas de um campo organizacional e produzem efeitos que repercutem nas formas e nas atividades do campo (HOLANDA, 2003).

Dessa forma, algumas condições históricas parecem ter incidido significativamente no campo da cultura no Brasil, sobretudo a partir de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assumiu a presidência da República e Gilberto Gil, o Ministério da Cultura, inaugurando no país uma nova visão sobre políticas culturais.

Segundo Reis e Segata (2021), Gil defendeu em seu discurso de posse uma ampliação profunda do conceito de cultura, que passasse a incluir as culturas populares, afro-brasileiras, indígenas, LGBTQIAPN+, entre muitas outras, e não só aquelas expressões culturais restritas às belas-artes de origem europeia. Tal visão de cultura veio a impactar fortemente as formas de organização entre os agentes do campo organizacional da cultura, tanto nacional, quanto localmente, na cidade de Florianópolis.

Ao referenciar Lemertz (2001), Holanda (2003, p. 45) ressalta que, por disponibilizar um “repertório de scripts e tipificações os quais os atores usam para guiar seus comportamentos e escolhas no presente”, a história desempenha um papel importante e significativo no processo de institucionalização. Dessa forma, faz-se relevante identificar determinadas práticas organizacionais ao decorrer do tempo, nas quais os agentes do campo se apoiaram para construir modelos de ações a serem seguidos no campo. As práticas observadas no campo da cultura, a partir de 2003, dizem respeito, sobretudo, à lógica participativa de construção de políticas públicas, instaurada pelo SNC, com realizações de conferências de cultura e com o fortalecimento dos conselhos estaduais e municipais de cultura. Além disso, a ampliação do conceito de cultura proposta pela gestão do MinC contribuiu para a inclusão de novos agentes e organizações no campo organizacional da cultura, como as organizações culturais de base comunitária, atendidas principalmente pelo Programa Cultura Viva.

Buscar-se-á, então, na seção seguinte, refletir sobre a influência das condições históricas e dessas práticas organizacionais na institucionalização do campo da cultura em Florianópolis.

Cabe ressaltar que, segundo os autores da teoria institucional, todo campo organizacional permanece em processo contínuo de construção ao longo do tempo e, portanto, a institucionalização não é um atributo estático. Isso significa que não é possível afirmar se um campo está ou não está institucionalizado de forma definitiva. Como um processo, a institucionalização varia em termos de nível ou grau. O grau de estruturação e possível institucionalização diz respeito, assim, ao grau de interação e à natureza da estrutura interorganizacional que surge no campo organizacional (SCOTT, 1994). Com isso em mente, buscou-se no presente estudo analisar os indicadores de estruturação propostos pela teoria institucional, no campo da organizacional da cultura em Florianópolis e sua possível institucionalização.

5.1 ANÁLISE DOS INDICADORES DE ESTRUTURAÇÃO NO CAMPO ORGANIZACIONAL DA CULTURA EM FLORIANÓPOLIS

Conforme apresentado anteriormente, os autores da teoria institucional prevêem alguns indicadores de estruturação, os quais serão tomados para análise do campo organizacional da cultura em Florianópolis. Tais indicadores, se observados no campo, podem sugerir a institucionalização deste campo. Nesse sentido, resgata-se a apresentação realizada no quadro 5 , em que foram elencados sete indicadores de estruturação e a operacionalização de cada um deles no desenvolvimento da presente pesquisa.

São eles: (1) aumento no grau de interação entre as organizações no campo; (2) emergência de claras estruturas interorganizacionais de dominação e padrões de coalizão; (3) incremento no fluxo de informação com o qual as organizações dentro do campo devem contar; (4) desenvolvimento da sensação, entre as organizações do campo, de que estão juntas numa mesma empreitada; (5) aumento do grau de concordância com lógica institucional que guia as atividades dentro do campo; (6) aumento da clareza das fronteiras do campo; e (7) aumento do isomorfismo no campo organizacional.

A partir da operacionalização deles, propõem-se realizar a análise da estruturação e possível institucionalização do campo da cultura na capital catarinense.

5.1.1 Aumento no grau de interação entre as organizações no campo

Para análise do grau de interação entre as organizações no campo da cultura em Florianópolis, foi feito o levantamento de momentos em que houve aumento do número de reuniões, encontros e eventos relacionados à organização do campo, ao longo do período em análise. Também, buscou-se identificar a criação de grupos de e-mail, whatsapp e quaisquer outras formas de interação que indicasse um aumento das relações entre os agentes no campo organizacional da cultura na cidade.

Observou-se que, a partir de 2005, a realização das Conferências Municipais de Cultura foram momentos importantes no campo, que provocaram aumento da interação entre os diversos atores do setor. A responsabilidade de organização das conferências é da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC), com

acompanhamento do Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis (CMPCF). Convoca-se uma comissão de organização para cada conferência municipal, composta por servidores da FCFFC e conselheiros/as, representantes da sociedade civil e de entidades do poder público.

As conferências são previstas pelo Sistema Nacional de Cultura, visando a mobilização das comunidades para o debate e a proposição de políticas de Cultura junto com representantes do poder público. São, portanto, momentos em que há um chamamento da sociedade para as discussões que permeiam o campo da cultura. Conforme apresentado anteriormente, a I Conferência Nacional de Cultura aconteceu em 2005 e se mostrou um momento importante na construção de novas práticas organizacionais no campo cultural brasileiro, ao estimular a participação da sociedade civil nos debates acerca das políticas públicas de cultura no país.

De modo geral, percebe-se que a realização das conferências acaba por gerar um aumento das relações entre os agentes do campo a fim de que organizem suas instâncias de participação e discussão. Segundo a entrevistada Sara:

Fui pra Conferência Nacional [2005], representando a cultura. E aí, na época, até, foi bem interessante. A minha área não é circo, é teatro, mas aí eu tinha a formação, né, de artes cênicas. E a gente não tinha representação, ninguém que fosse representar o circo, na Primeira Conferência Nacional. Aí eu fui representando a Prefeitura e a área do circo. E foi muito legal, porque, na verdade, eu comecei a compreender melhor esse universo [da cultura]. E, a partir daí, nós trouxemos várias ações, junto com um coletivo de artistas que representavam essa área específica da linguagem, né, das artes cênicas. Então, a gente conseguiu também esse movimento.

Neste relato da entrevistada, é possível identificar que a I Conferência Nacional de Cultura foi um importante momento de aprendizado para os agentes do campo da cultura. No caso dela, ao retornar a Florianópolis, trouxe consigo um maior conhecimento “do universo da cultura”, o que favoreceu o desenvolvimento de ações no campo cultural da cidade.

Ao longo dos anos, realizaram-se três conferências nacionais - havendo convocação do MinC para a 4ª CNC, em 2024 - ao passo que em Florianópolis, desde 2005, foram realizadas dez conferências municipais de cultura, nos anos de 2005; 2009; 2012; 2013; 2014; 2015; 2017; 2019; 2021 e 2023. De todas elas, a 3ª Conferência

Municipal de Cultura, realizada em 2012, no Centro de Cultura e Eventos da UFSC, foi relatada como a “melhor de todas”, segundo o entrevistado Joel. Nas palavras dele:

Essa foi a melhor de todas. Foi sim. Porque veio o coordenador do Projeto dos Planos Municipais de Cultura. Ele veio e falou. Nós trouxemos pessoal do MINC. [Foi] legal. Sabe? Então, tava assim, efervescendo mesmo. Foi muito concorrida a conferência. Trouxemos palestrantes de peso, né?

Conforme apresentado anteriormente, em 2010 deu-se a recriação do Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis (CMPCF) e, no mesmo ano, ocorreu o lançamento do Fundo Municipal de Cultura (FMCF). O CMPCF passou a demonstrar, a partir de então, intensa atuação no campo da cultura na cidade. Dessa forma, a “efervescência” relatada por Joel, relaciona-se, principalmente, com as discussões que vinham sendo realizadas no município em torno do Sistema Nacional de Cultura. No depoimento do entrevistado, observa-se o relato de que a conferência municipal realizada em 2012 contou com “palestrantes de peso”, como o coordenador do projeto de apoio à elaboração dos planos municipais de cultura (o qual foi coordenado pela Universidade Federal da Bahia) e representantes do MinC.

De acordo com a entrevistada Célia, na 3ª Conferência Municipal de Cultura “o auditório da UFSC estava lotado, porque foi bem quando começou a se lançar o fundo. Foi o primeiro lançamento do fundo. Que foi o Dário [Berger]¹⁰⁵ que deu 1 milhão e 200 reais na época.” Ou seja, é possível perceber que tanto a recriação do CMPCF, quanto o lançamento do FMCF, demonstram terem sido acontecimentos importantes para a adesão do município ao Sistema Nacional de Cultura e para o aumento de interações no campo organizacional da cultura na cidade.

¹⁰⁵ Prefeito de Florianópolis, por duas gestões, entre 2005 e 2013.

Figura 16: Foto da 3ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis



Fonte: Site Flickr (acesso livre)

Nos anos subsequentes, entre 2013 e 2015, as conferências municipais foram realizadas anualmente - algo que sugere a referida “efervescência” no campo organizacional, citada por Joel, na medida em que a organização e a realização das conferências são momentos em que os agentes e organizações do campo aumentam seu grau de interação.

De acordo com informações coletadas no relatório anual de 2012 do CMPCF, a Comissão de Organização da 3ª Conferência Municipal de Cultura realizou 11 reuniões para a organização geral, definindo o tema geral e os objetivos, o regimento interno, a identidade visual, a comunicação do evento, a seleção de convidados e o formato de programação. A conferência, que se realizou nos dias 19 e 20/03/2012, no Centro de Eventos da UFSC, contou com a participação de 214 pessoas da sociedade civil, 32 funcionários, 7 técnicos, 68 convidados e mais 26 conselheiros do CMPCF. Observa-se, então, que a conferência municipal de 2012 foi um evento em que houve aumento de interação entre as organizações e agentes do campo, pois mobilizou mais de 300 pessoas para discussões acerca da política cultural de Florianópolis.

A pesquisadora buscou pelos relatórios das conferências dos anos seguintes a 2012, para levantar o quantitativo de reuniões realizadas pela comissão organizadora de cada evento, assim como o número de participantes em cada conferência. Apenas os relatórios das conferências dos anos de 2014, 2017 e 2019 estão disponíveis para acesso

online no site da prefeitura de Florianópolis. No relatório da conferência de 2014, consta a informação de que 132 pessoas participaram do evento; e nos relatórios de 2017 e 2019, a informação consta exatamente igual, quanto ao público: “162 inscritos online, porém 65 pessoas não compareceram; 28 inscritos no local; 133 pessoas participantes no total.”

São nas conferências que se realizam as eleições para conselheiros/as que irão ocupar as cadeiras do CMPCF a partir do ano subsequente, quando se inicia uma nova gestão. É possível perceber, portanto, que as conferências municipais de cultura são momentos em que os agentes e organizações da cultura aumentam seu grau de interação no campo, se reunindo para discutir assuntos pertinentes às políticas culturais do município.

Além disso, buscou-se na pesquisa levantar outras situações de aumento de interação entre as organizações do campo. Foi possível identificar que o Movimento OcupaCIC, em 2012, demonstrou ser um momento em que houve significativo aumento das relações entre os agentes do campo organizacional da cultura em Florianópolis. O movimento se deu em esfera estadual e as principais reivindicações foram direcionadas à Fundação Catarinense de Cultura (FCC).

De acordo com o que apresenta Mattia (2018), ressalta-se que as ações referentes às políticas culturais no âmbito do estado de Santa Catarina foram protagonizadas por agentes e organizações situados predominantemente em Florianópolis. Isso ocorre, principalmente, por Florianópolis ser a capital do estado e por ser a sede dos principais órgãos gestores de cultura de Santa Catarina. Além disso, percebeu-se no levantamento dos dados que muitos agentes e organizações envolvidos nas atividades do campo a nível estadual, são também atuantes no município. Dessa forma, parece possível afirmar que os acontecimentos no campo organizacional da cultura a nível estadual têm impacto nos acontecimentos no campo a nível municipal. Devido a isso, apesar do OcupaCIC ser um movimento do âmbito do estado, seus efeitos foram sentidos no campo em Florianópolis, gerando aumento de interações entre os agentes e organizações nesse período.

Segundo Mattia (2018), o Centro Integrado de Cultura (CIC), localizado na capital catarinense, foi construído em 1982 e é considerado o principal centro cultural de Santa Catarina. O prédio além de abrigar um teatro, sala de cinema e espaços expositivos é, também, sede da FCC e do Conselho Estadual de Cultura (CEC).

Conforme relata Mattia (2018), durante cinco dias de ocupação, houve diversas manifestações artísticas, oficinas, apresentações de dança e música e “muitos debates e conversas a respeito dos rumos e da organização do movimento” com a presença de diversas pessoas ligadas à área da cultura (MATTIA, 2018, p. 197). As principais reivindicações do movimento eram:

[...] retomada dos trabalhos da Comissão de Elaboração do Sistema Estadual de Cultura (SEC-SC); revisão da agenda de implementação do SEC-SC, com ampla divulgação e garantia de participação da sociedade civil; respeito às deliberações do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC-SC) e inclusão de sua reestruturação junto ao Sistema Estadual de Cultura; [...] e valorização da cultura como tema transversal nas políticas públicas de Santa Catarina, pelo entendimento de que o setor cultural catarinense, com sua produção artística e cultural fortalecida, além de contribuir para o desenvolvimento intelectual, educacional e social de nossa sociedade, constitui-se como fonte legítima de trabalho e renda contribuindo com o crescimento de nossa economia (MATTIA, 2018, p.133 e 134).

É possível notar que as reivindicações do movimento OcupaCIC se relacionavam com pautas provocadas pelo SNC, principalmente no que se refere à construção de um Sistema Estadual de Cultura e ao fortalecimento do Conselho Estadual de Cultura. Tal dado sugere que o período de discussões acerca do SNC se caracterizou como um importante momento de aumento de interações entre os agentes do campo da cultura, o que pode indicar um possível aumento de institucionalização.

Mais recentemente, em 2020, verificou-se que as articulações em torno da construção da Lei Aldir Blanc (LAB) mobilizaram o campo da cultura, ocasionando também um significativo aumento das interações entre os agentes e organizações do campo organizacional da cultura em Florianópolis. Como mencionado anteriormente, a crise sanitária desencadeada pela pandemia de covid-19 impactou duramente o setor cultural no Brasil (NASCIMENTO, 2021). Diante da situação de emergência, os agentes do campo a nível nacional lograram se organizar de tal forma que, em 26 de junho de 2020, foi publicada a Lei nº 14.017 (Lei Aldir Blanc), dispendo sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. A LAB previu o repasse do valor de três bilhões de reais aos Estados e aos Municípios, para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural.

No período de elaboração da LAB, observou-se um grande número de reuniões para debates e discussões em torno da lei, organizadas, principalmente, pela rede de

agentes da cultura chamada Articulação Nacional de Emergência Cultural. Em Florianópolis, verificou-se que aconteceram muitas reuniões promovidas pelo Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis (CMPCF), com pautas relacionadas à LAB. Segundo dados do relatório anual de 2020 do CMPCF, somaram-se às reuniões regulares do conselho - com frequência mensal - um número considerável de assembleias extraordinárias, totalizando 22 encontros entre os meses de fevereiro e novembro de 2020. Tal dado sugere um significativo aumento das interações entre os agentes do campo no período.

Além das reuniões, chama atenção a organização do Fórum de Cultura da Grande Florianópolis, para debates em torno da LAB, organizado pelo CMPCF. Tendo em vista as restrições para encontros presenciais no período da pandemia de covid-19, todos os encontros se realizaram de maneira remota e as gravações estão disponíveis na internet. O Fórum foi realizado nos dias 17, 18 e 19 de agosto de 2020, sendo o principal tema de discussão a implementação da LAB na capital e municípios da região. Durante os três dias do fórum, realizaram-se sete encontros com diferentes organizações do campo da cultura. Não foram encontradas informações exatas acerca do número de participantes no fórum realizado em 2020 pelo CMPCF. De acordo com documentos acessados no google drive do CMPCF, é possível estimar uma média de 30 pessoas em cada um dos sete encontros realizados, o que configura a participação de cerca de 200 pessoas ao longo dos três dias do Fórum.

Figura 17: Arte de divulgação do Fórum de Cultura da Grande Florianópolis sobre Lei Aldir Blanc (2020)



Fonte: Página do Instagram do CMCPF (2023)¹⁰⁶

Figura 18: Foto da abertura do Fórum de Cultura da Grande Florianópolis sobre Lei Aldir Blanc (2020)



Fonte: Canal do Youtube do CMCPF¹⁰⁷

Das ações relacionadas ao contexto de pandemia, destaca-se também a criação da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Culturais de Florianópolis, em 2021, vinculada ao poder legislativo do município. Segundo a notícia publicada no site da Câmara de Vereadores, em março de 2021¹⁰⁸, devido ao impacto significativo causado pela pandemia no setor cultural, que resultou na suspensão de apresentações artísticas para conter o Coronavírus, foi criada a Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Culturais, sob presidência da vereadora Carla Ayres (PT). Esta iniciativa visava estabelecer um espaço de diálogo para conceber estratégias que auxiliassem na recuperação econômica e no estímulo ao setor cultural em Florianópolis diante desse contexto desafiador.

¹⁰⁶ Acesso em: <https://www.instagram.com/cmcpfioripa/>

¹⁰⁷ Acesso em: <https://www.youtube.com/@conselhodepoliticacultural4634>

¹⁰⁸ Acesso em: <https://www.cmf.sc.gov.br/imprensa/noticias/Noticias/31/2022/107>

A Frente criou uma lista de transmissão via whatsapp e estabeleceu uma agenda de reuniões. A proposta inicial era a realização de uma reunião por mês, para debates em torno do campo da cultura para viabilização de ações junto aos demais vereadores da câmara. Em agosto de 2021, por demanda do CMPCF, a Frente Parlamentar enviou o Projeto de Lei 18263/2021, de autoria da vereadora Carla Ayres (PT) e do vereador Marquito (PSOL), que foi sancionado e virou a Lei 10795/2021. Essa lei veda a exigência de certidão negativa de débitos com entes federativos e a retenção de descontos no pagamento de recursos emergenciais ao setor cultural, como a Lei Aldir Blanc. Além disso, a Frente Parlamentar apresentou, também em 2021, emendas ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), visando maior repasse de recursos para a cultura. Contudo, nenhuma das propostas apresentadas foram aprovadas pela câmara¹⁰⁹.

Além das ações envolvendo discussões em torno de políticas públicas, como o caso das conferências e do fórum da LAB, observou-se que para as organizações do campo da cultura é importante criar interações para a divulgação das atividades produzidas pelos agentes - como espetáculos, shows, festivais, etc. Nesse sentido, o entrevistado Paulo relata que antes do advento da internet, a comunicação entre as pessoas para divulgação de atividades era muito mais “complicada”, porque a produção de cartazes - por exemplo - tinham custos elevados. Dessa forma, segundo o entrevistado:

A divulgação ainda era muito artesanal. Os grupos faziam cartazes, colavam nos muros, nos postes, tentavam continuar conseguindo divulgação espontânea nos cadernos de cultura dos jornais, televisão muito difícil, porque a televisão só paga, a rádio também. [...] Com o advento da internet e das redes sociais, essa questão da divulgação se resolveu. Basicamente, hoje os espetáculos são divulgados pelas redes sociais, pelas redes eletrônicas, e raramente o grupo gasta, e o grupo passou a conseguir investir aquele dinheiro que teria de ser destinado ao pagamento de mídia, a investir no próprio espetáculo e divulgar gratuitamente através das redes sociais.

Percebe-se, então, que a interação entre agentes e organizações do campo da cultura foram facilitadas, em certa medida, com recursos das mídias digitais. Sendo assim, acerca do período mais recente, procurou-se saber da existência de grupos de

¹⁰⁹ Informações coletadas no site: <https://carlaayres.com.br/nosso-trabalho/>

whatsapp, para apreender de que forma as relações são mantidas entre os agentes no campo. Segundo a entrevistada Rita, sobre os grupos de comunicação via whatsapp:

Tem o do conselho, tem os das comissões [do CMCPF] aí tem grupos paralelos de ações de pessoas da cultura. Uns [grupos] que acontecem numa emergência, depois se desfaz dependendo da situação. Então essa organização por whatsapp é onde eu vejo o setor mais organizado. Porque a ilha [Florianópolis] tem as características ela é geograficamente muito dispersa os bairros são muito dispersos tem sempre uns bairros dispersos tudo meio longe e eu acho que se organiza muito no whatsapp. Mas são esses grupos que têm... os oficiais, os paralelos e esses que têm um período determinado de tempo; eles funcionam para alguma ação específica, então agora a ação é tal coisa, então a gente se organiza no grupo de whatsapp e aí vai fazendo às vezes reunião, depois faz reuniões, enfim.

Neste relato é possível identificar que os agentes do campo aumentam suas interações por meio digital, visando a organização de determinadas ações, e que, de maneira geral, se beneficiaram da possibilidade de comunicação via whatsapp e pelas redes sociais.

Dito isso, no levantamento geral de dados acerca da interação entre as organizações e agentes do campo organizacional da cultura em Florianópolis, observa-se que há aumento das relações em períodos sazonais ao longo do tempo, com destaque para as conferências de cultura, que se realizam desde 2005. A organização e realização das conferências demonstra exigir um aumento da interação entre os agentes, principalmente por ser organizada de forma conjunta, por meio da comissão organizadora composta por membros da FCFFC e do CMPCF.

Ademais, percebe-se que os momentos de aumento de interação foram favorecidos em períodos em que houve maior mobilização do campo a nível nacional, como no caso das discussões em torno do SNC e da construção da LAB. Sendo assim, observa-se que o aumento de interação no campo organizacional da cultura em Florianópolis não demonstra ser perene e contínuo, pois há momentos de maior e menor interação nos últimos vinte anos.

Com as informações coletadas, portanto, parece possível afirmar que o aumento das interações no campo se dá com picos de maior intensidade ao longo do tempo. Tomando para análise desse fenômeno a teoria institucional, os autores argumentam que quando há aumento de interações, os agentes do campo vão estreitando relacionamentos, devido a relações de cooperação; o que acaba por possibilitar o

crescimento do isomorfismo e a consequente institucionalização do campo organizacional (DIMAGGIO e POWELL, 1991).

5.1.2 Emergência de claras estruturas interorganizacionais de dominação e padrões de coalizão

As estruturas de dominação, que emergem no campo organizacional, podem ser entendidas como as ações desempenhadas por aquelas organizações que mais influenciam as dinâmicas do campo. São, então, caracterizadas pela atuação de determinadas organizações, capazes de gerar padrões de coalizão e pressionar o campo na direção de práticas organizacionais mais semelhantes entre si.

Para analisar os processos de institucionalização de um campo organizacional, é importante que todos os atores de influência dentro dele sejam examinados (DIMAGGIO E POWELL, 1991). Entre os principais atores institucionais, DiMaggio e Powell (1983) destacam o Estado e as profissões como os maiores influenciadores em um campo organizacional.

O Estado condiciona e modela amplas transformações políticas e econômicas e é visto como um agente coletivo que opera basicamente pelo processo normativo, regulando as atividades, estabelecendo leis, alocando recursos-chave, impondo taxas e impostos, garantindo patentes, exercendo, enfim, o controle regulatório (VIEIRA, et al., 2004). E os grupos profissionais detêm o conhecimento formal e exercem seus controles por processos normativos e cognitivos que são monitorados pelos sistemas de crenças, com os quais definem a realidade, criando tipificações e elaborando princípios de conduta e ação (SCOTT, 1995).

Assim sendo, buscou-se identificar na pesquisa o surgimento de estruturas vinculadas ao Estado - como a Secretaria Municipal de Cultura, a Fundação de Cultura e o próprio Conselho Municipal - assim como associações da sociedade civil organizadas por categorias profissionais, tais como as setoriais das diversas linguagens artísticas, federações, entre outras possíveis agremiações das profissões vinculadas ao setor da cultura.

Das estruturas vinculadas ao poder executivo municipal, a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes pode ser considerada o principal agente no campo. Criada em 1987, foi instituída “com o propósito de fomentar uma ação cultural forte,

autônoma e articulada com os setores turísticos, proporcionando maior autonomia às políticas públicas para a área da cultura em Florianópolis” (SITE da FCFFC, 2023). Segundo as informações que constam no site da fundação¹¹⁰, “a FCFFC tem entre seus objetivos zelar pela conservação do patrimônio histórico e cultural da cidade, manter e criar espaços e eventos culturais, promover e divulgar o folclore, assim como estudos sobre as tradições locais”.

Cumprindo seu papel de manter espaços culturais, a Fundação é responsável por: Centro de Documentação e Pesquisa Casa da Memória; Galeria de Artes Pedro Paulo Vecchietti; Galeria do Mercado Público Municipal José Cipriano; Teatro da UBRO; Casarão Bento Silvério; o Armazém da Renda; Arquivo Histórico Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Todos os espaços geridos pela Fundação são públicos e com acesso gratuito. Além dos espaços, também passam pela FCFFC os projetos via Lei de Incentivo à Cultura (LIC); Fundo Municipal de Cultura (FMC); Fundo Municipal de Cinema (Funcine) e a Lei Aldir Blanc. Todos os projetos financiados visam a promoção da cultura na cidade. Atualmente, a sede da FCFFC fica na Passarela Nego Quirido, mas desde o início de suas atividades já ocupou diferentes prédios. A sua primeira localização foi no antigo Portal Turístico de Florianópolis, na cabeceira continental da Ponte Colombo Salles. Sua sede também já foi a torre sul do Mercado Público Municipal; a antiga Fábrica de Bordados Hoepcke; o Forte de Santa Bárbara entre outros edifícios centrais.

Estão, portanto, a cargo da FCFFC a gestão dos principais equipamentos culturais da cidade, assim como os principais instrumentos legais que dizem respeito ao financiamento da cultura - tais como a Lei de Incentivo à Cultura (LIC), o Fundo Municipal de Cultura (FMC), o Fundo Municipal de Cinema (FUNCINE) e a Lei Aldir Blanc (LAB). No presente momento, em Florianópolis, estão também sendo realizadas as discussões em torno da Lei Paulo Gustavo (LPG), que é responsabilidade da FCFFC elaborar os devidos editais, analisar os projetos e alocar os recursos.

No que concerne à percepção dos agentes do campo quanto à atuação da FCFFC, observou-se uma série de críticas quanto à estrutura da Fundação, principalmente quanto ao baixo número de servidores; a ausência de concursos públicos para contratação de profissionais especializados e falta de recursos definidos para a FCFFC no orçamento da prefeitura. Segundo a entrevistada Rita, “falta gente da cultura na Fundação” e a abertura de concurso para pessoas especialistas é uma demanda antiga do CMPCF. Além disso, Rita ressalta que o fato do cargo de presidente da FCFFC ser por indicação política da prefeitura acaba por prejudicar a continuidade

¹¹⁰ Acesso em: <https://www.fundacaofranklincascaes.com.br/quem-somos>

das políticas culturais do município, que ficam à mercê da “boa intenção” da pessoa que ocupa o cargo.

O cargo de presidente é um cargo político e isso é um problema seríssimo, né? Porque acaba que não se cria uma política municipal uma política pública. Acaba sendo uma política de governo, não uma política pública. Então isso fica variando muito... hoje a gente até tem uma pessoa que razoavelmente entende da cultura, mas ela não “apita” nada. Eu vejo o esforço, mas se toda a estrutura da prefeitura não estiver disposta aquilo ali, assim, é uma piada, sabe? [...] Então é isso, é uma estrutura que nega a cultura, né? Que nega a cultura, a prefeitura é um poder executivo que nega a cultura.

Atualmente, quase todos os servidores lotados na FCFFC foram aprovados em concurso público da prefeitura, por meio da Secretaria de Educação. Segundo a entrevistada Célia, “ a Roseli [atual presidente da FCFFC - Roseli Pereira] era funcionária da educação. A maioria dos funcionários lá [na Fundação] são da educação. Ou se readaptavam, ou eram designados. Então, muitos são da educação. Ela [Roseli] era diretora [de escola]. Depois ela entrou como designada”. Portanto, verifica-se na FCFFC que há falta de profissionais com formação voltada para a gestão cultural, ou com pouca proximidade às especificidades das diversas linguagens artísticas e expressões culturais.

Além dessas considerações acerca do quadro de servidores da Fundação, os agentes do campo entrevistados na pesquisa relataram que a reforma administrativa na prefeitura, quando assumiu Cesar Souza Júnior como prefeito de Florianópolis, em 2013, teve profundo impacto sobre a autonomia que a FCFFC tinha até então. Nesta reforma, o prefeito criou a Secretaria de Cultura do município e a Fundação, então, passou a estar subordinada a esta nova secretaria. Contudo, pelo que se pôde notar nos relatos da maioria dos entrevistados, tal feito alterou a personalidade jurídica da FCFFC. Até 2013, a estrutura se definia como uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, o que dava a possibilidade da própria FCFFC submeter projetos em leis de incentivo estaduais e municipais, o que garantia uma certa autonomia orçamentária à fundação - com possibilidade de captação de recursos por meio de editais da cultura. Ao ser incorporada ao organograma da Secretaria de Cultura, a FCFFC perde essa personalidade jurídica, transformando-se em

entidade de direito público, impossibilitando-a de captar recursos via leis de incentivo fiscal.

Segundo a entrevistada Sara, com a reestruturação da cultura a nível nacional, principalmente com as discussões sobre o SNC, havia o indicativo de que os municípios tivessem um órgão gestor específico para a cultura. De acordo com ela, havia o entendimento de que a FCFFC já cumpria esse papel. No entanto, por questões políticas da época, foi criada a primeira Secretaria de Cultura de Florianópolis, que segundo Sara “foi feita sem estrutura”. Nas palavras da entrevistada,

A secretaria de cultura poderia acontecer, sim, deveria, mas ela teria que ter uma estrutura pra isso e incorporar a fundação para projetos, na estrutura... não pegar a estrutura da fundação e diluir. Foi o que aconteceu, [a fundação] foi diluída dentro dessa secretaria. Então, aquilo que já não era ideal (porque a gente queria mais, a gente queria concurso, a gente queria contratação específica, a gente queria pra todas as áreas, a gente queria mais ação, precisava de mais profissionais), aquilo que a gente queria mais, ficou menos. Nossa. Fragilizou completo. Porque daí juntou depois, afinal, a cultura, com o esporte, não sei o quê, tudo misturado.

Com as trocas de gestão na prefeitura, a Secretaria de Cultura passou a ser novamente Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo e a FCFFC, desde 2014, segue subordinada a essa estrutura. Observou-se que essa vinculação da cultura ao esporte e ao turismo dificultou, em certa medida, o fortalecimento da Fundação no organograma da prefeitura, sobretudo por ter que “disputar” por recursos dentro de uma secretaria que não está voltada às especificidades do campo cultural. De acordo com Rita,

Numa dessas reformas ela [a cultura] foi para a guarda-chuva do esporte e do turismo, ou seja, ela perdeu total a independência e isso é muito prejudicial. É prejudicial porque justamente ela está embaixo desse guarda-chuva do turismo e do esporte, que são três coisas independentes [...] Aí se ela fica nesse guarda-chuva ela perde a própria independência mesmo, como potência. Com uma fundação que não tem agência... a Fundação Franklin Cascaes não tem agência nenhuma! Quase não tem verba, não fica evidenciado onde está a verba da Fundação nas leis orçamentárias. Você não sabe o que a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte tem de verba... é misterioso [isso das] verbas. E sem verba não tem política pública.

Nos relatos é possível observar que a falta de servidores, de recursos e o fato de estar sob o “guarda-chuva” do turismo e do esporte, são as principais críticas dos agentes do campo à FCFFC, que consideram - de maneira geral - que a atuação da fundação é “desorganizada e não consegue gerenciar o setor”, segundo Rita.

É possível observar, também, nos relatos de entrevistados que o campo organizacional da cultura não é isento de influências políticas. Com isso, percebe-se que a gestão da FCFFC é afetada pelas disputas políticas na esfera da prefeitura o que acaba por gerar instabilidades na estrutura e descontinuidades das ações. Deste modo, as dinâmicas no campo são grandemente influenciadas por essa instabilidade da Fundação.

Ademais, foram identificados depoimentos em entrevistas acerca do funcionamento “engessado” da FCFFC, que dificulta a relação deste órgão com as demais organizações e agentes do campo. Observa-se, de maneira geral, que são recorrentes falas se referindo ao “excesso de burocracia” da FCFFC. Foi possível perceber que os agentes do campo encontram dificuldade para estabelecer diálogo com o órgão gestor da cultura, pois a comunicação é feita por meio de mecanismos formais da prefeitura, como o envio de ofícios. Sendo assim, nota-se que a FCFFC, como uma entidade vinculada à estrutura do poder executivo municipal, demonstra uma lógica de funcionamento pautada pela burocracia e pelo formalismo. Isso parece impactar as dinâmicas que a Fundação estabelece no campo, haja vista que vai na contramão de uma lógica de funcionamento flexível e participativa, a qual passa a ser valorizada no campo da cultura a nível nacional, com as discussões sobre democratização das decisões sobre políticas culturais, difundidas pelo SNC.

Além da FCFFC, foi possível observar que, desde 2010, as relações entre os agentes do campo organizacional da cultura na capital catarinense passaram a ser impactadas em grande medida pela atuação do Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis (CMPCF). Desde sua reestruturação, o conselho vem desempenhando um importante papel no campo, como órgão deliberativo e consultivo, que atua na assessoria do poder executivo. Segundo o entrevistado Joel, a FCFFC é o principal órgão gestor da cultura no município e cabe ao CMPCF orientar e fiscalizar as ações da fundação; entretanto, observa-se que o conselho acaba por incorporar funções que deveriam ser da FCFFC. Sobre isso, Joel relata:

O grande responsável pela gestão é o órgão gestor da cultura. Hoje, quem está à frente é a Fundação Franklin Cascaes. Eles são responsáveis em operacionalizar as estruturas e pôr pra funcionar a máquina. Cabe ao Conselho orientar e fiscalizar. O Conselho Municipal desde sempre tem assumido uma função e uma responsabilidade, que não é sua, de estruturar o setor. Isso não é nosso. Isso é a instituição de gestão responsável por isso. O Conselho apoia, o Conselho vai lá e se faz representar. Mas não é ele que organiza, porque essas estruturas, até mesmo o Conselho, não são independentes. Ele faz parte de uma estrutura de gestão. Onde é que está o

Conselho nesse organograma? Ninguém sabe. Da mesma forma, os fóruns setoriais são livres? Sim, são livres. São legítimos? São, são legítimos. Mas para haver legalidade nas ações, eles têm que estar lá dentro da estrutura, entende? E não estão. Então eu diria que o grande responsável pelo desenvolvimento, ou pelo lento desenvolvimento [do setor] é o órgão gestor. Sempre vai ser.

No relato de Joel fica evidenciada a percepção de que a responsabilidade do desenvolvimento do setor - “ou do lento desenvolvimento”- é do principal órgão gestor da cultura no município. Tal depoimento, de certa maneira, reforça o que se argumentou anteriormente, de que as fragilidades da FCFFC incidem sobre a organização do campo da cultura na cidade, pois ela é a principal estrutura de dominação no campo. Nota-se, também, na fala de Joel que, o CMPCF acabou assumindo funções de “estruturar o setor”, algo que compete à FCFFC. Sendo assim, o CMPCF demonstra emergir também como um agente dominante no campo.

A partir de 2009, observou-se um fortalecimento das relações entre as organizações do campo, quando se ampliam os debates para a alteração da Lei nº 2639 de 1987, que criava o então Conselho Municipal de Cultura de Florianópolis. Segundo o entrevistado Joel:

A gente participou da articulação, porque já tinha saído uma da lei do Conselho, que já existia, mas estava um bom tempo parada. Era uma lei da década de 80, que não andava bem. Aí foi dada uma repaginada, [quando] já começavam as discussões do Sistema Nacional de Cultura... eu tinha ido à primeira Conferência Nacional de Cultura [2005], e isso a gente absorveu, esses princípios, estratégias, nós absorvemos [em Florianópolis].

Em 29 de setembro de 2009, é publicada a Lei nº 7974, que altera os dispositivos da antiga lei de criação do conselho, criando assim o Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis (CMPCF). Neste mesmo ano, realiza-se a segunda Conferência Municipal de Cultura e são eleitos os conselheiros/as da primeira gestão do CMPCF. Segundo Joel, “na época dessa estruturação do Conselho, foi criada a Lei do Fundo Municipal de Cultura”, o que deu a possibilidade de conselheiros/as participarem de comissões, “pois foi o período em que se lançaram os primeiros editais de cultura do município”.

A lei que cria o Fundo Municipal de Cultura foi publicada em 20 de dezembro de 2010. Nos anos seguintes, ampliou-se os debates para a elaboração do Plano Municipal de Cultura (PMC). As conferências municipais, como anteriormente

mencionado, se realizaram anualmente no período de 2012 a 2015, momento em que houve um esforço de escuta das diferentes organizações e agentes que compõem o campo, a fim de criar o PMC da capital catarinense. Segundo a entrevistada Sara:

[...] foi um momento muito, muito pulsante na cidade, porque teve todo esse movimento nacional, né? Pra que a gente tivesse a organização do nosso plano Municipal de Cultura. Então, eu participei desde o início. Eu fui pra todos os encontros da Bahia, porque quem nos ajudava nessa organização, na escrita [do plano], era a UFBA. A gente teve essa retomada do Conselho, bem ali no início. Então, eu acompanho o Conselho desde essa retomada. Na verdade, eu já acompanho desde a sua criação.

Nota-se que os agentes e organizações do campo, sobretudo o CMPCF e a FCFFC, aliados a um movimento nacional em torno do SNC, estiveram engajados na construção do PMC, promovendo as Caravanas Culturais¹¹¹ e Conferências Municipais de Cultura.

Como resultado desse processo de maior intensidade de relações entre as organizações do campo e, também, da união de esforços dos agentes da sociedade civil e do poder público, foi publicada em 30 de julho de 2015 a Lei nº 9.845, que aprova o Plano Municipal de Cultura de Florianópolis.

Além deste período de lançamento do fundo e de elaboração do plano, observou-se mais recentemente que as articulações em torno da Lei Aldir Blanc, em 2020, foram outro momento importante de atuação do CMPCF. Em Florianópolis, como apresentado anteriormente, o CMPCF organizou o “Fórum de Cultura da Grande Florianópolis - Lei Aldir Blanc”, em agosto de 2020, a fim de mobilizar diferentes organizações e agentes do campo da cultura. O fórum reuniu diversos trabalhadores da cultura, realizando mesas temáticas com organizações da sociedade civil (pontos de cultura, associações, OSC's e ONG's); com grupos e coletivos não formalizados (manifestações populares, troupes, artesãos e mestres de culturas matriciais); com pessoas jurídicas (MEI's e micro e pequenas empresas culturais); além de realizar reuniões com as próprias setoriais que compõem o conselho.

Dessa forma, ademais da FCFFC, observa-se que o CMPCF é uma entidade com significativa atuação no campo organizacional da cultura, o qual demonstrou exercer influência nas dinâmicas do campo, atuando também como uma estrutura de

¹¹¹As Caravanas Culturais serão apresentadas no tópico 5.1.3 deste capítulo.

dominação. Com a criação do conselho, observa-se que vários segmentos da sociedade civil passam a se articular de forma mais efetiva, uma vez que começam a se organizar para escolher suas representações e, por meio delas, apresentar suas reivindicações.

Acerca das associações da sociedade civil organizadas por categorias profissionais, buscou-se realizar um levantamento das principais associações a nível estadual e municipal e foram identificadas a existência das seguintes organizações:

Tabela 9: Associações profissionais vinculadas ao setor cultural em Santa Catarina

Associação	Ano de fundação
Academia Catarinense de Letras (ACL)	1920
Associação Catarinense dos Artistas Plásticos (ACAP);	1975
Federação Catarinense de Teatro (FECATE);	1978
Associação Profissional de Dança de Santa Catarina (APRODANÇA)	1985
Cinemateca Catarinense ABD/SC	1986
Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ACCR);	1987
Associação dos Arte Educadores de Santa Catarina (AAESC);	1991
Sindicato dos Trabalhadores do Cinema e Audiovisual de Santa Catarina (SINTRACINE)	2003
Academia Catarinense de Letras e Artes (ACLA)	2003
Associação dos Profissionais do Carnaval da Grande Florianópolis (APROFIS);	sem informação
Associação dos Produtores Culturais de Florianópolis	criada em 2013, consta atualmente com CNPJ inativo
Associação dos Profissionais da Música de Florianópolis (Apromuf)	criada em 2017, consta atualmente com CNPJ inativo

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Cabe ressaltar que com o método da bola de neve utilizado para seleção dos entrevistados na pesquisa, a maioria dessas organizações não chegaram a ser mencionadas nas entrevistas realizadas. Dessa forma, aparentemente, as organizações

vinculadas ao Estado - FCFFC e CMPCF - são as que mais exercem ação de dominação no campo, contribuindo para o surgimento de estruturas interorganizacionais e padrões de coalizão. As categorias profissionais, por sua vez, parecem atuar de maneira menos evidente no campo.

Para o entrevistado Paulo, falta união das diferentes associações para que elas pudessem interferir mais ativamente nas dinâmicas do campo da cultura na cidade. Nas palavras dele:

Então, o que nós temos hoje? Nós temos a Associação de Artistas Plásticos, temos a FECATE, temos a Associação de Dança, tem isso, tem aquilo e tal. Mas elas não se unem, elas não se focam... As pessoas ficam fechadas muito na sua caixinha [...] Para exigir que tenha orçamento [para a cultura], por exemplo, ele [o setor] tem que estar organizado. As vozes são muitas, mas elas não são organizadas, elas estão muito dispersas, essas vozes. Nós somos vozes dispersas, não somos vozes organizadas num núcleo para ganhar força. Então, o que falta é isso, o que falta é organização.

No depoimento de Paulo, observa-se a sensação de “falta de organização” entre os agentes do setor. Tal percepção pode estar relacionada com a forma com que a FCFFC e o CMPCF atuam, enquanto estruturas de dominação, as quais acabam por não conseguir articular de maneira mais coordenada as diferentes organizações que compõem o campo da cultura em Florianópolis.

Levando em consideração os pressupostos da teoria institucional, a emergência de claras estruturas interorganizacionais de dominação e padrões de coalizão em um campo organizacional é um indicador de institucionalização, haja vista que favorece o aumento do isomorfismo coercitivo. Diante do que foi exposto até aqui, no caso do campo da cultura em Florianópolis, no entanto, a FCFFC - como principal agente dominante - parece impactar o campo no sentido de mantê-lo sem práticas isomórficas - ou, em outras palavras, sem coordenação; e, além disso, se coloca em contradição com a lógica institucional predominante no campo da cultura a nível nacional.

5.1.3 Incremento no fluxo de informação com o qual as organizações dentro do campo devem contar

Considerou-se para analisar o fluxo de informação dentro do campo organizacional da cultura em Florianópolis, a sondagem de materiais elaborados pelos

agentes do campo; tais como cartilhas, manuais, guias e outros documentos de informação/orientação que circularam de forma impressa ou virtual - assim como a realização de cursos ou oficinas - que pudessem incrementar as informações com as quais as organizações devem contar dentro do campo, para guiar suas ações.

Como apresentado anteriormente, as discussões a nível nacional em torno do SNC, sobretudo a partir de 2010, intensificam o aumento das relações entre os agentes do campo, assim como para a circulação de informações relacionadas à construção dos planos estaduais e municipais de cultura. Nesse sentido, observou-se que uma das principais iniciativas, no contexto do campo da cultura em Florianópolis, foi a realização das “Caravanas Culturais”, em 2011, promovidas pelo CMPCF, juntamente com a FCFFC. As caravanas percorreram diversos bairros da capital catarinense para apresentar à população o CMPCF e coletar contribuições para a elaboração do Plano Municipal de Cultura (PMC).

Percebeu-se que, nesta ação, houve um aumento no fluxo de informações acerca do campo da cultura na cidade e havia, também, o objetivo de fazer com que tais conhecimentos pudessem agregar demais organizações ou agentes vinculados ao setor da cultura, que ainda não estivessem inseridos nas discussões acerca do PMC.

Figura 19: Notícia sobre Caravanas Culturais em Florianópolis - 2011

Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes

16/08/2011 - CULTURA

Plano Municipal de Cultura recebe contribuições das comunidades

Caravana do Conselho Municipal de Política Cultural está percorrendo os distritos de Florianópolis ouvindo as demandas das comunidades para subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Cultura

foto/divulgação:



CMPC está trabalhando na elaboração do Plano Municipal de Cultura

Uma caravana do Conselho Municipal de Política Cultural está percorrendo os distritos de Florianópolis no mês de agosto para identificar as principais carências da população na área cultural e avaliar a estrutura existente para atender as demandas.

A iniciativa faz parte do processo de construção do Plano Municipal de Cultura, que vai nortear as políticas públicas para o setor para os próximos 10 anos.

Nesta terça-feira (16/08), a caravana do CMPC estará às 19h30 na Escola Presidente Roosevelt, em Coqueiros, e na quarta-feira (17/08) realiza reunião expandida, às 19h, na sede da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC), no Forte Santa Bárbara, no Centro.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Florianópolis (2023)¹¹²

¹¹² Acesso em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/franklincascaes/index.php?pagina=notpagina¬i=4969>

Segundo texto da notícia publicada no site da Prefeitura de Florianópolis, em 16 de agosto de 2011,

A cada encontro [das caravanas culturais], o grupo de trabalho divulga as atribuições do Conselho de Cultura, empossado em 2010, e explica as ações realizadas pelo órgão até o momento. A discussão é aberta às lideranças, agentes culturais e moradores locais que queiram contribuir na elaboração de um diagnóstico regional do setor. “Nosso papel neste momento é o de escuta. É o primeiro contato que fazemos com uma realidade que ainda não chegou a essas comunidades” explica Marta César, presidente do CMPCF. [...] Para redação do Plano Municipal de Cultura, o CMPCF realizou diversas reuniões ordinárias ao longo do ano e promoveu 13 encontros expandidos com setores artístico-culturais. O documento preliminar está recebendo agora contribuições das comunidades. “Essa conversa direta com a população é fundamental para que a sociedade se apodere das discussões dentro de um novo contexto nacional, onde a cultura é um setor estratégico do Estado”, pontua Marta Cesar.

Percebeu-se que a realização das caravanas culturais possibilitou às diferentes organizações e agentes do campo acessar determinadas informações relevantes para a ampliação das estruturas interorganizacionais, importantes para o processo de institucionalização de um campo organizacional. De acordo com Célia:

O Conselho na época tinha recém aberto. Tinha um ano só. Ele abriu em 2010 com a Marta César de presidente. Então ele estava começando. O que ela fez? Ela fez umas caravanas culturais na época. Aí elas [representantes do CMPCF e da FCFFC] iam em cada comunidade da ilha, faziam reuniões à noite, chamando as pessoas para explicar o que era o Conselho. Foi um trabalho muito bom. A Marta César era muito empenhada.

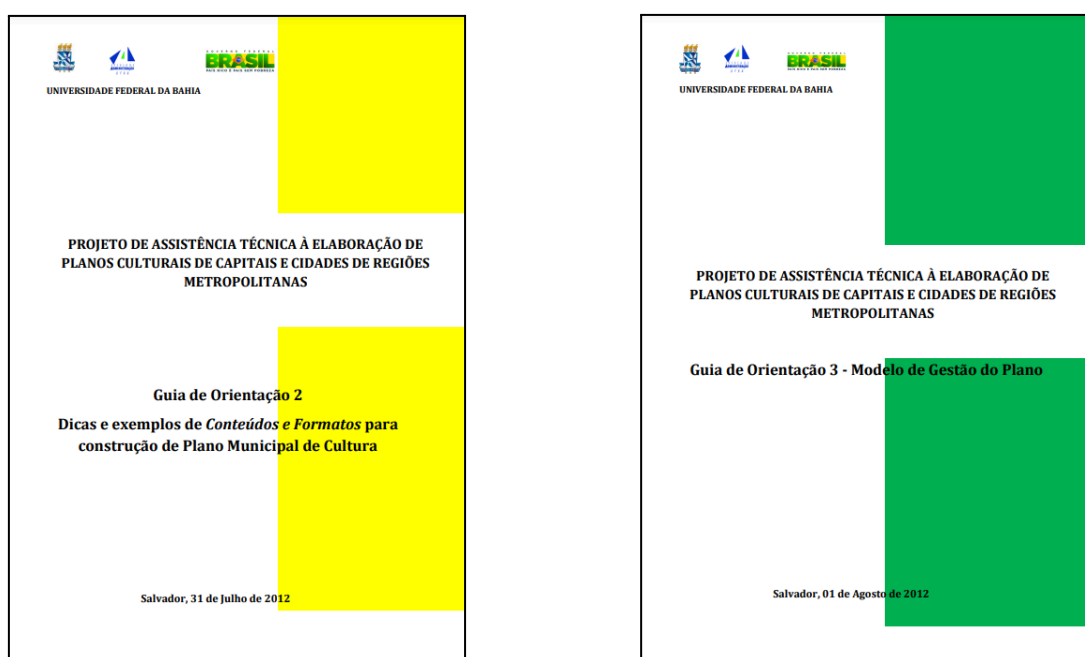
Acerca do levantamento de materiais, como cartilhas e guias ou materiais informativos, poucos documentos foram produzidos pelas organizações do campo a nível municipal. Não foram encontrados materiais em formato de cartilha que tenham sido elaborados pela FCFFC. Percebe-se que os agentes do campo fazem uso de documentos desse tipo que são produzidos por organizações culturais das esferas estadual e federal.

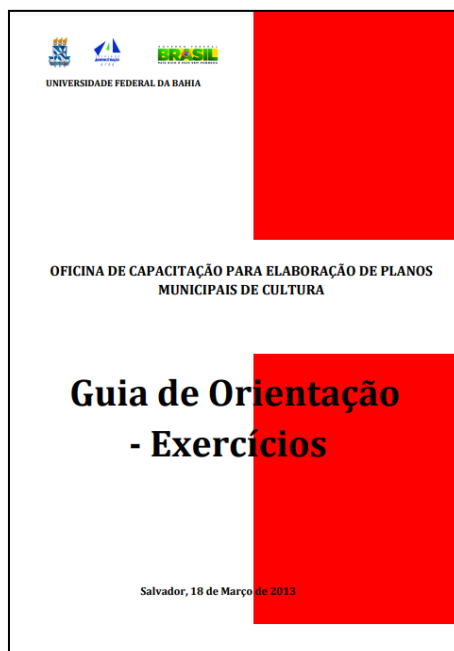
Em 2009, o Conselho Nacional de Política Cultural aprovou o documento “Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura”. Para divulgar a proposta do Sistema, o MinC realiza, no mesmo ano, os Seminários do SNC em 24 estados, totalizando a participação de 4.577 gestores e conselheiros de cultura de 2.323 municípios (BRASIL, 2011a). [...] Entre 2011 e 2012, foram elaborados e distribuídos no país o documento intitulado “Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC” e as cartilhas “Guia de Orientações do SNC

(Perguntas e Respostas) – para Municípios” e “Guia de Orientações do SNC (Perguntas e Respostas) – para os Estados” (BARBALHO, 2014, p.78 e 79).

Entre eles, destacam-se materiais com informações acerca do SNC e instruções de como criar o “CPF” da cultura - Conselho, Plano e Fundo - para que os municípios pudessem aderir ao sistema nacional. Especialmente sobre os planos municipais, ressaltam-se os materiais elaborados pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), através da primeira edição do Projeto de Apoio e Assistência Técnica à Elaboração de Planos Municipais de Cultura, realizado em parceria com o MinC entre 2012 e 2013.

Figura 20: Capas dos Guias de Elaboração dos Planos Municipais de Cultura





Fonte: Site do Projeto de Apoio e Assistência Técnica à Elaboração de Planos Municipais de Cultura– Projeto MinC-UFBA (2023)¹¹³

Segundo relembra a entrevistada Célia, “em uma das conferências municipais de cultura [em 2012] até vieram pessoas da UFBA para palestrar. [A UFBA] teve uma participação bem intensa para a escrita do Plano”. Para o entrevistado Joel, a capacitação oferecida pela UFBA foi de suma importância para a construção do Plano Municipal de Cultura de Florianópolis (PMCF). Sobre aquele período, das Caravanas Culturais e da elaboração do PMCF, Joel relata:

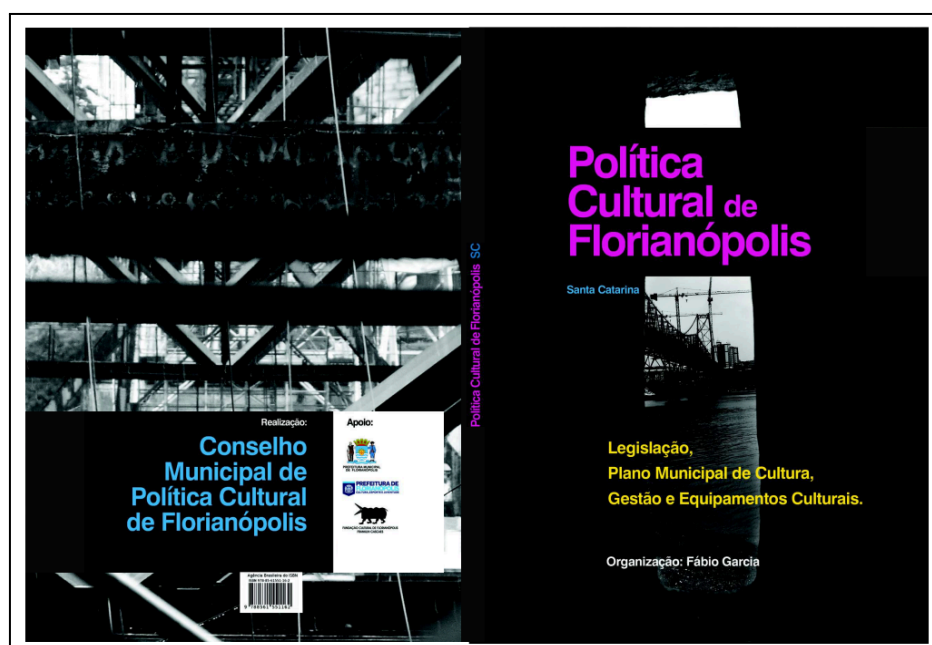
Eu diria que naquela época foi uma época de chamamento, de sensibilização e de início de um processo. Por mais “capenga” que esse processo tenha se dado, ele ainda está rolando, entendeu? Não está concluído o trabalho. E acredito que nunca vai estar [...] Mas a gente teve a oportunidade, naquela época, de participar de uma equipe para elaborar os planos municipais de cultura. Fui convidado pela Universidade Federal da Bahia. Eles nos capacitaram e, com base nessa capacitação, nós desenvolvemos o plano de Florianópolis e de Joinville, junto com mais 13 capitais, se não me engano.

Observa-se, portanto, que a realização das Caravanas Culturais, bem como a participação de agentes do campo em capacitações para elaboração do PMCF, foram um momento de significativo aumento no fluxo de informações entre as organizações.

¹¹³ Acesso em:
https://planosmunicipaisdecultura.ufba.br/conteudos?field_edicao_conteudo_formacap_tid=1

Sobre materiais produzidos por agentes do campo da cultura na capital catarinense, encontrou-se uma publicação de livro acerca das políticas culturais de Florianópolis, lançado em 2017, com o título “Política Cultural de Florianópolis/SC: Legislação, Plano Municipal de Cultura, Gestão, e Equipamentos Culturais”. O livro foi uma realização do CMPCF, com organização de Fábio Garcia, presidente do Conselho na época. A publicação contou com apoio da FCFFC.

Figura 21: Capa e contracapa do livro “Política Cultural de Florianópolis/SC: Legislação, Plano Municipal de Cultura, Gestão, e Equipamentos Culturais” (2017)



Fonte: Política Cultural de Florianópolis de Santa Catarina: legislação, Plano Municipal de Cultura, Gestão e Equipamentos Culturais. 2017. / Fábio Garcia (org.) : Florianópolis.

Acerca desta publicação, Tânia relata que “eu achei um livro que é só das políticas públicas de cultura de Floripa, mas isso não circula, eu só descobri porque eu estava fuçando, tentando encontrar materiais”. Observa-se que o livro parece não ter grande difusão entre os agentes do campo. Nesse sentido, foram identificados em relatos de alguns entrevistados, depoimentos sobre a dificuldade que novos conselheiros/as de cultura encontram ao assumirem seus cargos no CMPCF, por não

contarem com informações iniciais básicas para o desenvolvimento de suas atividades enquanto conselheiro/a. Acerca disso, Tânia comenta:

Entrei lá [no CMPCF], e aí comecei a participar das reuniões. Cheguei lá, claro, fui fazer o quê? Fui ler, buscar onde tem informações. Aí é que comecei a bater com eles [membros do CMPCF]. Onde é que estão as coisas [informações]? Entrei lá numa reunião, todo mundo falando, assim... quem entra lá, não tem uma ponte. A gente chega, não entende nada, porque nunca ninguém me passou nada, tipo “pega isso, vai ler aquilo”. A gente vai aprendendo sozinha.

De maneira geral, percebe-se que os agentes do campo, sobretudo os representantes da sociedade civil vinculados ao CMPCF, relatam a carência de informações sobre o campo da cultura em Florianópolis. A pesquisadora, nesse cenário, também encontrou dificuldade em acessar dados referentes ao campo, tais como relatórios anuais da FCFFC; relatórios das conferências municipais; e informações dos resultados de mapeamentos do setor da cultura em Florianópolis. Essa dificuldade de acesso a informações - que deveriam ser públicas - sugere que não há transparência na gestão da cultura na cidade.

Acerca do mapeamento cultural da cidade, ouviu-se de vários entrevistados a dificuldade da gestão pública da cultura gerar indicadores que possam auxiliar na elaboração de políticas públicas e no conhecimento que os agentes e organizações têm do próprio campo. Em 2014, a então Secretaria de Cultura do Município lançou o IdCult Floripa (Sistema Municipal de Indicadores e Informações Culturais) e a notícia do lançamento da plataforma circulou na mídia local, com chamamento para participação de “profissionais/artistas/ empresas/grupos e equipamentos culturais da música, teatro, dança, circo, audiovisual, artes visuais, cultura digital, cultura popular, literatura, jornalismo cultural” (SITE de NOTÍCIA NDMAIS, 2014)¹¹⁴.

Apresenta-se o texto da notícia publicada no site do portal de notícias NDMAIS, em 13 de agosto de 2014:

Ferramenta digital para traçar o diagnóstico cultural de Florianópolis, o IdCult Floripa (Sistema Municipal de Indicadores e Informações Culturais) está no ar e apto a receber o cadastro de artistas, grupos, equipamentos,

¹¹⁴ Acesso em:

<https://ndmais.com.br/diversao/secretaria-municipal-de-cultura-lanca-ferramenta-digital-para-mapeamento-cultural-de-florianopolis/>

eventos, produtos e serviços culturais. O site cultura.sc/floripa é uma plataforma colaborativa, focada no compartilhamento e na democratização do acesso a informações do setor [...] “O IdCult foi criado para preencher a lacuna existente na cultura do município onde há ausência total de dados. Esse mapeamento cultural nos permitirá saber quem são, onde estão e o que fazem as pessoas que movimentam a economia da cultura da cidade”, destaca o secretário de cultura da Capital, Luiz Ekke Moukarzel.

Segundo o texto da notícia, o IdCult apresentava uma vantagem significativa ao possibilitar o planejamento e a formulação de políticas públicas, além de beneficiar a área cultural por meio de indicadores, diagnósticos e estatísticas derivados de seu cadastro. Administrado pela Secretaria Municipal de Cultura, o site era alimentado pelos próprios agentes culturais, permitindo a criação de perfis online que incluíssem textos, portfólios, fotos, vídeos e links para blogs, sites e redes sociais dos usuários. Os dados disponíveis no IdCult seriam integrados a outras plataformas, incluindo a rede do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) do Governo Federal.

Na data da publicação da notícia, o IdCult Floripa contava com os 207 cadastros de entidades/empresas/grupos, 480 de profissionais/artistas, e 17 equipamentos culturais. O Centro era a região com maior número de cadastros. O link da plataforma do IdCult Floripa, no entanto, encontra-se fora do ar e não foi possível encontrar os dados dos cadastros que a plataforma havia recebido.

Em 2020, o CMPCF realizou - com apoio da FCFFC e da então Secretaria de Cultura, Esporte e Juventude - o lançamento de uma nova plataforma do IdCult Floripa, para mapeamento cultural da cidade e pesquisa de impacto da covid-19 no setor.

Figura 22: Notícia sobre lançamento do novo IdCult Floripa (2020)



Fonte: Site da Prefeitura de Florianópolis (2023)¹¹⁵

O objetivo do novo IdCult Floripa era, portanto, realizar uma pesquisa para fornecer dados mais precisos para a implementação de políticas públicas, como o auxílio previsto pela Lei Aldir Blanc. Essa plataforma, assim como a do primeiro lançamento do IdCult, está fora do ar e não foi possível acessar os dados que foram cadastrados.

Sabe-se que o problema em torno de indicadores culturais não é exclusivo do campo organizacional da cultura em Florianópolis. Segundo Leite (2015), a ausência de uma base de dados secundários adequada ao setor cultural é, certamente, um aspecto crítico, haja vista que a execução de uma política pública requer a produção de dados, diagnósticos, acompanhamento e avaliação. Conforme ressalta Silva (2008), o nível mais adequado de coleta e análise de informações é o nível local, mas no sistema de indicadores do Brasil se verifica falta de infraestrutura nos municípios brasileiros, para proporcionar aos agentes coletores as informações pertinentes. Segundo a autora:

[...] não é possível alcançar um nível de qualidade razoável nas estatísticas culturais brasileiras sem uma rede que mobilize diversos atores e diversas ações que possam garantir um sistema de informações de qualidade e múltiplo. Isto implica uma infra-estrutura para as informações estatísticas sobre a cultura que envolve não somente diversos tipos de atores, mas um planejamento para a sua atuação de modo a melhorar a qualidade das informações geradas sobre cultura no país através do trabalho destes atores na

¹¹⁵ Acesso em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/cmpcf/index.php?pagina=notpagina¬i=22593>

rede e da crítica necessária à melhoria do que já foi realizado. [...] (SILVA, 2008, p.14).

No caso de Florianópolis, percebeu-se a tentativa de construção de uma infraestrutura mínima para a coleta de dados, com a criação de plataformas digitais que possibilitaram a participação de diferentes organizações e agentes do campo da cultura. Entretanto, tais plataformas foram descontinuadas, não sendo possível encontrar os registros cadastrados.

Segundo a entrevistada Rita, Florianópolis “não tem um arquivo organizado, não tem cartilhas, não tem informação”; e ressalta que na sua opinião “é muito grave a capital do estado não ter dados sobre o setor, por isso a gente vê uma má gestão”. Ou seja, observa-se que a ausência de informações entre os agentes do campo incide sobre a percepção de que o município padece com uma gestão pública da cultura, em certa medida, ineficiente. Nas palavras de Rita:

É obrigação da cidade ter um sistema, tipo um “IBGE da cultura”, digamos assim, com indicadores. Tem que ter também informações gerais, relatórios disponíveis, não tem nada disso. Então a gente não sabe onde pegar as informações... é um “jurisdiquês maluco”, uma burocratização, que pra quem não é entendido disso fica muito impossibilitado de compreender as coisas.

A baixa circulação de informações sobre o setor cultural de Florianópolis não aparenta ser um problema recente, haja vista que em depoimentos de entrevistados foi possível perceber certo “cansaço” acerca desse tema, dando a entender que as reivindicações por transparência nas gestões da FCFFC são antigas. Mais recentemente, em 2022, o Fórum Setorial do Hip Hop, que compõe o CMPCF, elaborou um ofício a ser enviado ao prefeito da cidade, com solicitação de esclarecimentos acerca dos links no site da prefeitura que estão fora do ar e sobre a falta de transparência na gestão da cultura.

No texto do ofício, os conselheiros relatam a ausência de diálogo e dificuldades no acesso à informação por meio dos canais oficiais, incluindo o site da prefeitura. De acordo com os relatores do documento, foi observada a ausência do CMPCF no organograma do executivo municipal e identificado que as etapas de prestação de contas, bem como a divulgação do planejamento das ações da FCFFC, não são

devidamente cumpridas, “indicando falta de transparência e visibilidade”. O texto conclui:

“A transparência e a comunicação efetiva com os órgãos e gestores executivos municipais são aspectos cruciais para o funcionamento do CMPCF e dos Fóruns Setoriais de Cultura em sua totalidade, especialmente no que diz respeito à sua responsabilidade de demandar, normatizar e orientar as ações objetivas de interesse civil.”

Perante o que se apresentou neste tópico, observa-se que, de um modo geral, é baixo o volume de informações que circula entre as organizações e agentes do campo organizacional da cultura em Florianópolis, principalmente no que tange aos documentos da gestão pública a nível municipal. Verificou-se, no entanto, que a circulação de cartilhas, guias - e outros materiais que orientam as ações dentro do campo - foi ampliada durante a elaboração do Plano Municipal de Cultura, devido ao movimento nacional em torno do SNC e ao projeto realizado pela UFBA, em parceria com o MinC.

Dessa forma, o incremento no fluxo de informação com o qual as organizações dentro do campo devem contar parece não configurar uma pressão para a institucionalização do campo. Tal indicador de institucionalização, contudo, foi favorecido no período em que houve movimentação no campo para a adesão de Florianópolis ao SNC.

5.1.4 Desenvolvimento da sensação, entre as organizações do campo, de que estão juntas numa mesma empreitada

Buscou-se verificar o aparecimento de ideias em comum entre as organizações do campo da cultura em Florianópolis, para averiguar o desenvolvimento da sensação de que estão juntas numa mesma empreitada. Intentou-se apreender, sobretudo nos relatos dos entrevistados, os momentos em que possa ter havido ações coletivas, com indícios de união de esforços para alcançar objetivos em conjunto.

Foi possível observar que o desenvolvimento desta sensação de coletividade entre as organizações do campo não é constante ao longo dos vinte anos analisados na pesquisa. Há momentos em que tal sensação fica mais evidente, mas - de modo geral - percebeu-se que os agentes do campo têm certa dificuldade de manter as relações que

desenvolvem entre si ou, aparentemente, de se sentirem “aliados” em prol de um mesmo propósito.

Segundo o entrevistado Paulo, o campo da cultura em Florianópolis, historicamente, é muito “segmentado” e, na sua opinião, “falta unidade na classe”. Nas palavras dele:

As pessoas ficam muito fechadas na sua “caixinha” e acaba que a classe artística não se vê enquanto classe artística, ela se vê assim “eu sou do teatro, você é da dança, você é do cinema, você é das artes plásticas, você é disso”, e cada um no seu quadrado. [...] Então, acho que falta unidade. [...] Acho que falta isso... falta a classe - os artistas em geral, os produtores de cultura, os agentes culturais - se pensarem como um movimento, um movimento unificado para exigir, cobrar e acompanhar políticas públicas.

Nota-se, nesse depoimento, a percepção de que as diferenças entre as várias categorias profissionais que compõem o campo acabam por se sobressair, indicando certa dificuldade das organizações sentirem que estão juntas numa mesma empreitada, principalmente no que tange às políticas públicas para a cultura na cidade. Para Paulo, “parece que cada um rema para um lado”, dando a entender que apesar de “estarem no mesmo barco”, os agentes do campo tomam direções divergentes.

Diante do que se apresentou anteriormente, o campo organizacional da cultura em Florianópolis não é isento de disputas políticas. Assim como em outros diferentes campos que constituem a sociedade, é possível identificar tensões e conflitos. Ou seja, não se pode esperar a ausência de divergências e de ideias dissonantes entre os agentes do campo, pois de acordo com Holanda (2003), o campo organizacional é um espaço de negociação e diálogo centrado em problemáticas compartilhadas; mas, como ressalta DiMaggio (1983, p.149), é também “uma arena de estratégia e conflito”.

Dessa maneira, é possível perceber no campo da cultura em Florianópolis a existência de jogos de interesses e formas de pensar divergentes entre os agentes. Observou-se, nos relatos dos entrevistados, que o campo é muito influenciado por essas tensões políticas e que isso acaba por dificultar o surgimento da sensação, entre as organizações, de que podem contar umas com as outras. Segundo o entrevistado Joel,

[Os agentes do campo] têm que amadurecer no sentido de perceber que existem, realmente, estratégias de dominação. E que é embate direto. Tudo bem, a gente constrói. A política pública não é construída no embate, ela é construída no diálogo. É a partir dos dissensos que a gente avança. Se não houver dissensos, não tem motivação também, né? [...]. E a partir do diálogo

se constrói política. [...] É porque o próprio setor não percebe que está sendo muito manipulado. Ele esquece das prioridades do seu setor em função de interesses pessoais, em detrimento dos interesses coletivos. Quando vem dinheiro mesmo, aí esquece.

Observa-se, então, que nas disputas do campo os agentes encontram dificuldade em fortalecer os interesses coletivos. No entanto, para análise do indicador de institucionalização abordado neste tópico, buscou-se identificar os principais momentos ao longo dos últimos vinte anos em se verificou aumento da sensação entre as organizações de que estão juntas numa mesma empreitada.

Em 2005, com a realização da primeira Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis, inicia-se um processo de intensificação das relações no campo, que vão desencadear algumas ações, entre as quais destaca-se a reconstrução do CMPCF, em 2009. A partir de então, observa-se que as discussões em torno do SNC, a nível federal e estadual, geraram na esfera municipal um anseio, na maioria das organizações e agentes do campo, de agir para que Florianópolis pudesse aderir ao SNC, implementando o chamado “CPF da Cultura” na cidade: Conselho, Plano e Fundo municipais de cultura.

Conforme apresentado anteriormente, em 2010 assumiu a primeira gestão do CMPCF após um longo período de inatividade. Com o conselho reestruturado, observa-se um aumento das interações entre as organizações do campo, sobretudo no que se refere à realização de conferências municipais e à elaboração do Plano Municipal de Cultura de Florianópolis (PMCF). Nesse período, portanto, é possível verificar uma iniciativa por parte das principais estruturas de dominação presentes no campo - FCFFC e CMPCF - em unir esforços para construir as diretrizes e metas do PMCF, envolvendo a sociedade civil com as realizações das Caravanas Culturais, em 2011. Nesse contexto, criou-se, ainda em 2011, a Comissão Organizadora da 3ª Conferência Municipal de Cultura, que contou com a participação de representantes da FCFFC e do CMPCF atuando em conjunto na organização do evento, que se realizou em 2012.

Tendo em vista os resultados satisfatórios dessa conferência - conforme apresentado anteriormente, foi considerada “a melhor de todas” - parece possível afirmar que os trabalhos realizados em conjunto tiveram efeitos significativos no campo, com o desenvolvimento de que havia um objetivo em comum a ser alcançado.

Também no ano de 2012, como já mencionado, ocorreu o Movimento OcupaCIC em Florianópolis, em que se pôde verificar ações coletivas de agentes do

campo da cultura da cidade, em prol de reivindicações acerca do Sistema Estadual de Cultura de Santa Catarina. Alguns anos depois, em 2016, o movimento Ocupa MinC-SC parece ter sido, também, um momento de aumento de relações entre os agentes do campo e de união de esforços, diante de uma situação que impactou o setor da cultura a nível nacional. O movimento teve significativa atuação de agentes e organizações do campo em Florianópolis e, segundo notícia da imprensa estadual na época¹¹⁶, um prédio na região do Largo da Alfândega, no Centro de Florianópolis, onde funcionavam escritórios do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do MinC. Cerca de mil pessoas participaram de um ato em frente ao Terminal do Centro em Florianópolis (TICEN), em protesto à extinção do Ministério da Cultura pelo presidente Michel Temer e, após a passeata, parte dos manifestantes foram para o prédio ocupado na região do Largo da Alfândega.

Figura 23: Movimento OcupaMinC - SC (2016)



Fonte: Portal de Notícias G1 - SC (2023)

¹¹⁶ Fonte:

<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/05/em-protesto-contr-a-fim-do-minc-grupo-ocupa-pre-dio-em-florianopolis.html>

Tais movimentos parecem ter contribuído para o desenvolvimento da sensação, entre as organizações do campo, de que deveriam atuar em conjunto para atingir um objetivo coletivo. Ou seja, aparentemente, foram momentos em que os interesses coletivos dos agentes do campo se sobressaíram, em detrimento dos interesses individuais. Percebe-se, então, que tal sensação se deu em determinados momentos com maior intensidade no campo.

Entretanto, a institucionalização de um campo organizacional, segundo os autores da teoria institucional, se verifica quando - para além de objetivos em comum - existem ideias em comum e valores compartilhados pelas organizações que compõem o campo. Ou seja, para a institucionalização não são suficientes apenas momentos de maior “união”, pois faz-se necessário que as organizações compartilhem modos de atuação semelhantes no campo ao longo do tempo. Nesse sentido, conforme já mencionado, observa-se que no caso do campo organizacional da cultura em Florianópolis, o modo de funcionamento da FCCFC se mostra contradizente com as ideias disseminadas no campo a nível nacional com o SNC, voltadas à uma lógica participativa de gestão de políticas públicas e de democratização dos espaços de decisão - lógica, essa, defendida pelo CMPCF.

Com isso, foi possível perceber que as tensões entre os principais agentes do campo, e suas divergências de ideias, ficaram evidentes em vários momentos. Mais recentemente, em 2020, a construção da Lei Aldir Blanc demonstrou ser um importante momento para o desenvolvimento da sensação de que todos estavam juntos numa mesma empreitada, diante da crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19. Em Florianópolis, a formação de um entendimento comum, de como deveriam ser aplicados os recursos da LAB, assim como a elaboração dos editais, foi um momento de grande esforço de diálogo entre as diversas organizações do campo. No entanto, evidenciaram-se as divergências do modo de pensar dos agentes, principalmente quanto à gestão dos recursos da lei.

O processo de construção da LAB não foi isento de disputas políticas e os diálogos entre CMPCF e FCCFC sofreram desgastes durante o trabalho das comissões. Os embates e desentendimentos acerca de como os editais deveriam ser publicados, assim como os prazos para publicação, foram tema de assembleias ordinárias e

extraordinárias do CMPCF e de discussão constante em grupos de whatsapp¹¹⁷. Durante o período de elaboração dos editais, conforme apresentado no tópico 5.1.1, o CMPCF realizou o Fórum de Cultura de Florianópolis sobre a Lei Aldir Blanc, com o propósito de discutir amplamente com a sociedade como os recursos da LAB deveriam ser aplicados. No entanto, nas reuniões do comitê gestor da lei, havia constantes desentendimentos entre o CMPCF e a FCFFC acerca da forma de executar a gestão dos recursos.

Tais desentendimentos acabaram por culminar na saída da representação do conselho, da comissão responsável pela elaboração dos editais da LAB, no final do ano de 2020.

Observa-se, assim, que mesmo com tentativas de união de esforços em alguns períodos ao longo dos últimos vinte anos, não se concretiza - entre as organizações do campo da cultura em Florianópolis - a sensação de que estão juntas numa mesma empreitada. Isso porque, de maneira geral, não se verifica o surgimento de ideias e valores compartilhados; ou seja, nota-se que as principais organizações atuantes no campo operam com dinâmicas de funcionamento diferentes e, conseqüentemente, essas divergências impedem o desenvolvimento de formas de atuação semelhantes entre os agentes do campo.

Durante os períodos de defesa para a instituição do conselho, fundo e plano de cultura, nas manifestações dos movimentos "Ocupa Cic" e "Ocupa MinC", e na aprovação da Lei Aldir Blanc, observou-se uma considerável tentativa de união entre diversos segmentos culturais, apesar das diferenças substanciais entre eles. Esses momentos configuraram, então, uma convergência de esforços em prol dessas iniciativas específicas.

No entanto, contrasta-se a esse cenário a dificuldade de coesão e conciliação entre os os agentes e organizações do campo com o órgão gestor municipal. No contexto de Florianópolis, portanto, parece possível afirmar que as disparidades das principais organizações do campo apresentam entraves para o desenvolvimento da sensação de que podem contar umas com as outras.

¹¹⁷ Neste período, a autora fazia parte da Mesa Diretora do CMPCF, ocupando o cargo de secretária e sendo responsável pela redação das atas das reuniões. Logo, esteve em relação direta com os agentes do campo e acompanhou, de perto, as discussões em torno da LAB em Florianópolis.

5.1.5 Aumento do grau de concordância com lógica institucional que guia as atividades dentro do campo

Para averiguar o aumento do grau de concordância com a lógica institucional que guia as atividades dentro do campo, procurou-se identificar primeiramente quais as ideias dominantes que emergiram no campo e foram capazes de guiar as práticas organizacionais, para, dessa forma, reconhecer o quanto as organizações se colocaram de acordo com elas. Ou seja, buscou-se investigar qual a lógica institucional predominante no campo organizacional da cultura em Florianópolis nos últimos vinte anos, para que se possa discorrer a respeito do grau de concordância das organizações com essa lógica estabelecida.

Diante do que já foi exposto até aqui, observa-se que as relações no campo são fortemente influenciadas pela FCFFC e, após 2010, também pelo CMPCF - os quais foram identificados como as estruturas de dominação que apresentam grande capacidade de influenciar as demais organizações do campo da cultura na capital catarinense. Na análise das dinâmicas do campo, observou-se que a forma de atuação da FCFFC segue, predominantemente, uma lógica institucional burocrática e formalista que impõe às demais organizações do campo relações rígidas e hierarquizadas.

Por ser o principal órgão gestor da cultura na cidade, é a FCFFC quem determina os formatos para inscrição dos agentes em editais que se configuram um importante meio de acesso a recursos disponível no campo - tais como os editais da Lei de Incentivo à Cultura (LIC) e do Fundo Municipal de Cultura. Foi possível observar, que a FCFFC, historicamente, elabora editais que exigem dos agentes do campo a adoção de procedimentos burocráticos que, muitas vezes, dificultam o acesso aos recursos de forma mais democrática. Além disso, percebe-se que é recorrente entre os agentes queixas referentes à falta de escuta por parte da FCFFC na elaboração dos editais. Segundo a entrevistada Cláudia, “desde sempre é muito difícil, antes a gente tinha que enviar tudo em papel, foi uma luta para aceitarem digital [se referindo à LIC]; só que agora, ela [LIC] não tem plataforma, você inscreve o projeto por e-mail, é ridículo”. Observa-se, dessa forma, que a FCFFC opera a partir de uma lógica de funcionamento que as demais organizações do campo se veem coagidas a seguir, mas que aparentemente demonstram dificuldade para estar em concordância.

A nível nacional, por sua vez, observa-se que o Sistema Nacional de Cultural (SNC) foi um marco para o campo da cultura no Brasil, pois estimulou a construção de práticas organizacionais de acordo com a lógica institucional predominante no campo da cultura. De acordo com Semensato e Barbalho (2021), o SNC é um sistema federativo de políticas públicas de cultura e “possivelmente, a mais audaciosa política para o setor na história das relações entre Estado e cultura no Brasil” (SEMENSATO; BARBALHO, 2021, p. 87). Segundo os autores, a elaboração do SNC teve início em 2003, quando Gilberto Gil, recém-empossado Ministro da Cultura, criou a Secretaria de Articulação Institucional (SAI). A partir de então, ampliaram-se as discussões em torno da construção de um sistema cujo objetivo principal é “formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, promovendo o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais” (DOCUMENTO BÁSICO DO SNC, 2011, p. 41)¹¹⁸.

Sendo assim, as discussões em torno do SNC intensificaram a disseminação de ideias e princípios que deveriam passar a guiar as ações dos diversos agentes do campo da cultura no Brasil. No documento básico do SNC, publicado em 2011, apresentam-se os princípios que norteiam a atuação do sistema, “devendo ser assumidos por todos que a ele se integrem” (DOCUMENTO BÁSICO DO SNC, 2011, p. 41). De acordo com o documento (2011, p. 41), tais princípios orientam a conduta dos entes federados e da sociedade civil, no desenvolvimento das suas relações como “parceiros e responsáveis pelo funcionamento do SNC”.

Alguns princípios do SNC são: diversidade das expressões culturais; universalização do acesso aos bens e serviços culturais; cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; democratização dos processos decisórios com participação e controle social; e descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações.

¹¹⁸ Material elaborado pelo Ministério da Cultura, intitulado Sistema Nacional de Cultura: Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC (2011).

Figura 24: Princípios do Sistema Nacional de Cultura



Fonte: Documento básico do SNC (2011, p. 42)

O SNC, então, mostrou-se um potencial criador da lógica institucional que guiou as atividades no campo da cultura a nível nacional, nos últimos vinte anos. Em Florianópolis, conforme apresentado anteriormente, observa-se que as dinâmicas no campo sofreram profunda influência dos princípios e ideias propagados pelo SNC, sobretudo a partir de 2009, quando se deu a reestruturação do CMPCF. O conselho surge como uma estrutura com legitimidade no campo, que passa a atuar como agente dominante, contribuindo para o alinhamento das demais organizações à lógica difundida pelo SNC a nível nacional. Nesse sentido, observa-se que a adesão ao SNC foi percebida pelos agentes do campo como uma possibilidade de alterar a lógica institucional vigente até então em Florianópolis, para que houvesse concordância com as ideias de organização advindas da esfera nacional.

De acordo com as informações que constam na plataforma do SNC, Florianópolis fez adesão formal ao sistema em 19 de setembro de 2013. Atualmente, na plataforma, consta que o município assinalou ter implementado a Lei nº 7974/2009 - que altera dispositivos da Lei nº 2639 de 1987 - de criação do Conselho Municipal de Cultura de Florianópolis; a Lei nº 8478, de 20 de dezembro de 2010, que cria o Fundo Municipal de Cultura de Florianópolis (FMCF), vinculado à Fundação Cultural de

Florianópolis Franklin Cascaes; e a Lei nº 9.845, de 20 de julho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Cultura de Florianópolis.

Segundo o entrevistado Joel, o período da reestruturação do conselho, da criação do fundo, da realização de conferências e da elaboração do plano, “foi um momento importantíssimo, foi um momento de separação mesmo, de tentativa de criação de uma nova estrutura administrativa”. Em seu relato, o entrevistado falou acerca dos instrumentos de gestão previstos pelo SNC - o plano e o fundo - e acerca das “instâncias de gestão”, que vêm a ser o “órgão gestor oficial e o conselho”. Sobre isso, Joel alega:

A instância de gestão principal, responsável pela gestão em Florianópolis [FCFFC], sempre atuou de forma quase que autoritária, entende? Não havia consulta para nada, nunca. Ia criar uma lei, criava uma lei sem nenhuma discussão. Ia lançar um edital, lançava o edital. Então, a falta de transparência e esse atravessamento da gestão, essa sempre foi a discussão que motivou a criação do sistema de cultura: para dar mais transparência, ampliar a participação e ampliar a participação popular nas instâncias e instrumentos de gestão. É isso. Democratizar, ampliar a participação e dar transparência. Esses são os pilares que motivaram a querer essa mudança.

Para o entrevistado, a mudança desejada nas dinâmicas de funcionamento e nas relações no campo da cultura apenas seriam possíveis com a mudança nos instrumentos e nas instâncias de gestão. De acordo com Joel, “a iniciativa, a intenção, era mudar a realidade. Ainda continua sendo, porque foram criados alguns instrumentos, foram criadas algumas instâncias de gestão, mas o modo de ver e operar não muda”.

Conforme mencionado anteriormente, a partir de 2010, foi possível verificar o esforço das organizações para realização de conferências municipais de cultura; assim como para a criação do Fundo Municipal de Cultura e, sobretudo, para a elaboração do Plano Municipal de Cultura. Observou-se que tais esforços foram norteados pelos princípios do SNC, no sentido de democratizar e descentralizar a gestão da cultura na cidade. No entanto, foi possível perceber no relato de Joel que, apesar dos avanços no campo, “o modo de ver e operar não muda”. Ou seja, ao que tudo indica, a FCFFC, principal instância pública de gestão da cultura no município - e, por conseguinte, a principal responsável por disseminar uma lógica institucional ao campo, tem uma forma de atuação que parece seguir fundamentalmente pautada em relações hierarquizadas e sem diálogo com as demais organizações do campo.

Considera-se que o Plano Municipal de Cultura de Florianópolis (PMCF) passaria a ser um documento com possibilidade de estabelecer as diretrizes para guiar as ações das organizações no campo, com o objetivo de que o município estivesse alinhado ao SNC. Todavia, foi possível observar que a maioria das metas do PMCF não foram cumpridas. Aprovado em 2015, o plano estabeleceu 24 metas que deveriam ser cumpridas por meio de 79 ações, envolvendo o poder público, a sociedade civil e o setor privado. Com duração decenal, está em vigência até 2025 e propõe um modelo de gestão participativa e com acompanhamento da sociedade civil e do CMPCF. Acerca da avaliação e acompanhamento do PMCF, o documento prescreve que

“[...] cabe ao órgão gestor, coordenador e executor da Cultura assegurar os meios possíveis e formular instrumentos de gestão necessários e atuais, quer dizer, transparentes, democráticos e participativos, que permitam as mensurações, acompanhamentos e atualizações imprescindíveis para que a cultura se efetive enquanto direito de todos, e para que todos tenham assegurado a plena liberdade de criação e de expressão. Neste sentido, o Município deverá atuar com a efetiva participação da sociedade civil e em parcerias com o setor privado, planejar e fomentar atividades culturais, ações de preservação e valorização do patrimônio cultural (material, imaterial e natural) e estabelecer marcos regulatórios voltados ao fortalecimento da economia da cultura” (PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

Percebe-se que, no texto do PMCF, está prevista a formulação de instrumentos de gestão “transparentes, democráticos e participativos”. Nesse sentido, destaca-se que o PMCF prevê, na sua meta 02, o Sistema Municipal de Indicadores e Informações Culturais de Florianópolis (SMIICF) 100% institucionalizado, em funcionamento e integrado ao sistema estadual e nacional, até 2023. O SMIIC é considerado uma ferramenta imprescindível de acompanhamento e avaliação do PMCF. Previa-se que esse sistema, se devidamente implementado, facilitaria o monitoramento e a revisão periódica das políticas culturais no município e, também, dos processos decisórios compartilhados entre o Poder Público Municipal e a Sociedade Civil.

Em 2019, foi submetido um projeto de lei à Câmara Municipal de Florianópolis, para alteração dos prazos de cumprimento das metas do PMCF, tendo em vista o atraso e a impossibilidade de realizar o que estava previsto. O SMIIC ainda não foi implementado, e demais instrumentos de avaliação e acompanhamento das metas não foram identificados. Com isso, encontrou-se dificuldade para verificar se as ações previstas no PMCF foram desenvolvidas e se as metas foram alcançadas. De acordo

com Joel, “ o plano de cultura, ele não foi sequer respeitado, não cumpriu as metas previstas. Não se consegue avançar, porque não é do interesse. O interesse é manter a mesma forma de gestão”. Para o entrevistado,

[...] é sempre a mesma pessoa que está à frente, o mesmo grupo de pessoas que estão à frente da gestão. Não se oxigena, não se conseguiu oxigenar. Isso não é problema do plano, não é problema do conselho, é um problema cultural da cidade. Não se consegue oxigenar os responsáveis pelas políticas públicas. [...] Então eu diria que a gestão não funciona. Na verdade, politicamente funciona. Você vai lá, faz um evento, tira foto, depois põe lá no relatório... “Ah, fizemos isso, fizemos isso”, e não fizeram nada disso.

Ao aderir ao SNC, portanto, o município sinaliza estar em concordância com a lógica institucional estabelecida a nível federal, e as organizações dão indícios de executarem alguns esforços para cumprir com os princípios que estavam sendo propostos ao campo. No entanto, de maneira geral, a forma de atuação da FCFFC não se alterou significativamente. As ideias apontadas pelo entrevistado Joel, de “democratizar, ampliar a participação e dar transparência” à gestão municipal de cultura em Florianópolis, ainda encontram obstáculos no campo. Isso aparenta indicar, portanto, divergências quanto à concordância com a lógica institucional que guia as atividades dentro do campo.

5.1.6 Aumento da clareza das fronteiras do campo

Estabelecer as fronteiras de um campo, identificando as organizações e agentes que fazem, e que não fazem parte dele é um problema enfrentado pelos autores da literatura. Segundo DiMaggio (1986), a definição e a ilustração empírica de um campo são problemáticas. De modo geral, como já mostrado anteriormente, um campo organizacional é formado pelo conjunto de organizações que, de alguma forma, se relacionam e se influenciam. “Fazem parte do campo organizacional as organizações que controlam, regulam, organizam e representam as outras organizações dentro do campo” (HOLANDA, 2003, p.102). Segundo Holanda (2003), ao referenciar Leca e Demil (2001), pode-se dizer que as organizações dentro do campo interagem defendendo seus interesses e também compartilhando seus destinos.

Nas relações que se estabelecem, as organizações vão demonstrando que consideram algumas mais relevantes que outras e, a partir disso, se relacionam com mais frequência entre si do que com atores que estão fora do campo (SCOTT, 1995), o que poderia auxiliar na tentativa de identificar as fronteiras deste campo.

Haja vista que o campo organizacional da cultura em Florianópolis é composto por organizações que atuam em diversas áreas do setor cultural, delimitar as fronteiras do campo demonstrou ser uma tarefa difícil. A começar pela própria definição do conceito de cultura, que - pelo que se pôde notar na pesquisa - é considerado por alguns agentes do campo como “algo que permeia tudo”. Para a entrevistada Rita:

A cultura tem ligação com a economia, tem ligação com a educação, tem ligação com assistência social, tem ligação com tudo. Porque a cultura ela permeia tudo; ela permeia a vida. O que é cultura? É indefinível, ela atravessa basicamente tudo.

O conceito de cultura parece ter uma definição ampliada para alguns agentes do campo, mas foi possível notar que as organizações concebem categorias como “classe artística”, “setor cultural”, “trabalhadores da cultura”, “fazedores de arte”, as quais evidenciam a existência de um campo organizacional da cultura e sinalizam para algumas fronteiras. Dessa forma, buscou-se averiguar a percepção que os agentes têm acerca do próprio campo, quando questionados quem são as pessoas e organizações que fazem parte do campo da cultura em Florianópolis.

Em certa medida, observa-se que o Programa Cultura Viva, a nível nacional, contribui para a ampliação do conceito de cultura e para o alargamento das fronteiras do campo, modificando o entendimento de quais grupos deveriam passar a integrá-lo. Conforme o que se apresentou anteriormente, o programa se caracterizou por ressaltar a diversidade cultural do Brasil, que resultou no reconhecimento de várias organizações e movimentos associados a ele como "criadores de formas distintas de vivenciar o social e o simbólico, de construir cidadania em relação às condições imediatas da vida" (CANCLINI, 2022, p. 22). Dessa forma, de acordo com Brizuela (2022, p.125), tal programa inova a configuração do campo cultural no país, ao vincular o setor artístico com os “grupos comunitários tradicionalmente excluídos das chamadas 'Belas Artes'”.

Na capital catarinense, segundo o entrevistado Joel, o CMPCF foi uma organização que contribuiu para a criação de fóruns setoriais, os quais historicamente

não eram vistos como pertencentes ao campo da cultura. Nesse sentido, Joel destaca a criação da Setorial de Cultura Negra e de Cultura LGBT+. Segundo ele:

O que se tinha no conceito [de arte e cultura]? Se tinha artes visuais, dança, música, teatro. Patrimônio e cultura popular. Essa cultura popular é um balaio de coisas que não cabem no único setor. [...] Nós criamos a Setorial de Cultura Negra. Criamos com muita dificuldade. Tivemos o início da criação da Setorial da cultura LGBTQIA+, que só foi consolidada agora em 2021. Cultura Indígena, nós tentamos, fomos lá na aldeia agora e reunimos os indígenas, mas o negócio não andou [...].

Observa-se que o poder público, sobretudo por meio do turismo, trabalha com uma forte propaganda da capital catarinense como “Ilha da Magia”, acionando as heranças da cultura popular que se relacionam com a cultura açoriana, para criar a identidade local. Para Oliveira e Gonçalves (2020, p.6), manifestações como a Dança do Pau de Fitas, de tradição ibérica; festas como o Culto ao Divino Espírito Santo, e a brincadeira do Boi-de-mamão “são fortíssimas na Ilha”. As autoras ressaltam os contos de bruxarias, lobisomem, como “fortes traços da cultura açoriana em Florianópolis, assim como também uma forte tradição, o artesanato, a renda de bilro” (OLIVEIRA; GONÇALVES, 2020, p.6).

De acordo com Silva (2014), os migrantes açorianos desempenharam um papel fundamental no povoamento da costa catarinense, a partir do século XVIII, conferindo a essa região características socioculturais. Dessa forma, ao desempenhar um papel significativo na formação da população de Florianópolis, sua influência na cultura local foi determinante, evidenciando ainda hoje elementos culturais relacionados à colonização e à herança açoriana (SILVA, 2014). Segundo a autora, aspectos como linguagem, arquitetura, danças, celebrações, culinária, artesanato e religião são exemplos concretos dessa influência.

No entanto, conforme argumenta Silva (2014), a valorização do legado cultural açoriano tem uma origem relativamente recente em Santa Catarina, iniciando-se por volta da década de 1950, com destaque para os anos 1990. Essa redescoberta e revalorização da cultura açoriana estão intimamente ligadas ao crescimento imobiliário e turístico em Florianópolis nesse período. Os projetos urbanos e turísticos, juntamente com a chegada de migrantes das grandes cidades brasileiras em busca de uma melhor qualidade de vida, aliados à modernização urbana e à proximidade com a natureza, impulsionaram a busca pela importância do legado açoriano na formação da identidade

local, representando uma necessidade de (re)construção identitária para o estado de Santa Catarina (SILVA, 2014).

Sendo assim, ao ser construída uma forte identidade cultural vinculada à cultura açoriana em Florianópolis, percebe-se que o poder público atua reforçando tal identidade e acaba por afirmar uma ideia de qual é a “verdadeira” cultura da capital catarinense. Com isso, muitos grupos são invisibilizados e excluídos do “fazer cultural” na cidade. É o caso de grupos culturais vinculados às manifestações de matriz africana, ao hip hop e à comunidade LGBTQIA+, por exemplo. Contudo, como destacou o entrevistado Joel, recentemente esses grupos conseguiram se organizar e construir suas setoriais para poder ter representação no Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis.

Esse movimento, portanto, parece indicar um certo alargamento das fronteiras do campo organizacional da cultura na cidade, evidenciando um dinamismo no campo, haja vista a inclusão de diferentes grupos ao longo do tempo. Tal inclusão ocorre em resposta às certas políticas públicas desenvolvidas para o setor - como o Programa Cultura Viva, que estimulou a inclusão de grupos tradicionalmente excluídos. Nesse contexto, observa-se que as políticas públicas são cruciais para a definição de fatores que contribuem para o reconhecimento de determinados grupos como integrantes do campo da cultura.

O fato de passarem a integrar o CMPCF garante, em certa medida, legitimidade aos grupos, visto que o conselho é uma importante organização do campo, que atua enquanto uma instância de gestão das políticas públicas de cultura do município. O CMPCF é um órgão deliberativo, consultivo e normativo de assessoria direta ao Executivo Municipal no que se refere a assuntos de planejamento e orientação cultural no município de Florianópolis.

O órgão é composto de maneira paritária por representantes da sociedade civil e do poder público. A sociedade civil se organiza por meio das setoriais de várias áreas da cultura e os representantes são eleitos nas conferências municipais, realizadas bianualmente. O CMPCF conta com 15 setoriais e suas representações (titulares e suplentes) e com 15 entidades do poder público. Abaixo, apresentam-se quais as setoriais que contam hoje com representação e quais as cadeiras do poder público que compõem o conselho:

Quadro 8: Composição atual do Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis

Setoriais da Sociedade Civil		Entidades do Poder Público
ARTE-EDUCAÇÃO		GABINETE DO PREFEITO
ARTES VISUAIS		SECULT
AUDIOVISUAL		FCFFC
BOI DE MAMÃO		SECRET.CASA CIVIL
CIRCO		SECRET. TURISMO TEC E D. ECONÔMICO
CULTURA LGBT+		SECRET. ASSISTÊNCIA SOCIAL
CULTURA NEGRA		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CULTURA POPULAR		IGEOF
DANÇA		IPUF
HIP HOP		UDESC
HUMANIDADES		SECRET. MUNICIPAL DO CONTINENTE
MÚSICA		FCC
PATRIMÔNIO		IPHAN
PRODUTORES CULTURAIS		IFSC
TEATRO		UFSC

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com informações coletadas no site da Prefeitura de Florianópolis.

Entre as setoriais da sociedade civil observa-se que, ao longo do tempo, algumas se mostram mais atuantes no Conselho que outras, a depender do funcionamento próprio de cada setorial e do nível de envolvimento dos seus representantes nas comissões que compõem o conselho. Com relação às entidades do poder público, é possível notar que - de maneira geral- elas se colocam menos atuantes nas atividades do CMPCF, algo que é motivo de frequentes queixas por parte da mesa diretora e das setoriais, pois acabam sobrecarregadas para dar conta das demandas do conselho.

O regimento do CMPCF prevê que os membros titulares que faltarem às sessões do conselho por três vezes consecutivas, sem justificativa, são destituídos de suas funções e substituídos por seus respectivos suplentes; e, em caso de ausência de representação, são indicados novos representantes, os quais devem ser nomeados pelo Chefe do Executivo em caráter de urgência. Partindo dessa normativa, em 2021, de acordo com o Ofício 04/2021 do CMCPF, foram destituídos os representantes titulares e

suplentes de oito entidades do poder público, por não comparecimento às sessões do conselho. Foram elas: Gabinete do Prefeito; Casa Civil; FCFFC; IPUF; IGEOF; Secretaria de Assistência Social; Secretaria do Continente; e Secretaria do Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Dessa forma, é possível perceber que algumas entidades se colocam menos participativas nos assuntos relacionados às políticas culturais do município. Chama atenção que a FCFFC está entre as referidas entidades que tiveram membros destituídos em 2021, dado que parece corroborar com as informações apresentadas anteriormente, acerca das tensões existentes entre a fundação e o conselho.

Conforme mencionado no início deste tópico, segundo a teoria institucional, na dinâmica das interações estabelecidas no campo, as organizações revelam uma tendência em dar mais importância a algumas relações, em detrimento de outras. Isto é, os agentes acabam interagindo com maior frequência entre si, do que com atores externos (SCOTT, 1995), o que pode facilitar a tentativa de delinear as fronteiras do campo. Levando isso em conta, das quinze entidades do poder público que compõem o CMPCF, foi possível verificar - a partir da observação de sessões do conselho nos últimos quatro anos¹¹⁹ - que são mais frequentes as interações com Fundação Catarinense de Cultura (FCC); com a Secretaria Municipal de Educação; e com as universidades, UFSC e UDESC.

No que tange às relações do CMPCF com as universidades, foi possível perceber que a maior ou menor atuação dessas instituições depende de quem ocupa o cargo como conselheiro. Segundo a entrevistada Célia, a UDESC contou com um representante entre 2012 e 2015, Lucas da Rosa, que era “muito envolvido [com as atividades do conselho]”. Célia relata que “nas assembleias, nas conferências, ele gostava muito de participar” e chegou a fazer parte da mesa diretora. “Então, ele trazia muito a participação da UDESC; depois entrou a Maria Cristina da Rosa, que virou presidente do conselho. A UDESC sempre se envolveu muito, principalmente quando estava o Lucas e quando a Cris foi presidente [2016]”. Mais recentemente, na gestão 2019/2021, Célia ressalta a participação da representante da UDESC, Daiane Dordete, que “sempre foi bastante crítica e participativa”.

¹¹⁹ Desde 2019, a pesquisadora participa regularmente das reuniões do CMPCF, como representante titular da UFSC.

Além das ações da UDESC por meio de seus representantes no CMPCF, observou-se que dentre as pessoas entrevistadas na pesquisa a maioria delas concluiu cursos de graduação no Centro de Artes (CEART) da UDESC. Dessa forma, ao oferecer diversos cursos de graduação relacionados ao campo da cultura, principalmente, no que concerne às diversas linguagens artísticas, a UDESC demonstra estabelecer interações com os agentes do campo, com formação de profissionais vinculados ao campo da cultura.

Sobre as relações desenvolvidas com a UFSC, foi possível observar que o período de reconstrução do CMPCF, em 2010, contou com participação de alguns servidores da UFSC, vinculados ao Núcleo de Estudos Açorianos (NEA). Na primeira gestão do CMPCF, de 2010 a 2011, o servidor da UFSC Francisco do Vale Pereira teve uma destacada atuação. Pelo seu trabalho no NEA, Francisco colaborou com a criação da setorial de cultura popular e, por meio dela, foi eleito conselheiro. Na segunda gestão, entre 2012 e 2013, seguiu como conselheiro pela setorial de cultura popular e foi eleito vice-presidente, junto de Marcelo Seixas, que assumiu a presidência. Na gestão seguinte, Francisco tornou-se presidente do CMPCF, atuando nesse cargo entre 2014 e 2015.

Mesmo não ocupando a cadeira da UFSC nas vagas destinadas ao poder público, o trabalho do servidor junto ao NEA - e sua atuação direta com a cultura popular em Florianópolis - parece ter possibilitado seu envolvimento com as atividades do CMPCF. Além disso, a cadeira destinada à UFSC foi ocupada entre 2014 e 2015 pelo servidor Joi Cletison, que também atuava no NEA neste período, em conjunto com Francisco.

Mais recentemente, segundo a entrevistada Célia, a servidora da UFSC Zélia Sabino, ao ingressar no CMPCF como representante da universidade, teve uma destacada atuação. Para a entrevistada, “a Zélia começou a puxar muito o trabalho pela UFSC. Porque, sim, cada um traz o seu lugar de origem para trabalhar junto [no CMPCF]. E a Zélia, eu me lembro, começou a chamar pessoas da UFSC para ajudar com formações aos conselheiros”.

As formações relatadas pela entrevistada dizem respeito à participação da UFSC em 2019, quando o CMPCF organizou um ciclo de encontros de capacitação dos conselheiros/as e convidou docentes da UFSC para a atividade. A principal responsável por esta articulação entre o CMPCF e professores da universidade foi a servidora Zélia,

que atuava como representante titular da UFSC no conselho na época e estava como membro da mesa diretora na gestão 2018/2019.

No ciclo de capacitação foram realizados três encontros, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), entre julho e agosto de 2019, com os seguintes temas: “Cultura e Desenvolvimento”, com a professora Rosimeri Carvalho da Silva; “Políticas Públicas: Histórico no Brasil e Administração Participativa”, com o professor Alfredo Manevy; e “Sistemas Nacional e Municipal de Política Cultural”, com a professora Eloise Dellagnelo. Na ocasião, a ALESC ofereceu a gravação dos encontros que se encontram disponíveis no canal do Youtube do CMPCF¹²⁰.

As professoras Rosimeri Carvalho e Eloise Dellagnelo, vinculadas ao Observatório da Realidade Organizacional da UFSC, do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGAdm/UFSC), são autoras de diversos trabalhos acerca de temáticas como gestão de organizações culturais e políticas públicas da cultura, além de terem orientado uma série estudantes de pós-graduação, com pesquisas sobre o campo da cultura no Brasil. A professora Eloise também coordenou o Projeto de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, financiado pelo governo federal e executado pela UFSC.

O professor Alfredo Manevy, vinculado ao Departamento do Curso de Cinema da UFSC, além de ser docente, tem vasta experiência como gestor cultural: foi assessor na gestão Gilberto Gil do Ministério da Cultura (2003-2006), Secretário de Políticas Culturais (2006-2008), Secretário-Executivo (2008-2010), Secretário-adjunto de cultura do município de São Paulo (2012-23) e diretor presidente da Spcine (2014-2016). Ademais, coordenou no Ministério da Cultura a elaboração do projeto de lei do Plano Nacional de Cultura.

A UFSC, dessa forma, demonstrou participação significativa no campo ao oferecer contribuições para a formação de conselheiros/as acerca de temas centrais sobre cultura.

Dito isso, a partir das relações estabelecidas entre as diferentes organizações e agentes ao longo do tempo, delimitar as fronteiras do campo da cultura em Florianópolis com clareza não se mostrou uma tarefa fácil. Tendo em vista o dinamismo da inclusão de grupos e o aumento e/ou diminuição das relações com determinados

¹²⁰ Acesso em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLVA4KHdv8huFSMUu0mIydttd_k-cVi6eGn

agentes, principalmente no que concerne o CMPCF, a configuração do campo demonstra estar em permanente modificação.

Nesse sentido, as políticas públicas desenvolvidas para o setor a nível nacional - como o Programa Cultura Viva - pareceram contribuir para a ampliação da definição de quais grupos fazem parte do campo e, além disso, as questões de identidade cultural - no âmbito local - também apresentaram algumas delimitações para o campo. Do mesmo modo, ao serem identificadas organizações com as quais se estabelecem interações mais frequentemente, foi possível verificar os agentes com maior atuação - como por exemplo com a UFSC e a UDESC - o que, em certa medida, contribuiu na tentativa de delimitar as fronteiras do campo.

5.1.7 Aumento do isomorfismo no campo organizacional

Dentre os indicadores de estruturação e tendência à institucionalização de um campo organizacional propostos pelos autores da teoria institucional, considera-se que o aumento do isomorfismo no campo organizacional se configura como um dos principais fenômenos observados quando o campo está na direção de se institucionalizar. Junto dos outros seis indicadores já apresentados, o isomorfismo institucional vem a ser uma importante categoria para ser analisada em um campo organizacional, tendo em vista que tal conceito “constitui uma ferramenta útil para se compreender a política e o cerimonial que permeiam parte considerável da vida organizacional moderna” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p. 77). Isso porque, segundo os autores, as organizações não vão competir apenas por recursos, mas também por poder político, por adequação econômica e social, e por legitimação institucional (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

Conforme o que foi discutido no capítulo 2 deste trabalho, o isomorfismo institucional pode ser definido como as modificações pelas quais passam as organizações no sentido de se tornar compatíveis com as características de seu ambiente institucional, e poderem corresponder aos aspectos estruturais do campo organizacional em que estão inseridas. Tal fenômeno acaba por gerar um processo de homogeneização no campo (DIMAGGIO; POWELL, 2005) e garantir legitimidade às organizações que o compõem.

Com essa discussão, Dimaggio e Powell (2005) sugerem preditores que podem servir para verificação do isomorfismo dentro de um campo. Lança-se mão, portanto, de alguns destes preditores por meio dos quais se buscou analisar o surgimento e/ou aumento de práticas e ações parecidas entre os agentes do campo da cultura em Florianópolis e observar a existência de uma forma de pensar e agir semelhante entre a maioria dos agentes que compõem o campo.

Para síntese dos preditores de isomorfismo, recorre-se à Holanda (2003), que ao referenciar Dimaggio e Powell (1991), apresenta alguns deles da seguinte forma: dependência de recursos; interação com o Estado; e profissionalismo no campo. Com estes enunciados, então, procura-se analisar o grau de isomorfismo no campo organizacional da cultura em Florianópolis.

- Dependência de recursos:

Para Dimaggio e Powell (2005, p.83), “quanto mais um campo organizacional depende de uma única fonte (ou muitas fontes, mas similares) de fornecimento de recursos vitais, maior o nível de isomorfismo”. No campo da cultura, de maneira geral, sabe-se que as fontes de recursos não são muito diversas.

De acordo com Costa, Medeiros e Bucco (2017, p. 524), “há uma grande concentração de recursos financeiros em um grupo restrito de empresas públicas e privadas, tanto entre os incentivadores dos projetos culturais quanto entre os proponentes destes projetos”. Segundo os autores, a estrutura de financiamento da cultura no Brasil se constrói com base no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela Lei nº 8.313/1991 (Lei Rouanet). O programa prevê três formas de apoio financeiro aos projetos culturais no país: Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart), Incentivo Fiscal (LIC) e Fundo Nacional da Cultura (FNC). Como salientam os autores, o incentivo fiscal é a forma mais utilizada no campo, também denominada Renúncia Fiscal ou Mecenato. “Se configura numa forma de estimular o apoio da iniciativa privada ao setor cultural “(COSTA; MEDEIROS; BUCCO, 2017, p.515).

Dessa forma, pode-se dizer que uma das mais importantes fontes de financiamento da cultura no Brasil é uma política pública que acaba por transferir para as empresas a decisão de quais projetos culturais são mais aptos para captar recursos.

Para Costa, Medeiros e Bucco (2017, p.524) “o mercado, por sua vez, tende à geração de renda monopolista, por meio do uso do recurso público para o incentivo de projetos culturais que promovem a imagem organizacional, sobre o monopólio de poucas produtoras e fundações”.

Em Florianópolis, do mesmo modo, uma importante ferramenta de financiamento da cultura é a Lei de Incentivo à Cultura (LIC), criada em 1991, sob gestão da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC). Anualmente, a FCFFC divulga o calendário de reuniões da Comissão de Avaliação de Incentivo à Cultura (CAIC), com os prazos para os envios de projetos culturais pelos proponentes. Do orçamento anual, a Prefeitura Municipal de Florianópolis - por meio da LIC - permite que entre 1 e 2,5% da arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), seja destinada ao apoio de projetos culturais por meio de renúncia fiscal.

Além da LIC, em 2010 foi criado o Fundo Municipal de Cultura de Florianópolis (FMCF), destinado ao financiamento direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas, pessoas jurídicas de direito público, ou pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, que se caracterizem como utilidade pública municipal, conforme determina a Lei do FMCF (Lei nº 8478/2010). Ademais, Florianópolis conta com o Fundo Municipal de Cinema (FUNCINE), instituído pela Lei nº 3252, de 18 de setembro de 1989. É voltado à promoção e fortalecimento da cadeia produtiva do audiovisual no âmbito do Município de Florianópolis.

O Funcine constitui-se como o principal instrumento de fomento para a atividade do audiovisual do Município e do Estado de Santa Catarina. Dentre as políticas implementadas junto ao setor merece destaque o Prêmio de Incentivo à Produção Audiovisual Armando Carreirão que, desde sua criação, tem realizado patrocínio direto à cadeia produtiva do audiovisual, por meio de edital público (SITE da FCFFC, 2023).¹²¹

No entanto, mesmo com previsão de serem lançados anualmente, os editais do FMCF e do FUNCINE ainda não se mostram consolidados como fonte de recurso com a qual as organizações podem contar. O último edital do FMCF foi publicado em dezembro de 2021. Da mesma forma, o edital do Prêmio de Incentivo à Produção Audiovisual Armando Carreirão, do FUNCINE, teve sua última publicação em 2022.

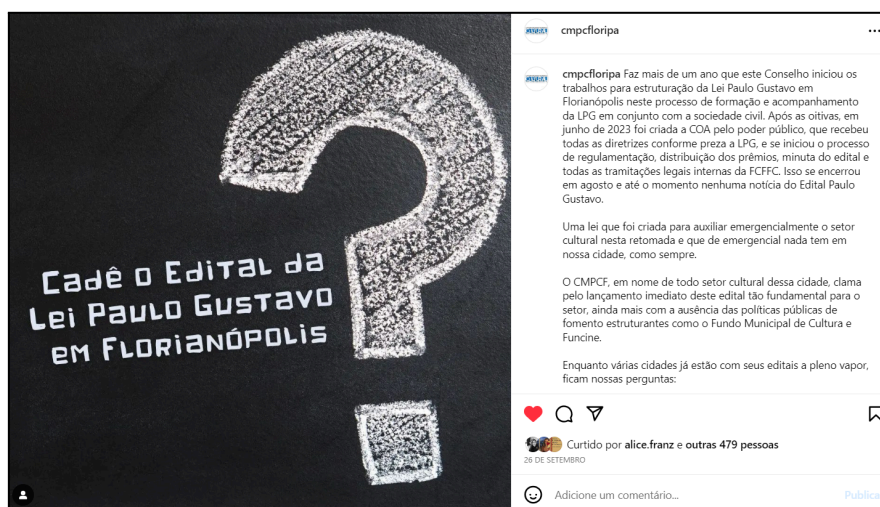
¹²¹ Acesso em: <https://www.fundacaofranklincascaes.com.br/fundo-municipal-de-cinema>

As discussões sobre o FMCF e sobre o FUNCINE são frequentes em assembleias do Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis (CMPCF), nas quais se pode observar que os diversos setores que compõem o campo da cultura reivindicam que essa fonte de financiamento seja aplicada, em cumprimento às leis dos fundos.

Mais recentemente, a partir de 2020, outras fontes de recursos importantes para o campo da cultura são aqueles destinados via Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo. No entanto, verificou-se que a FCFFC tem sido alvo de duras críticas dos demais agentes do campo, devido à falta de transparência nas divulgações de prazo para publicação de editais referentes a estas leis.

No dia 26 de setembro de 2023, o CMPCF fez a seguinte postagem em seu perfil no Instagram:

Figura 25: Postagem sobre Lei Paulo Gustavo no perfil do Instagram do CMPCF



Fonte: Perfil do Instagram do CMPCF (2023)

Diante disso, nota-se que uma das principais queixas das organizações e agentes que compõem o campo organizacional da cultura em Florianópolis é a ausência de garantia de recursos para as atividades do setor.

Para o entrevistado Paulo:

Nós conquistamos muito pouco ainda. O que temos é muito pouco. [Temos que] exigir que o município e o Estado dediquem mais verbas do orçamento para a cultura. As verbas são sempre as menores. A área da cultura sempre tem a verba menor, tanto a nível municipal quanto estadual. E federal

também. Federal já melhorou um pouco em relação ao que era. Mas, por exemplo, a Fundação Franklin Cascaes não tem orçamento, não tem uma verba definida. Ou seja, a área da cultura em Florianópolis teria que ter o orçamento definido para poder trabalhar. Fica dependendo de verba que vem do Ministério da Cultura, de projetos [via Leis de Incentivo] e tal. Mas não tem, não tem o investimento. Porque não há interesse [político].

Observa-se, portanto, que via de regra, os recursos são escassos, pois o campo da cultura não é alvo de investimentos por parte da esfera pública - a qual é sua principal financiadora. Sendo assim, não se verifica variedade de fontes de financiamento e o campo se torna dependente de fontes de recurso muito similares. A dependência de uma única fonte de financiamento parece provocar no campo a necessidade de que as organizações se tornem compatíveis com características específicas do seu contexto institucional, na medida em que todas precisam se adequar aos formatos propostos pelas leis de financiamento e, assim, conseguirem atender aos elementos estruturais do ambiente organizacional em que se encontram. Esse fenômeno, portanto, resulta na criação de um processo que parece favorecer a homogeneização entre as organizações do campo.

- Interação com o Estado:

O Estado, segundo Scott (1995), é visto como um agente coletivo nos campos organizacionais, o qual opera via processo normativo ao regular as atividades, estabelecer leis, alocar recursos, impor taxas e impostos, ou seja, ao exercer o controle regulatório. Para Dimaggio e Powell (2005, p. 83) “quanto mais as organizações em um campo interagem com as agências governamentais, maior o grau de isomorfismo no campo como um todo”.

De acordo com Simões e Vieira (2005), o papel do Estado se mostra significativo no desenvolvimento dos campos organizacionais da cultura, “seja por meio do poder coercitivo que exerce, seja por meio da dependência de financiamento e legislações de incentivo que proporciona” (SIMÕES; VIEIRA, 2005, p.14). Os autores, ao referenciar Carvalho, Pacheco e Guimarães (2004), apontam o papel do Estado e das políticas públicas como determinantes nas ações das organizações pertencentes ao campo organizacional da cultura.

O Estado assume, em diferentes contextos, papéis de dinamizador, preservador, fomentador, transformador, legislador e controlador e, mesmo

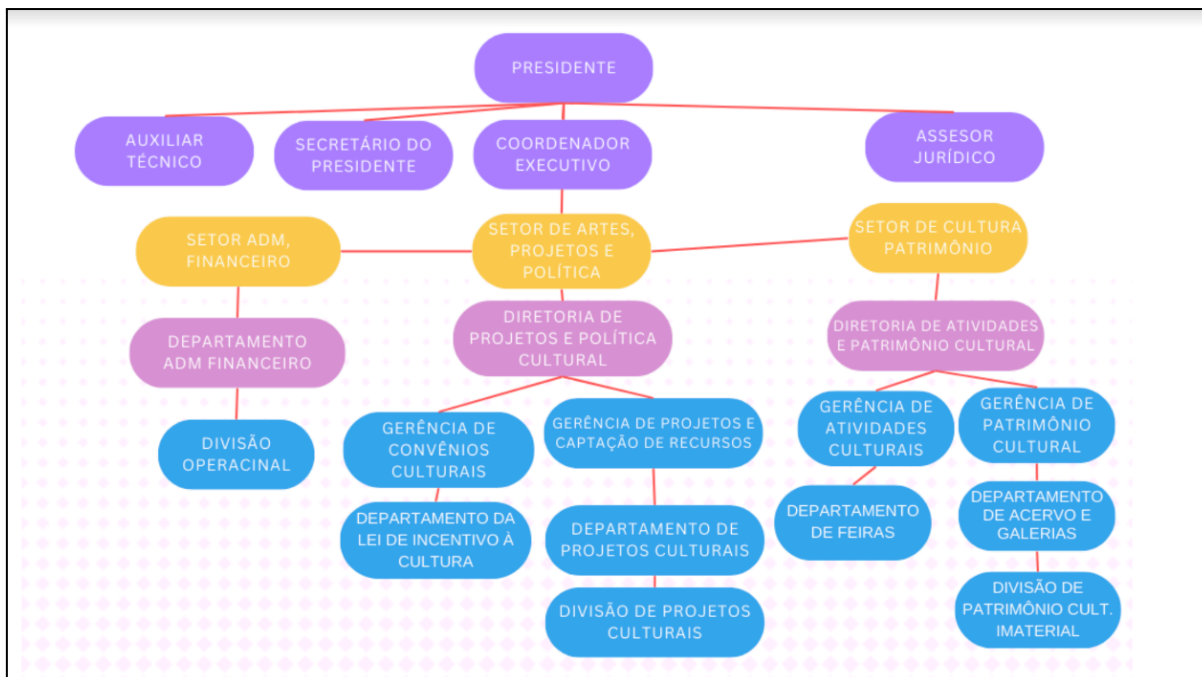
com a transformação que o Estado sofreu mediante a reforma gerencial, seu papel de interventor permanece (SIMÕES; VIEIRA, 2005, p.14).

Como ressalta Calabre (2007), a relação entre o Estado e a cultura tem uma longa história no Brasil. A elaboração de políticas para o setor cultural, no entanto, datam do século XX - quando se verifica uma “preocupação na preparação e realização de ações de maior alcance, com um caráter perene” (CALABRE, 2007, p. 87). Segundo a autora, no caso brasileiro é possível encontrar órgãos responsáveis pela gestão cultural, nos diversos níveis de governo, haja vista que existe uma série de competências legais comuns entre a União, os estados e os municípios. Dentre essas competências, Calabre (2007, p.101) destaca a função de “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos”. Como consequência disso, há diversos órgãos como museus, centros culturais, galerias de arte, bibliotecas e teatros, sob administração da União, dos estados e dos municípios (CALABRE, 2007).

Assim, a gestão cultural expressa a compreensão de cultura - e o que deve ser nela valorizado - dos principais grupos sociais que estão envolvidos com o controle do Estado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007). Pode-se inferir, por conseguinte, que o campo da cultura interage diretamente com o Estado pela necessidade de coordenação do poder público por meio das políticas para o setor cultural, pois o Estado se posiciona tanto como articulador de políticas federativas, como fonte de recurso para o campo.

Em Florianópolis, a relação do campo organizacional da cultura com o Estado se dá com o principal órgão gestor da cultura é a FCFFC, ligada ao poder executivo municipal. A FCFFC está vinculada à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte e, em seu organograma, a fundação se divide em três principais setores: setor administrativo e financeiro; setor de artes, projetos e política; e setor de cultura e patrimônio.

Figura 26: Organograma da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes



Fonte: Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (2023)

Como anteriormente mencionado, a fundação foi criada em 1987 com o propósito de “fomentar uma ação cultural forte, autônoma, proporcionando maior autonomia às políticas públicas para a área da cultura em Florianópolis” (SITE da FCFFC, 2023). De acordo com Santos (2015), ao longo do tempo, a fundação experimentou os impactos de diversas alterações promovidas pelas mudanças da administração municipal, resultando em modificações nas diretrizes, nas atitudes e até mesmo na composição da equipe técnica. Essas mudanças, frequentemente, acarretam efeitos adversos quanto à manutenção dos projetos em andamento, à expertise da equipe, à administração eficaz das diversas áreas de atuação e até mesmo à reputação pública da fundação (SANTOS, 2015).

Estas mudanças periódicas provocam alterações nas diretrizes gerais da gestão da cultura, determinadas basicamente pela amplitude e limites da concepção de gestão cultural do escolhido para ocupar a Superintendência [ou presidência] da Fundação Franklin Cascaes. Designado pelo Prefeito da cidade no início de seu mandato, sem qualquer participação mais ampla dos segmentos culturais interessados, o que denota de forma expressiva a incipiência de nossa democracia, o pouco exercício da cidadania e a quase inexistente organização dos segmentos culturais, cada dirigente da Fundação atende basicamente aos pleitos dos partidos que participaram da coligação eleitoral vitoriosa. Com a mudança de Prefeito, invariavelmente, ocorre a mudança do dirigente cultural e de seu staff (SANTOS, 2015, p.123).

Ainda segundo Santos (2015), a ênfase na valorização da cultura é uma constante nos discursos oficiais dos gestores públicos em Florianópolis. No entanto, o autor ressalta que a realidade do dia a dia na instituição encarregada da gestão cultural no município revela uma notável contradição, dada a escassez de recursos - tanto financeiros quanto materiais e humanos. Santos (2015) salienta que os recursos disponíveis para a administração pública da cultura em Florianópolis sempre estiveram significativamente aquém das demandas geradas pela sociedade. Para o autor, é evidente a restrição de projetos mais ambiciosos, com maior alcance social, devido à impossibilidade de garantir os recursos necessários para sua efetivação (SANTOS, 2015).

Tendo em vista as várias atividades que competem à FCFFC desempenhar, a diminuição do seu número de servidores nos últimos anos e a falta de recursos são reclamações constantes entre os demais agentes do campo da cultura. Segundo a entrevistada Célia, desde sua criação “a fundação teve períodos melhores e piores”, que se relacionam com as gestões da prefeitura ao longo dos anos e refletiram na qualidade das ações desenvolvidas. Célia relata que um dos melhores períodos da fundação foi entre os anos 2001 e 2015, quando a instituição teve sede no Forte de Santa Bárbara. “Nessa época a fundação era ali onde é a Marinha. Então ali tinha mais gente, tanto que só no meu setor tinha mais de cinco pessoas em 2011. Em 2020 tinham só duas”.

De acordo com Santos (2015), a FCFFC, no final de 2012, contava com o número máximo de 54 profissionais técnicos, sendo que a totalidade deles era designada por outros órgãos da Prefeitura Municipal de Florianópolis, principalmente pela Secretaria de Educação. Segundo o autor, esse número é notavelmente reduzido quando comparado a outras cidades catarinenses e capitais brasileiras. Santos (2015) cita como exemplo a Fundação Cultural de Curitiba, capital do Estado do Paraná, que no mesmo ano contava com 650 funcionários, representando uma proporção de “12 vezes mais do que a Fundação de Cultura de Florianópolis para uma população apenas 4 vezes maior” (SANTOS, 2015, p.122).

Dessa forma, observou-se que o baixo número de servidores acaba por resultar na dificuldade em cumprir metas e objetivos estabelecidos pela entidade, o que prejudica seu desempenho geral e a maneira como é vista pelas demais organizações do campo da cultura em Florianópolis.

Enquanto principal órgão gestor da cultura no município, a FCFFC tem a prerrogativa de determinar como de sá a gestão de vários dos espaços culturais de Florianópolis; o uso de recursos, tanto municipais quanto advindos dos governos estadual e federal; o desenvolvimento e o formato de ações culturais; bem como o modelo de gestão adotado para a elaboração e implementação de políticas culturais. Observa-se que as trocas de gestão da prefeitura e a falta de recursos humanos e materiais da FCFFC parecem incidir fortemente sobre as demais organizações do campo, gerando constantes instabilidades e conflitos nas relações entre os agentes do campo. Com as informações que apresentamos até aqui, no decorrer deste capítulo, é possível notar que a relação da FCFFC principalmente com as organizações da sociedade civil que compõem o CMPCF demonstra ser conflituosa e bastante instável, devido a uma série de disputas e embates em torno das políticas culturais da cidade, que são de certa maneira agravadas pela fragilidade da estrutura da FCFFC. Diante disso, observam-se dificuldades entre as organizações em construir práticas isomórficas dentro do campo.

- Profissionalismo no campo:

Segundo Scott (1995), são os grupos profissionais que controlam o conhecimento formal que perpassa um campo organizacional, exercendo esse controle por meio de processos normativos, criando tipificações e elaborando princípios de conduta e ação. Nesse sentido, “quanto maior o grau de profissionalização de um campo, maior a quantidade de mudanças isomórficas institucionais” (DIMAGGIO, POWELL, 2005, p.84).

De acordo com os autores da Teoria Institucional,

As universidades e as instituições de treinamento profissional constituem importantes centros de desenvolvimento de normas organizacionais entre os gerentes profissionais e seus funcionários. Associações profissionais e de investigação constituem outro veículo para definição e promulgação de regras normativas sobre comportamento organizacional e profissional. Tais mecanismos criam um grupo de indivíduos quase intercambiáveis que ocupam posições semelhantes numa ampla gama de organizações. Esses mecanismos possuem similaridades em termos de orientações e inclinações que podem anular variações em tradições e controle que poderia, caso contrário, moldar o comportamento organizacional (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.83).

As universidades, então, mostram-se importantes para um campo organizacional, pois sua atuação na formação profissional acaba por favorecer o desenvolvimento de similaridades nas formas de pensar e agir entre determinados agentes do campo.

Conforme mencionado anteriormente, dentre as pessoas entrevistadas na pesquisa, observou-se que a maioria delas concluiu cursos de graduação no Centro de Artes (CEART) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), pois essa instituição oferece diversos cursos de graduação relacionados ao campo da cultura, sobretudo, relacionados às diferentes linguagens artísticas.

Nos anos 1970, quando o ensino de Artes se tornou obrigatório em Santa Catarina na educação básica, a UDESC foi a principal responsável por suprir a demanda de formação de professores/as por meio do Curso de Educação Artística. Em 1985, ao ser criado o curso de Artes Cênicas, fundou-se o Centro de Artes (CEART)¹²². Após isso, em 1994, a universidade passou a ofertar o curso de Bacharelado em Música e, em 1996, deu início ao curso de Moda¹²³.

Atualmente, a UDESC conta com os seguintes cursos de graduação: Artes Visuais, Design, Moda, Música e Teatro; e com cursos de pós-graduação em Artes Cênicas (mestrado e doutorado), Artes Visuais (mestrado e doutorado), Design (mestrado e doutorado), Moda (mestrado profissional), Música (mestrado e doutorado) e o Mestrado Profissional em Artes (Prof-Artes). O CEART conta com mais de mil alunos e oferece infraestrutura com diversos prédios distribuídos no campus da universidade, localizado no bairro Itacorubi em Florianópolis. Segundo dados dos relatórios de gestão do CEART e do documento “CEART em Números”, entre os anos de 2008 e 2012, 672 estudantes se formaram; e entre 2012 e 2015, o número de graduados foi de 542.

A UFSC, por sua vez, como anteriormente demonstrado, oferece seis cursos de graduação que possuem alguma relação com as temáticas culturais e, nos últimos vinte anos, apresentou uma significativa participação no campo ao ofertar diferentes cursos de extensão. Entre eles, destacam-se as oficinas de arte do Departamento Artístico Cultural (DAC) e os cursos promovidos pelo Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU).

¹²² Em março de 2022 o Conselho Universitário da Udesc aprovou a inclusão das palavras “Design” e “Moda” ao nome do centro, e o centro passou a se chamar Centro de Artes, Design e Moda.

¹²³ Informações coletadas no site do CEART/UDESC: <https://www.udesc.br/ceart/sobrecentro/historico>

Faz-se importante salientar que o profissionalismo no campo da cultura não aparenta ser uma prerrogativa exclusiva da formação em nível superior. Ao se levar em conta a amplitude do conceito de cultura, torna-se relevante considerar que a habilidade profissional vai além do diploma acadêmico. Isto é, a abrangência do termo "cultura" remete não apenas às expressões artísticas, mas também à diversidade de manifestações culturais e práticas sociais. Dessa forma, parece possível afirmar que o profissionalismo no campo inclui saberes múltiplos e diversos, os quais se relacionam em certa medida com o alargamento da própria noção de cultura e com a inclusão de grupos que foram historicamente excluídos do campo.

Em Florianópolis, alguns setores parecem contar com agentes que se profissionalizaram a nível acadêmico, como é o caso das artes cênicas, da música e das artes visuais e integrantes dos setores como os da cultura popular, cultura negra e hip hop, parecem apresentar menor grau de acesso à educação formal. Segundo a entrevista Rita, a formação universitária não é uma premissa para os agentes integrarem o campo da cultura. Nas palavras dela:

[Tem] muita gente da universidade na minha área [das artes cênicas]. Não acho que é um recorte da cultura, de jeito nenhum, se você pensar as culturas - aí, eu vou pensar nas setoriais de hip hop, cultura negra, LGBT - não acho que o atravessamento passa pela educação... assim pela graduação e pós-graduação. Acho que é outro lugar. Mas na minha área, das artes cênicas, artes performáticas, muitas pessoas [são] universitárias.

Quanto à formação específica para gestores culturais, tanto no âmbito público quanto no privado, observa-se que há uma demanda significativa por capacitação e, muitas vezes, uma carência de cursos especializados no país. A falta de formação específica, nesse sentido, pode resultar em certos desafios para os profissionais que atuam no campo. Percebe-se, de maneira geral, que a demanda por formação é constante no campo da cultura no Brasil. Kauark, Costa e Vilutis (2017) buscaram refletir sobre a experiência do Programa de Formação e Qualificação de Agentes Culturais¹²⁴, ofertado pelo Governo da Bahia em parceria com o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), da Universidade Federal da Bahia. Segundo os autores, é possível afirmar que a capacitação continuada e interdisciplinar de agentes culturais é apontada com profunda relevância; e a falta de qualificação profissional demonstrou seu um relevante desafio a ser superado (KAUARK; COSTA; VILUTIS, 2017).

¹²⁴ Acesso em: <https://cult.ufba.br/wordpress/programa-de-formacao-e-qualificacao-de-agentes-culturais/>

A capacitação de gestores de cultura e de conselheiros está prevista na meta 36 do Plano Nacional de Cultura (PNC). De acordo com o texto do PNC,

É fundamental que as pessoas que trabalham com política e gestão cultural recebam capacitação específica na área de cultura. Por isso, pretende-se, com esta meta, que o Ministério realize ações que estimulem cursos de qualificação para gestores e também para conselheiros de órgãos que fazem parte do Sistema Nacional de Cultura (SNC) (PNC, 2013, p.100).

Além disso, o Plano Municipal de Cultura de Florianópolis também tem como um dos seus objetivos gerais “estimular a formação cultural”, por meio de ações de formação continuada para gestores, administradores, técnicos e produtores culturais; incentivando a formação livre, técnica e acadêmica aos diversos setores culturais; e, também, fomentando a organização de eventos permanentes de capacitação e reflexão.

Na capital catarinense, percebe-se que a demanda por capacitação se faz presente no campo, sobretudo no que se refere à compreensão de temas fundamentais sobre gestão cultural e ao desenvolvimento de habilidades técnicas para inscrição em editais que disponibilizam recursos financeiros.

A ausência de formação pode ter diversos impactos no campo da cultura, haja vista que - de acordo com a teoria institucional - é por meio do conhecimento técnico dos agentes de um campo organizacional que se fortalecem o estabelecimento de normas e a formulação princípios orientadores para conduta e ação das organizações do campo (DIMAGGIO, POWELL, 2005), favorecendo, assim, o isomorfismo entre as organizações.

Dito isso, perante o que foi apresentado no decorrer deste tópico, percebe-se que os preditores de isomorfismo analisados, de maneira geral, não aparentam incidir fortemente sobre o campo organizacional da cultura em Florianópolis.

5.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL DA CULTURA EM FLORIANÓPOLIS

Para analisar a estruturação e a possível institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis, recorreu-se aos sete indicadores da literatura (no âmbito da teoria institucional), realizando-se o esforço de organizar as informações coletadas na pesquisa com base em cada um dos indicadores, a fim de

tentar refletir sobre a estruturação do campo em análise e sua possível institucionalização.

Parte-se da premissa teórica de que a institucionalização de um campo organizacional favorece as organizações que a ele pertencem. Isso porque, segundo Fonseca (2003), ao incorporarem orientações previamente estabelecidas no campo, as organizações encontram legitimação para suas atividades e condições para a manutenção da sua sobrevivência. De acordo com a autora, os ambientes institucionais se caracterizam pela “elaboração e difusão de regras e procedimentos que proporcionam às organizações legitimidade e suporte contextual” (FONSECA, 2003, p.55).

Holanda (2003), referenciando os autores da teoria institucional, ressalta que a busca pela legitimidade resulta na semelhança das práticas organizacionais dentro do campo - reconhecido como isomorfismo. Segundo a autora, para obter respaldo do ambiente em que estão inseridas, as organizações adotam um comportamento isomórfico, moldando suas estruturas e processos de acordo com as prescrições institucionais. Dessa forma, à medida que conseguem se tornar isomórficas, as organizações se legitimam e conquistam os recursos necessários para sua sobrevivência (MEYER; ROWAN, 1977).

Com isso em mente, buscou-se refletir sobre a estruturação e possível institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis, pois considera-se que a legitimidade e sobrevivência de organizações culturais são relevantes para o sucesso de políticas públicas de cultura na cidade.

Segundo Barbalho (2014), a partir de 2003, com o governo Lula, houve uma mudança estrutural no contexto do Ministério da Cultura e das políticas culturais no país. Mesmo que a principal forma de financiamento do setor ainda fosse por meio de leis de incentivo, para o autor “há um esforço por parte do Ministério em institucionalizar as políticas culturais, não apenas no âmbito federal, mas também nos demais níveis da federação” (BARBALHO, 2014, p. 72). O MinC, dessa forma, sinalizou como um objetivo a ser cumprido: a transformação das políticas de cultura em políticas de Estado, para que deixassem de sofrer com as discontinuidades das políticas de governo (BARBALHO, 2014).

De acordo com Dellagnelo, Salles e Silva (2019), com uma nova fase da política nacional para a área da cultura no país, as propostas de democratização e participação são estabelecidas no programa do governo federal chamado “A imaginação a serviço do

Brasil: programa de políticas públicas de cultura”. Conforme ressaltam as autoras, esse documento apresenta dois aspectos que podem ser considerados marcos históricos frente ao que o campo da cultura vivia até então no país. São eles, a visão ampliada da cultura, baseada numa perspectiva antropológica; e a efetiva democratização da gestão e das políticas culturais (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019). Além disso, esse programa

Propunha uma grande reforma do aparelho nacional de gestão da cultura por meio da articulação entre estados e municípios e o governo federal e a descentralização regional de recursos mediante a institucionalização dos fundos geridos de forma compartilhada com a sociedade (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019, p. 55) .

Diante disso, observa-se que surge um contexto de referência importante para o campo da cultura no Brasil. Segundo Holanda (2003), referenciando Meyer (1994), as organizações são impregnadas por práticas disseminadas em um campo organizacional que, por sua vez, derivam de modelos organizacionais mais amplos, em nível global. Isto é, as práticas organizacionais, em algumas situações, têm sua origem na conexão estrutural e simbólica entre o campo organizacional e sistemas sociais e ideologias mais abrangentes (FONSECA, 2003). Com isso, segundo a autora, as organizações dentro de um determinado campo se identificam com padrões globais e os ajustam conforme sua realidade local.

As organizações que compõem um dado campo se espelham em determinado contexto de referência para desenhar suas estruturas e processos e instituir suas práticas organizacionais. Há distintos níveis de contextos de referência: local, regional, nacional e internacional. O contexto de referência determina as normas, os valores e as crenças que influenciam a estruturação das organizações dentro de um campo (FONSECA, 2003, p. 41 e 42).

Segundo Barbalho (2014, p.77), é plausível afirmar que em torno do SNC houve “um processo de hegemonização, ou seja, de construção de uma ampla identidade social, com essa política cultural”, sendo o MinC o principal agente de mobilizações e articulações no campo. Portanto, a nível nacional, percebe-se a criação de um contexto de referência que passou a guiar as ações de organizações do campo da cultura em todo o Brasil.

Nesse período, houve grande circulação de documentos normatizadores e materiais informativos com os quais as organizações do setor cultural puderam contar

para que se criassem determinados padrões de ação, no sentido de alcançar a implementação do SNC nos estados e municípios brasileiros. Conforme apresentado anteriormente, em 2009, o MinC realizou seminários em 24 estados, para divulgar a proposta de implementação do SNC e entre 2011 e 2012, “foram elaborados e distribuídos no país o documento intitulado “Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC” e as cartilhas “Guia de Orientações do SNC (Perguntas e Respostas) – para Municípios” e “Guia de Orientações do SNC (Perguntas e Respostas) – para os Estados” (BARBALHO, 2014, p.78 e 79)

Além dos documentos elaborados e distribuídos pelo MinC, a realização da 2ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), em 2010, e da 3ª CNC, em 2013, foram acontecimentos marcantes que se mostraram fundamentais no esforço de institucionalização do campo da cultura no Brasil (BARBALHO, 2014).

No que se refere à análise da estruturação e possível institucionalização, do campo organizacional da cultura na capital catarinense, considerando-se o período entre 2003 e 2023, percebe-se que, de maneira geral, o campo está em estruturação, não sendo possível verificar sua institucionalização. Verificou-se que o órgão gestor da cultura no município tem uma estrutura administrativa precária e uma lógica de funcionamento contrastante com o contexto de referência estabelecido a nível nacional. Com isso, foi possível observar a existência de entraves entre as principais organizações que compõem o campo da cultura em Florianópolis, o que afetou a estabilização das relações dentro desse campo organizacional e, em certa medida, prejudicou sua estruturação.

No entanto, observou-se que houve períodos específicos ao longo dos últimos vinte anos em que os indicadores de estruturação se mostraram mais evidentes. Isso porque as organizações que compõem o campo não são totalmente isoladas, sendo possível verificar que há interação entre elas e algum reconhecimento da importância umas das outras, o que possibilita que estejam conectadas e sejam afetadas por um sistema de relações, exercendo influência mútua, direta ou indiretamente (DIMAGGIO e POWELL, 1983; SCOTT, 1995).

Sendo assim, entre os anos de 2009 e 2015, foi possível notar que se desenvolveram no campo, de maneira mais intensa, alguns esforços de estruturação. Tal período coincide com as amplas ações que estavam ocorrendo a nível nacional em torno do Sistema Nacional de Cultura (SNC) que, conforme apresentado no tópico 2.1.3, se

caracterizou como um importante momento para a institucionalização do campo da cultura no Brasil.

Observou-se, então, que o campo da cultura em Florianópolis se guiou pelo contexto de referência a nível nacional, sobretudo no que tange o período a partir de 2009, quando se difunde no país uma nova concepção de cultura e se intensificam as ações em torno do SNC. Foi possível observar que as organizações do campo, sobretudo o CMPCF, buscaram absorver a visão ampliada de cultura que vinha sendo proposta na esfera nacional, bem como desempenharam esforços para aumentar a participação democrática na gestão da cultura do município.

Parece possível defender, deste modo, que as organizações e agentes do campo da cultura na capital catarinense, com a adesão ao SNC, impulsionaram a estruturação do campo no contexto local, principalmente, no período entre 2009 e 2015. Tal feito pode ser observado nas ações de reconstrução do Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis, em 2009; na criação do Fundo Municipal de Cultura, em 2010; na realização de cinco Conferências Municipais de Cultura neste período (nos anos de 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015) e, também, na elaboração do Plano Municipal de Cultura, que foi aprovado em 2015.

Com a análise dos indicadores de estruturação no campo da cultura em Florianópolis, apresentada no decorrer deste capítulo, torna-se possível inferir que o campo em estudo - nos últimos vinte anos - apresentou dificuldades em alcançar a institucionalização. Porém, é possível reconhecer maiores esforços de estruturação principalmente entre 2009 e 2015, quando os agentes estavam buscando incorporar práticas organizacionais difundidas pelo contexto de referência a nível nacional, no período de adesão ao SNC.

Nesse período, então, houve um aumento significativo no grau de interação entre as organizações que atuam no campo cultural, sendo este favorecido pela realização das conferências municipais de cultura, com destaque para o evento ocorrido em 2012, voltado para a construção do Plano Municipal de Cultura. Além disso, notou-se um incremento nas interações durante os movimentos Ocupa CIC (2012), Ocupa MinC (2016) e no Fórum de Cultura da Grande Florianópolis sobre a Lei Aldir Blanc (2020).

Embora a circulação de informações ainda seja limitada, especialmente pela ausência de uma base de dados abrangente sobre o setor cultural em Florianópolis, o período de adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) foi marcado por um

favorecimento do fluxo de informações, proporcionado por materiais produzidos pelo Ministério da Cultura (MinC), como cartilhas e guias de orientações.

As organizações do campo manifestaram a sensação de estarem unidas em uma mesma empreitada, evidenciada nos esforços para a instituição do conselho, fundo e plano de cultura, bem como nas manifestações dos movimentos Ocupa CIC e Ocupa MinC, e na aprovação da Lei Aldir Blanc. Contudo, as principais organizações (FCFFC e CMPCF) operam com dinâmicas distintas, tornando as divergências mais acentuadas e dificultando o desenvolvimento da sensação de confiança mútua.

Quanto à adesão à lógica institucional que guia as atividades no campo, destacou-se um aumento no grau de concordância durante o período de adesão ao SNC, quando as organizações demonstraram alinhamento à lógica institucional nacional, marcada pela construção de uma gestão da cultura democrática, transparente e participativa. No entanto, foi observado que a FCFFC opera com outra lógica institucional, hierarquizada e com pouco diálogo, gerando conflitos no campo.

Acerca do isomorfismo no campo organizacional, foi observada uma dificuldade em que sejam estabelecidas práticas isomórficas no campo. Por meio da análise de três preditores, foi possível notar que, apesar de haver forte dependência de recursos - com o compartilhamento das mesmas fontes de financiamento por parte das organizações culturais- a interação com o Estado, intermediada pela FCFFC, é instável e o profissionalismo no campo fica restrito pela formação acadêmica de agentes vinculados às Belas Artes, havendo ausências de formação em gestão cultural. Dessa forma, não é possível afirmar que se verificou o isomorfismo no campo em análise.

Considerando que as universidades são agentes que compõem o campo, busca-se refletir, agora, as relações entre as ações empreendidas pela UFSC na área da cultura com a estruturação do campo na capital catarinense. Sendo assim, diante daquilo que foi apresentado até aqui, propõe-se no capítulo seguinte a análise de como se deu a participação da UFSC na estruturação do campo em estudo.

6. A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ORGANIZACIONAL DA CULTURA EM FLORIANÓPOLIS (2003 - 2023)

Conforme já apresentado, a estruturação do campo organizacional da cultura em Florianópolis foi impulsionada principalmente entre os anos de 2009 e 2015. Sabe-se que, segundo os pressupostos da teoria institucional, a estruturação de um campo precede sua institucionalização e que esse processo não é definitivo, se alterando de acordo com circunstâncias relacionadas ao tempo histórico. Dessa forma, percebe-se que o período em que os indicadores de estruturação são mais evidentes no campo é quando os debates em torno do Sistema Nacional de Cultura estão sendo estimulados na esfera nacional o que, por conseguinte, afetou o campo da cultura na esfera municipal da capital catarinense.

Faz-se importante resgatar o pressuposto já mencionado anteriormente, de que as universidades podem ser consideradas instituições culturais por todo o conjunto de ações que têm potencial de desenvolver em seu cotidiano (RUBIM, 2019). De acordo com Souza et.al (2019), é possível afirmar que há uma potencialidade para formação de redes de criação, produção, circulação e fruição cultural, a partir da articulação entre ações, projetos, políticas e estruturas acadêmicas e de gestão voltadas ao campo cultural, que são desenvolvidas pelas universidades no Brasil.

Tendo isso em vista, buscar-se-á no presente capítulo refletir sobre como as ações da UFSC na área da cultura contribuíram para os esforços de se estruturar o campo em Florianópolis. Parte-se da pressuposição que a UFSC é um dos agentes do campo organizacional da cultura, pois conforme argumentam os autores Goulart, Vieira e Carvalho (2005), as universidades ocupam um importante e privilegiado espaço na sociedade, sobretudo no que concerne à produção científica no Brasil. Porém, não apenas nesta área da ciência. Defende-se que as universidades são também instituições culturais, pela potencialidade que têm de criar, transmitir e desenvolver inúmeras atividades culturais nos seus cotidianos (RUBIM, 2019).

Como apresentado no capítulo 4, fez-se o levantamento das principais ações da universidade na área da cultura e foram identificadas, no estudo, diversas atividades em torno do ensino, da pesquisa e da extensão, nos últimos vinte anos. Contudo, o que se busca neste momento é tentar verificar quais dessas ações tiveram suficiente expressividade para “sair” de dentro da UFSC e chegar ao campo da cultura no município, contribuindo para a estruturação deste campo na cidade de Florianópolis.

Foi possível observar que, de maneira geral, a atuação da UFSC na área da cultura se relaciona de modo mais evidente com os indicadores de estruturação que se

referem ao incremento no fluxo de informação com o qual as organizações dentro do campo devem contar, e ao aumento do grau de concordância com lógica institucional que guia as atividades dentro do campo. Nesse sentido, diante do volume de ações realizadas pela universidade na área da cultura, fez-se necessário identificar aquelas que aparentemente tiveram maior influência na estruturação do campo e agrupá-las em conjuntos.

Para a análise, portanto, foram criados dois grandes conjuntos de ações da UFSC que parecem ter influenciado as dinâmicas observadas no campo da cultura em Florianópolis. São eles: 1) ações de formação e profissionalização; e 2) ações relacionadas ao Sistema Nacional de Cultura. A partir disso, objetiva-se evidenciar como se deu a participação da UFSC na estruturação do campo organizacional da cultura em Florianópolis.

6.1 AÇÕES DE FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO

Observa-se que a UFSC teve uma atuação no campo, no que concerne à realização de ações que favorecem em alguma medida o aumento da profissionalização dos agentes do campo organizacional da cultura em Florianópolis. Como já mencionado, a profissionalização é um importante preditor de isomorfismo em um campo organizacional. De acordo com Dimaggio e Powell (2005), as universidades se caracterizam como instituições de “treinamento profissional”, constituindo-se como centros em que se desenvolvem normas organizacionais; e atuam, então, moldando o comportamento organizacional dos agentes no campo.

Sendo assim, faz-se importante ressaltar as ações de profissionalização realizadas pela UFSC. Entre elas, destacam-se, primeiramente, os cursos de graduação vinculados à área da cultura. Como demonstrado no tópico 4.2.3 - quando foram apresentadas as principais ações relacionadas ao campo cultural no âmbito do ensino - identificou-se que a UFSC conta com seis cursos de graduação que têm relação com as artes e com a cultura, de forma mais direta. São eles: Letras Português, Cinema, Artes Cênicas, Museologia, Antropologia e Animação. Com a oferta destes cursos, a UFSC participa de uma parcela da profissionalização de agentes que vão atuar no campo da cultura em Florianópolis ou em outras localidades do país.

Observou-se que o curso com a maior quantidade de graduados é o de Letras / Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa, com um total de 972 formados, sendo o mais antigo entre os cursos oferecidos na UFSC. De acordo com o seu Projeto Pedagógico, o objetivo principal dessa graduação é capacitar profissionais, incluindo professores e bacharéis, para lidar de maneira reflexiva e crítica com temáticas e questões relacionadas aos conhecimentos linguísticos e literários.

Chama atenção que, conforme indicado pelo Boletim de Dados da UFSC (2022), em 2005, o curso de Cinema registrou um total de 740 candidatos no vestibular. Desde então, tem mantido sua posição entre os cursos mais concorridos na seleção de ingresso da UFSC, o que demonstra uma alta procura por profissionalização nessa área e a UFSC apresenta, então, sua contribuição com a oferta dessa graduação.

De maneira geral, percebe-se que a atuação da UFSC em relação às ações de profissionalização na área da cultura ganhou impulso a partir do início dos anos 2000, especialmente com a criação dos cursos de Cinema e Artes Cênicas. Considerando a fundação da UFSC em 1960, constata-se que seu envolvimento na formação de profissionais no âmbito cultural é relativamente recente.

Sobre a participação da UFSC quanto às ações de formação de agentes do campo organizacional da cultura em Florianópolis, destacam-se, também, a oferta de cursos e oficinas de caráter não acadêmico, mas que também podem ser consideradas ações com certa influência sobre o campo.

Ressaltam-se as oficinas de teatro oferecidas pelo DAC e a atuação do Grupo Pesquisa Teatro Novo (GPTN), sob coordenação da servidora Carmen Fossari. Criada em 1976, a Oficina Permanente de Teatro (OPT), oferecida pelo GPTN, foi uma das primeiras iniciativas voltadas à formação não acadêmica de artistas em Florianópolis. Muitos atores e atrizes que posteriormente passaram a se vincular a companhias profissionais de teatro, participaram da OPT. A UFSC, assim, contribuiu em certa medida para a formação de agentes na área do teatro. O GPTN permanece e continua a ser um ambiente formativo, especialmente pelas atividades da OPT.

Por meio do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), observou-se, também, que a UFSC teve significativa participação no que tange cursos de formação voltados à cultura de base açoriana na região litorânea do estado. Nesse sentido, destaca-se a atuação do núcleo na realização anual da Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina – AÇOR, um evento itinerante que ocorre em diferentes municípios do litoral catarinense.

Nessa celebração, é promovida uma exposição sobre cultura de base açoriana, destacando elementos como folclore, gastronomia, religiosidade, artesanato, danças, entre outros. Essa festividade é sempre organizada em colaboração com as Prefeituras Municipais, Universidades Regionais e Fundações Culturais, em que o NEA ministra cursos e palestras destinados a professores do ensino fundamental, médio e superior no estado de Santa Catarina.

Além disso, em ações de formação, destaca-se também a atuação do Núcleo de Estudos Museológicos da UFSC (NEMU), que esteve ativo durante entre 1997 e 2013 e ofereceu diversos cursos e seminários na área da museologia. O NEMU teve sua atuação reconhecida em 2006, pelo Departamento de Museus Culturais do IPHAN por sua atuação em Santa Catarina. Existiam poucos cursos de graduação em museologia no Brasil, até então, e o NEMU desempenhou um importante papel de formação de agentes dessa área.

O NEMU teve, também, participação na implementação do Sistema Estadual de Museus em Santa Catarina. A nível municipal, conforme apresentado anteriormente, o NEMU encontrou dificuldades em realizar ações em conjunto com a FCFFC. Ainda assim, considera-se que a UFSC, por meio do NEMU, teve uma importante contribuição no fortalecimento da área da museologia no estado, algo que se reflete - ainda que indiretamente - na criação do curso de graduação na UFSC, em 2009.

Por fim, mais recentemente, é relevante destacar uma ação de formação promovida pelo CMPCF em parceria com a UFSC, quando realizou-se uma série de encontros para a capacitação de conselheiros, com participação de docentes da universidade no ano de 2019. Os encontros foram realizados em três sessões e em cada uma delas foram abordados temas centrais para a gestão pública da cultura, quais sejam: Cultura e Desenvolvimento, Políticas Públicas: Histórico no Brasil e Administração Participativa, e Sistemas Nacional e Municipal de Política Cultural.

Tais ações da universidade, portanto, junto dos cursos de graduação, demonstraram ter certa relevância para a formação e profissionalização de agentes do campo da cultura na capital catarinense. No entanto, considerando-se o volume de ações desempenhadas pela UFSC, que foi apresentado no capítulo 4, parece possível afirmar que a universidade aparentemente não conseguiu estabelecer ações que contribuíram fortemente para a profissionalização de agentes do campo.

Ressalta-se que, de acordo com a teoria institucional, a profissionalização no contexto de um campo organizacional favorece o aumento do isomorfismo. Isso porque, segundo DiMaggio e Powell (2005, p. 79), a profissionalização reflete a “luta coletiva dos membros de uma profissão para definir as condições e métodos do seu trabalho, e estabelecer uma base cognitiva e legitimação para a autonomia da profissão”. Segundo os teóricos institucionalistas, dois elementos da profissionalização são considerados fontes significativas de isomorfismo. Um deles envolve o respaldo da educação formal e da legitimação com base cognitiva, originada por especialistas universitários. O segundo aspecto refere-se ao crescimento e à formação de redes profissionais que perpassam as organizações, permitindo a rápida disseminação de modelos de práticas organizacionais no campo (DIMAGGIO, POWELL, 2005).

6.2 AÇÕES RELACIONADAS AO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Conforme o que se apresentou sobre o campo organizacional da cultura em Florianópolis, foi possível verificar que a sua estruturação foi impulsionada pelas ações realizadas em torno do Sistema Nacional de Cultura e demais políticas culturais a cargo do Ministério da Cultura. Dessa forma, observou-se que a UFSC teve participação no campo por meio de ações que se relacionam - em alguma medida - com o SNC. Primeiramente, chama-se atenção para a atuação da UFSC no CMPCF. A universidade ocupa uma cadeira no conselho que prevê representação (e conseguinte atuação) neste importante órgão do campo da cultura da cidade, desde a recriação do conselho em 2009.

Além disso, ressalta-se que, em paralelo às ações desenvolvidas pela Universidade Federal da Bahia no que se refere à elaboração dos planos municipais de cultura, observa-se a significativa atuação da UFSC na realização do Projeto de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura (PAEPEC), a qual contribuiu fortemente para a criação e fortalecimento de um contexto de referência, a nível nacional e estadual, para o campo da cultura em Florianópolis. Ademais, o PAEPEC favoreceu a difusão da lógica institucional proposta pelo MinC, para uma gestão da cultura pautada em princípios como valorização da diversidade cultural; ampliação do acesso universal aos bens e serviços culturais; cooperação entre os diferentes entes federados, assim como entre os agentes públicos e privado; democratização dos processos decisórios com

a participação e controle social; e descentralização coordenada e acordada da gestão, dos recursos e das ações.

6.2.1 A participação da UFSC no Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis

Dentre as organizações com forte influência no campo da cultura na capital catarinense, destacam-se a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC) e o Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis (CMPCF). Como apresentado anteriormente, percebe-se que estas duas organizações são as que mais exerceram as pressões isomórficas nos demais agentes do campo, no sentido de provocar tendências à estruturação e conseqüente institucionalização. Contudo, nota-se que o CMPCF foi a organização que mais absorveu as discussões em torno do SNC a nível federal e, com isso, fez reivindicações para uma maior atuação da FCFFC, sobretudo a partir de 2009, a qual - devido ao contexto histórico e político, e aos funcionários que lá estavam na época - respondeu positivamente às solicitações do CMPCF e fez seu papel de entidade do Estado, organizando conferências municipais e mobilizando o campo em prol da adesão ao SNC. Ainda que com constantes embates políticos entre as duas organizações, parece possível afirmar que houve um período em que ambas lograram trabalhar em certa sintonia, articulando os demais agentes do campo.

Nesse sentido, pode-se dizer que a reconstrução do CMPCF e a eleição dos primeiros conselheiros/as em 2010, é um importante marco para o campo da cultura no município. Pois, a partir disso, o CMPCF vai se fortalecendo e se consolida como uma importante organização que conta com representações da sociedade civil e do poder público.

De acordo com o que já foi mencionado, na primeira gestão do CMPCF observou-se uma destacada atuação do servidor da UFSC, Francisco do Vale Pereira, que através de seu trabalho no Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), contribuiu para a criação da setorial de cultura popular e, por meio dela, foi eleito conselheiro. Na segunda gestão, durante os anos de 2012 a 2013, Francisco permaneceu como conselheiro representando a setorial de cultura popular, sendo posteriormente eleito vice-presidente ao lado de Marcelo Seixas, que assumiu a presidência. Na gestão

subsequente, Francisco ascendeu ao cargo de presidente do CMPCF, desempenhando essa função entre 2014 e 2015.

Embora não tenha assumido a representação da UFSC, nas vagas destinadas ao setor público, a atuação do servidor junto ao NEA, aliada à sua participação direta na setorial de cultura popular em Florianópolis, parece ter facilitado seu envolvimento com as atividades do CMPCF. Além do mais, no período de 2014 a 2015, a cadeira designada à UFSC foi ocupada pelo servidor Joi Cletison, que também desempenhava funções no NEA, em parceria com Francisco. Tais informações nos permitem inferir que a UFSC, por meio do NEA, teve uma importante atuação no campo com os setores vinculados à cultura popular. Ou seja, os dados nos levam a crer que o setor da cultura popular em Florianópolis contou com atuação de um servidor da UFSC para que pudesse se organizar e estar devidamente representado no CMPCF.

Mais recentemente, entre 2018 e 2019, a servidora da UFSC Zélia Sabino desempenhou uma notável participação ao passar a integrar o CMCPF, como representante da universidade. Zélia, que integra o quadro de funcionários do DAC, foi atuante nas ações desenvolvidas pelo conselho, chegando a integrar a mesa diretora da entidade. Destaca-se a contribuição da servidora na articulação com docentes da UFSC, para a realização da capacitação oferecida aos conselheiros/as, em 2019. Essa iniciativa foi importante para a ampliação de conhecimentos de agentes do campo, acerca de temáticas relacionadas às políticas públicas para a cultura e ao SNC. Os encontros realizados foram gravados e servem de material de apoio para conselheiros/as a cada nova troca de gestão do CMCPF.

Nesse contexto de participação da UFSC no CMPCF, é possível observar que tal participação depende - em certa medida - do perfil individual do servidor/a que decide assumir o cargo de conselheiro/a. Em agosto de 2019, a autora deste estudo assume a cadeira como representante titular da UFSC, em substituição à servidora Zélia e, a partir de então, começou a se envolver de maneira mais direta com o campo da cultura em Florianópolis.

Como já demonstrado, essa organização tem importante presença no campo da cultura e pode ser definida como uma estrutura interorganizacional de dominação. Significa dizer que as ações realizadas pelo CMPCF podem vir a gerar pressões isomórficas no campo, criando-se um caminho para a sua estruturação e consequente institucionalização. A UFSC, ao ocupar uma cadeira no conselho, teve uma influência

significativa no campo, principalmente pelo perfil engajado de servidores que assumiram estes cargos.

6.2.2 A participação da UFSC no Projeto de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura

Em conformidade com o que vem se tentando argumentar no presente estudo, o campo organizacional da cultura em Florianópolis é profundamente impactado pelas ações que se desenvolvem a nível nacional e estadual. Nesse sentido, o Projeto de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura (PAEPEC) foi uma ação da UFSC de grande relevância para o campo da cultura no Brasil, contribuindo para o fortalecimento do SNC e, conseqüentemente, favorecendo o contexto de referência a ser seguido por organizações e agentes culturais dos diversos estados e municípios brasileiros.

De acordo com o que se apresentou anteriormente, o PAEPEC foi uma parceria firmada entre o MinC e a UFSC, que aconteceu entre 2012 e 2013, com desdobramentos até 2016. A UFSC, enquanto Unidade Gestora Nacional, atuou como instância de planejamento e assistência técnica, e esteve encarregada pela administração geral do projeto; pela geração de metodologias, por elaborar conteúdos e material técnico de apoio; pela realização do controle de qualidade e das entregas dos produtos elaborados pelos estados, além de cuidar dos prazos e metas (MATTIA, 2014). O PAEPEC envolveu a participação de mais de 20 estados e do Distrito Federal.

Ainda que a UFSC não tenha atuado diretamente no apoio à elaboração do Plano Municipal de Cultura da capital catarinense, o trabalho que desenvolveu a nível estadual foi percebido pelos agentes e organizações também na esfera do município. Sobretudo porque, como já mencionado, criou-se um importante contexto de referência a ser seguido pelas organizações do campo no âmbito municipal.

No apoio à elaboração de projetos municipais de cultura, o MinC firmou contrato com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a qual desempenhou, também, um importante papel junto aos municípios brasileiros. Deste modo, enquanto a UFSC se mostrava com forte atuação no apoio à elaboração do Plano Estadual de Cultura de SC, os agentes no campo em Florianópolis - principalmente vinculados à FCFEC e ao CMPCF - participavam das formações oferecidas pela UFBA.

Em 2012, por exemplo, a UFSC é sede da maior Conferência Municipal de Cultura realizada até aquele momento. Os temas discutidos nesta conferência, conforme mencionado no tópico 5.1.1, giraram essencialmente em torno da construção do Plano Municipal de Cultura de Florianópolis, com participação de mais de 300 pessoas. Quando a UFSC termina o apoio aos estados, passa a integrar a equipe da UFBA, ampliando ainda mais sua participação no campo da cultura nacionalmente.

Destaca-se, portanto, que a participação da UFSC como unidade gestora do PAEPEC parece ter sido uma das mais significativas ações desenvolvidas pela universidade no campo da cultura a nível nacional. Considera-se que tal atuação teve seus impactos direta ou indiretamente sobre o campo da cultura também em Florianópolis. Parece ser possível afirmar que neste período a UFSC chega a atuar como uma estrutura interorganizacional de dominação, capaz de gerar padrões de coalizão e também de isomorfismo no campo. Além disso, essa participação da UFSC incide sobre o indicador do aumento do grau de concordância com a lógica institucional que guia as atividades dentro do campo.

Percebe-se que a UFSC contribuiu, portanto, com a lógica disseminada pelo SNC - de construção de políticas públicas ancoradas numa concepção antropológica de cultura; de elaboração dos planos de forma participativa e democrática; e de implementação de princípios como diversidade, cooperação, transparência e integração. Tal feito aparenta ter aumentado as pressões sobre o estado de SC e, de certa forma - junto da UFBA -, sobre o município de Florianópolis, para que as organizações e agentes do campo passassem a absorver estas práticas em prol da estruturação do campo da cultura.

A realização do PAEPEC também parece incidir sobre o aumento do grau de interação entre os agentes do campo, ao serem realizados diferentes encontros e seminários. Da mesma forma, há um significativo incremento no fluxo de informação com o qual as organizações do campo puderam contar, ao serem produzidos materiais importantes de orientação para construção dos planos estaduais, além de videoaulas e oficinas. E, por fim, há impacto sobre o isomorfismo no campo, principalmente pela forte relação que as organizações estabelecem com o Estado, por meio do MinC - que atua com fortes pressões isomórficas no campo.

No entanto, observou-se que, ao passar dos anos, a lógica institucional disseminada pelo SNC acaba por encontrar entraves para ser incorporada pelo órgão

municipal responsável pela gestão da cultura em Florianópolis. Isso acaba por gerar constantes conflitos e embates entre as organizações do campo, prejudicando em certa medida, a institucionalização do campo, que, na análise, ficou mais evidente entre os anos 2009 e 2015.

Feita a apresentação das principais ações da UFSC, que exerceram influência sobre o campo da cultura em Florianópolis, observa-se que a atuação da universidade incidiu, - em alguma medida - sobre três indicadores de estruturação, apresentados anteriormente. Em primeiro lugar, nota-se que a UFSC contribuiu para o aumento no grau de interação entre as organizações no campo, principalmente no que se refere aos momentos de reconstrução do CMPCF e da elaboração do Plano Municipal de Cultura - quando foi sede da 3ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis, em 2012. Além disso, foi possível observar que UFSC demonstrou ter influenciado o aumento do grau de concordância com lógica institucional que guia as atividades dentro do campo, principalmente pela atuação desenvolvida com o PAEPEC, favorecendo a lógica difundida a nível nacional pelo SNC e; por fim, identificou-se que a universidade teve alguma participação no aumento do isomorfismo no campo organizacional, tendo em vista suas ações de formação e profissionalização.

7. CONCLUSÕES

Para o desenvolvimento do presente estudo, partiu-se da premissa de que a instituição universitária, ocupando uma posição central na sociedade e desempenhando papéis diversos - como a geração de conhecimento científico por meio da pesquisa, a transmissão de saberes através do ensino, e a divulgação científica e integração com a comunidade pela extensão universitária - é, acima de tudo, uma instituição social (CHAUI, 2000). Considerou-se, também, que a trajetória da universidade brasileira tem seu início no século XX, e apesar de seu surgimento tardio, alcançou se consolidar como um polo significativo para a pesquisa científica no país (RUBIM, 2019). Ademais, defendeu-se nessa dissertação que as universidades se destacam, também, como uma instituição cultural, capaz de desempenhar diversas atividades na área da cultura. Segundo Rubim (2019), a discussão sobre a interseção entre cultura e universidades está ligada à disposição da própria instituição em se reconhecer de forma

efetiva como uma instituição cultural, assim como depende do contexto sociopolítico, o qual desempenha um papel crucial na forma como as instituições universitárias estabelecem relações com o campo da cultura (RUBIM, 2019).

Nesse sentido, considerando que a relação entre cultura e universidades se revela como um terreno fértil para problematizações e reflexões, a presente pesquisa teve como tema central a participação da Universidade Federal de Santa Catarina na estruturação e possível institucionalização do campo organizacional da cultura na capital catarinense. O objetivo geral do estudo foi analisar a relação entre as ações desenvolvidas pela UFSC na área da cultura e a estruturação do campo organizacional da cultura em Florianópolis, no período entre 2003 e 2023. Para tanto, foram delineados objetivos específicos que se mostraram essenciais para uma compreensão abrangente e aprofundada do fenômeno em estudo.

Primeiramente, realizou-se o mapeamento da atuação da UFSC na área da cultura, nos últimos vinte anos, no que se refere às ações desenvolvidas nos âmbitos do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração da cultura dentro da universidade. Após isso, analisou-se a institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis, a partir de 2003 para, então, refletir-se sobre a relação das ações da UFSC na área da cultura com a institucionalização do campo em questão.

Considera-se que o tema da cultura surge como um desafio crucial para as universidades, tendo em vista a criação, transmissão e desenvolvimento de inúmeras atividades culturais no seu cotidiano (RUBIM, 2019). Foi possível observar, nesse sentido, que a UFSC desenvolveu diversas ações na área da cultura, no período analisado, sendo apresentado nesse estudo um grande volume de atividades e projetos desenvolvidos por vários setores da universidade.

Acerca da administração da cultura na UFSC, verificou-se que a criação da SeCArte, em 2008, enquanto estrutura administrativa de gestão da cultura dentro da universidade, foi um marco importante para um significativo aumento de ações culturais da UFSC. Além de abrigar os setores vinculados à área da cultura, a SeCArte assume um papel ativo, sendo ela mesma um setor que concebe e executa projetos e eventos culturais. Sua atuação, desse modo, vai além da gestão dos departamentos e núcleos internos, expandindo-se para se tornar uma entidade responsável pelo estímulo e desenvolvimento da cultura e arte na UFSC.

Foi possível notar que no âmbito da extensão concentrou-se o maior número de ações da UFSC na área da cultura. Entre essas ações, destacam-se aquelas realizadas - principalmente - pelo Departamento Artístico Cultural (DAC), pelo Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) e pelo Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU). Tais setores demonstraram desenvolver importantes ações e projetos, incluindo atividades de formação, como oficinas artísticas e cursos de capacitação para a comunidade.

No âmbito do ensino, ressaltam-se as ações da UFSC com a oferta de cursos de graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literatura, Cinema, Artes Cênicas, Museologia, Antropologia e Animação. E, na pesquisa, foram identificados cinco programas de pós-graduação com maior número de teses e dissertações desenvolvidas na área da cultura. PPGLit; PPGE; PPGAS; PPGHST e PPGAdm.

Para a análise da estruturação e possível institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis, buscou-se aporte teórico na teoria institucional, na qual encontrou-se respaldo para argumentar que a institucionalização de um campo organizacional é precedida por níveis de estruturação e que tal processo é importante às organizações, haja vista que ao adotarem diretrizes já estabelecidas no campo, as organizações conseguem legitimar suas atividades e assegurar condições para a manutenção de sua existência (FONSECA, 2003). Ou seja, os ambientes institucionalizados se caracterizam pela formulação e disseminação de regras e procedimentos que conferem legitimidade e suporte contextual às organizações (DIMAGGIO, POWELL, 1983).

Com essas considerações em mente, a reflexão sobre a estruturação e possível institucionalização do campo em estudo se mostrou relevante, uma vez que a legitimidade e a sobrevivência das organizações culturais desempenham um papel crucial no êxito das políticas públicas culturais na cidade. Dessa forma, foram analisados sete indicadores de estruturação no campo organizacional da cultura em Florianópolis, propostos por Dimaggio e Powell (1983) e Scott (1995), que se chegassem a ser observados na análise poderiam indicar a institucionalização deste campo. O esforço de análise foi direcionado para organizar as informações coletadas na pesquisa com base em cada um desses indicadores.

Sendo assim: averiguou-se o aumento no grau de interação entre as organizações do campo, bem como o incremento no fluxo de informação a partir de 2003; analisou-se o surgimento de estruturas interorganizacionais de dominação e padrões de coalizão no

campo organizacional da cultura na cidade; examinou-se o aumento do grau de concordância com a lógica institucional que orientou as atividades no campo organizacional da cultura em Florianópolis nos últimos vinte anos; e verificou-se o aumento da clareza das fronteiras do campo e do isomorfismo. Tais indicadores de estruturação contribuíram para a análise das transformações nas características estruturais que moldaram a configuração do campo organizacional da cultura na capital catarinense, entre 2003 e 2023.

De maneira geral, observou-se que, considerando os últimos vinte anos, o campo organizacional da cultura em Florianópolis não está institucionalizado. No entanto, mostra-se um campo em estruturação, sendo possível notar uma maior evidência dos indicadores no período compreendido entre 2009 e 2015, quando houve um aumento significativo nas interações entre as organizações do campo, assim como um incremento notável no fluxo de informações. Esse momento foi caracterizado por uma maior concordância com a lógica institucional estabelecida pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC) e pelas políticas do Ministério da Cultura, as quais foram desenvolvidas durante os governos do PT.

Por fim, prospectou-se a relação entre as ações da UFSC na área da cultura e a estruturação do campo organizacional da cultura em Florianópolis, a partir de 2003. Foi possível identificar que a Universidade Federal de Santa Catarina desempenhou, em certa medida, um papel na estruturação do campo em análise por meio de atividades voltadas para a formação e profissionalização de agentes do campo da cultura, com as ações de formação no âmbito da extensão e com a oferta de cursos de graduação. Ademais, verificou-se que a UFSC teve relação com a estruturação do campo ao desenvolver ações vinculadas à implementação do SNC - principalmente ao ocupar uma cadeira no CMPCF e atuar na coordenação do PAEPEC.

Considera-se, portanto, que o presente estudo contribuiu para o levantamento e sistematização do grande volume de ações desenvolvidas pela UFSC na área da cultura, assim como para a compreensão da institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis, no período entre 2003 e 2023. Além disso, a pesquisa identificou a relação existente entre as ações da UFSC e a estruturação do campo, apontando para os impactos significativos que a universidade exerceu no campo ao longo do período estudado. Em síntese, logrou-se alcançar os objetivos propostos,

proporcionando uma visão abrangente e aprofundada da intersecção entre a atuação da UFSC e a estruturação do campo organizacional da cultura em Florianópolis.

Dito isso, algumas reflexões finais merecem destaque para o alargamento da compreensão da participação da UFSC no campo da cultura em Florianópolis. Diante do grande volume de atividades realizadas pela Universidade Federal de Santa Catarina nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, demonstrado no capítulo 4, parece ser possível afirmar que a participação da UFSC no campo organizacional da cultura em Florianópolis, ao longo dos últimos vinte anos, não se mostra expressiva a ponto de influenciar fortemente os indicadores de estruturação. Ou seja, verifica-se a presença da universidade no campo por meio de determinadas ações, mas o trabalho desenvolvido pela instituição na área da cultura aparenta ficar mais restrito no âmbito da própria universidade. De modo geral, o maior volume de ações da UFSC na área da cultura demonstra se restringir ao desenvolvimento de atividades dentro do próprio campus universitário.

Dessa forma, a análise realizada nessa pesquisa sugere que a inserção da universidade no campo da cultura em Florianópolis, de forma mais ativa, não demonstra ser uma prioridade da instituição. Sobre isso, serão traçadas a seguir algumas possíveis conclusões. A UFSC parece encontrar dificuldades para se inserir no campo organizacional da cultura como uma organização que colabora para a estruturação e possível institucionalização deste campo na cidade de Florianópolis. Essas dificuldades podem estar relacionadas a diversos motivos e, seguramente, não será possível apontar todos eles neste trabalho.

Ao que tudo indica, as trocas de gestão da reitoria têm impacto no trabalho desenvolvido pelos setores vinculados à área da cultura na universidade, principalmente, sobre as estruturas administrativas. Ao longo do tempo, pôde-se observar que a criação dos setores como o DAC e a SeCArTE precisou contar com forte empenho e disposição de reitores da UFSC para que se concretizasse. Mesmo havendo uma demanda, sobretudo da comunidade interna para que se viabilizassem as estruturas necessárias para a administração da cultura dentro da universidade, as articulações e acordos políticos se mostraram relevantes, pois a abertura de novos departamentos ou secretarias envolve disputas por espaços, por recursos humanos - com abertura de novos concursos - e também por recursos financeiros.

Com isso, a criação do DAC, em 1988, e da SeCArte, em 2008, foram marcos importantes para a administração da cultura na UFSC, já que esses setores demonstraram ser relevantes para o desenvolvimento e para a gestão de ações culturais na universidade. No entanto, foi possível perceber que ao longo dos anos essas estruturas estiveram mais - ou menos - atuantes a depender das relações que se estabeleciam com a administração central da UFSC. Isto é, a dimensão política das relações dentro da própria universidade parece ser um fator que impacta diretamente a área da cultura.

Verificou-se então que há entraves, sobretudo políticos, para o desenvolvimento de ações na área de longo prazo dentro da universidade. A atuação da SeCArTE, por exemplo, demonstra sofrer com a descontinuidade de ações e projetos, que ora são retomados, ora acabam por ser abandonados. É o caso das discussões para construção do plano de cultura da UFSC, por exemplo. Como apresentado no capítulo 4, em 2011, se instaura uma comissão de cultura da UFSC, agregando 27 membros num esforço de incluir diferentes representações das categorias que compõem a comunidade universitária - servidores e estudantes - com uma proposta de desenvolver o aspecto da transversalidade da cultura na UFSC. Ou seja, formou-se um grupo de pessoas, de diferentes setores da universidade, que viria a se debruçar sobre as ações culturais da instituição e sobre a construção de um plano de cultura para a UFSC. Contudo, em 2012, ao assumir uma nova gestão na reitoria, os trabalhos da comissão perdem força. Em 2014, com a abertura do edital do programa Mais Cultura nas Universidades, novamente se nota uma mobilização com a comunidade universitária para submeter um plano de cultura ao edital. Porém, conforme mencionado anteriormente, a UFSC não esteve entre as universidades contempladas para receber os recursos do programa e após isso, os esforços de construção do plano se perdem.

Em 2016, dá-se início a gestão de um novo reitor e as discussões sobre o plano de cultura acabam não sendo retomadas até 2021, quando - muito timidamente - se vê uma tentativa de algumas pessoas da SeCArte para retomar o debate sobre o assunto.

Percebe-se, então, “idas e vindas” da discussão sobre o plano de cultura da UFSC, o qual nunca chegou a ser construído. E, conseqüentemente, por não contar com um plano consolidado, a UFSC não tem uma política de cultura que guia as ações da universidade, ficando à mercê das (des)vontades de cada gestão que assume a reitoria. À vista disso, observa-se uma instabilidade principalmente na SeCArte que, enquanto

principal estrutura administrativa da cultura, deveria ser responsável por tentar mobilizar e articular os diversos setores, nos âmbitos do ensino, da pesquisa e extensão, em torno da construção da política cultural da universidade.

Portanto, parece possível afirmar que as ações desenvolvidas pela UFSC, além de sofrerem com instabilidade e descontinuidade, ficam também muito “isoladas” em cada setor, não havendo uma articulação que pudesse favorecer a atuação da UFSC no campo da cultura no município. Aquilo que se desenvolve dentro da universidade acaba por não ter força suficiente para “sair” do campus e alcançar as demais organizações e agentes que compõem o campo da cultura em Florianópolis.

Observou-se que cada setor da UFSC fica restrito às suas próprias atividades cotidianas e não se criou na universidade, até então, um entendimento de que a cultura deve ser uma dimensão na formação dos indivíduos. Como apresentado neste estudo, a UFSC tem estruturas administrativas da cultura, conta cursos de graduação e pós-graduação, produz pesquisa, tem equipamentos culturais - como o Teatro Carmen Fossari; o Centro de Cultura e Eventos e o Museu de Arqueologia e Etnologia - mas não chegou a desenvolver uma concepção de cultura sob a qual seja possível construir uma atuação com mais potência na área cultural e, por conseguinte, alcançar uma participação no campo da cultura, junto de outras organizações, na cidade de Florianópolis.

Nesse sentido, diante de tudo que se apresentou até aqui, pôde-se observar que, de maneira geral, a UFSC demonstra ainda não ter conseguido definir sua própria relação com a área da cultura. Os setores que desenvolvem atividades culturais parecem enfrentar o desafio de comunicar à universidade e às instâncias decisórias a natureza e relevância de suas atividades, contextualizando o papel da cultura no atual panorama do desenvolvimento humano, econômico e social. A percepção que se tem é que as contribuições desses setores parecem não ser completamente compreendidas ou reconhecidas dentro do ambiente universitário. Embora tenha sido verificado apoio institucional para a administração da cultura dentro da UFSC, quando há disputas orçamentárias, alocação de bolsas e recursos humanos, torna-se evidente que a cultura não ocupa uma posição central nas prioridades da instituição.

Nota-se que as trocas de gestão na reitoria influenciam as dinâmicas dos setores dentro da UFSC e, dessa forma, verificam-se instabilidades e descontinuidades. Contudo, esse não parece ser um problema apenas de gestão no âmbito da universidade;

isto é, a análise do conjunto de dados e informações nos leva a crer que há uma dificuldade histórica e estrutural de compreensão do lugar da cultura dentro da UFSC. Sendo assim, parece possível afirmar que os setores da UFSC vinculados à cultura, como o Departamento de Artes, a SeCArte, o DAC, entre outros, operam de maneira fragmentada e separada. Isso sugere a ausência de uma visão mais abrangente e integrada da universidade sobre cultura e, de certo modo, evidencia a falta de entendimento do papel da UFSC no campo da cultura.

Em resumo, o que se tenta demonstrar, com tudo que foi apresentado até aqui, é que a UFSC enfrenta desafios internos com a área cultural e que, tais desafios, a impedem de se fortalecer como uma organização mais atuante do campo da cultura em Florianópolis. A discussão acerca do lugar da cultura dentro da universidade ainda não parece ter se ampliado a ponto de que se tenha um entendimento mais extenso e profundo de que a dimensão cultural não se restringe somente à produção de eventos ou à realização de projetos com tempo determinado de execução. De maneira geral, parece que a UFSC encontra problemas na sua própria concepção de cultura e acaba operando suas ações, principalmente no âmbito da extensão, com um conceito mais restrito de cultura, que se relaciona diretamente com as artes e com eventos. Os debates e discussões que se constroem sobre cultura nos âmbitos do ensino e da pesquisa, por sua vez, tampouco parecem alcançar os diferentes setores que compõem a universidade. Com isso, sem estabelecer o reconhecimento interno do lugar da cultura, a UFSC, aparentemente, não se vê como uma instituição cultural. Logo, não se compreende como uma organização inserida no campo organizacional da cultura na cidade. Sua participação no campo, dessa forma, é pouco presente e seus potenciais muito pouco aproveitados.

Nessa perspectiva, a teoria institucional pode auxiliar na tentativa de compreender mais algumas razões relacionadas às dificuldades de participação da UFSC no campo da cultura em Florianópolis. Retomando o que os teóricos institucionalistas argumentam, a estruturação e conseqüente institucionalização de um campo organizacional depende do aumento do grau de concordância com lógica institucional que guia as atividades dentro do campo. Significa dizer que, à medida que o campo vai se institucionalizando é possível verificar que se fortalece uma lógica institucional, a qual opera no sentido de criar padrões de isomorfismo entre as organizações.

Conforme se procurou demonstrar, o campo organizacional da cultura - de modo geral - passa a se guiar pela lógica institucional estabelecida pelas políticas do Ministério da Cultura desenvolvidas durante os governos do PT a partir de 2003 e, principalmente, pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC), o qual também incidiu sobre o campo da cultura em Florianópolis, guiando as organizações no campo da capital catarinense, sobretudo a partir de 2010, quando o CMPCF retoma suas atividades de maneira mais fortalecida. O SNC apresenta, como lógica institucional ao campo, princípios que se baseiam na visão ampliada da cultura - numa perspectiva antropológica; e na efetiva democratização da gestão e das políticas culturais (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019).

Sendo assim, por um período (de 2009 a 2015), as organizações do campo da cultura em Florianópolis parecem conseguir atuar de forma um pouco mais sintonizada, aderindo à lógica institucional do SNC e gerando esforços para a ampliação da participação popular na gestão das políticas culturais da cidade. Reflexo disso são as realizações de conferências municipais de cultura; a criação de setoriais como a da Cultura Negra e a ação das “Caravanas Culturais”. Foi, portanto, um período em que se verificou o aumento dos indicadores de institucionalização do campo organizacional da cultura em Florianópolis.

A UFSC, naquele momento, estava atuando no campo principalmente por meio do Projeto de Apoio à Elaboração de Planos Estaduais de Cultura (PAEPEC) que, como demonstrado anteriormente, foi uma das mais relevantes ações da universidade. No entanto, o que se observa, é que os setores da UFSC vinculados à área cultural não necessariamente se envolvem na construção do PAEPEC e, com a então recente criação da SeCArte, se mostravam mais preocupados com a lógica institucional interna da UFSC - buscando criar uma instância administrativa de gestão da cultura, do que - por exemplo - participar da construção do Plano Municipal de Cultura da cidade.

De certo modo, parece ser possível afirmar que a lógica institucional que guia as ações da universidade não dialoga com a lógica institucional presente no campo da cultura no em Florianópolis. A universidade é regida por princípios de uma racionalidade formal, baseados na “hierarquização extremamente verticalizada” (VIEIRA e VIEIRA, 2003). Conforme destacam os autores Eurípedes Falcão Vieira e Marcelo Milano Falcão Vieira (2003), em seu estudo sobre a estrutura e a organização das instituições federais de ensino superior (IFES), os modelos adotados pelas IFES

apresentam uma expansão das unidades burocráticas, com conseqüente aplicação disfuncional de uma racionalidade formal que se institui e se amplia constantemente pelas próprias unidades. Com isso, segundo os autores, formam-se “nichos corporativos e poderes paralelos”, que são a origem da cultura burocrática nas organizações universitárias federais do Brasil.

A complexidade organizacional, no modelo tradicional das universidades federais, incorpora uma estrutura piramidal para os serviços, com elevada hierarquização vertical dos fluxos decisórios, o que torna o sistema de pouca flexibilidade. A burocracia, baseada numa racionalidade formal, produz no sistema uma baixa energia de desempenho, ou seja, lentidão nos processos de demanda e decisórios. O excesso de normalização nos procedimentos administrativos acaba por se sobrepor à racionalidade acadêmica, diferenciada como atividade-fim e responsável pela produção de qualidade no ensino e na pesquisa (VIEIRA e VIEIRA, 2003, p. 908).

As universidades, então, apresentam uma forma de funcionamento institucional hierárquica e burocrática, que, por si só, acaba por dificultar sua inserção no campo da cultura - visto que este campo, em contrapartida, se guia por uma lógica institucional que preza pela flexibilidade, pela horizontalidade e pela tomadas de decisão de forma compartilhada.

Sendo assim, torna-se possível inferir que seguir uma lógica institucional discordante em relação ao campo da cultura e, também, não lograr se reconhecer como uma instituição cultural são algumas das principais razões que podem dificultar a participação da UFSC no campo da cultura e, assim, dificultar contribuição com a estruturação e possível institucionalização deste campo em Florianópolis.

A UFSC, portanto, enfrenta desafios internos na área da cultura, que limitam sua atuação no campo em Florianópolis. Se considerarmos os últimos vinte anos, a universidade aparenta ter modesta participação no sentido de contribuir para a estruturação do campo da cultura em Florianópolis. Observou-se que a discussão sobre o papel da cultura na universidade ainda não se ampliou o suficiente, persistindo uma concepção restrita relacionada principalmente às artes e à organização de eventos. Essa visão limitada de cultura influencia as ações da UFSC, prejudicando o seu reconhecimento enquanto uma instituição cultural. A falta de compreensão de sua inserção no campo organizacional da cultura resulta em uma participação reduzida e, de certa maneira, subaproveitada.

Conclui-se que o conjunto de ações na área da cultura desenvolvidas pela UFSC, nos últimos vinte anos, converge pouco para a estruturação do campo organizacional da cultura em Florianópolis. Ao final, percebe-se que a UFSC demonstra um esforço significativo de estruturação das suas próprias atividades culturais, o que se evidencia pela criação de diversos órgãos, especialmente com o estabelecimento da SeCArte, na busca por legitimar seus setores e atividades relacionados à área cultural. A instituição, ao estabelecer uma secretaria de cultura, claramente busca um processo de institucionalização. Tal esforço de estruturar e, por conseguinte, institucionalizar a área da cultura dentro da universidade, entretanto, se dá numa lógica divergente daquela que se observou no campo da cultura em Florianópolis - a qual esteve alinhada com o contexto de referência a nível nacional e estimulada pelo governo federal por meio do Sistema Nacional de Cultura.

Por fim, haja vista que o tema central desta pesquisa se mostrou uma área profícua para o desenvolvimento de reflexões, sugere-se a realização de novas pesquisas que abordem as intersecções entre cultura e universidades no Brasil. A realização de estudos comparativos entre universidades de diferentes regiões do país, por exemplo, pode contribuir para identificar como fatores regionais influenciam nas formas de atuação das instituições universitárias no campo da cultura.

Além disso, considera-se conveniente a realização de pesquisas que relacionem o papel das universidades com a formação e profissionalização de agentes do campo da cultura, no que diz respeito aos temas da gestão cultural e das políticas culturais. Tais estudos podem apontar para a contribuição da universidade pública brasileira na disseminação das perspectivas que incorporam os princípios da diversidade cultural e da democratização da cultura no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.. Gestão ou Gestação Pública da Cultura: algumas reflexões sobre o papel do Estado na produção cultural contemporânea. In: Antônio Albino Canelas Rubim e Alexandre Barbalho. (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2007, v. , p. 61-86.
- ALVES, Renner Coelho Messias. **O Programa Mais Cultura nas Universidades: uma análise de sua implementação nas Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras**. 2018. [100 f.]. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [Seropédica-RJ].
- BARBALHO, Alexandre. **Em busca da institucionalização: a adesão ao Sistema Nacional de Cultura**. Revista Pragmatizes, Revista Latino Americana em Estudos em Cultura, Niterói, ano 4, n. 7, p. 70-81, set. 2014.
- BARBALHO, Alexandre. Em tempos de crise: o MINC e a politização do campo cultural brasileiro. **Políticas Culturais em Revista**, v. 10, p. 23-46, 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOTELHO, Isaura. Cultura e universidade: reconstruindo as trajetórias dos diálogos institucionais. In: CALABRE, Lia. (org.). **Políticas culturais: teoria e práxis**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.
- BRANT, Leonardo. **O poder da cultura**. São Paulo: PEIRÓPOLIS, 2009.
- BRASIL. Lei n. 12.343, de 02 de dezembro de 2010. **Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12343.htm Acesso em: 22 out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Análise e avaliação qualitativa das metas e o monitoramento do Plano Nacional de Cultura (PNC)**. Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2018/12/PNC_final-31-12-18-1.pdf f. Acesso em: 12 out. 2023
- BRASIL. Portaria Interministerial MinC/MEC no 18, de 18 de dezembro de 2013. **Institui o Programa Mais Cultura nas Universidades e o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura**. Diário Oficial da União, Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, n. 246, 19 dez. 2013. Seção 1, p. 102-103.
- BRIZUELA, J. I. Fora de Jogo? Territórios Latino-Americanos e Instituições Culturais no Brasil. In: CANCLINI, N. G.; BRIZUELA, J. I.; MELO, S. M. C.; MATADAMAS, M. M. **Emergências Culturais: instituições, criadores e comunidades no Brasil e no México**. São Paulo: Editora da USP, 2022.

- CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: Antonio Albino Canelas Rubim; Alexandre Barbalho. (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. 1ed.Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2007, v. , p. 87-107.
- CANCLINI, N. G. Introdução - Instituições, Comunidades e Criadores: da precariedade à emergência. In:CANCLINI, N. G.; BRIZUELA, J. I.; MELO, S. M. C.; MATADAMAS, M. M. **Emergências Culturais: instituições, criadores e comunidades no Brasil e no México**. São Paulo: Editora da USP, 2022.
- CARDOSO AMARAL, Nelson. **As Universidades Federais brasileiras sob ataque do Governo Bolsonaro**. Propuesta educativa (Online), Ciudad Autonoma de Buenos Aires , n. 52, p. 127-138, nov. 2019 . Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1995-77852019000200011&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 02 nov. 2022.
- CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão . Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação.. In: Cristina Amélia Carvalho; Marcelo Milano Falcão Vieira. (Org.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: EDUFEPE, 2003, v. , p. 23-40.
- CASTIONI, Remi et al. Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial * * In Memorian: Dedicamos este texto à nossa co-autora, Daniela Lima Ramos, falecida durante o processo da presente publicação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [online]. 2021, v. 29, n. 111 [Acessado 18 Outubro 2022], pp. 399-419.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. 1. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2000. 205p.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2003, n. 24 [Acessado 29 Outubro 2022] , pp. 5-15. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>>. Epub 25 Out 2006. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>.
- COELHO, Marina et al. A servidão cultural: uma análise crítica do discurso do Ministério da Cultura de 2003 a 2017. **Políticas Culturais em Revista**, v. 12, p. 360-383, 2019.
- COSTA, C. F. DA .; MEDEIROS, I. B. DE O.; BUCCO, G. B.. O financiamento da cultura no Brasil no período 2003-15: um caminho para geração de renda monopolista. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 4, p. 509–527, jul. 2017.
- COSTA, Katia. (Orgs.) . **Planos Municipais de Cultura: reflexões e experiências**. 1. ed. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019. v. 1. 308p.
- CRUZ NETO, Otavio. O trabalho de campo como descoberta e criação.. In: Maria Cecília de Souza Minayo. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: VOZES, 1994, v. , p. 51-66.

DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; SALLES, Helena Kuerten de ; SILVA, R. C. . O processo de construção do Sistema Nacional de Cultura e a estruturação do campo das Políticas Culturais no Brasil. In: José Márcio Barros; Kátia Costa. (Org.). **Planos Municipais de Cultura: reflexões e experiências**. 1. ed. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019. v. 1. p. 45-75.

DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; SILVA, Rosimeri Carvalho da. Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. In: Marcelo Milano Falcão Vieira; Deborah Moraes Zouain. (Org.). **Pesquisa qualitativa em administração - teoria e prática**. Rio de Janeiro: 2005, v. 1, p. 97-118.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yonna. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____ e col. **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41.

DIMAGGIO, P. J. Constructing an organizational field as a professional project: U.S. art museums, 1920-1940. In: POWELL, W. W; DIMAGGIO, P. J. (Eds.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p.267-292.

DIMAGGIO, P. J. Structural analysis of organizational fields: a block model approach. In: **Research in Organizational Behavior**, vol. 8, 1986. pp.335-370.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, v. 2, p. 147-160, 1983.

DiMAGGIO, Paul J., POWELL, Walter W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v.45, n.2, p.74-89, 2005.

FAVERO, Marli. **Trajetória das políticas públicas para o campo museal catarinense: um estudo sobre o núcleo de estudos museológicos/UFSC 1997-2013**. 2019. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Museologia.

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 9845, de 20 de julho de 2015. **Aprova o Plano Municipal de Cultura de Florianópolis e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/cmpcf/index.php?cms=plano+municipal+de+cultura&menu=0> . Acesso em: 22 out. 2023.

FONSECA, V. S. da. A abordagem institucional nos estudos organizacionais: bases conceituais e desenvolvimentos contemporâneos. In: VIEIRA, M. M F.; CARVALHO, C. A. (Org.). **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FONSECA, Valéria Silva da.; AUGUSTO, Paulo Otavio Mussi. **Identidade e campo organizacional: uma possibilidade analítica**. In: V Encontro de Estudos Organizacionais - EnEO, 2008, Belo Horizonte. Anais do V EnEO. Porto Alegre: ANPAD, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas,

GODOY, Arilda. Schimidt. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2006, v. , p. 115-146.

GOULART, Sueli; MENEZES, Michelle Ferreira de ; GONÇALVES, Julio Cesar . Composição e características do campo organizacional dos museus e teatros da Região Metropolitana do Recife. In: Cristina Amélia Carvalho; Marcelo Milano Falcão Vieira. (Org.). **Organizações, Cultura e Desenvolvimento Local: A Agenda de Pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: EDUFEPE, 2003, v. , p. 123-135.

GOULART, Sueli; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. **Universidades e Desenvolvimento Local: uma abordagem institucional**. 1. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005. 85p.

HOLANDA, Luciana Araújo de. **Formação e Institucionalização do Campo Organizacional do Turismo no Recife-PE**. 2003. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

KAUARK, Giuliana; COSTA, L. ; VILLUTIS, L. . **Definições e desafios dos agentes culturais: Considerações a partir da experiência com formação e qualificação de agentes culturais na Bahia**. In: XVI Congresso Internacional FOMERCO - Integração Regional em Tempos de crise: Desafios políticos e dilemas teóricos, 2017, Salvador. Anais do Fórum Universitário Mercosul - Fomerco. Salvador: FOMERCO, 2017. v. 3. p. 1-14.

KNOPP, Glauco; DARBILY, L. V. C. ; VIEIRA, M. M. F. ; SIMÕES, Janaina Machado . Cultura e Desenvolvimento Local. In: Marcelo Milano Falcão Vieira; Rosimeri Carvalho da Silva; Marcio Silva Rodrigues. (Org.). **Cultura, Mercado e Desenvolvimento**. Porto Alegre: Da Casa, 2010, v. ,p 41-63.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Ana Flávia Cabral Souza. **Políticas públicas para a cultura: concepção, monitoramento e avaliação**. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado em Estudos) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MACHADO-DA-SILVA, Clovis L.; GONÇALVES, Sandro A. . Nota Técnica: A Teoria Institucional. In: Stewart Clegg et al.; Miguel Pinto Caldas et al.. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais**. 1ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007, v. 1, p. 220-226.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L; GUARIDO FILHO, Edson R e ROSSONI, Luciano. Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação. **Revista de Administração Contemporânea** [online]. 2006, v. 10, n. spe [Acessado 10 Setembro 2022] , pp. 159-196. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S1415-65552006000500009>>. Epub 20 Jul 2009. ISSN 1982-7849. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552006000500009>.

MATOS, Rita de Cássia Aragão. Itinerários da universidade no Brasil. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (coord.). **A ousadia da Criação: Universidade e Cultura**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2016. 163p.

MATTIA, Clenia de. **A experiência da governança pública na elaboração dos planos estaduais de cultura**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2014.

MATTIA, Clenia de. **Organização em movimento: 20 anos de confronto político do movimento cultural catarinense**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2018.

MEDEIROS, A. K. DE .; ALVES, M. A.; FARAH, M. F. S. Programa Cultura Viva e o campo organizacional da cultura: análise de políticas públicas pela perspectiva institucionalista. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 5, p. 1215–1235, set. 2015.

MEYER, J. W., ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v.83, n.2, p.340-363, 1977.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Sistema Nacional de Cultura: Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/32/2018/04/Documento-B%C3%A1sico-do-SNC.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2023.

NASCIMENTO, Monique. **"Todos juntos, todos nós": o narcisismo das pequenas diferenças e a dinâmica de identificações entre os membros do CEC-SC no contexto da pandemia da covid-19**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2021.

OCAÑA, Wuili Roberto Vela; CARVALHO, Rosimeri da Silva. Formação e estruturação do campo organizacional da Indústria Pesqueira em Callao, Peru. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 1-14, nov. 2006. ISSN 1677-7387. Disponível em: <<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/255/177>>. Acesso em: 11 set. 2022 doi:<https://doi.org/10.5329/RECADM.20060502008>.

OLIVEIRA, A. C. P. de; GONÇALVES, E. Um repositório digital para “Zininho”: uma proposta de preservação da memória e identidade cultural de Florianópolis. **Revista ACB**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 653–666, 2020. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1715>. Acesso em: 22 out. 2023.

OLIVEIRA, Rafael Pereira. **Políticas culturais e o campo museal em Santa Catarina (1987 - 2006)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócioeconômico. Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2007.

PAULA, Leandro de.; AYALA, Pedro. A cultura em crise e a cultura como crise: notas sobre um país em disputa. **Artífices: Leituras do Brasil contemporâneo**, v. 1 n. 1, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.55847/artifices.v1i1.794>. Acesso em: 7 set. 2022.

PEIXE, João Roberto. A cultura precisa respirar para continuarmos vivos!. In: Antonio Albino Canelas Rubim, Márcio Tavares. (Org.). **Cultura e política no Brasil atual**. 1ed.São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2021, v. 1, p.25-35.

REIS, Adriana Donato dos; SEGATA, Jean. Um Ministério com Cultura: Gilberto Gil e os Exercícios de Antropologia Aplicada. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 22, n. 57, p. 56-71, outubro, 2021.

REIS, Ana C. F. **Marketing cultural e financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade é necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. 272 p. (Estudos sobre o Brasil e a América Latina, v.7).

RUBIM, A. A. C.; ROCHA, S. C. Mapeamento para Política Cultural na UFBA. **Revista UFG**, Goiânia, v. 21, n. 27, 2021.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Balanço político-cultural do governo Bolsonaro. In: Antonio Albino Canelas Rubim, Márcio Tavares. (Org.). **Cultura e política no Brasil atual**. 1ed.São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2021, v. 1, p. 37-55.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Universidade, cultura e políticas culturais. **Revista de Educação Popular**, [S. l.], p. 6–17, 2019. DOI: 10.14393/REP-v0n00-49021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/49021>. Acesso em: 7 set. 2022.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais do Governo Lula. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**. Vol. 1, n.1, pp. 224-242, 2013.

SANTOS, Ademir dos. **A Fundação Franklin Cascaes e a Gestão Pública Municipal de Cultura em Florianópolis**. Tese (Doutorado) - Universidade de Salamanca, Instituto Universitário de Ibero-américa, Programa de Doutorado Interuniversitário em Antropologia de Ibero-américa, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da ideia de Universidade à Universidade de ideais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n.27/28. p. 11 - 62, junho 1989.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

SCOTT, Richard. Introduction: institutional theory and organizations. In: SCOTT, Richard; CHRISTENSEN, S. **The institutional construction of organizations: international and longitudinal studies**. Thousand Oaks (CA): Sage Publications, 1995.

SCOTT, W. R. Conceptualizing organizational fields: Linking organizations and societal systems. In H. Derlien, U. Gerhardt, & F. Scharpf (Eds.). **Systems rationality and parcial interests** (pp. 203-221). Baden: Nomos, 1994.

SCOTT, W. R. Institutions and organizations: toward a theoretical synthesis. In: SCOTT, W. R.; MEYER, J. W. (Eds.). **Institutional environments and organizations: structural complexity and individualism**. London: Sage Publications, 1994. p. 55-80.

SCOTT, W. Richard. Approaching adulthood: the maturing of institutional theory. **Theory and Society**, v. 37, n. 5, p. 427-442, Oct. 2008.

SEMENSATO, Clarissa Alexandra Guajardo; BARBALHO, Alexandre Almeida. A Lei Aldir Blanc como política de emergência à cultura e como estímulo ao SNC. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 85-108, jan./jun. 2021.

SILVA, Marcia Alves Soares. **A Contribuição do Conceito de Neocomunidades (Lifschitz, 2006) e Urbanização Turística (Luchiari, 1998) na Discussão Sobre a Reinvenção da Cultura Açoriana em Florianópolis, SC**. 2014. In: Anais Semana de Geografia. Volume 1, Número 1. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

SILVA, Rosimeri Carvalho da. **Contexto Brasileiro e Indicadores Culturais**. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - ENECULT, 4., 2008, Salvador. Anais. Salvador: UFBA, 2008.

SIMÕES, Janaina M.; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão . A atuação do Estado e do Mercado na Trajetória do Campo Organizacional da Cultura no Brasil. In: Marcelo Milano Falcão Vieira; Rosimeri Carvalho da Silva; Márcio Rodrigues. (Org.). **Cultura, Mercado e Desenvolvimento**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010b, v. , p.15-40.

SIMÕES, Janaina Machado. **O campo organizacional da cultura no Brasil: entre o estado e o mercado**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 2006.

SIMÕES, Janaina Machado; VIEIRA, M. M. F. Reflexões acerca da relação entre cultura, estado e mercado no Brasil. **Administração em Diálogo**, v. 7, p. 11-18, 2005.

SIMÕES, Janaina Machado; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. A influência do Estado e do mercado na administração da cultura no Brasil entre 1920 e 2002. **Revista de Administração Pública** [online]. 2010a, v. 44, n. 2 [Acessado 12 Setembro 2022] , pp. 215-237. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000200003>>. Epub 23 Jun 2010a. ISSN 1982-3134. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000200003>.

SOUZA, Alexandre Santos A. de; BRAGA, Elinaldo Menezes ; SEVERO, George Glauber Félix ; SILVA, Gilvanedja Ferreira Mendes da ; CARVALHO, Igor Nóbrega . **Cultura e Universidade: panorama das políticas e da gestão cultural das IES**

públicas da Paraíba. In: XV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - ENECULT, 2019, Salvador/BA. Anais do XV ENECULT, 2019. v. 1.

SOUZA, Alexandre Santos Arantes de; *et al.* Cultura e universidade: a organização do campo cultural nas Instituições Públicas de Ensino Superior da Paraíba. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, Curitiba, PR, v.6, n.2 - 127, ago/dez, 2021.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1989. v, 186 p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, E. F.; VIEIRA, M. M. F. Estrutura Organizacional e gestão do desempenho nas universidades federais brasileiras. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 37, n. 4, p. 899 a 920, 2003. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6506>. Acesso em: 20 out. 2023.

VIEIRA, M. M. F.; SILVA, R. C. da; DARBILLY, L. V. C.; SIMÕES, J. M.; ABDALLAH, P. R. Fatores institucionais determinantes da configuração dos campos organizacionais da indústria da pesca no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 38, n. 6, p. 947 a 978, 2004. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6767>. Acesso em: 22 out. 2023.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. **Campos organizacionais: de wallpaper à construção histórica do contexto de organizações culturais em Porto Alegre e em Recife.** In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, 27., 2003, Atibaia. Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2003.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; VIEIRA, Tiago Bergmann Borges; FRAGA, Paulo Ricardo; LOPES, Fernando Dias. O Setor Cultural de Porto Alegre: formação e característica a partir da teoria institucional. **READ - Revista de administração da EA/UFRGS**, Porto Alegre, v. 7, p. 1-22, 2001.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 239 p.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade.** São Paulo: Boitempo, 2007. 460 p.